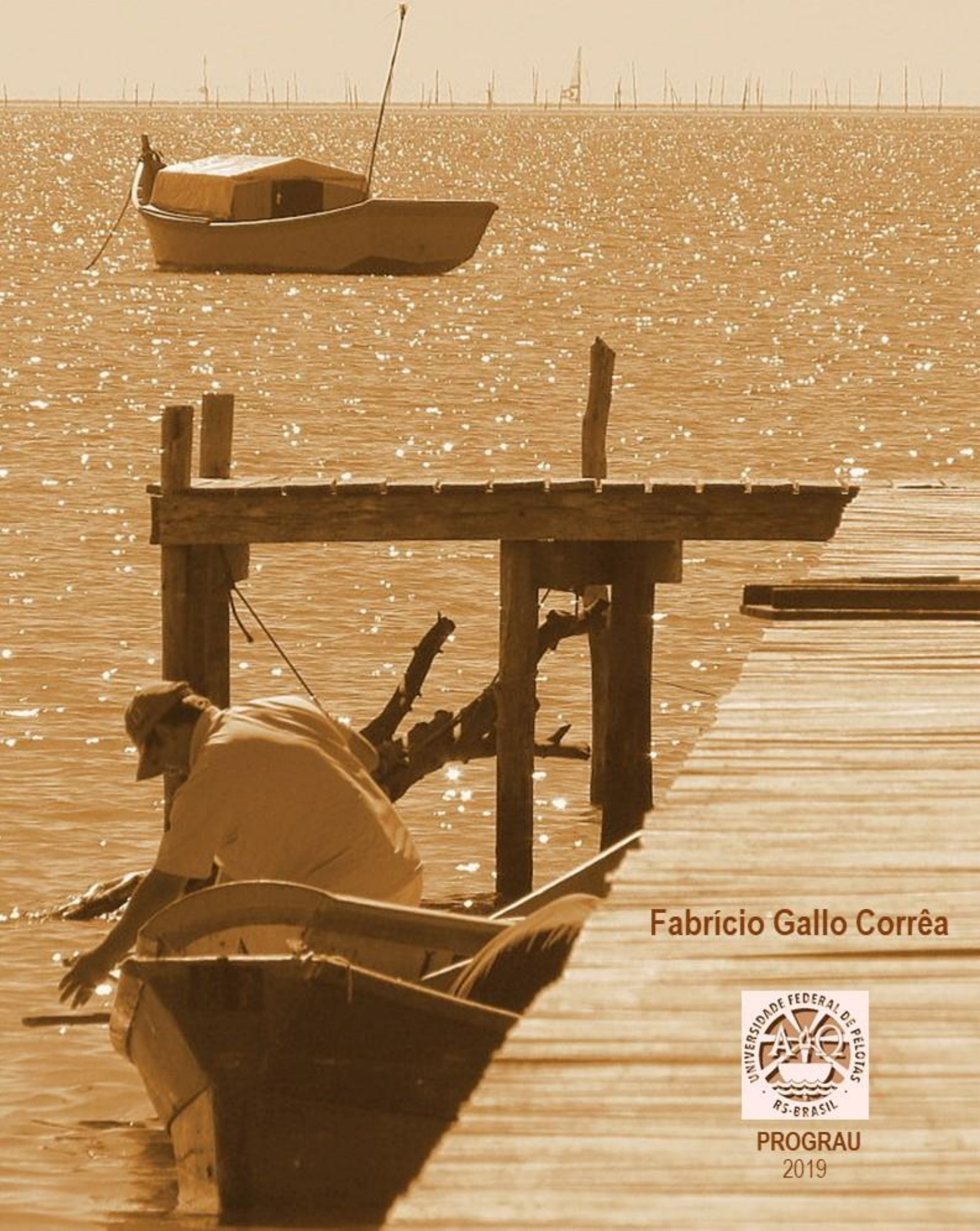
O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem:

A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS



Fabrício Gallo Corrêa

PROGRAU
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação de Mestrado

O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem: A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Fabrício Gallo Corrêa

Pelotas, 2019

Fabrício Gallo Corrêa

O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem:

A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profª Drª Lígia Maria Ávila Chiarelli

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C823p Corrêa, Fabrício Gallo

O Programa Nacional de Habitação Rural como incentivo à permanência das famílias camponesas em suas comunidades de origem : a colônia de pescadores artesanais da ilha da Torotama – Rio Grande/RS / Fabrício Gallo Corrêa ; Lígia Maria Ávila Chiarelli, orientadora. — Pelotas, 2019.

262 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Programa Nacional de Habitação Rural. 2. Habitação de interesse social. 3. Políticas públicas rurais. 4. Avaliação pós-ocupação. 5. Satisfação do usuário. I. Chiarelli, Lígia Maria Ávila, orient. II. Título.

CDD : 711.1

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Fabrício Gallo Corrêa

O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem:
A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 08 de novembro de 2019.

Banca examinadora:

Profª. Drª. Lígia Maria Ávila Chiarelli (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Profª. Drª. Nirce Saffer Medvedovski.
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo.

Profª. Drª. Gisela Lange do Amaral.
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Profª. Drª. Cristiane Guinâncio.
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a meus pais, João Carlos e Sonia, pelo carinho e compreensão em todos os momentos desta jornada, com seus sorrisos e apoio, nos momentos de dificuldades e, especialmente, nos de alegria e sucesso. Obrigado pelo dom da vida, pelo exemplo de amor e dedicação às coisas que realmente importam na nossa existência, pelo homem que hoje eu sou.

Agradeço a todos os meus colegas professores e professoras do Curso Técnico em Edificações do IFSul/Pelotas. O incentivo e carinho que sempre demonstraram por mim, me faz acreditar que muito ainda temos para viver e lutar, sempre almejando um mundo mais amoroso e igualitário.

Ao meu grande amigo, Jairson Martins Duarte, irmão que a vida me deu, pelos anos de luta dentro da Cooperativa, acreditando que a Habitação de Interesse Social é um passo importantíssimo para a inclusão de tantas comunidades “invisíveis” e tão fundamentais para toda a sociedade deste país. Seguimos na luta, meu irmão.

À maravilhosa turma de orientandos da Biloca: Adriana Braga e Johanna Hiller, pela cumplicidade nos primeiros passos como pesquisadores; à nossa Mestra mais que especial e querida, Thaís Libardoni, pelo exemplo e apoio do início ao fim desta caminhada, literalmente. À colega e amiga Samantha Balleste, por todo o carinho, ajuda e incentivo nos momentos fundamentais deste trabalho. Meninas, sem a presença de vocês, este caminho teria menos estrelas e alegrias. Amo-as.

Agradeço imensamente às mulheres fantásticas da minha banca, professoras Nirce Medvedovski (UFPel), Gisela Amaral (IFSul) e Cristiane Guinâncio (UnB), pelo carinho, pelas palavras, pelas contribuições aqui refletidas.

Agradeço com todo meu coração e minha alma a minha orientadora, Lígia Chiarelli (Biloca, minha chefa), por sempre acreditar em mim, por me conduzir pelos caminhos da pesquisa com tanto amor e compreensão. Chefa, a nossa conexão e a nossa crença por uma sociedade mais harmoniosa e justa, serão para sempre.

À comunidade de pescadores artesanais da Ilha da Torotama, em especial às famílias que me acolheram nesta pesquisa, com amor, o meu muito obrigado.

“Eu sou um intelectual
que não tem medo de ser amoroso.
Amo as gentes e amo o mundo.
E é porque amo as pessoas e amo o mundo
que eu brigo para que a justiça social
se implante antes da caridade”.

Paulo Freire.

RESUMO

CORRÊA, Fabrício Gallo. **O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem:** A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, 2019.

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), resultado dos programas habitacionais voltados ao meio rural que começaram a ser implantados no país a partir do ano de 2003, surge para suprir a enorme demanda por moradia digna que atenda às necessidades dos pequenos e médios produtores da agricultura familiar. Nasce da atuação e colaboração das organizações sociais e sindicais rurais em parceria com os gestores públicos federais, buscando por melhores condições de vida para as famílias camponesas e desestimulando, ao máximo possível, o êxodo rural. Com um impacto social positivo no que se refere a conquista de moradia digna e melhores condições de vida, resta saber qual a influência que o programa proporciona no anseio por permanecerem no meio rural, já que alguns autores afirmam que a conquista da casa própria, por si só, não garante essa permanência. O objetivo do trabalho é avaliar a influência do PHNR como fator contribuinte e/ou motivador no desejo das famílias beneficiadas em permanecer nas suas comunidades de origem, com possibilidade real de desenvolvimento próprio e das futuras gerações. Para tal, essa pesquisa elegeu como Estudo de Caso a Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS, em virtude da carência de avaliações pós execução do PNHR no meio rural, e mais ainda em comunidades tradicionalmente estabelecidas, diversas daquelas pertencentes à agricultura familiar. Necessário realizar uma análise da evolução do programa desde a sua criação; uma comparação qualitativa dos projetos padrão adotados ao longo do processo evolutivo do programa até o formato atual; uma avaliação técnica das unidades habitacionais produzidas; e, uma avaliação da percepção das famílias de pescadores beneficiadas pelo programa, atendimento de suas necessidades e anseios individuais e coletivos. Identificou-se, desta forma, não apenas a validade, mas também o impacto do PNHR como uma política pública habitacional que busca em suas determinações e objetivos, além de desestimular o êxodo rural, promover a valorização humana das famílias do campo e de comunidades tradicionais, sua inclusão social e seus anseios por uma vida digna.

Palavras-chave: Programa Nacional de Habitação Rural. Habitação de Interesse Social. Políticas Públicas Rurais. Pescadores Artesanais. Avaliação Pós-ocupação. Satisfação do Usuário.

ABSTRACT

CORRÊA, Fabrício Gallo. **The National Rural Housing Program as an Incentive to the Stay of Peasant Families in their Communities of Origin:** The Colony of Artisanal Fishermen on the Island of Torotama - Rio Grande / RS. Dissertation (Master Degree in Architecture and Urban Planning) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, 2019.

The National Rural Housing Program (PNHR), a result from housing programs aimed at rural areas and developed in the country since 2003, arose to supply the huge demand for some dignified housing that could meet the needs of small and medium family farmers. It was born from the work and collaboration between social organizations and rural unions in partnership with federal public managers, and it seeks both better living conditions for countryside families and – as much as possible – the discouragement of rural exodus. With a positive social impact on the achievement of dignified housing and better living conditions, it remains to be seen what influence the program has on people's desire to stay in rural areas, since some authors claim that, by itself, the achievement of home ownership does not guarantee this permanence. The aim of this work is to evaluate the influence of PHNR as a contributing and/or motivating fator to the beneficiary families' desire to remain in their home communities, with the real possibility of developing themselves and also future generations. To this end, this research selected the Colony of Fishermen of Torotama Island – Rio Grande/RS as a Case Study due to the lack of post-execution evaluations of PNHR in rural areas and even more in traditionally established communities which are different from those belonging to family farming. Some consuderations were, then, deemed necessary: an analysis of the evolution of the program since its creation; a qualitative comparison of the standard designs adopted throughout the evolutionary process of the program until the current format; a technical assessment of the housing units produced; and an evaluation of the perception of the fishing families benefitted by the program regarding the meeting of their needs as well as their individual and collective aspirations. In this way, it was identified not only the validity, but also the impact of the PNHR as a public housing policy that seeks in its determinations and objectives, in addition to discouraging the rural exodus, promoting the human valorization of rural families and traditional communities , its social inclusion and its yearnings for a dignified life.

Keywords: National Rural Housing Program. Social Interest Housing. Rural Public Policies. Artisanal Fishermen. Post Occupation Evaluation. User Satisfaction.

Lista de Figuras

Capítulo 5

Figura 5.1: PB e Fachada (s/esc.), projeto de 36,00 m² utilizado na Res. nº 460 78
Figura 5.2: (a) e (b) Unid. Habit. exec. na Res. nº 460 – Colônia Z3 – Pelotas/RS 79
Figura 5.3: PB e Fachada (s/esc.), projeto de 37,80 m² utilizado na Res. nº 518 81
Figura 5.4: (a) e (b) Unid. Habit. exec. na Res. nº 518 – Colônia Z3 – Pelotas/RS 81
Figura 5.5: (a) e (b) Unid. Habit. exec. na Res. nº 518 – Piratini/RS e Canguçu/RS 82
Figura 5.6: PB e Fachada – Tipo 01 (s/esc.), projeto de 42,00 m² utilizado no PNHR 83
Figura 5.7: PB e Fachada – Tipo 02 (s/esc.), projeto de 42,00 m² utilizado no PNHR 84
Figura 5.8: (a), (b), (c) e (d) Unidades Habitacionais executadas no PNHR – Chuí/RS 86

Capítulo 6

Figura 6.1: Localização – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS 92
Figura 6.2: Adensamento Populacional – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS 92
Figura 6.3: (a), (b), (c) e (d) Tipologias Habitacionais existentes – Ilha da Torotama 95
Figura 6.4: (a) e (b) Reunião com a Comunidade da Ilha da Torotama 96
Figura 6.5: (a) Antes; (b) Depois – Intervenção resultante do PNHR – Família 01 96
Figura 6.6: (a) Antes; (b) Depois – Intervenção resultante do PNHR – Família 02 97
Figura 6.7: (a) e (b) Energia Elétrica – Fornecimento e Iluminação Pública 98
Figura 6.8: (a) e (b) Reservatório Elevado de abastecimento de água potável 98
Figura 6.9: (a) e (b) Medição Individualizada de energia elétrica 99
Figura 6.10: (a) e (b) Valetas à céu aberto – esgotos residenciais 99
Figura 6.11: (a) e (b) Despejo Final das Valetas – Banhados e Lagoa dos Patos 100
Figura 6.12: (a) e (b) Recolhimento Semanal de Resíduos 100
Figura 6.13: (a) e (b) Curva de Acesso e Rua Principal da Ilha 101
Figura 6.14: (a) e (b) Manutenção e Limpeza de Valetas 101
Figura 6.15: (a) e (b) Matas Nativas (Restinga) e Áreas de Dunas (Paleodunas) 102
Figura 6.16: (a) e (b) Áreas de Banhados e Alagados 102
Figura 6.17: (a) e (b) Paisagem Natural da Orla Norte da Ilha 102
Figura 6.18: (a) e (b) Paisagem Natural da Orla Norte da Ilha 103
Figura 6.19: (a) e (b) Paisagem Natural da Orla Norte da Ilha 103
Figura 6.20: (a) e (b) Paisagem Natural da Orla Norte da Ilha 103
Figura 6.21: (a) e (b) Abrigos de Ônibus – Antigas e Atuais 104
Figura 6.22: (a) e (b) Posto de Saúde – Unidade Básica de Saúde da Família 104

Figura 6.23: (a) e (b) Escola Municipal de Ensino Fundamental 105
Figura 6.24: (a) e (b) Sedes dos Clubes de Futebol Amador – Novo Avante e Fiateci 105
Figura 6.25: (a) e (b) Tipologias de Bares e Mercados 106
Figura 6.26: Cemitério Local – Ilha da Torotama 107
Figura 6.27: Antena de Telefonia Móvel Celular 107

Capítulo 7

Figura 7.1: Localização dos Beneficiários 110
Figura 7.2: Escala de Valores 115
Figura 7.3: Planta Baixa (s/esc.) – 45,97 m² - PNHR – Ilha da Torotama 116
Figura 7.4: Fachada Principal (s/esc.) – 45,97 m² - PNHR – Ilha da Torotama 117
Figura 7.5: Á. S. transf. em Dormit. c/ acrésc. de área (ampliação) – Beneficiária 13 123
Figura 7.6: Á. S. transf. em Dormit. s/ acrésc. de área (adaptação) – Beneficiária 10 123
Figura 7.7: Detalhe da Ficha de Análise: Possibilidade de Flexibilidade 124

Capítulo 8

Figura 8.1: Nuvem de Palavras sobre Espaço Necessário 131
Figura 8.2: Nuvem de Palavras sobre Focos de Umidade (Locais) 133
Figura 8.3: Nuvem de Palavras sobre Focos de Mofo e Bolor (Locais) 134
Figura 8.4: Nuvem de Palavras sobre Modificações e/ou Alterações 134
Figura 8.5: Nuvem de Palavras sobre Aspectos Positivos da Ilha 144
Figura 8.6: Nuvem de Palavras sobre Aspectos Negativos da Ilha 145
Figura 8.7: Nuvem de Palavras sobre Qualidade de Vida: Ilha X Cidades 146
Figura 8.8: Nuvem de Palavras sobre Motivos à Permanência na Ilha 148
Figura 8.9: Nuvem de Palavras sobre Senso de Lugar 150

Lista de Tabelas

Capítulo 1

Tabela 1.1: Distribuição da População Brasileira de 1940 a 1991 22

Capítulo 2

Tabela 2.1: Convênio CEF/INCRA (2000) 36

Capítulo 5

Tabela 5.1: Unid. Habit. executadas na contratação da Resolução nº 460 79
Tabela 5.2: Unid. Habit. executadas na contratação da Resolução nº 518 82
Tabela 5.3: Unidades Habitacionais executadas na contratação do PNHR 85
Tabela 5.4: Unid. Habit. executadas em convênio com o INCRA e no formato PSH 87
Tabela 5.5: Total de Unidades Habitacionais executadas por Modalidade 87
Tabela 5.6: Total de Unidades Habitacionais executadas por Município 87

Capítulo 7

Tabela 7.1: Idade dos 13 beneficiários respondentes 111
Tabela 7.2: Escolaridade dos 13 beneficiários respondentes 111
Tabela 7.3: Número de Ocupantes das Moradias 112
Tabela 7.4: Número de Ocupantes das Moradias (%) 112
Tabela 7.5: Idade dos ocupantes da moradia 112
Tabela 7.6: Composição familiar dos beneficiários 113
Tabela 7.7: Composição familiar anterior à moradia 113
Tabela 7.8: Ocupação dos membros da família 114
Tabela 7.9: Renda familiar com base no salário mínimo 114
Tabela 7.10: Tempo de residência na moradia 114
Tabela 7.11: Análise Preliminar do Projeto Padrão Adotado 120

Capítulo 8

Tabela 8.1: Níveis de Senso de Lugar 149

Lista de Gráficos

Capítulo 7

Gráfico 7.1: Consideração do beneficiário: Moradia Atual X Moradia Anterior 115
Gráfico 7.2: Percepção Inicial do Pesquisador à Unidade Habitacional 122

Capítulo 8

Gráfico 8.1: Satisfação do Beneficiário – Tamanho da Moradia 128
Gráfico 8.2: Satisfação do Beneficiário – Atividades Cotidianas 130
Gráfico 8.3: Satisfação do Beneficiário – Conforto Ambiental da Moradia 132
Gráfico 8.4: Satisfação do Beneficiário – Privacidade da Moradia 135
Gráfico 8.5: Satisfação do Beneficiário – Aparência e Estética 136
Gráfico 8.6: Satisfação do Beneficiário – Convivência Social 138
Gráfico 8.7: Satisfação do Beneficiário – Infraestrutura e Serviços Públicos 139
Gráfico 8.8: Satisfação do Beneficiário – Unidade Habitacional 141
Gráfico 8.9: Comprometimento Pessoal dos Beneficiários 142
Gráfico 8.10: Satisfação do Beneficiário – Qualidade de Vida: Ilha X Cidades 146
Gráfico 8.11: Recorrência para Necessidades Externas à Ilha 146
Gráfico 8.12: Satisfação do Beneficiário – Intencionalidade de Permanência 147
Gráfico 8.13: Identidade e Pertencimento 148
Gráfico 8.14: Níveis de Senso de Lugar (%) 149

Lista de Abreviaturas e Siglas

APO	Avaliação Pós-ocupação
ARPA	Associação Regional dos Pequenos Agricultores
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
BCB	Banco Central do Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIXA ou **CEF**	Caixa Econômica Federal
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CC-FGTS	Programa de Carta de Crédito com Operações Coletivas
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
COOHAF	Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar
COOPERHAF	Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
CORSAN	Companhia Rio-grandense de Saneamento
CRDU	Concessão Real de Direito de Uso
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREHNOR	Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural
CREHNOR-Sarandi	Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi
CREHNOR-Sul	Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
EO	Entidade Organizadora
FCP	Fundação Casa Popular
FETRAF-Sul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GIDUR/CEF	Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
HIS	Habitação de Interesse Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
ITR	Imposto Territorial Rural
MC	Ministério das Cidades
MCP	Movimento Camponês Popular
MDU	Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
OGU	Orçamento Geral da União
PAIH	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PHR	Programa de Habitação Rural
PHRRS	Programa de Habitação Rural do Rio Grande do Sul
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Programa Nacional de Habitação
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
REDUR/CEF	Representação da Gerência de Desenvolvimento Urbano
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

Resumo **07**

Abstract **08**

Lista de Figuras **09**

Lista de Tabelas **11**

Lista de Gráficos **12**

Lista de Abreviaturas e Siglas **13**

CAPÍTULO 1 – Considerações Iniciais **19**

1.1. Relevância do Tema 19

1.2. A Motivação 21

1.3. Contextualização do PNHR 22

1.4. Objetivos de Pesquisa 27

1.4.1. *Objetivo Principal* 27

1.4.2. *Objetivos Específicos* 27

1.5. Metodologia de Pesquisa 28

1.6. Estrutura da Dissertação 30

CAPÍTULO 2 – O Referencial Histórico **32**

2.1. As Políticas Habitacionais no Brasil 32

2.2. As Origens da Habitação Social Rural no Brasil 36

2.3. PHRRS – O Programa Piloto do Rio Grande do Sul 38

2.4. PHR – A Influência do PHRRS no Governo Federal 40

2.5. As Resoluções nºs 460/2004 e 518/2006 41

2.6. O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural 43

2.7. A Demanda Habitacional do Litoral Sul do Rio Grande do Sul – 2009 45

Considerações ao Capítulo 45

CAPÍTULO 3 – O Referencial Teórico **47**

3.1. Percepção Ambiental 47

3.1.1. Senso de Lugar 51

3.1.1.1. Pertencimento 55

3.1.1.2. Identidade 58

3.2. Flexibilidade Habitacional 59

Considerações ao Capítulo 62

CAPÍTULO 4 – Metodologia de Pesquisa 63

4.1. Análise Bibliográfica e Documental 64

4.2. Estudo de Caso / Avaliação Pós-ocupação (APO) 65

4.3. Procedimentos Metodológicos 67

4.3.1. *Levantamento de Dados* – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS 68

4.3.2. *Perfil Familiar* 69

4.3.3. *Walkthrough* – Flexibilidade Habitacional 70

4.3.4. *Questionários* – Satisfação dos Usuários 72

4.4. Análise dos Resultados 74

Considerações ao Capítulo 76

CAPÍTULO 5 – A Atuação do Sistema CREHNOR 77

5.1. A produção habitacional na Resolução nº 460/2004 78

5.2. A produção habitacional na Resolução nº 518/2006 80

5.3. A produção habitacional no PNHR – Formato atual 83

5.4. Produções habitacionais diversas 86

Considerações ao Capítulo 89

CAPÍTULO 6 – A Ilha da Torotama – Rio Grande/RS 91

6.1. Conhecendo a Ilha da Torotama – Rio Grande/RS 91

6.2. Infraestrutura Consolidada – *Levantamento de Dados* 97

Considerações ao Capítulo 107

CAPÍTULO 7 – A Realidade dos Beneficiários 108

7.1. A Adesão dos Participantes à Pesquisa (Famílias Beneficiadas) 108

7.2. Caracterização dos Beneficiários Participantes – *Perfil Familiar* 109

7.3. O Projeto Padrão e a Flexibilidade Habitacional – *Walkthrough* 115

Considerações ao Capítulo 125

CAPÍTULO 8 – A Percepção dos Beneficiários 127

8.1. A Colônia de Pescadores e suas Famílias – *Questionário* 127

8.1.1. *A Unidade Habitacional e a Ilha da Torotama* 128

8.1.1.1. *Grupo I* – Moradia (Adequação ao Uso) 128

8.1.1.2. *Grupo II* – Conforto Habitacional 132

8.1.1.3. *Grupo III* – Privacidade (interna / externa) 135

8.1.1.4. *Grupo IV* – Aparência / Estética 136

8.1.1.5. *Grupo V* – Convivência Social 137

8.1.1.6. *Grupo VI* – Caract. da Ilha – Infraestrutura e Serviços 138

8.1.2. *A Satisfação e Percepção dos Beneficiários Entrevistados* 140

8.1.2.1. *Grupo VII* – Satisf. do Usuário – Unidade Habitacional 140

8.1.2.2. *Grupo VIII* – Satisf. do Usuário – Questões Específ. 1 142

8.1.2.3. *Grupo IX* – Satisf. do Usuário – Questões Específ. 2 144

8.2. Os Instrumentos de Pesquisa e os Referenciais Teóricos 151

8.2.1. *A Caracterização das Famílias – Perfis Familiares* 151

8.2.2. *A Possibilidade de Flexibilização Habitacional – Walkthrough* 152

8.2.3. *O Senso de Lugar dos Beneficiários – Questionário* 156

Considerações ao Capítulo 161

CAPÍTULO 9 – Considerações Finais 162

Referências 168

Apêndice A – Ficha de Levantamento de Dados – Ilha da Torotama 176

Apêndice B – Termo de Consentimento – Via do Entrevistado 179

Apêndice C – Perfil Familiar – Características do Entrevistado e Moradores 181

Apêndice D – Ficha para *Walkthrough* / Flexibilidade Habitacional 184

Apêndice E – Moradia Anterior (ou situação) X Moradia Atual (PNHR) 187

Apêndice F – Ficha de Projeto – Análise da Flexibilidade Habitacional 193

Apêndice G – Análise Fotográfica dos Ambientes – 13 Beneficiários 197

Apêndice H – Questionário – Satisfação do Usuário – Ficha de Campo 211

Apêndice I – Questionário – Satisfação do Usuário – Dados Conjuntos 218

Apêndice J – Questionário – Satisfação do Usuário – Quantificação Percentual 225

Anexo A – Relatório – Litoral Sul do Rio Grande do Sul 233

Anexo B – Especif. Mínimas – Projeto Padrão/CEF – PNHR – Ilha da Torotama 241

Anexo C – Especif. Mínimas – Projeto Padrão/CEF – Resol. n°s 460 e 518 244

Anexo D – Especif. Mínimas – Projeto Padrão/CEF – PNHR 246

Anexo E – Ofício INCRA – nº 937/SR-11/RS – Arrecadação da área da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS 248

Anexo F – Mapeamento da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS – Crehnor 250

Anexo G – Diário Oficial da União – 26 de setembro de 2012 – Arrecadação da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS ao Patrimônio da União 252

Anexo H – Reportagem do Jornal Zero Hora – Edição de 10 e 11 de março de 2018 254

Capítulo 1

Considerações Iniciais.

O estudo denominado "*O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem: A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS*" tem como objetivo avaliar a influência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), desde as suas origens, no ano de 2003, e suas decorrentes atualizações e ajustes, até a formatação atual, como fator determinante e motivador no desejo das famílias beneficiadas em permanecer em suas comunidades de origem.

Segundo diversos autores, entre eles Rover e Munarini (2010), Bolter (2013, 2015), Carloto e Atiyel (2014), Silva (2014) e Atiyel (2016), a conquista da casa própria por si só, não garante a permanência destas famílias em suas comunidades de origem, mas vem atuando de forma significativa no sentimento de valorização tanto familiar como comunitário. Sabe-se que a permanência no campo se verifica quando há a possibilidade real de desenvolvimento próprio e das futuras gerações familiares, e, dessa forma, desestimula a necessidade de deslocamento e migração destas famílias aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Estes autores ainda destacam a importância da atuação e colaboração de diversas organizações sociais e sindicais rurais na criação e operacionalização destes programas. Tal fato ocorre através da mudança de postura nas últimas décadas por parte destas organizações, que passaram de ações contestatórias e reivindicatórias (décadas de 1970 e 1980) para ações propositivas (década de 1990) e executivas (início do século XXI). Isso só se tornou possível devido à mudança do contexto político e institucional mais receptivo às questões sociais rurais por parte do Estado, na transição destes períodos (BOLTER, 2013).

1.1. Relevância do Tema

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) é uma política pública habitacional operacionalizada há pouco tempo no país. A relevância da pesquisa

ocorre no momento em que surge como discussão a necessidade de proporcionar moradia digna e melhor qualidade de vida aos pequenos e médios agricultores familiares, bem como aos indivíduos pertencentes a comunidades tradicionalmente estabelecidas, como forma e incentivo a permanência no meio rural e/ou em suas localidades de vida e trabalho.

Outro fator que determina a relevância desta pesquisa está no fato de ser o PNHR oriundo de um processo político que tem como foco atender e atuar junto às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica no meio rural; dá voz às organizações sociais e sindicais rurais de forma participativa, atuando como parceiros na elaboração e atualização de suas determinações programáticas, bem como na função de executores das unidades habitacionais; marca uma nova relação do governo com estas organizações com base no diálogo e no construtivismo de suas ações (BOLTER, 2013). Na atualidade, o estudo mostra-se relevante também no momento em que auxilia na compreensão da importância do PNHR como forma de incentivo à contenção do êxodo rural, um de seus principais objetivos.

Apesar do PNHR ser um subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), existem muitos estudos referentes a esse considerando sua aplicação no meio urbano, e mesmo que se verifique a existência de trabalhos que analisam o PNHR como política pública, resta ainda uma lacuna em estudos pós ocupacionais para o meio rural. A pesquisa pretende colaborar exatamente nessa questão: realizar uma Avaliação Pós-ocupação no meio rural, e para tal, buscar análises, métodos e técnicas desenvolvidas no meio urbano por autores consagrados como Roméro e Ornstein (2003), Blumenschein, Peixoto e Guinancio (2015) e Villa, Saramago e Garcia (2015), entre outros.

Desta forma, a pesquisa se justifica ao exemplificar, através do desempenho do Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural[1], a atuação das Entidades Organizadoras (EO) na operacionalização e produção arquitetônica do PNHR, tendo em vista que estas EO, em sua totalidade, não pertencem ao setor da Construção Civil.

[1] O Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural foi criado por pequenos produtores da agricultura familiar, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), inicialmente na cidade de Sarandi/RS, com o objetivo de acessar subsídios do Governo Federal para suas produções agrícolas. Posteriormente formou equipes técnicas para o acesso de outros benefícios, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Além disso, e tão importante quanto, justifica-se ao desenvolver uma Avaliação Pós-ocupação (APO) no meio rural, tendo por estratégia o Estudo de Caso, com o intuito de investigar e avaliar a percepção dos beneficiários do programa, e no que ele reflete na satisfação destas famílias em relação à unidade habitacional recebida.

1.2. A Motivação

Dentre as motivações para a realização deste estudo, destaca-se o meu histórico profissional e minha relação e envolvimento com o tema.

No período de 2007 a 2013, atuei como arquiteto frente ao Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural (CREHNOR), sendo o responsável pela execução das unidades habitacionais resultantes dos programas de habitação rural em questão.

O Sistema CREHNOR foi uma das mais atuantes e experientes Entidades Organizadoras (EO) no planejamento, organização e operacionalização destes programas habitacionais nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. Gerenciados pela Crehnor-Central, o sistema dividia-se em Crehnor-Sul, responsável pelos trabalhos realizados na metade sul do Estado, e Crehnor-Sarandi, responsável pela metade norte.

Inicialmente, minha atuação se deu como representante da Crehnor-Sul, responsável pelas execuções habitacionais realizadas na metade sul do estado (2007-2012), com atuação nas zonas rurais de 20 municípios da metade sul do Rio Grande do Sul, totalizando a execução de 1.399 unidades habitacionais destinadas aos pequenos e médios agricultores da agricultura familiar.

Posteriormente, atuando também pela Crehnor-Sarandi, responsável pela metade norte e Colônias de Pescadores (2010-2013), foram realizadas outras 110 unidades habitacionais, todas em comunidades de pescadores artesanais do litoral sul do Rio Grande do Sul, incluindo nesta etapa, a coautoria do projeto arquitetônico executado na Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Cabe destacar que essa atuação da Crehnor-Sarandi na metade sul do estado, de responsabilidade da Crehnor-Sul, é fruto de um convênio da mesma com o Ministério da Pesca e Aquicultura, sendo então a responsável pelas comunidades de pescadores artesanais em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, entre 2011 e 2013, como arquiteto colaborador frente a Associação Regional dos Pequenos Agricultores (ARPA), fui responsável pela execução de outras 127 unidades habitacionais dentro da zona rural do município de Canguçu/RS. No total, foram executadas, sob minha responsabilidade, 1.636 unidades habitacionais para famílias de pequenos e médios produtores rurais da agricultura familiar, bem como para famílias pertencentes às comunidades de pescadores artesanais da metade sul do Rio Grande do Sul.

Considerando que a atuação das EO se detém, de forma natural, apenas na organização e execução das unidades habitacionais, percebi que se fazia necessária uma investigação sobre a opinião dos beneficiários a respeito da experiência do PNHR. Principalmente se o programa cumpre com seus objetivos programáticos, em especial o de atuar no desejo de permanência destas famílias em suas comunidades de origem, diminuindo assim o êxodo rural.

1.3. Contextualização do PNHR

Considera-se que o PNHR e seus modelos antecessores surgem em resposta ao histórico desinteresse e descaso do Estado frente às reivindicações do meio rural, dos pequenos e médios produtores da agricultura familiar, por já não terem papel influente na cadeia econômica nacional (CARLOTO e ATIYEL, 2014).

O processo de afirmação do capitalismo fez com que as cidades assumissem um papel de protagonismo na produção econômica nacional e, a partir dos anos 1970, passassem a concentrar a maior parte da população brasileira (Tabela 1.1).

anos	***população urbana***	***população rural***
1940	31,2 %	68,8 %
1950	36,2 %	63,8 %
1960	45,4 %	54,6 %
1970	***55,9 %***	***44,1 %***
1980	67,7 %	32,3 %
1991	74,8 %	25,2 %
2010*****	76,2 %	23,8 %
2015*****	84,7 %	15,3 %

Tabela 1.1: Distribuição da População Brasileira de 1940 a 1991. Fonte: Botega, 2008 (grifo nosso).

***Atualização: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2015.**

Como se observa na tabela 01, a partir de 1970, o Brasil passa a concentrar a maior parte de sua população nas zonas urbanas. O foco na produção econômica, baseado no modelo urbano-industrial, surge com força suficiente para impor o declínio do modelo agrário-exportador, sendo essa a expressão do projeto de afirmação e expansão do capitalismo (KRAEMER, 2006). É nesse processo que a maior parte dos esforços governamentais, e consequentemente suas políticas públicas de incentivo econômico, passam a priorizar as zonas urbanas e suas cadeias produtivas. A população tipicamente rural, que não mais representava a centralidade da produção econômica, foi esquecida na elaboração das políticas públicas. Os investimentos do Estado em políticas sociais, infraestrutura, lazer, saúde, educação e habitação, foram majoritariamente direcionadas à população urbana.

Percebe-se que a permanente demanda por moradias de interesse social para o meio rural, reflexo direto da falta de políticas públicas para o campo, passa a ser identificada de forma mais contundente, e se materializa diretamente na observação da realidade socioeconômica das comunidades rurais (CARLOTO e ATIYEL, 2014).

A questão da habitação rural surge na promulgação da Constituição Federal de 1988, no art. 187, do capítulo III, que trata da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária. Tal fato provocou uma mudança sensível, já que a moradia:

> "[...] deixa de ser apenas fruto da capacidade econômica ou produtiva das pessoas. [...] o acesso à moradia passa a depender também do Estado, que se apresenta como o principal responsável pela salvaguarda dos direitos sociais" (PAGANI, 2009, p. 124 *apud* CARLOTO e ATIYEL, 2014, p. 7).

Mesmo com a ampliação de medidas governamentais de desenvolvimento e modernização agrícola, constata-se que, ainda assim, elas não eram suficientes para garantir a permanência das famílias de pequenos agricultores no campo, e muitas vezes, ao contrário, favoreciam o êxodo rural. Apesar da moradia ser assegurada de forma constitucional, e trabalhada como política pública nas áreas urbanas desde a década de 1930, o déficit habitacional sempre esteve em destaque. Além disso, conforme Carloto e Atiyel (2014) destacam, o meio rural ficou por muito tempo esquecido, pois somente no final da década de 1990, começaram a ser desenvolvidas ações nesta área.

O acesso às políticas públicas voltadas principalmente aos pequenos e médios agricultores só se faz possível com a participação das diversas organizações sindicais e movimentos sociais, bem como as associações e cooperativas criadas para esses fins, entre elas as que possuem como foco a luta pelo acesso à moradia. Até então, esses agricultores não conseguiam acessar as políticas e programas públicos de habitação existentes, tipicamente elaborados para o meio urbano, por não disporem das condições de adesão exigidas pelos órgãos organizadores, especificamente a Caixa Econômica Federal (CEF). Bolter (2013) acrescenta que, sendo a habitação um fator importante no processo de desenvolvimento e inclusão social das famílias, era necessário encontrar alternativas que fossem viáveis para o problema.

Cientes dessas situações, as organizações sindicais e sociais voltadas ao meio rural passam então a reivindicar ações concretas por parte dos governantes para elaboração de políticas específicas à habitação rural, já que, conforme Bolter (2013) a permanência das famílias no campo estaria vinculada ao seu pleno desenvolvimento e a inclusão social e garantia de mínimas condições de vida, dentre as quais o direito à moradia digna.

Somente em 1999, sob o governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, foi organizado um Grupo de Trabalho reunindo representantes do governo e de organizações sindicais e sociais ligadas ao meio rural, dentre elas a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O objetivo deste grupo foi o de articular diversas ações de valorização e inclusão social das famílias de pequenos e médios produtores da agricultura familiar, visando estimular sua permanência no meio rural, e ainda, resgatar aquelas que já estariam vivendo no meio urbano em busca de melhores condições de vida. O foco inicial seriam os assentamentos da reforma agrária (BOLTER et al., 2015). Sendo a moradia digna um dos assuntos amplamente discutidos, o grupo desenvolveu o Programa Estadual de Habitação Rural (PHRRS), instituído ainda em 1999.

Com base na experiência do Rio Grande do Sul, a questão da habitação rural ganha força em nível nacional em 2001, durante a Caravana da Agricultura Familiar, organizada pela FRETAF-SUL. Diversos atores sociais e políticos organizam um Grupo de Trabalho para as discussões, de forma semelhante ao que foi encaminhado

nos primeiros passos de desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar, tendo como norte o ocorrido com as políticas gaúchas (BOLTER et al., 2015).

Esta foi a base para a elaboração, em 2003, após a criação do Ministério das Cidades, do primeiro formato do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), intitulado à época Programa de Habitação Rural (PHR) e vinculado ao Programa Nacional de Habitação (PNH), junto à Caixa Econômica Federal (CEF). O PHR então, determinava linhas de crédito específicas para a habitação social rural. Suas regras e orientações foram estabelecidas pela Resolução nº 460 (BRASIL, 2004) e, posteriormente, revisadas e melhoradas pela Resolução nº 518 (BRASIL, 2006).

Após o encaminhamento dos primeiros projetos, ainda em 2003, os atores sociais que participaram do processo político de criação e do PHR constataram a necessidade de alterações no seu formato original. Especificamente em relação aos valores e índices de enquadramento dos beneficiários, considerando que a demanda era elevada e a capacidade de acesso dos agricultores ao programa estava muito aquém da necessidade real de abrangência (BOLTER et al., 2015).

Desse modo, somente em 2009, consolida-se a atual formatação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR):

> "[...] que passou a integrar o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, junto à CAIXA e ao Ministério das Cidades. Instituído pela Portaria Interministerial nº 326, de 31 de agosto de 2009, com diversas alterações das proposições iniciais, o mesmo tem hoje como objetivo principal financiar a construção, reforma ou ampliação da moradia dos agricultores familiares" (BOLTER, 2013, p. 100).

Este fato ocorre naturalmente devido ao sucesso da experiência das duas resoluções precedentes, aliado às proporções do déficit habitacional rural brasileiro, apontado à época[2] em 1.092.882 unidades habitacionais pelo Relatório da Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades (BRASIL, 2007). Segundo o mesmo Relatório, 70,12% deste total (766.323 unidades habitacionais), se referem a habitações em estado de precariedade. O programa se propõe a atender não apenas a população que vive no campo, como os agricultores familiares e trabalhadores

[2] Fonte: Dados básicos – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

rurais, mas também aquelas pertencentes às comunidades tradicionalmente estabelecidas:

> "[...] assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais [...]" (Cart. PMCMV – PNHR, 2009, p. 1).

Quase que na totalidade, essas comunidades encontravam-se em condições de risco e vulnerabilidade, o que fez com que a alternativa mais acessada até esse momento fosse a modalidade sustentada com recursos à fundo perdido (caução), ou seja, na forma de subsídio e não financiamento, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Identificada como Programa de Carta de Crédito com Operações Coletivas – FGTS (CCFGTS), as famílias foram organizadas em grupos de contratação, sempre por uma EO, que basicamente deveriam ser:

> "[...] de caráter público (prefeituras, governos estaduais e do distrito federal, e respectivas companhias de habitação, quando houver), e de caráter privado como entidades representativas dos grupos associativos (entidades privadas sem fins lucrativos, sindicatos, associações, condomínios e cooperativas)" (Cart. PMCMV – PNHR, 2009, p.1).

Cabe salientar que, por definição do Banco Central do Brasil (BCB), uma cooperativa de crédito é:

> "[...] uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como contracorrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

O Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural (CREHNOR) atuou como Entidade Organizadora (EO) desde os primeiros programas habitacionais rurais, especificamente no PHRRS, não apenas na seleção e organização dos beneficiários, mas também no desenvolvimento dos projetos habitacionais e condução das execuções. Foi pioneiro na organização das comunidades de pescadores artesanais, especialmente das colônias da metade sul do Rio Grande do Sul. Também foi responsável por todo o processo executivo junto aos Órgãos aplicadores do PNHR:

Ministério das Cidades (MC) e Caixa Econômica Federal (CEF). Duas eram as Entidades Organizadoras pertencentes ao Sistema Crehnor com maior demanda na região citada: a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu (Crehnor-Sul) e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi (Crehnor-Sarandi). Esta última, como citado anteriormente, foi a responsável pelas execuções habitacionais nas comunidades e colônias de pescadores artesanais em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

1.4. Objetivos de Pesquisa

Com o contexto estabelecido, surgem então os objetivos, principal e específicos desta pesquisa:

1.4.1. *Objetivo Principal:*

Avaliar a influência do PHNR como política pública contribuinte e/ou motivadora no desejo das famílias de beneficiários em permanecer nas suas comunidades de origem, atuando na valorização dos indivíduos, de forma pessoal e comunitária, e com possibilidade real de desenvolvimento próprio e das futuras gerações.

1.4.2. *Objetivos Específicos:*

✓ Caracterizar a produção arquitetônica resultante do PNHR e suas versões antecessoras na região sul do Rio Grande do Sul, tendo por análise a atuação do Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural como Entidade Organizadora;

✓ Avaliar o desenvolvimento técnico do Programa, dos projetos padrão adotados e das unidades habitacionais rurais resultantes das modalidades do PNHR, aplicados pelo Sistema Crehnor à região sul do Estado;

✓ Analisar a possibilidade de flexibilização habitacional das moradias executadas, considerando as variáveis de ampliabilidade e adaptabilidade;

✓ Investigar junto às famílias beneficiárias do PNHR, o nível de satisfação em relação à unidade habitacional recebida, assim como o nível de senso de lugar, envolvendo as variáveis de pertencimento e identidade *ao* e *do* lugar.

A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS foi escolhida como objeto de pesquisa, devido a carência de estudos pós intervenção de programas habitacionais, junto à beneficiários pertencentes a comunidades diversas daquelas que tradicionalmente são atendidas por esses programas, ou seja, as formadas por pequenos produtores da agricultura familiar. Diferentemente de outras comunidades tradicionais, a Ilha apresenta uma série de peculiaridades, tais como: a identidade única de sua comunidade, formada por pescadores artesanais já em sua 4ª geração familiar; os entraves de contratação de benefícios decorrentes da não comprovação da propriedade das terras; o enquadramento das comunidades de pescadores nos mesmos moldes dos pequenos agricultores familiares; a atuação e participação imprescindível do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na busca por soluções jurídicas necessárias.

1.5. Metodologia de Pesquisa

A pesquisa inicia com uma revisão bibliográfica (teses, dissertações, artigos e livros) que busca, em um breve histórico, sistematizar as políticas habitacionais no Brasil, através das determinações governamentais na busca por soluções para o déficit habitacional. Assim se pretende ter uma maior compreensão sobre fatos que possam ter colaborado na construção de um programa habitacional específico para a população do meio rural. Esta etapa abrange também uma pesquisa documental, já que explora a presença de legislações e políticas públicas, sejam estas regionais ou federais, bem como o registro das situações específicas, especialmente no que se refere à propriedade da terra, participação do INCRA e projetos efetivamente adotados.

Após esta primeira etapa, foi realizada a revisão teórica que embasou a elaboração dos instrumentos de pesquisa de campo, com a finalidade de determinar as variáveis e parâmetros de análise, tanto para a questão habitacional como para os valores pessoais que determinem o nível de percepção e senso de lugar das famílias de beneficiários, e consequentemente o nível de satisfação para se chegar ao objetivo de pesquisa.

Concluídas as revisões histórica e teórica, foi realizada uma comparação técnica qualitativa dos 3 (três) projetos adotados pelo Sistema Crehnor em cada formato estabelecido do Programa – Resoluções n°s 460 e 518, e PNHR – PMCMV. Tal comparação teve a finalidade de avaliar os avanços do programa (aporte financeiro, qualidade construtiva e melhorias), levando em consideração, além das especificações mínimas estabelecidas pela CAIXA, o projeto executivo, memorial descritivo e orçamento refletivo do valor de benefício, bem como amostragem de obras concluídas, todas tendo por EO o Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural, e realizadas na metade sul do Rio Grande do Sul.

Metodologicamente, para se chegar ao objetivo principal, a estratégia de pesquisa foi o Estudo de Caso, já que foram estudados fenômenos que não exigem controle sobre eventos comportamentais, focalizando em acontecimentos contemporâneos (YIN, 2015). De forma individualizada, junto às famílias beneficiadas pelo programa, pretendeu-se trabalhar com a utilização de multimétodos, destacado por Elali (1997), sendo estes:

- ✓ Levantamentos de dados referentes a infraestrutura da Ilha, organização física e cotidiano de serviços públicos;
- ✓ Walkthrough[3] com a obtenção de imagens para análise da flexibilidade habitacional (ampliabilidade e adaptabilidade), na forma de amostragem, vistoriando as residências resultantes do programa. Esse levantamento vai caracterizar as moradias que permanecem conforme o projeto padrão e as que já apresentem alterações significativas para atendimento das necessidades individuais familiares. A análise teve como base metodológica uma adaptação da avaliação da qualidade da habitação de interesse social do trabalho de Blumenschein, Peixoto e Guinancio (2015), que em seu capítulo 2 trata da qualidade de projeto arquitetônico, conceitos e definições, adequando a situação específica de moradia para o meio rural;
- ✓ Questionários estruturados e entrevistas livres, tendo como base os trabalhos de Roméro e Ornstein (2003) e Villa, Saramago e Garcia (2015), para análise das variáveis de senso de lugar, pertencimento e identidade.

[3] Segundo Rheingantz et al (2009, p. 23), Walkthrough é um método de análise que combina simultaneamente uma observação com uma entrevista, ou seja, um percurso dialogado abrangendo todos os ambientes, possibilitando aos observadores se familiarizarem com a edificação, construção, estado de conservação e usos.

O objeto de pesquisa para o trabalho de campo configurou o Estudo de Caso como caso único, envolvendo a produção das moradias na Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama na cidade de Rio Grande/RS. Segundo estimativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a ilha é ocupada por cerca de 500 famílias dedicadas à pesca artesanal e agricultura familiar de subsistência. Desse universo foram avaliadas 13 moradias entre as 42 já executadas pelo PNHR.

1.6. Estrutura da Dissertação

A pesquisa foi organizada em sete capítulos (além destas Considerações Iniciais – capítulo 1 e as Considerações Finais – capítulo 9). As Considerações Iniciais apresentam a relevância teórica e social da investigação, os objetivos, geral e específicos, os processos que originaram o PHNR e o objeto para o estudo de Caso.

O segundo capítulo, como contextualização do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), apresenta um breve histórico das políticas públicas habitacionais adotadas ao longo das últimas décadas no Brasil, identificando as influências que possam ter orientado as determinações de políticas habitacionais específicas para os pequenos e médios produtores da agricultura familiar.

O terceiro capítulo é dedicado ao referencial teórico de pesquisa que norteou o trabalho de campo e elaboração dos instrumentos de análise. Abrange a questão da flexibilidade habitacional e suas variáveis de ampliabilidade e adaptabilidade construtivas, bem como os aspectos perceptivos por parte dos beneficiários, seus níveis de senso de lugar, pertencimento ao ambiente e identidade particular *do* e *com* o lugar.

O quarto capítulo é dedicado a metodologia, explicitando os métodos e técnicas de pesquisa, adaptados da bibliografia de apoio, buscando atingir os objetivos, geral e específicos. Apresenta os procedimentos metodológicos para a realização dos trabalhos de campo junto à comunidade e às famílias de pescadores artesanais beneficiadas pelo PNHR, bem como descreve os levantamentos residenciais em busca de respostas às variáveis e parâmetros estabelecidos pela pesquisa.

No quinto capítulo serão apresentados os levantamentos de projetos, a quantificação de unidades rurais executadas e as informações necessárias para uma visão abrangente da atuação do autor e do Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito como Entidade Organizadora na região sul do Rio Grande do Sul, na aplicação do PNHR e suas versões anteriores.

O sexto capítulo tem como objetivo apresentar a Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Além das características físicas, sua disposição espacial e peculiaridades extraídas de artigos e estudos acadêmicos, também apresenta os resultados do Levantamento de Dados com a atualização da infraestrutura pública consolidada, bem como dos serviços públicos disponíveis verificados na Ilha.

No sétimo e oitavo capítulos, são apresentados os resultados, análises e discussões decorrentes da aplicação dos instrumentos de pesquisa utilizados, buscando avaliar a influência e contribuição do PNHR como política pública motivadora no anseio e desejo das famílias de beneficiários em permanecer na comunidade. Também o oitavo capítulo expõe como o programa se comporta na valorização individual e coletiva, auxiliando na possibilidade de desenvolvimento socioeconômico próprio e das futuras gerações.

Por fim, nas considerações finais, nono capítulo, pretende-se destacar a importância do PNHR conforme seus objetivos programáticos, colaborando com um melhor conhecimento sobre o tema. Pretende-se ainda apontar os erros e acertos na sua operacionalização, e assim propor aos diversos atores sociais e principalmente ao Estado, a necessidade constante de reavaliação de suas atuações e participações na elaboração e evolução de um programa que privilegia a agricultura familiar do país, que por tanto tempo sentiu-se à margem dos programas e políticas públicas de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Capítulo 2

O Referencial Histórico.

O capítulo apresenta um breve histórico sobre as determinações e programas governamentais que, ao longo das últimas décadas, procuraram enfrentar o déficit habitacional brasileiro, desde a Independência do Brasil, até a formatação do PNHR, incluído no PMCMV, no ano de 2009.

2.1. As Políticas Habitacionais no Brasil.

A escassez habitacional, segundo Chiarelli, já era identificada como um problema desde a Independência do país (1822), porém a situação se agrava ao final do século XIX, quando escravos "livres", trabalhadores locais e imigrantes, formam um contingente de pessoas mal alojadas nos centros urbanos (CHIARELLI, 2014). Esta situação era caracterizada, conforme Moura, pela "exiguidade da área para cada unidade, a sobreposição das funções de estar, dormir, cozinhar num único espaço, e as instalações sanitárias coletivas, quando essas existiam" (MOURA, 2006, p. 74).

Identificadas como "cortiços", essas tipologias habitacionais, tipicamente urbanas, são apontadas como responsáveis por uma série de epidemias no decorrer de três décadas, entre 1890 e 1920, o que fez surgir discursos e consequentes ações higiênico-sanitaristas. A solução perpetrada pelo Estado resumiu-se na remoção dessa população dos centros urbanos para as regiões periféricas das cidades, sendo essa política consagrada por Bonduki com o termo "Autoritarismo Sanitário". Este autor destaca que as concepções higienistas resultaram em uma prática abusiva que buscava "sanear os males da cidade através da eliminação de seus sintomas, as moradias insalubres, nunca questionando suas causas" (BONDUKI, 1998, p. 36).

Neste período, o Estado, que não se responsabilizava pela construção de habitações populares, repassa esse encargo à investidores e/ou donos de indústrias na produção das chamadas "Vilas Operárias" ou "Vilas Proletárias", normalmente formadas por conjuntos de casas destinadas à aluguel por baixos valores ou oferecidas gratuitamente a seus operários (BONDUKI, 1998).

Incentivando a produção das Vilas Operárias, o Estado considerava-se desobrigado a solucionar o problema da carência habitacional:

> [...] as práticas administrativas do Estado brasileiro, no Período do Autoritarismo Sanitário, vão criar as condições para o esboço de uma ação mais efetiva do Estado, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e da Fundação da Casa Popular, instituições que irão demarcar a conduta do Estado no período seguinte (CHIARELLI, 2014, p. 55).

Após este período, o Estado e seus gestores públicos reconhecem os problemas habitacionais urbanos, e passam a entender suas responsabilidades. Porém transferem a produção de moradias populares aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Segundo Botega, entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação era focada no financiamento pessoal para aquisição da casa própria, e consistia na oferta de crédito imobiliário pelos IAPs ou pelas Caixas Econômicas, além de alguns bancos incorporadores imobiliários (BOTEGA, 2008).

Os IAPs promoveram financiamento habitacional a seus afiliados, em diversas categorias profissionais urbanas, através das Carteiras Prediais. Como resultado, foram gerados conjuntos habitacionais emblemáticos, numa produção focada nos valores e ideais da Arquitetura Moderna, e que, na época, foram responsáveis por uma transformação qualitativa dos ambientes urbanos (CHIARELLI, 2014).

A questão habitacional como política pública nacional, amparada pelo Estado, teve seu início somente com a criação da Fundação Casa Popular (FCP). Implementada no ano de 1946, tinha como objetivo implantar uma política habitacional que atendesse a população de baixa renda. Na realidade, até sua extinção em 1964, a FCP não conseguiu atingir os objetivos propostos (OLIVEIRA e KARNOPP, 2015). Para Bonduki, a Fundação Casa Popular foi “considerada um símbolo da ineficiência governamental e do predomínio da fisiologia em detrimento da racionalidade e do interesse público” (BONDUKI, 2004, p. 125). Ainda segundo Bolfe e Rubin (2014) e Oliveira e Karnopp (2015), fosse pela falta de recursos e dotações orçamentárias, a FCP configurou-se como um balcão de negócios tipicamente eleitoreiro. Cabe destacar que sua política se limitou a atender o meio urbano, não existindo preocupações com o meio rural, muito embora concentrasse a maioria da população do país, naquele momento.

Já sob ditadura militar, foi criado em 1964 o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), tendo como agente operacional o Banco Nacional de Habitação (BNH) que funcionava como repassador dos recursos financeiros oriundos das cadernetas de poupança, das letras imobiliárias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O BNH foi a primeira instituição com possibilidade concreta de instituir uma política habitacional com abrangência nacional. Porém, a atuação dessa instituição ficou restrita ao atendimento das necessidades habitacionais do meio urbano (OLIVEIRA e KARNOPP, 2015). O que reforça Bonduki (2004), quando afirma ser o BNH uma resposta do governo militar à forte crise habitacional que assolava o país, frente a uma urbanização acelerada principalmente pelo crescimento econômico ao final da década de 1960. Dentro da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o BNH, surge a questão da habitação rural com o seguinte teor:

> Art. 1º – O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.
> Art. 4º – Terão prioridade na aplicação dos recursos:
> I – a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subumanas de habitação;
> II – os projetos municipais ou estaduais que, com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados dos necessários melhoramentos, permitirem o início imediato da construção de habitações;
> **IV – a construção de moradia para a população rural** (BRASIL, Lei nº 4.380/64, DOU de 30 de setembro de 1964, grifo nosso).

No entanto, não se conhecem ações concretas na efetivação dessa resolução.

As atribuições do BNH, extinto no ano de 1986, passaram a ser de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (em 05 de outubro de 1988), a habitação rural foi inserida no Artigo 187, como Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária:

> Art. 187 - A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:
> I - os instrumentos creditícios e fiscais;

> II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
> III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
> IV - a assistência técnica e extensão rural;
> V - o seguro agrícola;
> VI - o cooperativismo;
> VII - a eletrificação rural e irrigação;
> **VIII - a habitação para o trabalhador rural** (grifo nosso).

No entanto, exceto por algumas atuações e convênios esporádicos do INCRA para execução de projetos isolados para execução de moradias nos assentamentos da reforma agrária, não houve o desenvolvimento de uma política habitacional específica para o meio rural.

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990/1992), em função da grave crise habitacional e posteriormente governamental, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) é lançado no ano de 1990, direcionando os recursos federais ao capital imobiliário privado que, de forma lógica, privilegia o meio urbano (BOLFE e RUBIN, 2013). Já no ano seguinte (1991), ainda no governo Collor, foi aprovada a Política Agrícola pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que no seu Art. 87 trazia a seguinte redação:

> Art. 87 – **É criada a política de habitação rural**, cabendo à União destinar recursos financeiros para a construção e/ou recuperação da habitação rural.
> § 1º Parcela dos depósitos da Caderneta de Poupança Rural será **destinada ao financiamento da habitação rural**.
> Art. 88 – Vetado.
> Art. 89 – O poder público estabelecerá incentivos fiscais para a empresa rural ou para o produtor rural, nos casos em que sejam aplicados recursos próprios na habitação para o produtor rural (BRASIL, Lei nº 8.171/91, DOU de 18 de janeiro de 1991).

Também não se identificou nesse período, alguma ação no sentido de garantir o financiamento habitacional rural.

Após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, ocorrido em 29 de dezembro de 1992, o presidente Itamar Franco lança os programas *Habitar Brasil* (mantido posteriormente pelo seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso) e o *Morar Município*, ambos atrelados ao Ministério do Bem-Estar Social. Este fato, na verdade, apenas reforçou o caráter assistencialista dos programas, onde mais uma vez é priorizado como política habitacional tipicamente urbana (ATIYEL, 2016).

Segundo Oliveira e Karnopp (2015), já no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, são retomados os investimentos e financiamentos em habitação e saneamento com recursos do FGTS. São criados programas como o Pró-Moradia (1996), com foco à urbanização de áreas precárias; o Projeto Moradia (1999/2000), proposto com o objetivo de solucionar a questão habitacional do País; e o PAR – Programa de Arrendamento Residencial (1999), para a produção de unidades habitacionais novas. Na delegação de quais projetos seriam priorizados para financiamento público, as zonas urbanas são novamente favorecidas em detrimento às zonas rurais. Porém, como se verá a seguir, tem início no governo de Fernando Henrique Cardoso, alguma iniciativa na promoção habitacional rural.

Percebe-se que, historicamente e mesmo com previsões legais e algumas iniciativas articuladas, as políticas públicas voltadas ao déficit habitacional rural nunca foram bem claras, como destacam Oliveira e Karnopp (2015) ao citar Peres (2003):

> O papel do Estado, no Brasil, com relação a políticas públicas de habitação e desenvolvimento rural, não tem sido claro, e menos ainda programas voltados à política de habitação rural. Os poucos programas de moradia existentes realizam-se desvinculados de uma estratégia nacional de desenvolvimento que inclua programas de geração de atividades produtivas e empregos permanentes. Além disso, existe uma falta de coordenação entre os escassos organismos que atuam na questão da habitação das áreas rurais, somada a uma desconsideração da legislação relativa a esse assunto (PERES, 2003, p. 78 *apud* OLIVEIRA e KARNOPP, 2015, p. 114).

2.2. As Origens da Habitação Social Rural no Brasil.

Segundo Silva (2014), as origens dos programas de habitação rural no Brasil, têm como marco o ano de 2000, através de um convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a execução de unidades habitacionais nos Assentamentos da Reforma Agrária (Tabela 2.1).

Ano	Programa	Local	Valor disponi-bilizado	Parceiros	Recursos	Contrapartida/ Caução (Parceiros)	Pagamento	Beneficiá-rios	Unids. execu-tadas	Valor Total da Obra (R$)
2000 2001	CC-FGTS - Op. Coletivas	Centro-Oeste e Nordeste Sul e Sudeste	Até R$ 2.500,00	INCRA	R$ 2.500, 00 (FGTS)	INCRA	INCRA	Assentados	62.310	155.775.000,00

Tabela 2.1: Convênio CEF/INCRA (2000). Fonte: Silva, 2014, p. 87.

Nesta ocasião foram beneficiadas cerca de 30 mil famílias das regiões centro-oeste e nordeste do país, e pouco mais de 32 mil nas regiões sul e sudeste. Os recursos eram provenientes do Programa Carta de Crédito – FGTS (CC-FGTS), Operações Coletivas – Aquisição de Material de Construção – Garantia Caução (fundo perdido).

Esta modalidade de benefício, existente ainda hoje na atual formatação do PNHR, foi e ainda é a mais acessada pelas famílias rurais pertencentes à agricultura familiar. Para Silva (2014):

> Esse convênio com o INCRA representa um marco importante, pois, pela primeira vez, desde a inclusão do trabalhador rural no FGTS em 1988, os recursos desse fundo são destinados às famílias rurais. É também a primeira vez que a Caixa opera programas habitacionais no mundo rural (SILVA, 2014, p. 86).

Já para Bolter (2013), mesmo com o convênio CEF/INCRA, e diante do grande déficit habitacional rural, até o ano de 2003 muito pouco recurso foi investido pelos gestores públicos em habitação rural no país. Além disso, o descaso e desinteresse do Estado em gestões anteriores já haviam agravado o problema habitacional rural.

A partir de 2003, quando as organizações sociais rurais passaram a participar dos debates e discussões na formulação das políticas e programas voltados ao meio rural, é que se deu a conhecer a verdadeira realidade habitacional vivenciada pelos pequenos e médios produtores da agricultura familiar. Muitas destas famílias se encontravam em estado de vulnerabilidade social, situação idêntica a vivenciada por membros de comunidades tradicionalmente estabelecidas (pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, etc.). Através da atuação das organizações sindicais e sociais, estas comunidades foram legalmente equiparadas aos agricultores familiares na obtenção de benefícios habitacionais, amparadas pelo PNHR:

> As organizações sociais e sindicais rurais brasileiras passaram a reivindicar dos governos uma ação concreta para o problema habitacional no meio rural, devido à constatação de que a permanência das famílias nesse meio só ocorreria com o desenvolvimento e a inclusão social das mesmas, e que essas famílias, para conseguirem se desenvolver com inclusão social, necessitariam dispor das mínimas condições de vida, dentre as quais a habitação é fundamental (BOLTER, 2013, p. 97).

Esse é o momento crucial em que se iniciam as discussões e debates tendo como tema as ações necessárias para a permanência dessas famílias no meio rural,

seu desenvolvimento pleno e inclusão social como cadeia produtiva e econômica da sociedade, e com identidade própria. A questão habitacional torna-se uma dessas ações e adquire extrema importância para que tudo isso aconteça. Para Bolter (2013), o marco habitacional rural acontece no estado do Rio Grande do Sul, em 1999, com a criação e implantação do Programa de Habitação Rural do Rio Grande do Sul (PHRRS). Esse programa, devido ao seu pioneirismo, relevância e êxito na sua operacionalização, foi a base para a criação e operacionalização dos programas habitacionais rurais do Governo Federal, realizados a partir da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

2.3. PHRRS – O Programa Piloto do Rio Grande do Sul.

Em 1999, no Estado do Rio Grande do Sul, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de estabelecer uma série de ações, dentre elas a elaboração de programas e políticas públicas de incentivo à inclusão social das famílias de pequenos e médios agricultores, que garantissem a permanência dessas famílias no meio rural. Fizeram parte desse grupo, além dos representantes do governo do Estado, dirigentes de diversas organizações sociais e sindicais rurais:

> A partir desse momento, o grupo de trabalho responsável pela idealização, criação e execução das ações passou a debater as regras para o desenvolvimento e implementação do programa. Surgiram, então, diversas organizações sociais ligadas ao campo com o objetivo de operacionalizar e implementar o PHRRS em parceria com o governo do estado. O programa, mesmo considerado relevante, foi operacionalizado no Estado durante um curto espaço de tempo, até o final de 2002 (BOLTER et al., 2015, p. 468).

Bolter (2013) destaca, além do empenho pessoal do Governador do Estado no período de 1999 a 2002, Olívio Dutra, e de seu Vice-Governador, Miguel Rossetto, a contribuição dos dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) no avanço dos trabalhos.

É através da FETRAF-SUL que acontece neste momento, a criação da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF), inicialmente formada por um grupo de 25 agricultores oriundos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), da cidade de Sarandi/RS. O propósito inicial da COOPERHAF era operacionalizar o projeto piloto de habitação rural ainda em desenvolvimento.

Para Carloto e Atiyel (2014) deve-se destacar a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nesse processo, como integrante do grupo de trabalho. Isso porque, anteriormente, no ano 2000, foi realizado o primeiro Encontro Nacional do MPA, na cidade de Ronda Alta/RS. Nesta ocasião, considerada como um divisor nas bases fundamentais do movimento, foi estabelecido um projeto estratégico que reflete "o grande esforço de elaboração teórica a respeito do campesinato: suas formas de ser, de viver e de produzir; o seu papel na sociedade, as suas possibilidades e os meios necessários para tal" (MPA, 2012). Esse projeto estratégico foi denominado como "Plano Camponês", que:

> Além de afirmar o campesinato como sujeito político, apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem concretamente os objetivos do movimento: produção de comida saudável e qualidade de vida no campo (MPA, 2013, *apud* CARLOTO e ATIYEL, 2014, p. 9).

Dois são os pilares nas determinações do Plano Camponês: condições para produzir e condições para viver bem no campo. E é a partir desses pilares centrais que se estabelecem os eixos do Plano: Produção, Educação/Formação, Qualidade de Vida, Comunidade Camponesa, e Soberania Alimentar/Energética/Genética/Hídrica (MPA, 2012).

De acordo com Carloto e Atiyel (2014), surge então o conceito de "Moradia Camponesa", parte fundamental do eixo Qualidade de Vida, que se apresentava como uma das primeiras pautas de reivindicação do Movimento dos Pequenos Agricultores, desde o ano de 1998. A Moradia Camponesa na verdade, é a compreensão que vai muito além do conceito de unidade habitacional, normalmente identificada como urbana. Ela estabelece que essa unidade apenas, não garante a permanência das famílias no campo. Sendo assim, trabalha-se o conceito de moradia camponesa como um conjunto de fatores que refletem o cotidiano das famílias da agricultura familiar, abarcando necessidades econômicas, ambientais e de qualidade de vida.

Alves e Costa (2012) salientam que a conceituação de Moradia Camponesa é a apresentada pelo Caderno Pedagógico do Movimento Camponês Popular (MCP): não se trata apenas da casa, mas do ambiente como um todo, sendo embelezado com jardins, mata nativa, pássaros, pomar, horta, plantas medicinais e o conjunto da infraestrutura necessária para a vida camponesa.

Desta forma, deve estar acompanhada de Políticas Públicas que garantam a renda familiar através de: (1) Assistência técnica e social na execução da moradia e cuidados com a propriedade rural; (2) Crédito subsidiado para insumos, equipamentos e ferramentas; (3) Política de preço mínimo destes insumos; (4) Garantia de comercialização da produção familiar (ALVES e COSTA, 2012).

Como resultado de todas essas contribuições, sejam de atores representantes dos movimentos e organizações rurais, sejam de atores estatais, surge o programa Habitacional Rural do Estado do Rio Grande do Sul, inicialmente intitulado Programa Estadual de Habitação Rural, e posteriormente alterado, na sua elaboração final como Programa de Habitação Rural do Rio Grande do Sul (PHRRS).

Sob coordenação do governo do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a FETRAF-SUL e seus associados, o PHRRS entra em execução prática com a construção de 2.032 unidades habitacionais em mais de cem municípios gaúchos, em sua maioria situados na metade norte do estado. A responsabilidade pela efetivação dessas construções ficou à cargo de Entidades Organizadoras, que a exemplo dos moldes atuais do PNHR, normalmente são organizações sociais representativas dos agricultores familiares, como sindicatos, associações e cooperativas.

As Entidades Organizadoras com maior relevância na organização e execução das 2.032 unidades habitacionais resultantes do PHRRS são, além do próprio MPA e a COOPERHAF: Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), Sistema CREHNOR de Cooperativas de Crédito Rural, e Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar (COOHAF).

É com base na relevância e no êxito dessa experiência no Rio Grande do Sul, operacionalizada em um curto espaço de tempo, até o final de 2002, que, em 2003, foi criado o Programa de Habitação Rural (PHR) pela gestão federal que então assumia o governo do país, na Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo em sua equipe os mesmos políticos idealizadores do PHRRS, Olívio Dutra como ministro das Cidades e Miguel Rossetto como ministro do Desenvolvimento Agrário.

2.4. PHR – A Influência do PHRRS no Governo Federal.

As principais organizações sociais rurais no país reivindicaram junto ao governo federal a criação de um programa habitacional rural, tendo como modelo a experiência

do governo gaúcho no período de 1999 a 2002, até porque estas mesmas organizações foram protagonistas no processo de elaboração, determinação e execução do PHRRS.

> Em 2003, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2002, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ex-vice-governador do Rio Grande do Sul no mesmo período, foram designados pelo presidente Lula para coordenar um grupo de trabalho, composto por atores públicos e sociais, que ficou encarregado de dialogar sobre uma proposta concreta de habitação voltada para o meio rural. Dentre os atores envolvidos no grupo de trabalho, responsável por idealizar a proposta, estavam diversas organizações sociais que, assim como os ministros, também atuaram ativamente no processo político de formulação do PHRRS (BOLTER, 2013, p. 98).

Surge então, em nível nacional, o Programa de Habitação Rural (PHR), à época (2003) vinculado ao Programa Nacional de Habitação (PNH), tendo por responsável a CEF. Suas bases e regras foram estabelecidas e assim reconhecidas pelas entidades organizadoras como Resolução nº 460/2004 e posteriormente alteradas e consolidadas na Resolução nº 518/2006, ambas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabelecem as diretrizes para a aplicação dos recursos e a elaboração das propostas orçamentárias do FGTS, no período de 2005 a 2008, já que tais recursos são vinculados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

2.5. As Resoluções nºs 460/2004 e 518/2006.

Segundo Bolter (2013), o programa surge em um momento em que o déficit habitacional no meio rural não encontra nenhum respaldo nos programas habitacionais vigentes, que são formulados exclusivamente para as áreas urbanas. Tais programas não eram acessíveis às populações rurais, já que sua realidade era totalmente diversa daquelas verificadas nas áreas urbanas, conforme destaca Bolter:

> A renda e as receitas no meio rural, além de não serem fixas mensalmente, muitas vezes são incertas, o que impedia que a população rural de baixa renda conseguisse acessar os financiamentos de habitação nos moldes urbanos. A realidade encontrada no meio rural demandou ao grupo de trabalho, responsável por idealizar o programa, pensar uma forma diferenciada de financiamento, adequando-o às diferentes realidades e situações vivenciadas pelas famílias (BOLTER, 2013, p. 99).

Considerando o empobrecimento de grande parcela dos pequenos e médios produtores da agricultura familiar e outros menos estruturados economicamente, a modalidade de financiamento mais acessada, e foco das entidades organizadoras, foi, e ainda é, através de recursos a fundo perdido e operações coletivas (organizados em grupos), reflexo direto do enorme déficit habitacional existente nas zonas rurais.

Rover e Munarini (2010) salientam que, neste primeiro momento do PHR, foram assinados mais de 17 mil contratos beneficiando as famílias agricultoras do meio rural no Brasil, com mais de R$ 140 milhões em recursos investidos na produção das unidades habitacionais. Porém mais de 63% das famílias inscritas no programa não foram contempladas, o que demostrou o tamanho da demanda e a necessidade de ajustes no programa. Dessa forma, essa política habitacional rural poderia atender as famílias de baixa renda (ROVER e MUNARINI, 2010, p. 264).

Desde o início do PHR, em 2003, com o encaminhamento desta primeira demanda, os atores que participaram do processo político de sua criação, e com a experiência do PHRRS, entre eles as organizações sociais e sindicais, apontavam a necessidade de alterações na formulação inicial do programa, especificamente no que se refere aos valores dos recursos e condições de enquadramento dos beneficiários, tendo em vista a demanda elevada e as condições de acesso ao programa pelos agricultores que continuavam encontrando dificuldades para tal.

Sendo assim, em 2004, o programa foi reformulado através da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Curador do FGTS, que alterou e estabeleceu novas condições de enquadramento ao mesmo. Importante também foi a consolidação de várias entidades organizadoras como executoras do programa, e a formalização de novas operações no meio rural, com destaque para a inclusão, no primeiro momento de maneira informal, de comunidades de pescadores artesanais e de quilombolas nos mesmos moldes que os produtores da agricultura familiar.

> A resolução permite financiamento ou concessão de subsídios para as áreas de habitação popular no Programa Operações Coletivas, que visa atender as necessidades habitacionais das famílias rurais de baixa renda, com atendimento direto às pessoas físicas, organizadas de forma coletiva, em parceria com uma Entidade Organizadora (EO). O sistema de obras definido por esse programa é o mutirão ou a autoconstrução assistida (com supervisão do canteiro de obras) (SILVA, 2014, p. 89).

A Resolução nº 460 foi revista, alterada e consolidada pela Resolução nº 518, de 7 de novembro de 2006, mantendo as proposições iniciais mais importantes. Nessa alteração ocorreu um aporte financeiro para cada unidade habitacional, passando de R$ 8.000,00 para R$ 15.000,00[4], fruto da reivindicação das entidades organizadores, responsáveis pela elaboração dos projetos a serem executados, que apontavam um aumento significativo nos custos construtivos e operacionais. Evidentemente a entidade financeira (CEF) responsável pela liberação dos recursos, determinações técnicas para projetos e fiscalizadora do programa, solicitou alterações e melhorias na unidade habitacional em suas especificações mínimas, principalmente no que se refere à área construída e ao nível de acabamentos das construções.

Consolidam-se também como beneficiários, a exemplo da Resolução anterior, comunidades rurais diversas das pertencentes à agricultura familiar, mesmo que não efetivamente de forma oficial, mas nas tratativas entre organizações sociais e sindicais com o Ministério das Cidades e CEF. Desta forma, são enquadrados nos mesmos moldes dos agricultores familiares, além das comunidades de pescadores artesanais e de quilombolas, os extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, populações ribeirinhas, povos indígenas e outras comunidades desde que tradicionalmente estabelecidas. Posteriormente esta determinação iria constar no texto do PNHR, quando inserido no PMCMV, fato que ocorre no ano de 2009.

2.6. O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural.

O PHR e suas decorrentes reformulações, constituídas pelas Resoluções nºs 460 e 518, no período de suas vigências, de 2003 a 2008, foram constantemente analisadas e avaliadas pelos diversos atores sociais envolvidos em suas regras, determinações e aplicabilidade. As inúmeras negociações, reuniões, seminários, palestras, encontros, entre outras atividades realizadas neste período, resultaram na criação, através do Decreto Federal nº 6.819, de 13 de abril de 2009, do novo formato de programa habitacional rural, recebendo a denominação de Programa Nacional de

[4] Na Resolução nº 460 de 2004, o valor de R$ 8.000,00 correspondia a 30,77 salários mínimos (R$ 260,00 em 1º de maio de 2004). Esta correspondência sofreu alteração na Resolução nº 518 para 42,86 salários mínimos (R$ 350,00 em 1º de abril de 2006).

Habitação Rural (PNHR), subprograma do PMCMV, que se encontra vigente até os dias atuais[5] (BOLTER, 2013).

Segundo Rover e Munarini (2010) o público alvo prioritário do PNHR é composto pelos pequenos e médios produtores da agricultura familiar, reconhecidos como aqueles "inseridos no mercado e com renda consistente e estável – a chamada agricultura familiar consolidada – bem como um contingente expressivo de famílias com pouca renda – denominados agricultores familiares periféricos ou em exclusão". De acordo com os autores, mesmo com a grande procura e número de inscritos, grande também é o número de excluídos do programa, o que evidencia a histórica falta de políticas habitacionais rurais, tendo em vista que:

> O grande número de não contemplados é explicado pelas entidades operadoras e pelos agricultores entrevistados através de três fatores: a) a não disponibilidade de recursos financeiros por parte do Governo Federal e da Caixa, o agente financeiro; b) o não enquadramento entre a renda familiar e a modalidade do programa demandada pela família; c) a falta ou dificuldade de muitas famílias conseguirem os recursos necessários para a contrapartida exigida pelo PNHR (ROVER e MUNARINI, 2010, p. 264).

Já de acordo com Bolter (2013), as novas regras do agora PNHR, apresentam algumas mudanças significativas, mantendo o propósito inicial e principal, qual seja o de incluir e fazer com que os agricultores com maior vulnerabilidade socioeconômica conseguissem acessar o programa:

> Anteriormente, as dificuldades eram acentuadas com a exigência da contrapartida financeira por parte dos beneficiários, que após 2009 passou a poder ser custeada também pela entidade organizadora, a qual, em muitos casos, consegue viabilizar a contrapartida a partir de convênios com estados e municípios (BOLTER, 2013, p. 103).

O que se percebe é que em todo o processo político há o empenho dos atores sociais descritos por Bolter (2013), o que permitiu que o programa, desde a sua origem em 2003, fosse sendo reformulado e ajustado frente às reais condições e situações enfrentadas pelos beneficiários agricultores familiares e de comunidades específicas.

[5] Sua última atualização ocorreu por intermédio da Portaria nº 366 do Ministério das Cidades, em 07 de junho de 2018, onde consta o valor de R$ 34.200,00 para a execução de cada unidade habitacional, perfazendo 35,85 salários mínimos (R$ 954,00 em 1º de janeiro de 2018).

2.7. A Demanda Habitacional do Litoral Sul do Rio Grande do Sul - 2009.

Em 2011, foi produzido pelo autor dessa dissertação, um relatório com as demandas habitacionais das diversas colônias de pescadores artesanais, localizadas em vários municípios do Litoral Sul do Rio Grande do Sul, resultado de um convênio com o Ministério da Pesca e Aquicultura, intitulado Projeto “Pescando Moradia” (convênio 04/2009 – processo 00350.001536/2009-19) e encaminhado à CEF na tentativa de liberar e agilizar as contratações dentro do PNHR (Anexo A).

Este relatório foi anexado a outro, produzido com o mesmo teor, pela equipe técnica da Crehnor-Sarandi, responsável pela metade norte do Estado do Rio Grande do Sul, gerando um documento global da situação das comunidades de pescadores artesanais de todo o estado. Tal relatório possibilitou um avanço nas negociações tanto com o Ministério das Cidades como com a CEF, responsável pela análise e contratação de benefícios, no atendimento de várias dessas demandas. Salienta-se que nem todas essas comunidades foram contempladas, em virtude da diminuição de recursos a nível nacional, o que atingiu diretamente várias EO em todo o país, já a partir de 2013. Neste período, e no caso do Sistema Crehnor, apenas as comunidades dos municípios de Pelotas, Rio Grande e Chuí foram atendidas e mesmo assim, não em sua totalidade demandada.

Considerações ao Capítulo

O capítulo demonstra claramente que a questão do déficit habitacional rural não é uma situação desconhecida dos governos federais, tanto que se verifica diversas menções a este fato em previsões e programas referentes ao assunto, sendo citada como “habitação à população rural”.

Porém, o que se conclui ao analisar as diretrizes dos diversos programas habitacionais ao longo do desenvolvimento da política habitacional brasileira, é que não se considerou o homem do campo, o produtor da agricultura familiar, como sendo um indivíduo com características e necessidades próprias, totalmente diversas daquelas inerentes aos indivíduos que habitam as regiões urbanizadas.

A determinação de um programa específico destinado a esses indivíduos só se tornou possível a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, onde a participação

da população foi requerida, onde as organizações sociais diversas conseguiram ser ouvidas em suas realidades e necessidades, como legítimos representantes das enormes demandas sociais do país. E este fato é visível na conclusão de milhares de unidades habitacionais nas áreas rurais e em comunidades tradicionais, carecendo ainda de análises e estudos de pós-ocupação, que certamente comprovariam sua efetividade, alcance e importância social.

Capítulo 3

O Referencial Teórico.

Neste capítulo são apresentadas as fundamentações teóricas que nortearam e determinaram as variáveis de pesquisa, definindo conceitos que as associam a área de estudo e aplicáveis ao objeto de investigação – a Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Dividido em duas partes, a primeira refere-se aos embasamentos necessários para a avaliação da satisfação dos beneficiários com o objetivo de responder o problema principal de pesquisa, que consiste em avaliar a importância do PNHR no desejo de permanência das famílias beneficiadas na comunidade, o que passa necessariamente pelos sentimentos de identificação, pertencimento e apego ao lugar. A segunda parte refere-se à avaliação habitacional, especificamente à possibilidade de flexibilização construtiva das moradias na pós-ocupação.

Considera-se nesse momento que a avaliação da satisfação dos beneficiários vai além de um mero contentamento individual ou familiar. Investigar as suas percepções em relação ao ambiente único em que estão inseridos, considerando suas realidades, vivências, experiências e anseios, é fundamental para um melhor entendimento de como a comunidade percebeu e assimilou o processo de aplicação do PNHR.

3.1. Percepção Ambiental.

Entende-se por percepção ambiental a interação do indivíduo com o meio em que vive. Em definição de estudiosos da área, percepção é vista como a tomada de consciência do ambiente pelo homem. É o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e cuidar do mesmo (OKAMOTO, 1996).

Segundo Okamoto (1996), a percepção ambiental aborda questões sobre o comportamento humano, colocando-o como resultante de um processo perceptivo no qual o ambiente possui um papel fundamental. A harmonia e a boa convivência com o ambiente passam a ter uma importância crucial neste processo.

Na análise perceptiva, é imprescindível que exista algum interesse no objeto de percepção que, conforme Palma “é baseado nos conhecimentos, na cultura, na ética e na postura de cada um, fazendo com que cada pessoa tenha uma percepção diferenciada para o mesmo objeto” (PALMA, 2005, p. 16).

Sendo utilizada como instrumento da Educação Ambiental, a percepção tem papel importante, já que:

> [...] poderá ajudar na defesa do meio ambiente, pois ela aproxima o Homem da sua verdadeira “casa”, a natureza, despertando-o para o cuidado e o respeito para com a terra. Com isso, podemos ter qualidade de vida para todos e para as futuras gerações (PALMA, 2005, p. 19).

De acordo com autores como Gibson (1966), Weber (1995) e Reis e Lay (2006), duas são as formas de se compreender e conceituar a percepção. A primeira, descrita em Gibson (1966), relaciona a percepção a esta mesma interação não apenas pelos sentidos básicos, mas também levando em consideração fatores como a memória, a personalidade, a cultura e os tipos de transmissão. A segunda à relaciona com a interação entre o ambiente e o indivíduo, de forma exclusiva, através dos 5 sentidos básicos do ser humano: visão, tato, olfato, paladar e audição (WEBER, 1995).

Embasando a segunda forma de conceituação da percepção, Reis e Lay (2006) destacam que, mesmo que as reações do indivíduo não sejam determinadas apenas pelos sentidos, elas podem ser o resultado direto que o ambiente provoca através dos estímulos sensoriais. E tais estímulos segundo uma necessidade fisiológica, apresentam ordem. “Ordem perceptiva é uma consequência de processos fisiológicos que estão baseados em princípios biológicos natos” (WEBER, 1995, p. 110 *apud* REIS e LAY, 2006, p. 23).

Estas definições são reforçadas por outros cientistas comportamentais, como Moore e Golledge (1976, *apud* Reis e Lay, 2006), ao afirmarem que a percepção está, de maneira intrínseca, ligada ao que é imediato, dependendo dos estímulos e de suas propriedades físicas. Assim, o termo “percepção” acaba sendo sempre associado à percepção *visual*, já que a visão é o sentido dominante nos seres humanos, como enfatiza Porteous (1996). Segundo este autor, a visão é responsável por mais informações do que os outros sentidos combinados. Nosso estímulo sensorial é composto em 80% por estímulos visuais (PORTEOUS, 1996).

Já para a primeira forma de conceituação, a percepção é entendida como um processo formado a partir de duas atividades mentais totalmente inseparáveis: a percepção e a cognição.

Reis e Lay (2006) alertam que, sendo o conceito de percepção entendido como a totalidade do processo da interação entre o ambiente e o indivíduo, pode de maneira fácil ser confundido com o conceito de cognição. Estes autores, juntamente com Weber (1995), afirmam que estas duas atividades mentais ocorrem simultaneamente, sendo que a percepção ocorre antes do indivíduo ter a consciência do significado e do valor do objeto.

Para Golledge e Stimson (1997), o processo de interação do indivíduo com o ambiente, que norteia o conceito de percepção, envolve duas etapas: uma relacionada aos estímulos dos nossos sentidos, e outra a relacionada ao envolvimento de vários fatores registrados na nossa memória e personalidade. A percepção então, seria afetada pelas estruturas cognitivas do indivíduo através da seleção do que perceber, sendo tratada como um subsistema da cognição (MOORE e GOLLEDGE, 1976).

Portanto, a percepção é “uma experiência exclusivamente sensorial do indivíduo quanto como uma experiência caracterizada pelo conjunto de informações e valores que o indivíduo dispõe sobre o ambiente” (REIS e LAY, 2006, p. 23).

Ainda sobre as duas atividades mentais do processo de percepção ambiental, Loder (2013) afirma que a percepção se caracteriza pela captação de informações que o indivíduo realiza na vivência com o ambiente no qual está inserido; já a cognição não envolve um comportamento imediato, tampouco se relaciona ao que é vivido naquele momento. “A cognição implica uma associação de atributos e significados que possam estar intrínsecos no indivíduo, como suas vivências, culturas e valores próprios” (LODER, 2013, p. 50).

A percepção, portanto, desperta os estímulos sensoriais fazendo com que o indivíduo passe a entender o ambiente através de seus sentidos básicos. É por eles que o indivíduo percebe o seu ambiente. A cognição por sua vez, trata da forma como ocorre a codificação, armazenamento e organização do ambiente percebido na mente do indivíduo. É por ela que o ambiente adquire importância, lugar, função.

Por meio da cognição são atribuídos significados ao que desperta os sentidos, influenciados pelo repertório e bagagem cultural de cada indivíduo, das suas

experiências. O reflexo dos conhecimentos, dos valores e experiências individuais, todo esse conjunto único gera significância no processo de cognição (LODER, 2013).

Se a percepção pode ser tratada como um ato exclusivamente sensorial, fruto da experiência direta do indivíduo com o ambiente, a cognição é um processo de retenção destes estímulos na mente do indivíduo, que ganha forma e significância pela repetição, pela experiência cotidiana e, sendo assim, complementar à percepção.

Logo, segundo Reis e Lay (2006), a diferença entre percepção e cognição está no fato de que a percepção se refere a tudo que é vivenciado no momento em que as características próprias do ambiente são visualizadas e percebidas. A cognição é algo além. Somam-se às percepções anteriores, as relações que estão intrínsecas na mente, ocorrendo um "chamamento de imagens" que já não estão disponíveis no ambiente físico num primeiro momento (REIS e LAY, 2006, p. 23).

Muito embora sejam processos inseparáveis da percepção ambiental, a percepção se refere a algo imediato, dentro do campo de visão do indivíduo, e naturalmente ocorre antes de que ele passe pelo processo de cognição, que é tornar-se consciente dos significados e valores do ambiente. Desta forma, nas relações entre o ambiente e os indivíduos, a percepção explica as reações ao ambiente baseadas exclusivamente nos sentidos, enquanto que a cognição explica as reações ao ambiente de forma mais ampla, baseadas, além dos sentidos, nos valores, conhecimento, vivência cotidiana, personalidade, etc. (REIS e LAY, 2006, p. 24).

O processo de percepção ambiental então, segundo Rapoport (1990), envolve atos de perceber, compreender e avaliar, algo não diferente do que Arnheim (1969) estabelecia ao se referir ao mesmo processo pela coleta de informações, processamento e representação dessas informações para julgamento posterior.

Por fim, percepção e cognição, atividades mentais inseparáveis, distintas e que se complementam, identificadas em um mesmo processo geram a imagem avaliativa, o que, tanto Rapoport (1990) como Arnheim (1969), estabelecem como a tríade base do processo de percepção ambiental: percepção, cognição e avaliação.

Neste processo de percepção ambiental, a significância do lugar para os indivíduos que nele desenvolvem seu cotidiano assume uma extrema importância. Pode significar a diferença do desapego ao sacrifício, do desleixo ao zelo, determinar o futuro promissor ou decadente de um lugar específico.

3.1.1. *Senso de Lugar*

O significado de *lugar* frequentemente se funde com o de *espaço*, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem a outra. Segundo Tuan, o que começa como um espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983).

Para este autor “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se Lugar” (TUAN, 1983, p. 83); “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151).

Reis-Alves destaca que o espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, como o seu lar, seja para servir como palco para as suas atividades (REIS-ALVES, 2004). Leite vai além quando enfatiza que o espaço tanto é o palco onde desenvolvem-se as relações sociais, quanto é também o local de assentamento dos meios de vida, transporte e comunicação (LEITE, 1988).

O espaço é, conforme salienta Callai, o palco que serve de sustentáculo para as ações, mas ao mesmo tempo ele interfere, possibilitando, impedindo ou facilitando estas ações. O espaço é um território vivo (CALLAI, 2004).

O *lugar* então, é mais do que uma localização geográfica, ou seja, mais do que um simples espaço. Segundo Relph (1979), não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança.

Já Norberg-Schulz aponta que o lugar é a concreta manifestação do habitar humano, que habitar significa muito mais do que abrigo, e que é sinônimo do que ele chama de *suporte existencial*. Este *suporte existencial* é conferido ao homem através da relação existente entre este e o seu meio, através da percepção e do simbolismo (NORBERG-SCHULZ, 1980).

Lugar significa ambientes humanos e físicos combinados, ou seja, para May (1970), ele configura uma unidade perceptiva. Então, essa unidade perceptiva, esse lugar é “uma parte do ambiente que foi reivindicada pelos sentimentos” (LEWIS, 1979,

p. 40 *apud* SHAMAI, 1991). São estes sentimentos que, de forma mais despojada, referem-se geralmente como sendo um senso de lugar.

Segundo Relph (1976), o ser humano possui uma intensa necessidade de associação, por conexão a lugares que sejam significativos. Ele destaca que não se pode ignorar essa necessidade, e assim, deixar de questionar a força da "ausência de lugar", sob pena de, no futuro, mantermos ambientes onde o senso de lugar simplesmente não importe. Por outro lado, se respondermos a essa necessidade, então teremos o desenvolvimento de ambientes em que os lugares serão para os indivíduos, refletindo e aumentando a variedade de percepções e experiências humanas (RELPH, 1976, p. 147 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Para Seamon e Sowers (2008), a natureza e o significado de um lugar desempenham papéis importantes e fundamentais na vida cotidiana dos indivíduos, e isso só é possível com uma compreensão clara da profundidade e complexidade do lugar. É desta forma que se pode estudar e avaliar o apego, o senso, a identidade do lugar, sendo ele experimentado e formado por pessoas reais em lugares reais. Este pensamento é decorrente dos estudos dos chamados "geógrafos humanistas", como Yi-Fu Tuan (1974), Anne Buttimer (1976) e Edward Relph (1976), no momento em que consideram insatisfatória a conceituação meramente filosófica de lugar.

O ambiente deve ser explorado em termos de como os indivíduos o experimentam. Sobre isso, Relph (1976) enfatiza que, embora existam inúmeros tipos e identidades de experiências ambientais, pode-se delinear dois extremos: as experiências diretas e as abstratas. Ele as identifica da seguinte forma: ambiente existencial (pragmático, perceptivo), onde as experiências são instintivas, corporais e imediatas; e ambiente abstrato (de planejamento, cognitivo), onde as experiências são mais cerebrais, ideais e intangíveis.

Por terem intensidades variadas na vida cotidiana, Relph (1976) destaca que o ambiente existencial pode ser experimentado de maneira autoconsciente, baseado na cultura e estrutura social de um grupo de indivíduos.

Uma das conclusões de Relph (1976), amplamente aceita nos estudos geográficos desde então, reforça que um ambiente é heterogêneo e impregnado de diferentes dimensões para análise. Assim, a qualidade única de um lugar é o seu

poder de ordenar e enfocar espacialmente as intenções, experiências e ações humanas (RELPH, 1976 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Um autêntico senso de lugar é:

> [...] uma experiência direta e genuína de todo o complexo da identidade de lugares, não medida e distorcida através de uma série de modas sociais e intelectuais bastante arbitrárias sobre como essa experiência deveria ser, nem seguindo convenções estereotipadas (RELPH, 1976, p. 64 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Jorgensen e Stedman (2005) afirmam que senso de lugar pode ser entendido como um conceito multidimensional que representa as crenças, emoções e compromissos comportamentais que o indivíduo desenvolve a uma configuração geográfica particular e única. Para estes pesquisadores, sendo um aspecto das relações humano-ambiente, a multidimensionalidade do senso de lugar surge em conceitos e construções no ambiente da literatura de psicologia: identidade de lugar, apego ao lugar e dependência do lugar. Na verdade, são variáveis essencialmente cognitivas, afetivas e conativas, respectivamente (JORGENSEN e STEDMAN, 2005).

Quando pensamos nestes termos, o senso de lugar pode ser visto como uma atitude geral em relação a um ambiente específico, e uma estrutura psicossocial complexa organizada com crenças, emoções e comportamentos. Esta afirmação é reforçada por Jorgensen e Stedman (2005), no momento em que estabelecem a relação com as variáveis:

- ✓ O Cognitivo (identidade de lugar): crenças e percepções;
- ✓ O Afetivo (apego ao lugar): emoções e sentimentos;
- ✓ O Conativo (dependência de lugar): comportamentos e compromissos.

Ao considerar a literatura sobre o assunto confusa e vaga, Shamai (1991) procurou construir uma escala em que fosse possível identificar e mensurar a intensidade do senso de lugar. Existindo uma variedade de conceitos que se referem aos sentimentos dos indivíduos sobre o lugar, ele abrange e inclui todos os outros conceitos, de apego, identidade e conscientização referentes ao ambiente. A palavra “lugar” passa então a ser “adimensional”, podendo ser aplicada a qualquer escala, de uma simples moradia a qualquer parte do planeta (MAY, 1970 *apud* SHAMAI, 1991).

Para Shamai (1991) é fruto das visões e estudos “não positivistas” a tentativa de enfatizar o quanto é difícil lidar com um conceito claro de senso de lugar. Porém é

necessária uma abordagem positivista (comportamental) para uma conceituação mais precisa e consequentemente viável à estudos empíricos.

O senso de lugar pode ser bem mais do que a soma das experiências pessoais dos indivíduos. Mesmo com uma estrutura comum de sentimentos, é provável que o senso de lugar coletivo se sobreponha aos demais, emergindo e sendo remodelado através do tempo, por meio das diversas gerações.

A experiência de lugar se concentra em lugares específicos, não podendo ser generalizadas de um para outro. E sobre a experiência de lugar, Relph (1976) enfatiza que, a fim de revelar a essência do lugar:

> [...] tomando lugar como um fenômeno multifacetado de experiência, e examinando as várias propriedades do local como localização, paisagem e envolvimento pessoal, alguma avaliação pode ser feita do grau em que estes são essenciais para a nossa experiência de senso de lugar (RELPH, 1976, p. 20 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Shamai (1991) também destaca que para criar um sentido e um apego ao lugar, existe a necessidade de uma longa e profunda experiência do lugar, e principalmente envolvimento com ele. A utilização de termos como consciência do lugar, identidade e personalidade do lugar, não são suficientes para esclarecer por completo o seu conceito.

Neste sentido, Tuan (1975) reforça a importância desta experiência aliada ao tempo. Há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto, seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. Se leva tempo conhecer um lugar, a própria passagem do tempo não garante um senso de lugar. Se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência (TUAN, 1975).

Segundo Sell et al. (1984, p. 75 *apud* SHAMAI, 1991), um lugar nunca é apenas um objeto, mas parte de um todo que está sendo sentido através da experiência real de eventos significativos. Essa experiência, por se dar através de todos os sentidos (visão, audição, olfato, toque e paladar), é de fato uma “total experiência sensorial”.

Sendo assim, senso de lugar pode ser definido como “o complexo conjunto de significados, símbolos e qualidades que um indivíduo ou grupo de indivíduos,

consciente e inconscientemente, possui com um determinado ambiente" (DATEL e DINGEMANS, 1984, p. 135 *apud* SHAMAI, 1991).

Duas serão as variáveis de análise do objeto de pesquisa para determinar o nível de senso de lugar: o pertencimento e a identidade. O reconhecimento destes dois conceitos, de acordo com Callai (2004), cria a capacidade/possibilidade de se entender (a si próprio) como sujeito que constrói a sua vida, produzindo a sua história e concretizando-a ao construir/produzir o seu espaço:

> Este lugar é um espaço construído como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. É, portanto, cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado. Considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando o espaço e dando feição ao lugar. Um lugar que é espaço vívido, de experiências sempre renovadas, o que permite que se considere o passado e se vislumbre o futuro. A compreensão disto, necessariamente resgata os sentimentos de identidade e de pertencimento (CALLAI, 2004, p. 02).

Considerando o pertencimento como parte do senso de lugar, ele aponta uma conexão emocional entre o indivíduo e o seu ambiente. Normalmente o pertencimento se estabelece ao longo do tempo, através de memórias e de apropriações, e que alteram de forma sensível a identidade do lugar.

A questão central de pesquisa, referente ao desejo de permanência das famílias na comunidade, poderá ser melhor elucidada e mensurada na avaliação destas duas variáveis.

3.1.1.1. Pertencimento

Pertencer a um lugar é ter a consciência de fazer parte dele e, segundo Lang (1994), possuir crenças, valores e características refletidas em um grupo de indivíduos e assim, estabelecer laços afetivos com o lugar e os outros.

Para Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas.

O lugar onde se vive, segundo Callai (2004), deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois, conhecer o espaço para saber nele se movimentar, para

nele trabalhar e produzir, significa conseguir reproduzir-se também, a si próprio, como sujeito.

O conceito de pertencimento de Relph (1976) é a estrutura central do senso de lugar porque tem significado na vida humana. Para Relph, quanto mais profundamente inserido no lugar o indivíduo se sente, mais forte será sua identidade com esse lugar. De outra forma, o indivíduo pode se sentir separado ou alienado do lugar, e a essa experiência Relph denomina como “estranhamento” ao lugar.

Seamon e Sowers (2008) concluem que, através das combinações e intensidades variadas de “estranhamento” e “pertencimento”, os lugares assumem diferentes identidades para diferentes indivíduos e grupos, e então a experiência humana assume diferentes qualidades de sentimento, significado, ambiente e ação.

Porém, a experiência que a maioria das pessoas conhece, e que para Relph (1976) é o sentido mais forte e profundo de experiência de lugar, é quando por exemplo, estão em sua casa ou em sua própria comunidade. É uma situação de imersão profunda e sem consciência de si, a que Relph denomina como sendo o “pertencimento existencial” (RELPH, 1976 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Segundo Shamai (1991), estudos empíricos anteriores à década de 1980 referiam-se a procedimentos de classificação em níveis de intensidade para o senso de lugar. Normalmente eram escalas simples, em dois ou três níveis de pertencimento ao lugar com respostas diretas: sim e não; sim baixo, sim alto e não; vaga, claramente aparente e vigorosa, como exemplo.

Shamai e Kellerman (1985), em um estudo empírico específico, estabelecem inicialmente uma escala com quatro níveis de pertencimento para senso de lugar: (1) não ter senso de lugar, (2) conhecimento do lugar, (3) pertencimento ao lugar, e (4) apego ao lugar. “O propósito da escala é encontrar os diferentes níveis de intensidade de sentimentos e comportamentos de pessoas diferentes, e que geralmente residem no lugar, sempre em um determinado momento” (SHAMAI, 1991, p. 349).

Com base na literatura estudada, Shamai (1991) conclui que ter senso de lugar consiste em três fases: a primeira é o *pertencimento* ao lugar; a segunda é o *apego* ao lugar; e a terceira é o *comprometimento* com o lugar. Como nem sempre há uma distinção nítida entre as fases, Shamai estabelece uma nova escala avaliativa para o senso de lugar. Consistindo em sete níveis, Shamai (1991) cria um continum que vai

de zero (0), onde o indivíduo não possui qualquer senso de lugar, até o nível seis (6), onde existe um profundo compromisso com o lugar, ao que Shamai classificou como "sacrifício pelo lugar". Em linhas gerais, os níveis determinados em sua escala são:

- ✓ Nível **(0)** – *Nenhum senso de lugar*: não se pode garantir que todos os indivíduos sentem o seu lugar;
- ✓ Nível **(1)** – *Consciência de estar em um lugar*: o indivíduo está apenas inserido no lugar, porém sem vínculos emocionais;
- ✓ Nível **(2)** – *Pertencimento ao lugar*: além de inserido, o indivíduo possui familiaridade com ele, e uma conexão emocional;
- ✓ Nível **(3)** – *Apego ao lugar*: o lugar é o centro de experiências individuais e coletivas; o indivíduo possui conexão emocional em nível mais alto;
- ✓ Nível **(4)** – *Identidade com o lugar*: fidelidade e lealdade ao lugar, o indivíduo está plenamente inserido e satisfeito com ele;
- ✓ Nível **(5)** – *Envolvimento com o lugar*: o indivíduo assume um papel ativo na comunidade, normalmente com certa liderança; ele investe seus talentos, tempo e dinheiro na manutenção do lugar;
- ✓ Nível **(6)** – *Sacrifício pelo lugar*: nível mais alto de senso de lugar; o indivíduo é capaz de desistir de interesses pessoais e/ou coletivos por interesses maiores do lugar.

Shamai (1991) destaca que esta escala pode ser um processo de evolução do indivíduo em determinado lugar, ou seja, ao longo do tempo, e através de suas experiências individuais e em grupo, pode desenvolver-se de "nenhum senso de lugar" até, quem sabe, para "sacrifício pelo lugar".

De forma simplificada, estes extremos, segundo Relph (1976), identificam apenas o que ou quem está "dentro" ou "fora" de um lugar específico; quem naturalmente faz parte dele ou não. Se o indivíduo está "dentro", sente-se seguro, protegido e à vontade; se está "fora", sente-se ameaçado, fechado e exposto, e consequentemente, com a sensação de não se encaixar ao lugar (RELPH, 1976 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Pertencimento então, reflete o grau de apego, envolvimento e interesse que uma pessoa ou grupo de pessoas têm por um lugar específico, sendo ligada à *identidade* criada com esse lugar (RELPH, 1976 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

3.1.1.2. Identidade

Um lugar torna-se especial através de uma compreensão completa dele, sabendo-se a importância significativa que possui para os indivíduos que nele estão inseridos. Por isso Relph (1976) destaca que é necessário aprender a descrever com precisão para depois prescrever adequadamente.

Sendo assim, Relph se concentra na identidade dos indivíduos e com o lugar, definindo-a como “identidade persistente” (identidade *do* lugar): “persistente unidade que permite que o lugar seja diferenciado dos outros” (RELPH, 1976, p. 45 *apud* SEAMON e SOWERS, 2008).

Esta identidade persistente, identificável no objeto desta pesquisa, é descrita por Relph (1976) em três componentes vitais:

- ✓ A configuração física do local;
- ✓ Suas atividades, situações e eventos; e
- ✓ Os significados individuais e de grupo através das experiências e intenções dos indivíduos em relação a esse lugar.

O ponto crucial dessa intensidade da experiência humana em um lugar, é a identidade *com* o lugar, e pode ser definida pelo conceito de pertencimento (RELPH, 1976), através da identificação da sensação de estar “dentro” (pertencimento) ou “fora” (estranhamento) (SEAMON e SOWERS, 2008).

Pertencimento e identidade: variáveis de senso de lugar; andam lado a lado de forma interativa; e juntas estabelecem o grau de apego, envolvimento e preocupação que um indivíduo ou grupo de indivíduos têm pelo lugar onde estão inseridos, e onde provavelmente planejem permanecer em saudável desenvolvimento.

Paralelamente às questões perceptivas e sensoriais, as questões físicas e de adequação da moradia também se fazem importantes. Uma construção decorrente de um projeto padrão, replicada em várias unidades, dificilmente consegue atender a um número variado de arranjos familiares. Ela então deve apresentar a possibilidade de ampliação e/ou adequação a diferentes necessidades de seus usuários, fator que se entende por flexibilidade habitacional.

3.2. Flexibilidade Habitacional.

Entende-se por flexibilidade habitacional a qualidade que a moradia apresenta ao responder às diferentes necessidades individuais e familiares dentro de um mesmo grupo social. Desta forma, ela deveria ser pensada como um processo que pudesse ser realizado ao longo do tempo, permitindo os ajustes, as modificações de uso, as ampliações e as adaptações necessárias a cada família, sejam elas de ordem funcional e/ou simbólicas (BLUMENSCHEIN et al., 2015).

São muitos os temas relacionados à flexibilidade habitacional: a capacidade de montar e desmontar; a capacidade de transformar parcial ou totalmente; a capacidade de adaptação ou combinação; responder a diversas funções; e permitir o máximo de potencialidades de um espaço físico (FREIRE, 2013, p.2).

A flexibilidade tem sido enfatizada como solução potencial para os problemas gerados pela produção em escala das habitações promovidas pelo governo. Possibilita assim, a personalização na fase de uso da habitação pelos próprios moradores (COSTA, LOGSDON e FABRÍCIO, 2017, p. 145).

No conceito de flexibilidade "procura-se estudar a capacidade de adaptação do espaço doméstico aos usos praticados pelos moradores, de modo a responder ao longo do tempo, com eficácia e segurança, às suas necessidades e expectativas" (FREIRE, 2013, p. 6). Um projeto flexível possui a qualidade projectual de permitir modificações, seja no momento de sua construção ou ao longo de sua utilização (BRANDÃO, 2006).

O que se percebe na realidade, é que os empreendimentos habitacionais voltados à Habitação de Interesse Social (HIS):

> [...] não consideram os modos de vida dos grupos sociais e tampouco a composição individual de grupos familiares. Os modelos de residência não se caracterizam por uma flexibilidade adequada, permitindo os ajustes às necessidades de seus futuros moradores (BLUMENSCHEIN et al., 2015, p. 11).

Sendo assim, se destaca uma das linhas de orientação do conceito de flexibilidade dado por Paiva, onde ela "implica todas as proximidades com a construção de tal forma que a estrutura se adapte às necessidades espaciais e não

que essas sejam por ela ditadas" (PAIVA, 2002, p.167 *apud* BLUMENSCHEIN et al., 2015, p.105).

Ainda sobre as linhas de orientação para o conceito de flexibilidade de Paiva (2002), as duas outras merecem destaque pela sua importância:

- ✓ O reconhecimento e capacidade de trabalhar com situações prévias, em termos físicos e emocionais, e;
- ✓ A capacidade concreta de conectar espaços, proporcionando condições de fácil utilização.

Então, a flexibilidade seria a qualidade – projectual e construtiva – que a moradia apresenta de facilmente se adequar, se ajustar às diferentes necessidades familiares para melhor usufruto da mesma, independentemente de se estar utilizando um projeto padrão à todas as unidades habitacionais de um mesmo conjunto.

Isto significa que para tal, seria necessária a proposição de ambientes polivalentes, passíveis de utilizações diversas daquelas determinadas em projeto e posicionamento lógico, mas também que pudessem abarcar valores simbólicos, estéticos e, principalmente, culturais.

Segundo Blumenschein et al. (2015, p. 106), a flexibilidade pode ser classificada em *Inicial* e *Permanente*, conforme suas definições.

FLEXIBILIDADE INICIAL: relacionada à concepção de projeto, construção e escolha da habitação:

- ✓ *Concepção de projeto*: envolve estratégias projetivas do partido arquitetônico e/ou a participação do usuário na definição do programa;
- ✓ *Construção*: considera-se a participação do usuário na modalidade por autoconstrução;
- ✓ *Escolha da habitação*: oferta de variações tipológicas na escolha de modelos habitacionais.

FLEXIBILIDADE PERMANENTE: relacionada à concepção de uma "casa processo" ou "casa evolutiva", envolve a multiplicidade dos ambientes, sendo alguns de caráter neutro e mutável, possibilitando alterações e ajustes físicos, tanto no seu espaço interno como externo (BLUMENSCHEIN et al., 2015).

Na avaliação desta pesquisa, a flexibilidade inicial é descartada tendo-se em vista que: 1) não existe, dentro da operacionalização do PNHR pelas Entidades Organizadoras, a participação prévia dos beneficiários na elaboração dos projetos a serem executados; 2) a modalidade autoconstrução plena se demonstrou, nas primeiras Resoluções do PNHR, bastante ineficaz, resultado do não conhecimento técnico e prático por parte dos beneficiários, pequenos agricultores e pescadores artesanais, no desenvolvimento de atividades ligadas à construção civil. Esta situação acarretou em desperdício de materiais, extrapolando os custos fixos do Programa, e por vezes recaindo sobre as Entidades Organizadoras os seus ressarcimentos, e; 3) para melhor operacionalização do PNHR, as Entidades Organizadoras trabalham com projeto padrão único, descartando assim, a possibilidade de escolha entre variações tipológicas por parte dos beneficiários.

Sendo assim, tal como estabelecem Blumenschein et al. (2015), referência à análise desta variável, define-se o princípio da *flexibilidade permanente*. Dois são os critérios para a análise da capacidade e possibilidade de individualização das moradias: *adaptabilidade* e *ampliabilidade*.

Para Freire (2013), a adaptabilidade é a qualidade dos espaços e organizações funcionais que podem adaptar-se facilmente e com poucos recursos, às necessidades variáveis e evolutivas de um grupo específico de indivíduos (FREIRE, 2013, p. 39).

Sendo assim, Freire (2013) destaca que a flexibilidade está intrinsecamente ligada à adaptabilidade, já que implica, neste caso, a uma evolução ou transformação do espaço quase que de forma imediata. Pode se dar na própria configuração espacial ou de seus equipamentos e mobiliário, sem a necessidade de demolições e/ou construções (FREIRE, 2013).

Já para Brandão (2006), que se refere à ampliabilidade também pelo termo de elasticidade, a moradia deve possibilitar a modificação da superfície habitável através da adição de um ou mais cômodos (BRANDÃO, 2006 *apud* LOGSDON, AFONSO e OLIVEIRA, 2011, p.227).

Temos então, segundo Blumenschein et al. (2015, p. 106):

ADAPTABILIDADE: a possibilidade que a moradia apresenta de ser ajustada às necessidades das diferentes formações familiares. Para isto é necessário identificar ambientes neutros que possam abrigar múltiplos usos.

AMPLIABILIDADE: a possibilidade que a moradia apresenta de ser modificada, com ou sem acréscimo de área. Essa possibilidade é avaliada na análise de concepção estrutural do projeto, bem como suas instalações e cobertura.

Blumenschein et al. (2015) ainda salientam que, para verificação das questões de adaptabilidade e ampliabilidade, é indispensável avaliar o sistema estrutural da moradia, sua cobertura, sistemas de esgotamento de esgoto e abastecimento de água e energia elétrica, circulações e distribuição dos ambientes de forma que qualquer modificação possa ser realizada sem riscos à estabilidade, funcionalidade e estética da residência. Para este propósito, desenvolveram um instrumento morfológico que possibilita especular sobre os limites e possibilidades de alterações das moradias. Este instrumento será adaptado nesta pesquisa ao projeto padrão, utilizado nas unidades habitacionais analisadas, apresentado no capítulo que trata dos resultados.

Considerações ao Capítulo

Com base na literatura revisada, foi possível identificar os atributos de análise e investigação que se pretende aplicar ao objeto de pesquisa, ou seja, a Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS, no que se refere ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), levado à execução para 47 famílias beneficiadas, no período de 2013 a 2018.

Em relação ao objetivo principal de pesquisa, avaliar a satisfação dos usuários visando seu desejo de permanência na comunidade, o aporte teórico fornecido, aliado à metodologia específica, nortearão esta etapa. Significa então, trabalhar a análise da percepção dos beneficiários, buscando identificar o nível de apego e senso de lugar, embasados nas variáveis de pertencimento e identidade, seja individual e/ou coletivo.

Quanto a unidade habitacional, levando-se em consideração os objetivos do Programa, será avaliada a possibilidade de flexibilização da moradia, sob orientação das duas variáveis construtivas: ampliabilidade e adaptabilidade. Independente dos diferentes arranjos familiares que serão identificados, a análise será feita observando a capacidade da moradia em atender às necessidades variáveis de seus usuários.

Capítulo 4

Metodologia de Pesquisa.

O capítulo pretende estabelecer, considerando as características únicas do objeto de pesquisa, quais foram os instrumentos metodológicos mais apropriados e de fácil adequação para o meio rural, tendo por objetivo atingir os objetivos propostos, principal e específicos. Estes instrumentos buscaram contribuir com o estudo de um tema ainda pouco explorado nos trabalhos acadêmicos: avaliar a aplicação e execução de uma política de habitação de interesse social criada e desenvolvida especificamente para o meio rural.

Muito embora a experiência prática do autor na aplicação do PNHR seja um enfoque permanente nesta pesquisa, ela nasceu da necessidade de uma melhor compreensão de todos os aspectos e processos que promoveram, não só a criação, como também a operacionalização do programa.

Importante conhecer as diversas políticas públicas de habitação que foram implementadas no país, bem como o cenário sociopolítico que as motivaram ao longo das últimas décadas, até mesmo para que se perceba algum traço de preocupação com a habitação rural, ou determinações que possam ter sido influentes na formatação do atual PNHR.

Percebe-se que, mesmo mencionada em diferentes épocas e nas diversas determinações governamentais, a habitação de interesse social para o meio rural, de forma geral, não foi tratada de maneira significativa a gerar programas específicos. Programas que levassem em consideração não apenas as características, mas também as necessidades inerentes dos pequenos e médios produtores da agricultura familiar, tão diversas do indivíduo urbano.

Neste cenário histórico não é de se admirar que inúmeros são os estudos pós ocupacionais voltados ao meio urbano, o que forçou, na falta de estudos específicos para o meio rural, a busca por métodos e técnicas avaliativas já consagradas, uma adaptação que pudesse ser aplicada para se atingir os objetivos de pesquisa.

4.1. Análise Bibliográfica e Documental.

Como visto anteriormente, antes de realizar a análise documental, procedeu-se uma revisão bibliográfica com base em artigos, dissertações, teses e livros, além de dados oficiais, registros institucionais e o acervo técnico do autor. Diversos foram os trabalhos que tinham como objetivo analisar as políticas habitacionais no Brasil; a luta pelo desenvolvimento rural; a atuação das organizações sindicais e sociais rurais; as relações dos movimentos sociais com os gestores públicos; o desenvolvimento de projetos e ações voltadas ao homem do campo. A partir disso, pôde-se ter uma visão sobre os desdobramentos históricos e políticos que ocorreram no país, até a criação das bases iniciais para uma política habitacional específica para o meio rural (PHRRS), e a posterior efetivação do PNHR e sua operacionalização.

O passo seguinte, então, foi o levantamento e consequente caracterização das unidades habitacionais rurais executadas na metade sul do Rio Grande do Sul, e sob responsabilidade do Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural como Entidade Organizadora. Essa responsabilidade, tanto pela elaboração dos projetos padrão utilizados nas diferentes modalidades do programa que culminaram na atual formatação do PNHR, como pelo processo executivo, foi comprovada pela análise da emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) frente ao atual Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) frente ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sendo o autor dessa dissertação, o responsável técnico (projeto e execução), membro da equipe do Sistema Crehnor no período de 2007 a 2013.

Posteriormente, para análise do processo evolutivo qualitativo das unidades habitacionais resultantes das diversas modalidades do programa, efetuou-se a comparação técnica dos projetos padrão utilizados. Levou-se em consideração, além dos projetos completos, suas determinações e acréscimos de área construída, os memoriais descritivos que refletem e atendem as exigências estabelecidas pela equipe técnica da CEF, expostas nas especificações mínimas que as construções deveriam atender, a cada modalidade do programa em vigência.

Desta forma pôde-se estabelecer o alcance quantitativo de um programa específico ao meio rural que pretende combater o déficit habitacional e o êxodo rural,

bem como o ganho em qualidade construtiva em suas diferentes modalidades, desde o surgimento como PHR – Resolução nº 460 até o atual formato como PNHR.

4.2. Estudo de Caso / Avaliação Pós-ocupação (APO).

A pesquisa teve como estratégia principal o Estudo de Caso de caráter único, sendo este a produção habitacional promovida pelo PNHR na Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama na cidade de Rio Grande/RS. Existia a clara necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos, que permitissem uma investigação que preservasse características significativas de eventos da vida real. Além disso, como a investigação se concentrou em fenômenos que não exigiam controle sobre eventos comportamentais, em acontecimentos contemporâneos, e ainda que as questões de pesquisa se deram na forma do "como" e "por quê" (YIN, 2015), o Estudo de Caso foi a estratégia mais adequada.

Evidentemente pela formatação e objetivos do PNHR, e com base nos referenciais teóricos, dois foram os atributos norteadores desta etapa: a flexibilidade (capacidade de ampliação e adaptação da moradia) e a satisfação do usuário, relacionados aos seus sentimentos de senso de lugar, de pertencimento à comunidade e de identidade *com* e *do* lugar.

Em relação à flexibilidade habitacional, os indicadores da ampliabilidade e adaptabilidade tornaram-se importantes para a análise, até porque:

> "Pensar a casa como um processo implica concebê-la com qualidades que permitam sua alteração ao longo do tempo, garantindo sua individualização, envolvendo as questões distributivas do espaço, de acréscimo, de conforto e salubridade e de expressão estética para responder adequadamente aos grupos familiares" (BLUMENSCHEIN et al., 2015 p. 105).

Como representam valores aplicáveis à demanda de Habitação de Interesse Social (HIS), mesmo que referenciadas ao meio urbano, foram de fácil compreensão e puderam ser adotadas para aplicação no meio rural.

No que se refere à análise habitacional, a proposição metodológica foi de avaliação da qualidade de projeto de arquitetura. Pretendeu-se adotar, também em modo de adaptação ao meio rural, o trabalho *Avaliação da Qualidade da Habitação de Interesse Social – Projetos Urbanístico e Arquitetônico e Qualidade Construtiva*, de

Blumenschein et al. (2015), onde são definidos conceitos e princípios analíticos, em ordem decrescente de complexidade: flexibilidade; funcionalidade; habitabilidade; uso sustentável de energia e água; acessibilidade; e satisfação do usuário. “A casa deve ser entendida como morada, respondendo a dimensões individuais das famílias, pertencentes a grupos sociais que partilham crenças, hábitos e modos de vida” (BLUMENSCHEIN et al., 2015, p. 104).

Passados quatro anos da conclusão das primeiras unidades habitacionais, e pouco mais de um ano da conclusão das cinco unidades remanescentes, num total de 47 unidades habitacionais contratadas, aplicou-se esta metodologia analítica em 13 unidades. Esta situação se configura já que, em visitas exploratórias realizadas para localização das moradias, nem todas as famílias se demonstraram interessadas em colaborar ou participar desta pesquisa. Acreditou-se inicialmente que este fato foi decorrente do longo período de espera pelas contratações (2010 – 2013) diante da Caixa Econômica Federal, onde cerca de 2/3 da população inicialmente cadastrada para receber o benefício, não foi efetivamente contratada por motivos diversos.

Por fim, sendo o objetivo principal de pesquisa investigar a influência da implantação do PNHR no desejo de permanência das famílias beneficiadas como membros da comunidade, foi pertinente a Avaliação Pós-ocupação (APO), incluindo a satisfação dos beneficiários:

> “A Avaliação Pós-Ocupação (APO) pode ser definida como um conjunto de métodos e técnicas para avaliação de desempenho em uso de edificações e ambientes construídos que leva em consideração não somente o ponto de vista dos especialistas, mas também a satisfação dos usuários, possibilitando diagnósticos consistentes e completos sobre os aspectos positivos e negativos encontrados nos ambientes construídos e que irão fundamentar as recomendações e as intervenções para os edifícios estudos de caso, e também para futuros projetos semelhantes, definindo assim um ciclo realimentador da qualidade no processo de projeto” (VILLA, SARAMAGO e GARCIA, 2015, p. 18).

Com foco nos objetivos a serem atingidos e no referencial teórico mencionado, foram construídos os instrumentos de pesquisa de campo, abarcando as variáveis estabelecidas para investigação: o pertencimento e a identidade, além da satisfação com a moradia, e então construir os questionamentos necessários à pesquisa. A referência base para esta etapa será a experiência metodológica desenvolvida no trabalho *Avaliação Pós-ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida – Uma*

Experiência Metodológica, de Villa, Saramago e Garcia (2015), que mesmo tendo sido aplicada junto a conjuntos habitacionais urbanos, permite fazer um paralelo com a produção no meio rural, no momento que determina questionamentos relativos a atributos específicos, como satisfação do usuário, condição habitacional, consciência ambiental, entre outros.

A escolha e definição destas variáveis e atributos de pesquisa foram trabalhadas não apenas como construção, mas também como um conjunto de fatores que refletem o cotidiano das famílias de pescadores artesanais, abarcando necessidades econômicas, ambientais e de qualidade de vida.

4.3. Procedimentos Metodológicos.

Considerou-se, de acordo com Elali (1997), que uma edificação ou conjunto edificado tem por principal finalidade garantir a qualidade de vida da população. Qualquer edificação deixa de ser avaliada apenas pelas suas características físicas e construtivas. Passa a ser avaliada enquanto espaço “vivencial”, e como tal sujeita à ocupação, leitura, reinterpretação e/ou adaptação às necessidades dos usuários. Então, aos estudos dos aspectos construtivos e funcionais, somou-se a análise comportamental e social, e que foram essenciais à sua completa compreensão. Analisar o uso e valorizar o ponto de vista do usuário, tornou-se imprescindível à compreensão da realidade (ELALI, 1997).

Diante desta argumentação, “percepção passa a ser uma palavra-chave para a realização de trabalhos que envolvam a avaliação do edifício durante o processo de sua utilização” (ELALI, 1997, p. 354).

Surgiram então, mesmo que de forma genérica, os primeiros questionamentos que basearam a pesquisa de campo: como os usuários veem a moradia recebida? A moradia é satisfatória às necessidades familiares cotidianas? Quais alterações seriam necessárias para melhor aproveitamento e adequação?

A escolha dos instrumentos de pesquisa se constitui em processo fundamental, e de modo abrangente, podem ser classificados como qualitativos e quantitativos. Para Elali (1997, p. 355), os primeiros são associados à validação das informações coletadas, já os segundos, relacionados à definição de sua confiabilidade.

Segundo esta autora, há muito que essa discussão cedeu lugar à utilização de multimétodos, até porque “os dados provenientes de uma única fonte são passíveis de dúvida, uma vez que a aplicação isolada de um método ou técnica pode gerar lacunas no conhecimento obtido” (ELALI, 1997, p. 355).

Sendo assim, os principais métodos utilizados em trabalhos de avaliação do ambiente construído, e que nortearam a construção dos instrumentos metodológicos de pesquisa são: observações e entrevistas (qualitativos), e medições e questionários (quantitativos). Considerando a necessidade de melhor compreensão do ambiente, serão realizados os seguintes processos: (1) levantamento de dados da Ilha da Torotama, no que se refere à sua estrutura física, infraestrutura, serviços públicos diversos, etc., (2) levantamento do perfil familiar que possa exemplificar as diferentes necessidades familiares dos beneficiários do programa habitacional, (3) realização de um *Walkthrough* onde será analisada a variável de flexibilidade habitacional, e (4) aplicação de questionário na busca do entendimento da satisfação dos beneficiários, suas percepções em relação à moradia e ao lugar, a Ilha da Torotama.

4.3.1. *Levantamento de Dados – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS*

Necessário que se fizesse um levantamento da infraestrutura existente na Ilha, bem como a presença de equipamentos públicos e serviços de natureza diversa. Acreditou-se que estes fatores são de extrema importância, e junto com uma unidade habitacional que atenda às necessidades familiares dos beneficiários, poderiam fortalecer o desejo de permanência na comunidade.

Pretendeu-se assim, em ficha única e específica, caracterizar a realidade de questões como: saúde pública (existência de posto de saúde e outros), instituições de ensino existentes (níveis atendidos), atividades de lazer e culturais (clube, associação, praças, parques, etc.), transporte público (que ligue à cidade de Rio Grande, Povo Novo e/ou a cidade de Pelotas) e comércio (bares, mercados, etc.).

Esclarecer como se dão as situações cotidianas, facilmente visíveis em áreas urbanas como: coleta de lixo, iluminação pública, abastecimento de água e energia elétrica, tratamento de esgoto, segurança pública ostensiva (polícias civil e/ou militar), limpeza, manutenção e conservação de vias públicas, existência de subprefeitura ou

representante legal, áreas verdes comunitárias e/ou áreas sem possibilidade de ocupação além dos banhados.

Para os serviços verificados como existentes, pretendeu-se incluí-los em análise de satisfação dos beneficiários, com escala de valores, conforme Villa, Saramago e Garcia (2015), devidamente adaptada.

Outras questões referentes à Ilha foram analisadas pela ótica e percepção dos beneficiários do programa:

- ✓ Como avaliam a distância dos centros urbanos (distantes ou próximos), e a qual recorrem com maior frequência – Rio Grande ou Pelotas;
- ✓ Como se veem moradores da Ilha diante da característica de isolamento que ela possui, antes e depois do benefício da moradia;
- ✓ Quais os aspectos cotidianos, positivos e negativos, em se viver na Ilha.
- ✓ Qual a importância da preservação ambiental da paisagem natural;
- ✓ Qualidade de vida difere ou não das áreas urbanas;
- ✓ Como veem o seu compromisso e comprometimento com a Ilha, a comunidade, a atividade de pesca e a família;
- ✓ Interações humanas: trabalho, social, lazer, etc.

4.3.2. *Perfil Familiar*

Para que se pudesse identificar o perfil familiar dos beneficiários, na afirmação de Villa, Saramago e Garcia, “quais as predominâncias de grupos familiares” na Comunidade da Ilha, o questionário iniciou com questões específicas nesse sentido. Assim foi utilizado como modelo, o quadro de perfil familiar sugerido pelas autoras, onde se verifica a possibilidade de classificação em oito grupos distintos (VILLA, SARAMAGO e GARCIA, 2015, p. 25).

Além desse quadro, questões importantes foram levantadas, como: número de pessoas que habitam na moradia, suas idades e atividades diárias. Em relação ao entrevistado, o nome, idade, sexo, posição familiar, escolaridade, renda familiar e a situação física da moradia anterior. E não menos importante, se a estrutura familiar sofreu alterações quando da mudança para a nova moradia.

Importante destacar que estas respostas puderam levar a percepção da efetividade espacial da moradia, do atendimento aos diferentes tipos de perfis familiares, e ainda, na análise da flexibilidade, quais as possibilidades reais de ampliabilidade e adaptabilidade construtivas.

4.3.3. *Walkthrough – Flexibilidade Habitacional*

O objetivo deste procedimento foi avaliar a flexibilidade habitacional e seus indicadores: possibilidade de ampliação ou melhor adaptação às necessidades familiares identificadas.

Segundo Rheingantz et al. (2009), este método é bastante eficiente e de grande utilidade na Avaliação Pós-ocupação, uma vez que permite ao observador se familiarizar com a moradia em uso, bem como possibilitar uma identificação inicial de aspectos positivos e negativos na ocupação dos ambientes. Trata-se de:

> "[...] um percurso dialogado complementado por fotografias, croquis gerais e gravação de áudio e/ou vídeo, abrangendo todos os ambientes, no qual os aspectos físicos servem para articular as reações dos participantes em relação ao ambiente" (RHEINGANTZ et al., 2009 p. 12).

Combinando uma observação com uma entrevista, Rheingantz et al. (2009, p. 23) salientam que, em geral, este método precede aos demais por ser eficiente para identificar as principais qualidades e defeitos dos ambientes de uma moradia e de sua utilização. Mas principalmente, permite perceber o ânimo dos moradores, suas percepções referentes a sua moradia, suas opiniões e seus anseios.

O processo serviu então, para identificar a percepção inicial dos espaços, as apropriações dos beneficiários diante de suas necessidades, e alterações que tenham sido feitas com ou sem acréscimo de área. Foi construída ficha específica tendo por base as apresentadas em Rheingantz et al. (2009), onde foram coletadas imagens dos ambientes em referência à planta baixa do projeto padrão efetivamente executado. Esta atividade de observação pretendia ser acompanhada de gravações de áudio, procedimento alterado em virtude do evidente constrangimento dos moradores frente ao aparelho de gravação.

Inicialmente, e de acordo com Rheingantz et al. (2009), foi preparado um roteiro básico para conversação, sem a necessidade de serem aplicados em ordem

sequencial pré-estabelecida. O foco desse processo foi a moradia e como o beneficiário percebe seu espaço, considerando questões como: (1) o que o usuário considera importante em cada ambiente, (2) o que parece estar funcionando, (3) o que parece não funcionar, (4) o que deveria ser mantido, e (5) o que poderia ser modificado para melhorar a experiência habitacional (sugerido em RHEINGANTZ et al., 2009, p. 32).

Foi incluído nesta etapa uma pré-avaliação da satisfação do usuário em relação à sua moradia, conforme Blumenschein et al. (2015), onde as questões do atendimento das necessidades familiares são supridas pela mesma, e ainda se a dimensão estética da construção é satisfatória. As respostas foram solicitadas em escala de valores de 5 níveis, como sugere Villa, Saramago e Garcia (2015), sendo os extremos “muito satisfeito” e “muito insatisfeito” e um ponto neutro: nem satisfeitos, nem insatisfeitos.

Paralelamente a esta etapa, o autor realizou uma análise para avaliar as seguintes questões sugeridas por Blumenschein et al. (2015, p. 169 e 179) referentes a variável da flexibilidade habitacional e seus verificadores:

- ✓ Existência de cômodos neutros que permitam variações de utilização;
- ✓ Previsão de espaço de trabalho e/ou estudo;
- ✓ Independência de vedação e estrutura;
- ✓ Cobertura que permita ampliações;
- ✓ Possíveis ampliações de área sem prejuízo da iluminação, insolação e ventilação naturais nos ambientes;
- ✓ Possibilidade de ampliação da rede elétrica habitacional, sistema de fossa e sumidouro e abastecimento de água.

Com base nas metodologias e referências estudadas, entre elas as adotadas por Ornstein e Roméro (1992), Elali (1997), Lay e Reis (2005), Rheingantz et al. (2009), Blumenschein et al. (2015), Villa, Saramago e Garcia (2015), surgiram as questões principais para formar o roteiro desta etapa, que se referem aos aspectos funcionais da moradia, sob a percepção dos beneficiários, avaliando os seguintes aspectos:

- ✓ O perfil familiar determinou a necessidade de reformas/acréscimos;
- ✓ O perfil familiar determinou adaptações no uso dos espaços;

- ✓ Há a sobreposição de usos divergentes nos espaços;
- ✓ Houve mudanças físicas construtivas (paredes, portas, janelas, etc.);
- ✓ Facilidade para realizar as tarefas domésticas: cozinhar, lavar e passar roupas, etc.;
- ✓ O tamanho da residência é compatível com as necessidades familiares;
- ✓ O tamanho dos espaços internos é compatível com o mobiliário pré-existente.

Com a análise individualizada, aliada aos perfis familiares, pretendeu-se obter uma percepção clara da situação habitacional, e assim analisar não apenas a possibilidade, mas também qual a real necessidade de flexibilização das moradias para o atendimento das necessidades únicas de cada grupo familiar, sejam elas por melhor adaptação ou ampliação.

4.3.4. *Questionários – Satisfação do Usuário*

O questionário é um dos métodos mais utilizados e consagrados na Avaliação Pós-ocupação (ORNSTEIN e ROMÉRO, 1992; LAY e REIS, 2005; RHEINGANTZ et al., 2009). Bastante conhecido da população em geral, Elali (1997) explica que os questionários são métodos de pesquisa aplicados de forma rápida e de fácil compreensão pelo respondente, ainda mais se forem utilizadas questões fechadas. A pesquisadora alerta ainda que o vocabulário deve ser acessível e o mais próximo possível da linguagem coloquial (ELALI, 1997).

De igual forma, Rheingantz et al. salientam que o questionário é muito utilizado em pesquisas de opinião, normalmente reunindo um conjunto ordenado de perguntas formuladas, com o objetivo de obter informações sobre crenças, atitudes, valores e comportamento das pessoas (RHEINGANTZ et al., 2009).

Segundo Villa, Saramago e Garcia (2015), o questionário elaborado com perguntas fechadas (dicotômicas, tricotômicas, múltipla escolha e/ou com escala de Diferencial Semântico – escala de valores), possibilita que se perceba como os usuários se comportam e se apropriam dos espaços; quais são suas satisfações e insatisfações em relação à moradia e, não menos importante, ao entorno. Ainda, quais

as potencialidades do projeto e da construção em termos funcionais, espaciais e ambientais (VILLA, SARAMAGO e GARCIA, 2015).

O foco principal deste conjunto de métodos na pesquisa foi a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários do programa, comparativamente à situação residencial anterior, ou seja, o que a nova moradia representou para a família. Que influência ela teve nos sentimentos individuais e familiares em relação à comunidade e a suas atividades como pescadores artesanais. Que influência ela teve no nível de senso de lugar, de comprometimento com o lugar e a comunidade como um todo. Qual o nível dos sentimentos de pertencimento e identidade *com* e *do* lugar.

Os questionamentos construídos serviram para avaliar a satisfação dos beneficiários sob dois aspectos: a condição habitacional e aspectos gerais da moradia e da Ilha. Em relação à condição habitacional foi avaliado o nível de satisfação em relação a itens como:

- ✓ O tamanho da moradia como um todo;
- ✓ O tamanho dos ambientes e a facilidade ou não de mobiliar;
- ✓ A temperatura interna, a ventilação, as iluminações natural e artificial, e a acústica (ambientes entre si e da moradia com o exterior);
- ✓ A aparência externa (estética/beleza);
- ✓ A facilidade de limpeza, conservação e manutenção;
- ✓ A qualidade dos materiais empregados na execução;
- ✓ A privacidade entre os membros da família.

Em relação aos aspectos gerais da moradia em relação à ilha foi avaliado o nível de satisfação em relação a itens como:

- ✓ Localização e distância à(s) cidade(s);
- ✓ Acesso e proximidade à equipamentos, bens e serviços públicos;
- ✓ Proximidade ao local de trabalho (pesca e outros se for o caso);
- ✓ Proximidade, interação e convívio com outros membros da comunidade;
- ✓ Identificação com a moradia e com a Ilha;
- ✓ Pertencimento ao lugar e à comunidade.

Foram trabalhadas ainda, questões que avaliaram a consciência ambiental existente e suas atitudes, como por exemplo: (1) o consumo de alimentos orgânicos e onde são adquiridos, (2) a separação do lixo para descarte (recicláveis, orgânicos,

óleos, etc.), (3) hábitos e/ou ações de economia de água e energia elétrica, e (4) a preservação da vegetação nativa da Ilha em espaços públicos e lotes privados.

4.4. Análise dos Resultados.

A análise da *Atuação do Sistema Crehnor* como Entidade Organizadora do PNHR (Capítulo 5) foi apresentada na forma quantitativa, gerando tabelas que demonstraram as unidades habitacionais decorrentes do programa e seus modelos antecessores, tendo como responsável técnico o autor desta dissertação. Foram complementadas pelos projetos padrão (planta baixa e fachada), como objetos de comparação, para que se estabelecesse as melhorias decorrentes da evolução do programa e levantamento fotográfico que ilustrou estas melhorias em cada fase.

O *Levantamento de Dados* (Capítulo 6), teve por finalidade caracterizar a Ilha da Torotama fisicamente, bem como seus serviços públicos existentes e, para tal, o levantamento fotográfico foi o recurso utilizado, acompanhado de informações obtidas pelos beneficiários entrevistados e outros depoimentos (funcionários públicos da escola municipal e posto de saúde). A análise dos beneficiários quanto aos serviços públicos identificados, está contida no capítulo seguinte, onde foi feita a avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários em relação a estes serviços.

Os sétimo e oitavo capítulos consistem na apresentação dos três instrumentos de pesquisa e seus resultados: *Perfil Familiar*, *Walkthrough* – Flexibilidade Habitacional e o *Questionário* para análise da satisfação dos beneficiários.

O *Perfil Familiar* foi apresentado na forma de tabelas quantitativas para se obter os diferentes arranjos familiares representados na amostra de 13 moradores. Identificará, desta forma, os arranjos predominantes, membros familiares, renda familiar, escolaridade entre outros questionamentos. As tabelas foram acompanhadas de observações que se fizeram pertinentes, tanto pelas declarações dos beneficiários entrevistados e suas famílias, como pela percepção do autor ao realizar este procedimento metodológico.

Para a avaliação habitacional (*Walkthrough* – flexibilidade habitacional), os resultados, além do pertinente levantamento fotográfico (apresentado na íntegra nos Apêndices E, F e G) produziram tabela e gráfico quantitativos bem como análise das

respostas fechadas na busca pela identificação da possibilidade de flexibilização da moradia e de suas variáveis: ampliabilidade e adaptabilidade. Para tal, apresenta-se aqui o projeto padrão executado no PNHR para a Ilha, bem como recorte da ficha de projeto sugerida por Blumenschein et al. (2015), para verificação da flexibilidade.

Por fim, a análise dos resultados do *Questionário* para avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários, foi apresentada pela utilização de gráficos em escala de valores, quantitativos em sua forma, complementados pelas observações pertinentes. Foi utilizado também, o recurso de nuvem de palavras, identificando as situações mais recorrentes dentre as opiniões e declarações dos entrevistados e seus familiares, como forma de reforço aos questionamentos. Nuvem de palavras é um recurso gráfico para descrever os termos mais recorrentes de um determinado texto ou situação. Palavras mais frequentes são desenhadas em fontes de tamanho maior, palavras menos frequentes são desenhadas em fontes de tamanho menor. Para tal utilizou-se o programa *Wordle*[6].

Cabe salientar que os instrumentos de pesquisa, adaptados dos trabalhos de Rheingantz et al. (2009), Blumenschein et al. (2015) e Villa, Saramago e Garcia (2015), não sofreram alterações significativas, mesmo sendo elaborados para aplicação em unidades habitacionais tipicamente urbanas.

Considera-se esta situação decorrente da aproximação e disposição física da Ilha da Torotama como se fosse um bairro urbano, simplesmente distante do centro administrativo do município. De fato, as propriedades tipicamente rurais apresentam diferenças significativas neste sentido, sendo marcadas pelo tamanho das glebas de terra, distanciamento dos lotes vizinhos e, consequentemente, um cotidiano com menor interação da comunidade, limitando-se à família e poucos vizinhos.

Ainda assim, com estas diferenças entre propriedades rurais da agricultura familiar e lotes familiares em colônias de pescadores, para as duas situações é aplicável o conceito de Moradia Camponesa, fato que se verificará ao longo do estudo.

[6] O *Wordle* é um programa de livre acesso (http://www.wordle.net/create) que cria as chamadas "nuvens de palavras" para os usuários. Como consiste em uma ferramenta da Web, para utilizá-lo é necessário acesso à internet e um navegador atualizado.

Considerações ao Capítulo

Como mencionado anteriormente, a falta de estudos pós-ocupacionais em áreas rurais faz com que se busque na literatura existente relativa ao meio urbano, modelos de metodologias, técnicas e procedimentos consagrados por estudiosos da área de percepção e avaliação pós ocupação.

Tanto para a análise da satisfação do usuário/beneficiário em relação à moradia e ao ambiente da Ilha da Torotama (pertencimento e identidade), bem como para avaliar a flexibilidade habitacional (ampliabilidade e adaptabilidade), optou-se por uma abordagem metodológica mista. Como resultado se apresenta uma combinação de instrumentos e métodos quantitativos e qualitativos tendo por influência as metodologias desenvolvidas por Roméro e Ornstein (2003), Blumenschein et al. (2015), e Villa, Saramago e Garcia (2015). Salienta-se que as compreensões dos métodos mais indicados ao processo investigativo estão embasadas teoricamente em Elali (1997) e Rheingantz et al. (2009), que possibilitaram uma visualização do caminho a ser percorrido.

A partir desse encaminhamento, foram criados os instrumentos de pesquisa (fichas, roteiros, questionários, etc.) necessários para a avaliação do PNHR aplicado à Ilha da Torotama, Rio Grande/RS, e assim alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa.

Capítulo 5

A Atuação do Sistema CREHNOR.

Neste capítulo encontram-se os primeiros resultados referentes aos objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: caracterizar a produção arquitetônica resultante da aplicação das Resoluções nºs 460 e 518, do PNHR e outros, na metade sul do Rio Grande do Sul, tendo por EO a Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural, no período em que o autor atuou como responsável técnico por esta produção; e avaliar a evolução qualitativa, projectual e executiva, decorrente destas aplicações.

O Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural foi um dos muitos atores sociais que participaram da criação dos programas habitacionais rurais, desde suas origens, com a implantação do PHRRS no estado do Rio Grande do Sul, bem como nos processos decorrentes, com a criação do PHR, suas Resoluções, até culminar com o PNHR. Atuou como Entidade Organizadora (EO) em diversos municípios do sul do Brasil, não apenas na seleção e organização dos beneficiários, mas também no desenvolvimento dos projetos habitacionais e condução das execuções. Foi também pioneira na organização das comunidades de pescadores artesanais, especialmente das colônias da metade sul do Rio Grande do Sul.

Duas foram as EO pertencentes ao Sistema Crehnor responsáveis no Estado: a Crehnor-Sul, responsável pela aplicação dos programas habitacionais rurais na metade sul do Rio Grande do Sul, e a Crehnor-Sarandi, responsável pela metade norte, sendo também, perante todo Sistema Crehnor, a responsável pelas comunidades e colônias de pescadores artesanais em todo o estado.

No período de 2002 a 2006, todas as execuções tendo o Sistema Crehnor como EO, eram de responsabilidade da arquiteta responsável contratada, que atuava pela Crehnor-Sarandi, tanto na elaboração dos projetos para os programas quanto na efetivação e execução das obras. Em decorrência da enorme demanda habitacional estabelecida nos anos de 2005 e 2006, o Sistema Crehnor precisou fazer a divisão física do estado em metades norte e sul para dividir a responsabilidade das execuções. Porém o que se segue corresponde a atuação do Sistema Crehnor como um todo, na metade sul do Rio Grande do Sul, período de 2007 a 2013, contemplando

produtores da agricultura familiar e famílias das colônias de pescadores artesanais do litoral sul do Rio Grande do Sul.

5.1. A Produção Habitacional na Resolução nº 460/2004.

Com a demanda enquadrada na modalidade de contratação Carta de Crédito – FGTS (CC-FGTS), Operações Coletivas – Aquisição de Material de Construção – Garantia Caução (fundo perdido), a unidade habitacional padrão estabelecida pelo Sistema Crehnor possuía 36,00 m² de área construída, com divisórias internas em madeira (exceto banheiro) e exterior apenas chapiscado (Figuras 5.1).

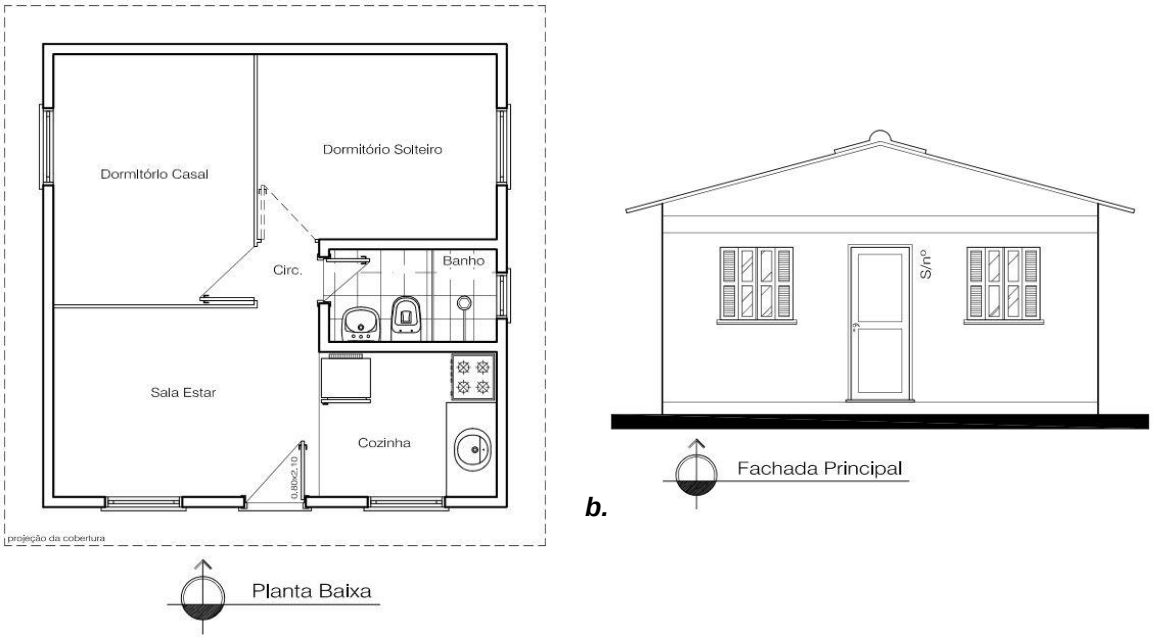


Figura 5.1: (a) e (b) Planta Baixa e Fachada Principal (s/esc.), projeto de 36,00 m² utilizado na Resolução nº 460. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

Essa tipologia habitacional foi assim desenvolvida e aprovada pela CEF, em virtude do pequeno recurso disponível para cada unidade: R$ 8.000,00 no total, sendo R$ 5.907,00 em materiais de construção e R$ 2.093,00[7] como sendo a contrapartida do beneficiário, podendo ser considerado como mão de obra, já que o sistema de obras definido na Resolução é o de autoconstrução assistida. Salienta-se que este sistema se demonstrou ineficiente pelo fato de que nem todos os beneficiários possuíam conhecimentos específicos na execução de obras na construção civil. Por vezes houve desperdício de material de construção, sendo que estes recursos extras

[7] Na Resolução nº 460 de 2004, o valor de R$ 8.000,00 correspondia a 30,77 salários mínimos (R$ 260,00 em 1º de maio de 2004), sendo 22,72 s.m. para materiais de construção e 8,05 s.m. para mão de obra.

obrigatoriamente recaíram sobre a EO responsável. Os fornecedores de materiais passaram também a providenciar a mão de obra, fato que elevou a qualidade construtiva em cada moradia, como se observa a seguir (Figura 5.2):

a. *b.*

Figura 5.2: (a) e (b) Unidades Habitacionais executadas na Resolução nº 460 – Colônia Z3 – Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

Destaca-se que houve a inversão da execução do reboco previsto apenas para a parte interna, para a parte externa das moradias, como forma de melhor proteção às intempéries. As pinturas de esquadrias e alvenarias verificadas nas imagens acima, ficaram a cargo e despesa dos beneficiários.

Durante o processo construtivo, vários foram os casos de beneficiários que não concluíram suas unidades habitacionais pelos motivos mais diversos, dentre eles os pessoais, a não necessidade do benefício e/ou a má fé, o que, constatado pela EO, forçou o desenquadramento dos mesmos ao programa. Dos aproximadamente 980 beneficiários, foram levados a conclusão 893 unidades habitacionais (Tabela 5.1).

Resolução nº 460 – ART	Crehnor – Sul
município	**unid. hab.**
Arroio Grande	**04**
Candiota	**35**
Canguçu	**354**
Capão do Leão	**52**
Herval	**06**
Hulha Negra	**14**
Morro Redondo	**122**
Pedro Osório	**19**
Pelotas	**89**
Pinheiro Machado	**02**
Piratini	**92**
Santa Vitória do Palmar	**02**
Sant'Anna do Livramento	**51**

Santana da Boa Vista	**18**
São José do Norte	**08**
São Lourenço do Sul	**25**
Total – Resolução nº 460	***893***

Tabela 5.1: Unidades Habitacionais executadas na contratação da Resolução nº 460.
Fonte: Acervo em ARTs e RRTs do Autor, 2018.

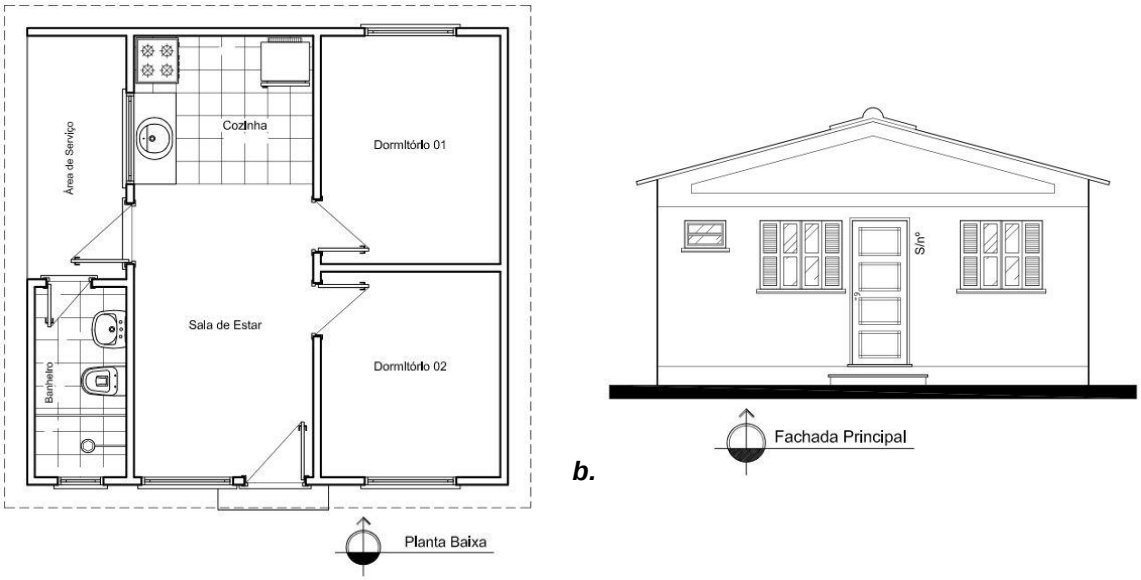
Como demonstrado pela Tabela 5.1, foram atendidas famílias de pequenos e médios produtores da agricultura familiar, em 16 municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul.

5.2. A Produção Habitacional na Resolução nº 518/2006.

A aplicação da Resolução nº 518 iniciou nos mesmos moldes e determinações da Resolução nº 460, no que se refere à modalidade de enquadramento dos beneficiários, projeto padrão e recursos, porém com uma menor demanda. Este fato decorreu de um maior rigor por parte do agente financeiro (CEF) que determina as regras e documentos necessários para contratação dos benefícios, além da diminuição dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

Posteriormente, ainda em vigência da Resolução nº 518, o programa recebeu um aporte financeiro, resultado da atuação das organizações sociais e sindicais que apontavam um aumento considerável nos custos construtivos. O valor por unidade habitacional ficou em torno de R$ 15.000,00[8] e o projeto padrão foi estabelecido em 37,80 m² de área construída, com todas as alvenarias, internas e externas, em tijolos cerâmicos, e contando com um melhor nível de acabamento (Figura 5.3).

[8] Na Resolução nº 518 de 2006, o valor de R$ 15.000,00 correspondia a 42,86 salários mínimos (R$ 350,00 em 1º de abril de 2006).



a. *b.*

Figura 5.3: (a) e (b) Planta Baixa e Fachada Principal (s/esc.), projeto de 37,80 m² utilizado na Resolução nº 518. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

A alteração mais significativa foi o posicionamento do banheiro com acesso externo, fruto da reivindicação de vários beneficiários como forma de apoio aos trabalhos desenvolvidos no campo e seu retorno à moradia, facilitando a manutenção e limpeza da unidade habitacional.

Destaca-se que o Corpo Técnico da CEF determinou as especificações mínimas a que a unidade habitacional deveria satisfazer (Anexo C), levando em conta a habitabilidade e a salubridade da construção (Figuras 5.4 e 5.5).

a. *b.*

Figura 5.4: (a) e (b) Unidades Habitacionais executadas na Resolução nº 518 – Colônia Z3 – Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor, 2009.

a. b.

Figura 5.5: (a) e (b) Unidades Habitacionais executadas na Resolução nº 518 – Piratini/RS e Canguçu/RS. Fonte: Acervo do Autor, 2009.

Percebe-se assim, as questões de melhorias no acabamento interno e externo, previsão de revestimento cerâmico nos banheiros e cozinhas, bem como incorporação da pintura, tanto interna como externa, no orçamento global definitivo.

No período de vigência da Resolução nº 518, verificou-se que as novas regras e determinações da CEF, responsável pela análise documental dos beneficiários, foram responsáveis pelo menor número de contratações e, consequentemente de conclusões de obras. Soma-se a isso o menor recurso disponibilizado pelo Governo Federal, o que impossibilitou o acesso a um grande número de famílias de agricultores ao programa. Com novas dificuldades e uma demanda inicial de aproximadamente 570 beneficiários, obteve-se a finalização de 390 unidades habitacionais (Tabela 5.2).

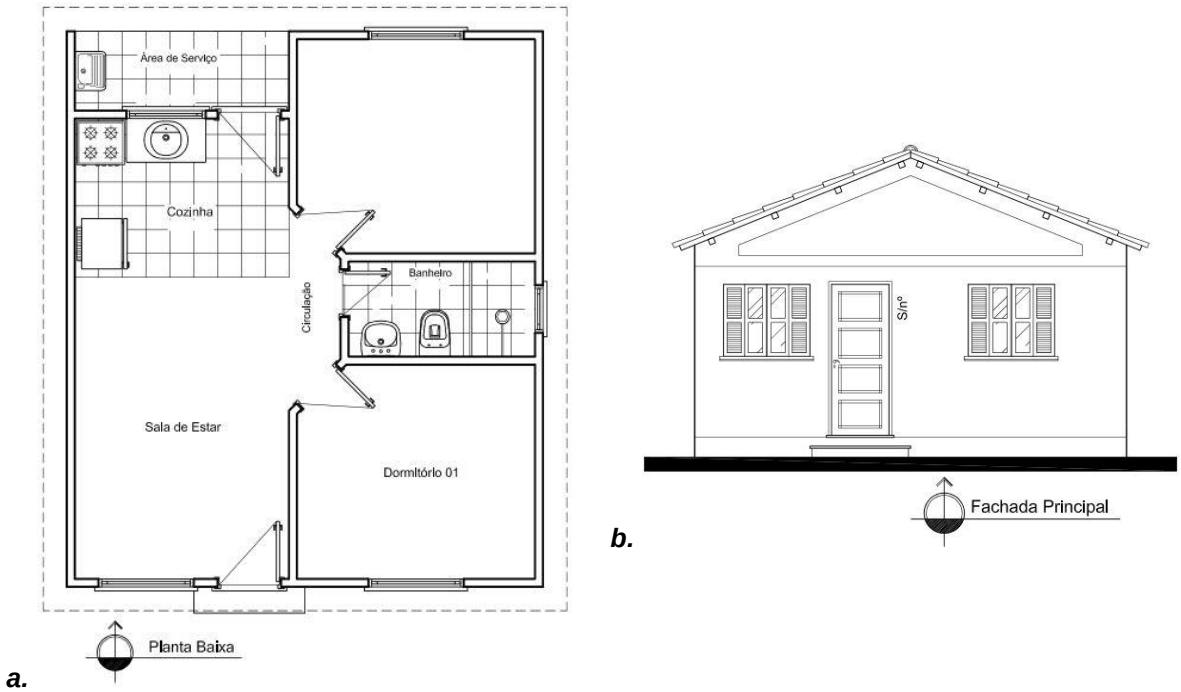
Resolução nº 518 – ART	Crehnor – Sul
município	**unid. hab.**
Aceguá	**24**
Arroio do Padre	**17**
Canguçu	**68**
Encruzilhada do Sul	**09**
Herval	**19**
Morro Redondo	**50**
Pedras Altas	**13**
Pedro Osório	**06**
Pelotas	**41**
Pinheiro Machado	**09**
Piratini	**80**
Santa Vitória do Palmar	**05**
Sant'Anna do Livramento	**34**
São Lourenço do Sul	**15**
Total – Resolução nº 518	***390***

Tabela 5.2: Unidades Habitacionais executadas na contratação da Resolução nº 518. Fonte: Acervo em ARTs e RRTs do Autor, 2018.

Com menor abrangência em relação a Resolução anterior, foram atendidas pela Resolução nº 518, famílias de pequenos e médios produtores da agricultura familiar, em 14 municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado na Tabela 5.2 acima.

5.3. A Produção do PNHR – Formato Atual.

Já na formatação do PNHR, que ocorreu em 2009, e ainda sob a modalidade de contratação Carta de Crédito – FGTS (CC-FGTS), Operações Coletivas – Aquisição de Material de Construção – Garantia Caução (fundo perdido), a unidade habitacional padrão estabelecida pelo Sistema Crehnor passou a ter 42,00 m² de área construída, em duas configurações diferentes (Tipos 01 e 02), fruto da solicitação antiga por parte dos beneficiários (Figuras 5.6 – Tipo 01 e 5.7 – Tipo 02).



a. *b.*

Figura 5.6: (a) e (b) Planta Baixa e Fachada Principal Tipo 01 (s/esc.), projeto de 42,00 m² utilizado no PNHR. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

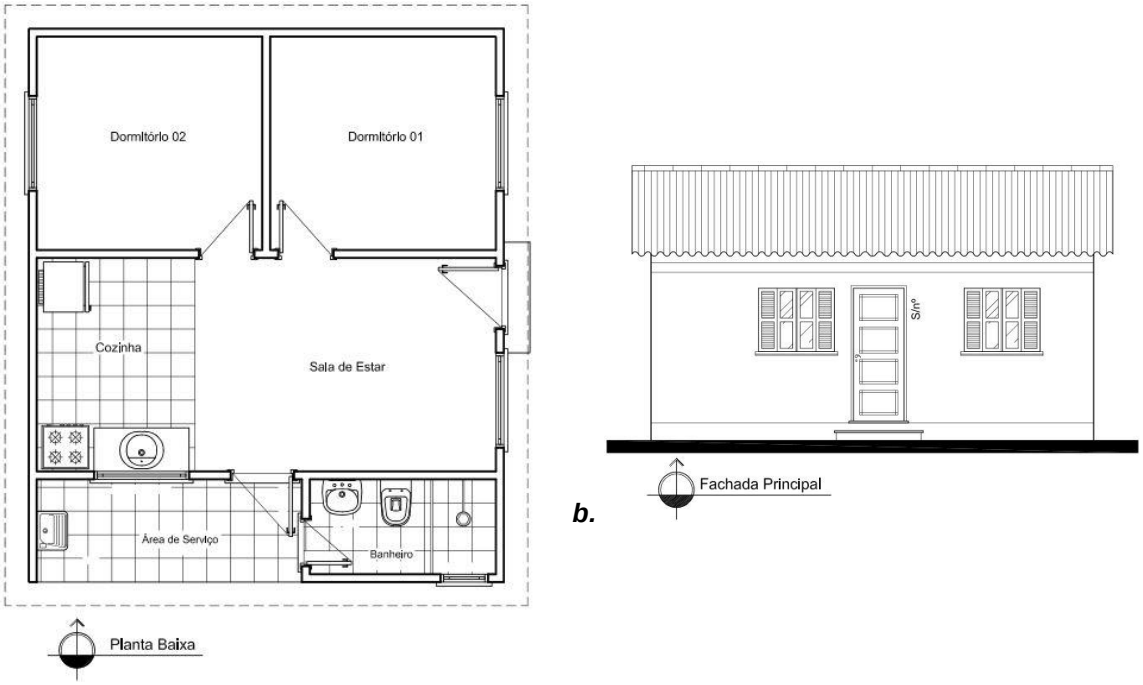


Figura 5.7: (a) e (b) Planta Baixa e Fachada Principal Tipo 02 (s/esc.), projeto de 42,00 m² utilizado no PNHR. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

A unidade habitacional do tipo 02, visível na Figura 5.7, oferece uma variação interna para as famílias e mantêm o acesso ao banheiro externamente, fato que, conforme mencionado anteriormente, além de cultural, possibilita a higiene pessoal do agricultor que retorna de seu trabalho no campo, com espaço para depósito de ferramentas e sem provocar sujidades no interior da residência.

Estas novas tipologias foram orçadas nos valores atualizados do recurso, que passou para R$ 28.500,00[9] e prevê um nível de acabamento completo, incluindo revestimento cerâmico em todas as alvenarias de banheiros e cozinhas, reboco interno e externo, piso cerâmico em todos os ambientes e forro de PVC.

De igual forma, como anteriormente, as especificações mínimas estabelecidas pela CEF, resultaram numa melhor unidade habitacional (Anexo D). Porém, da mesma forma, aumentaram as exigências frente aos beneficiários no que tange suas contratações, dificultando o enquadramento de muitas famílias. E novamente se verifica uma menor liberação de recursos por parte do Governo Federal.

Na formatação do programa como PNHR, o Sistema Crehnor produziu pela Crehnor-Sul, até o ano de 2012, apenas 7 unidades habitacionais, sendo que no

[9] Na Determinação do PNHR em 2009, o valor de R$ 28.500,00 correspondia a 61,29 salários mínimos (R$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009).

mesmo período (2010-2013) a Crehnor-Sarandi foi responsável pela execução de outras 110 unidades, exclusivamente em comunidades de pescadores artesanais do litoral sul do Rio Grande do Sul, fato resultante do convênio com o Ministério da Pesca e Aquicultura denominado “Pescando Moradias”, citado anteriormente. Por fim, no período de 2011 a 2013, numa colaboração técnica junto a Associação Regional dos Pequenos Agricultores (ARPA), foram executadas outras 127 unidades habitacionais dentro da zona rural do município de Canguçu/RS (Tabela 5.3).

PNHR – RRT	Crehnor – Sul
município	**unid. hab.**
Canguçu	**07**
Subtotal – PNHR	**07**

PNHR – RRT	Crehnor – Sarandi
município	**unid. hab.**
Chuí	**07**
Pelotas	**85**
Rio Grande	**18**
Subtotal – PNHR	**110**

PNHR – RRT	ARPA
município	**unid. hab.**
Canguçu	**127**
Subtotal – PNHR	**127**

Total – PNHR	***244***

Tabela 5.3: Unidades Habitacionais executadas na contratação do PNHR.
Fonte: Acervo em ARTs e RRTs do Autor, 2018.

De um total de mais de 600 solicitações e cadastros demandados, e até o desligamento do autor das equipes técnicas destas Entidades Organizadoras (2013), foram efetivadas nesta época, um total de 244 unidades habitacionais, conforme detalhado na Tabela 5.3 acima.

Esta etapa também foi marcada por uma maior sensibilidade por parte das equipes de aprovação de projetos e vistorias da CEF. Ao detectarem alterações na execução das moradias por parte dos beneficiários, solicitavam pareceres técnicos ao autor do projeto (e desta pesquisa) que justificassem estas situações. O objetivo alegado por estas equipes, plenamente compreensíveis, era resguardar a CEF quanto aos valores liberados a cada moradia. Estes pareceres e justificativas, demonstrando a aplicação correta dos recursos, eram aceitos e aprovados sem maiores questionamentos.

Outra situação que merece destaque foi a possibilidade de participação dos beneficiários na determinação do projeto padrão a ser executado, diferentemente

daquele previamente aprovado, tendo por exemplo o município de Chuí/RS e seus 7 contemplados pelo PNHR (Figura 5.8).

Figura 5.8: (a), (b), (c) e (d) Unidades Habitacionais executadas no PNHR – Chuí/RS.
Fonte: Acervo do Autor, 2012.

Este grupo de beneficiários, reunidos com a equipe técnica e social da Crehnor-Sarandi, solicitou pequenas alterações na organização interna da moradia, que se refletiu na volumetria única, além da escolha particular das pinturas externas. Estas alterações, visíveis externamente nas imagens acima, comprovando a aplicação do recurso destinado à cada moradia, foram aceitas e aprovadas pela equipe da CEF.

5.4. Produções Habitacionais diversas.

Durante o período de atuação do autor frente a Crehnor-Sul (2007-2012), foram executadas outras 62 unidades habitacionais, resultado de convênio da Cooperativa e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em apenas dois assentamentos constituídos, e ainda outras 47 unidades com recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) (Tabela 5.4).

Convênio INCRA – ART	Crehnor – Sul
município	**unid. hab.**
Pinheiro Machado	**29**
Piratini	**33**
Total – Convênio INCRA	***62***

PSH – ART	Crehnor – Sul
município	**unid. Hab.**
Morro Redondo	**20**
Piratini	**27**
Total – PSH	***47***

Tabela 5.4: Unidades Habitacionais executadas em convênio com o INCRA e no formato PSH. Fonte: Acervo em ARTs e RRTs do Autor, 2018.

No total, considerando o PHR nas Resoluções nºs 460 e 518, o PNHR, convênio Crehnor-Sul/INCRA e PSH, o Sistema Crehnor foi responsável diretamente, tanto na elaboração dos projetos padrão, aprovados pela CEF, na colaboração técnica, bem como na organização das Operações Coletivas, pela execução de 1.636 unidades habitacionais (Tabela 5.5).

modalidade	unid. hab. construídas
PHR res. nº 460 / 2004	**893**
PHR res. nº 518 / 2006	**390**
PNHR / 2009	**244**
Outros (INCRA, PSH)	**109**
Total	***1.636***

Tabela 5.5: Total de Unidades Habitacionais executadas por Modalidade. Fonte: Organização do Autor, 2018.

Assim, foram beneficiadas famílias de pequenos e médios produtores da agricultura familiar e famílias pertencentes a comunidades de pescadores artesanais em 22 municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul (Tabela 5.6).

município	unid. hab. construídas
Aceguá	**24**
Arroio do Padre	**17**
Arroio Grande	**04**
Candiota	**35**
Canguçu	**556**
Capão do Leão	**52**
Chuí	**07**
Encruzilhada do Sul	**09**
Herval	**25**
Hulha Negra	**14**
Morro Redondo	**192**
Pedras Altas	**13**
Pedro Osório	**25**
Pelotas	**215**
Pinheiro Machado	**40**

Piratini	**232**
Rio Grande	**18**
Santa Vitória do Palmar	**07**
Sant'Anna do Livramento	**85**
Santana da Boa Vista	**18**
São José do Norte	**08**
São Lourenço do Sul	**40**
Total – unid. habit.	***1.636***

Tabela 5.6: Total de Unidades Habitacionais executadas por Município.
Fonte: Organização do Autor, 2018.

Percebe-se que ao longo da evolução do programa, houve uma diminuição do número de unidades habitacionais contratadas, apesar da demanda sempre crescente, resultado da concretização das modalidades antecessoras, fato que desfez a desconfiança inicial existente nas comunidades rurais quanto a efetivação das ações executivas.

Na verdade, a diminuição das unidades contratadas é resultado do aumento das exigências por parte da CEF, agente financeiro e analista técnico do programa, para o enquadramento dos beneficiários, no que se refere às suas documentações pessoais. A crise mundial de 2008, originária no sistema bancário dos Estados Unidos, mesmo não apresentando reflexos tão duros no Brasil, também colaborou com esta situação, já que o sistema financeiro é interligado em todo o mundo. A baixa liquidez refletiu, em um primeiro momento, na falta de dinheiro disponível no Brasil para a concessão de crédito, tanto para as empresas como para os consumidores. Alia-se a isto a diminuição dos recursos destinados ao programa por parte do Governo Federal, que foi reduzindo o investimento em ações sociais nos últimos anos, especialmente após 2010, até os dias atuais.

Desta forma, várias são as famílias que, tanto no meio rural, pertencentes à agricultura familiar, como nas comunidades tradicionalmente reconhecidas, não puderam ser contempladas com o benefício e ainda permanecem na espera, em diversas Entidades Organizadoras, pela resolução de suas situações, na sua maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerações ao Capítulo

Analisando a evolução do programa, do PHR – Resolução nº 460 ao formato atual do PNHR, destaca-se a melhoria sensível na qualidade da unidade habitacional ofertada, tanto na melhoria da área construída como no seu nível mais exigente nas questões de acabamento. Esta atualização do programa, é fruto da atuação das diversas organizações sindicais e sociais e das Entidades Organizadoras, nos momentos em que questionaram os valores destinados para cada construção, tendo em vista o aumento dos custos construtivos e logísticos para a execução das residências. De maneira simples demonstra-se que, na Resolução nº 460 o valor unitário era de R$ 8.000,00; na Resolução nº 518 esse valor foi elevado para R$ 15.000,00; e, na formatação do PNHR o valor foi estipulado em R$ 28.500,00. Obviamente que, com melhores recursos unitários, a CEF, também na função de analista técnica do programa, aprimorou as Especificações Mínimas para elaboração dos projetos padrão (Anexos B, C e D), o que é facilmente perceptível ao analisarmos os memoriais descritivos exigidos pela instituição.

Ao longo do tempo, e decorrente da credibilidade das Entidades Organizadoras na responsabilidade executiva, foram melhorados os recursos destinados para cada unidade habitacional, em cada fase evolutiva do programa, o que reflete numa construção com melhor qualidade construtiva, tanto projectual como executiva.

A questão que ainda permanece na atualidade, é a progressiva falta de liberação de recursos por parte do Governo Federal. Mesmo durante as gestões empossadas a partir de 2003, responsáveis pela criação e desenvolvimento do programa, já foi bastante sensível esta diminuição de recursos. Porém, após 2016, em decorrência do impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff, houve praticamente a suspensão de novos recursos, o que provocou a estagnação de um programa de inclusão social, destinado a uma parcela da sociedade historicamente relegada ao esquecimento.

Na verdade, segundo informações da CEF, o governo de Michel Temer realizou uma única determinação para liberação de verbas ao PNHR, através da Portaria nº 597 de 25 de setembro de 2018, ainda pelo extinto Ministério das Cidades.

Com uma previsão de recursos para 27 mil unidades habitacionais, esta Portaria previa a contratação dos benefícios aprovados para o mês de março de 2019. A Portaria nº 897 de 29 de março de 2019, já pelo Ministério responsável (Ministério do Desenvolvimento Regional) no atual governo, adiou as contratações para o mês de agosto de 2019.

Porém, em 2 de setembro de 2019, conforme determinação divulgada pelo governo às entidades representativas dos agricultores familiares (Federações e Sindicatos), os recursos para estas 27 mil contratações pelo PNHR foram cancelados, fato que, evidentemente, coloca em risco a própria continuidade e existência do programa.

Capítulo 6

O Objeto de Pesquisa: A Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Neste capítulo são apresentadas as características físicas da Ilha da Torotama, sua conformação e disposição espacial, resultado da análise de estudos e artigos acadêmicos anteriores.

Também apresenta uma atualização da infraestrutura consolidada ao longo dos últimos anos, fruto de um levantamento de dados realizado pelo autor com o auxílio dos moradores beneficiários do PNHR, funcionários públicos municipais da cidade de Rio Grande que atuam na Ilha, provenientes da Escola de Ensino Fundamental e do Posto de Saúde Municipal da localidade.

O objetivo deste capítulo, sua metodologia e resultados, é apresentar os serviços públicos básicos existentes que fornecem o suporte necessário e esperado ao desenvolvimento socioeconômico de seus moradores.

6.1. Conhecendo a Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

A Ilha da Torotama é uma ilha lagunar que faz parte do complexo estuarino da Lagoa dos Patos, sendo uma extensão da localidade conhecida como Povo Novo, 3º distrito do município de Rio Grande/RS. A ilha está localizada entre dois centros urbanos importantes do sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 6.1): os municípios de Pelotas e Rio Grande. Considerando acessos rodoviários, sua distância até Pelotas é de 42,4 km e até Rio Grande, 55,2 km.

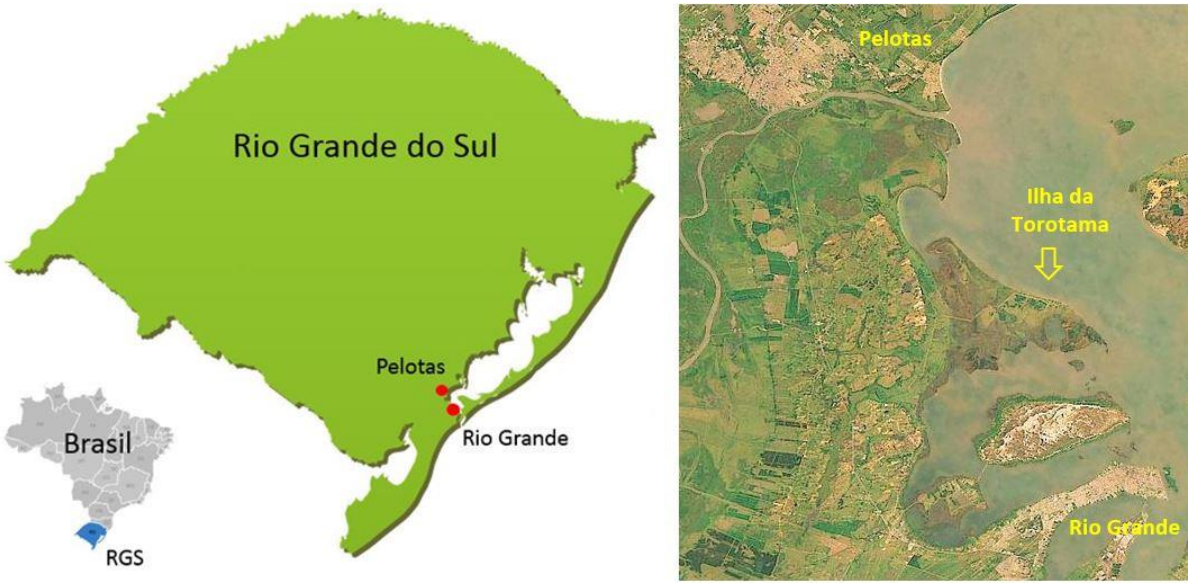


Figura 6.1: Localização – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Fonte: Montagem do Autor, 2018.

Com uma área aproximada de 20 km², seu adensamento populacional está concentrado na parte norte da ilha (Figura 6.2), onde o terreno é mais alto e seco, propício à ocupação humana.

Figura 6.2: Adensamento Populacional – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Fonte: Google Maps, 2018.

Ao redor, facilmente visível em mapas disponíveis, o terreno é marcado pela presença massiva de áreas alagadas e banhados, o que impossibilita sua ocupação.

Mesmo sendo próxima às cidades de Pelotas e Rio Grande, a comunidade possui uma forte característica de isolamento. Esse fato se dá devido ao acesso à ilha ser possível apenas por uma única estrada de terra, e esta estar sempre à mercê das

condições climáticas que, em várias épocas do ano, seja de chuva ou seca, dificulta e por vezes impossibilita a entrada e saída da ilha.

De acordo com Schmidt (2000), o isolamento decorrente da precariedade das vias de acesso acabou por contribuir para a preservação de alguns ambientes característicos e únicos da região como, por exemplo as marismas[10], paleodunas[10b] e matas da restinga[10c].

Porém, esse isolamento é marcado por fatores positivos como uma maior integração da comunidade, a preservação de vários costumes e o fortalecimento da principal atividade econômica que é a pesca artesanal.

Em relação a este último, Schmidt (2000) considera como um dos aspectos mais importante, já que a atividade pesqueira passa não só de pai para filho, mas também de mãe para filha. Os homens se dedicam à atividade da pesca em si, com a manutenção dos equipamentos para tal e com a comercialização da produção. As mulheres muitas vezes acompanham os homens na pesca e ainda se ocupam das atividades de preparo da produção para a comercialização, principalmente do camarão e do siri.

Quanto aos fatores negativos desse isolamento, Schmidt (2000) destaca:

> A dificuldade de acesso ao atendimento médico para casos que não possam ser resolvidos no posto de saúde, a inexistência de uma rede de abastecimento de água (a ilha dispõe de um reservatório de água que supre parte da comunidade, sendo que também podem ser encontradas muitas casas com poços artesianos) e a escassez de todos os outros recursos que são mais facilmente encontrados nos centros urbanos. A vida cotidiana das pessoas da comunidade não dispõe de uma série de outros recursos que são direitos de todo o cidadão brasileiro (SCHMIDT, 2000, p. 64-65).

---

[10] Marismas - Marismas são ecossistemas costeiros intermareais presentes ao redor de todo o globo nas médias e altas latitudes com relevo pouco expressivo, em geral planícies ou depressões alagadas. No Brasil, as marismas estão presentes em estuários, lagunas e baías ao longo da costa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/marismas.html>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

[10b] Paleodunas - Dunas fósseis (paleodunas): são dunas que sofrem o processo de consolidação de sua areia ao longo do tempo, a areia solta vai se tornando rocha arenito. Disponível em: <http://www.projetotoninhas.org.br/index.php/site/dunas>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

[10c] Matas da restinga - À medida que nos afastamos da praia arenosa e da ação do sal e das ondas, o solo da restinga torna-se cada vez mais rico em matéria orgânica, originada das próprias plantas do local que morrem e transformam o ambiente. Maior quantidade de nutrientes dá aos vegetais, condições de crescer mais e, consequentemente, originar uma formação vegetal cada vez mais densa e com vegetais maiores, conhecida como mata de restinga. Disponível em: <http://www.lagamar.net.br/portal/index.php/ecossistemas-litoraneos/74-mata-de-restinga>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

Ainda que seja observada a presença de uma produção agrícola de subsistência, a exemplo da comunidade da Ilha dos Marinheiros, mais conhecida pela população da Região Sul do Estado, a principal atividade econômica da Ilha da Torotama é a pesca artesanal. Como outras colônias pesqueiras da região, que tem no pescado suas fontes de renda e de alimento, os últimos anos foram marcados pela redução dos estoques e a não ocorrência da safra de camarão (sempre entre os meses de janeiro a abril) que, quando ocorre, é um alento na renda anual das famílias. Cabe salientar que a safra de camarão voltou a ocorrer nos anos de 2018 e 2019, fato que trouxe entusiasmo em toda a comunidade com perspectiva de renda bem superior aos anos anteriores.

Essa queda na produção do pescado em geral, contribui de forma direta pela diminuição da qualidade de vida dos próprios pescadores e suas famílias, o que desperta nas gerações mais novas o desejo de migrar para as regiões urbanas de Pelotas ou Rio Grande atrás de melhores oportunidades de trabalho fixo e condições de vida.

Ferraz (1997, p. 11 *apud* PIMPÃO e LOURENÇO, 2014, p.167) destaca que a renda média das famílias é de um salário mínimo mensal calculado com base no lucro obtido com a pesca no início do ano, não sendo um valor fixo, ficando à mercê da safra e necessidades básicas de cada família. Diante da recorrência destes problemas, verificou-se um aumento do êxodo dos membros mais jovens para os municípios mais próximos.

Quanto às pequenas produções agrícolas, quase sempre destinadas ao consumo próprio, observa-se o pouco interesse e entusiasmo, bem como outra qualquer que não seja relacionada à pesca artesanal. Na verdade, embora reduzida frente aos desafios do cotidiano, a atividade pesqueira é a característica e a identidade da comunidade, e isso passa de geração a geração.

Até meados da década de 1980, a ilha não possuía rede pública de energia, e seus moradores utilizavam lampiões e lamparinas. No início dos anos 1990 foi instalada a rede de abastecimento de água, substituindo em muitas casas a utilização da água de poço.

De acordo com Schmidt (2000), nas moradias, quase metade delas não possui saneamento básico. O abastecimento de água via rede pública é praticamente

inexistente, sendo substituído em parte pela presença de caixa d'água e em parte pelo uso de poços artesianos. Conclui-se daí, que o abastecimento de água da rede pública, não atinge a todos os moradores da ilha.

Mesmo que existam moradias em melhores condições construtivas, conforme destaca Schmidt (2000), as casas da ilha são geralmente em madeira, sem banheiro interno e com somente uma peça (Figura 6.3).

a. ***b.***

c. ***d.***

Figura 6.3: (a), (b), (c) e (d) Tipologias Habitacionais existentes – Ilha da Torotama. Fonte: do Autor, 2010.

Várias apresentam uma tipologia típica da região que é a cobertura da madeira em processo de degradação com chapas de zinco ou similares (Figuras 6.3b e 6.3d).

Quanto ao saneamento, o esgoto sanitário e o de água servida são, geralmente, lançados à céu aberto, sendo que nas moradias próximas à orla, como em muitas comunidades de pescadores do litoral sul do estado, são lançadas diretamente na Lagoa dos Patos.

No ano de 2009, em decorrência da atuação da Crehnor-Sarandi em outras comunidades de pescadores (Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tapes, Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar), a Associação de Pescadores da Ilha da Torotama solicitou à cooperativa que procedesse a

organização de seus associados em busca do benefício da casa própria através do PNHR que entrava em vigor (Figura 6.4).

a. b.

Figura 6.4: (a) e (b) Reunião com a Comunidade da Ilha da Torotama. Fonte: Acervo Crehnor, 2009.

Até o ano de 2010, não sendo considerada Área de Marinha, a Ilha da Torotama foi classificada como Terras Devolutas, e sendo assim, passíveis de serem incorporadas ao Patrimônio da União, o que efetivamente ocorreu com a participação imprescindível do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Anexo E). Tal fato se tornou possível após solicitação da Crehnor-Sarandi, através de um mapeamento simples da área ocupada pela comunidade de pescadores na região norte da Ilha (Anexo F). Decorridos os processos legais, a área foi arrecadada ao Patrimônio da União, conforme publicação no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2012 (Anexo G), e encaminhada novamente ao INCRA que procedeu a cedência de posse à Associação de Pescadores da Ilha da Torotama.

Além de configurar a aplicação do PNHR em sua formatação mais atualizada, foi a última comunidade organizada e atendida pela Crehnor-Sarandi como Entidade Organizadora na metade sul do Rio Grande do Sul. No Período de 2013 a 2017, foram executadas 42 das 47 unidades habitacionais contratadas pela CEF, sendo visível a mudança da realidade de uma moradia para outra (Figuras 6.5 e 6.6).

a. b.

Figura 6.5: (a) Antes; (b) Depois – Intervenção resultante do PNHR – Família 01. Fonte: do Autor, 2010/17.

a. *b.*

Figura 6.6: (a) Antes; (b) Depois – Intervenção resultante do PNHR – Família 02. Fonte: do Autor, 2010/17.

Pode-se perceber que a tipologia construtiva é simples, de fácil execução, com alvenarias em tijolos cerâmicos, revestimentos argamassados (reboco) e cerâmicos nas áreas úmidas, pisos cerâmicos, forro em PVC e cobertura em fibrocimento.

6.2. Infraestrutura Consolidada – *Levantamento de Dados*.

O *Levantamento de Dados* se fez necessário para que se obtivesse uma atualização da presença do Estado na Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Considera-se que a instalação e manutenção de equipamentos públicos, a existência de serviços básicos de natureza diversa (água potável, energia elétrica, acesso ao transporte público, saneamento básico, áreas verdes, saúde, educação, etc.), são elementos que garantem o suporte ao desenvolvimento cotidiano da comunidade. Acredita-se que tais elementos, aliados às questões habitacionais, são necessários para se fomentar o desejo de permanência de seus moradores beneficiários.

Esse levantamento elaborado pelo autor, numa adaptação dos referenciais de Roméro e Ornstein (2003) e Villa, Saramago e Garcia (2015), teve o intuito de fornecer uma visualização da realidade física da Ilha, estabelecer contatos com os moradores beneficiários que participaram da pesquisa e registrar fotograficamente as questões analisadas, fatos que caracterizaram a ruralidade do ambiente natural e construído.

Como resultado, foi elaborada uma ficha única e específica preenchida in loco (Apêndice A), acompanhada posteriormente dos devidos registros fotográficos, o que se demonstrou bastante eficaz como instrumento visual da realidade percebida.

Foram 15 as questões analisadas, e que são descritas e apresentadas a seguir, estabelecidas de forma sequencial numérica simples, como na ficha: (1) Iluminação Pública; (2) Abastecimento de Água Potável; (3) Abastecimento de Energia Elétrica; (4) Tratamento de Esgoto; (5) Coleta de Lixo; (6) Segurança Pública; (7) Limpeza /

Manutenção / Conservação de Vias e Ruas; (8) Áreas Verdes / Vegetação Nativa; (9) Transporte Público; (10) Saúde Pública; (11) Educação; (12) Atividades de Lazer e Culturais; (13) Comércio; (14) Subprefeitura; (15) Distância à outras Localidades.

1. Iluminação Pública	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: forn. CEEE – direto sem subestação.*

A Ilha conta com fornecimento de energia elétrica direta pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). O fornecimento se dá de forma aérea (rede de alta tensão e transformadores) (Figura 6.7a) sem a existência de subestação, alimentando os postes de iluminação pública e transformadores aéreos (Figura 6.7b). O serviço é considerado bastante satisfatório pelos moradores.

a. ***b.***

Figura 6.7: (a) e (b) Energia Elétrica (Fornecimento e Iluminação Pública). Fonte: do Autor, 2019.

2. Abastecimento Água Potável	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: forn. CORSAN – reservatório uma linha – rua principal.*

A Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan) é a responsável pelo fornecimento de água potável para a Ilha, possuindo um reservatório elevado de abastecimento, construído no início dos anos 1990 (Figura 6.8). Inicialmente apenas duas ruas principais eram atendidas, porém a rede tem sido sistematicamente ampliada, não atingindo ainda a totalidade das habitações. Todas as moradias resultantes do PNHR possuem abastecimento de água.

a. ***b.***

Figura 6.8: (a) e (b) Reservatório Elevado de abastecimento de água potável. Fonte: do Autor, 2019.

3. Abastecimento Energia Elétrica	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: forn. CEEE – medição individualizada.*

Serviço também fornecido pela CEEE, as habitações contam com medidores individualizados de consumo de energia elétrica (Figura 6.9). O fornecimento ocorre em quase a totalidade das habitações da Ilha. Segundo os moradores, não há interrupções ou cortes no fornecimento, e o serviço é considerado muito bom. Sendo uma das exigências da CEF, as moradias executadas no PNHR possuem o serviço.

a. ***b.***

Figura 6.9: (a) e (b) Medição Individualizada de consumo de energia elétrica. Fonte: do Autor, 2019.

4. Tratamento de Esgoto	[ ] sim	**[X] não**	*obs.: valetas à céu aberto: banhados e lagoa.*

Os esgotos residenciais não possuem tratamento no seu despejo. Verificou-se a existência de valetas à céu aberto (Figura 6.10) que fazem seus pontos de destino final as áreas de banhados que circundam a ilha e/ou diretamente no estuário da Lagoa dos Patos (Figura 6.11).

As unidades habitacionais resultantes do PNHR e outras construções mais atuais apresentam o sistema de fossa séptica e sumidouro.

a. ***b.***

Figura 6.10: (a) e (b) Valetas à Céu Aberto (coleta de esgotos residenciais). Fonte: do Autor, 2019.

a. b.

Figura 6.11: (a) e (b) Despejo final das Valetas – Banhados e Lagoa dos Patos. Fonte: do Autor, 2019.

5. Coleta de Lixo	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: pref. Rio Grande – 1x p/sem. Quartas-feiras.*

A coleta de lixo ocorre semanalmente, às quartas-feiras no período da tarde, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS (Figura 6.12). A comunidade acredita que deveria ocorrer, ao menos, duas coletas semanais, já que, em caso de esquecimento, o lixo deve ficar armazenado nas residências por mais uma semana e, principalmente, em função dos resíduos produzidos pela Escola Municipal e pelo Posto de Saúde.

a. b.

Figura 6.12: (a) e (b) Recolhimento semanal dos resíduos. Fonte: do Autor, 2019.

6. Segurança Pública	[ ] sim	**[X] não**	*obs.: posto mais próximo – Vila da Quinta.*

Policiamento ostensivo ou atendimento à comunidade não existe. O posto da Brigada Militar existente na localidade de Povo Novo (mais próximo) foi fechado recentemente, fato que gerou bastante descontentamento nos moradores da Ilha. Qualquer necessidade relativa às Policias Civil e Militar são feitas mediante solicitação aos postos da Vila da Quinta, distante 28 km, ou diretamente ao município de Rio Grande/RS, o que acarreta uma demora significativa no atendimento.

7. Limpeza / Manutenção / Conservação de Vias e Ruas	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: pref. Rio Grande – mediante solicitação (demora).*

Basicamente apenas a estrada de acesso à Ilha (via Povo Novo) e duas de suas ruas, consideradas principais por abrigarem o Posto de Saúde e a Escola Municipal, recebem manutenção pela Prefeitura Municipal de Rio Grande/ RS (Figura 6.13). Por serem pavimentados com saibro batido e ficando à mercê das intempéries, necessitam de reparos constantes (Figura 6.14). Reside neste fato a característica de isolamento que a Ilha possui, e ponto de descontentamento geral de seus moradores. Relatam a dificuldade de obterem o serviço de manutenção, principalmente do acesso principal, o que ocorre após muita insistência e mediação da Câmara de Vereadores do Município de Rio Grande/RS.

a. ***b.***

Figura 6.13: (a) e (b) Curva de Acesso e Rua Principal da Ilha. Fonte: do Autor, 2019.

a. ***b.***

Figura 6.14: (a) e (b) Manutenção e limpeza de Valetas – Rua do Posto de Saúde. Fonte: do Autor, 2019.

8. Áreas Verdes / Vegetação Nativa	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: Ambiente Nat. Preservado / Praça da Igreja.*

A vegetação nativa encontra-se bastante preservada, com formação típica da região, reunindo matas nativas, áreas de dunas (Figura 6.15) e banhados (Figura 6.16). Percebe-se a forte característica rural associada à sua pequena orla lagunar.

a. b.

Figura 6.15: (a) e (b) Matas nativas (Restinga) e Áreas de Dunas (Paleodunas). Fonte: do Autor, 2019.

a. b.

Figura 6.16: (a) e (b) Áreas de Banhados e Alagados. Fonte: do Autor, 2019.

Alguns beneficiários entrevistados acreditam que seria necessária uma melhor educação ambiental por parte dos moradores, já que é visível a poluição dessa orla pelo depósito de lixo caseiro. Em suas opiniões, existe um potencial turístico ainda inexplorado do local (Figuras 6.17 a 6.20). Destacam principalmente, a natureza ímpar e totalmente diversa de outras localidades próximas e que são mais conhecidas pelas populações de outras cidades e regiões, como é o caso da Ilha dos Marinheiros, também pertencente ao Município de Rio Grande/RS.

a. b.

Figura 6.17: (a) e (b) Paisagem da orla norte da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Fonte: do Autor, 2019.

a. b.

Figura 6.18: (a) e (b) Paisagem da orla norte da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Fonte: do Autor, 2019.

a. b.

Figura 6.19: (a) e (b) Paisagem da orla norte da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Fonte: do Autor, 2019.

a. b.

Figura 6.20: (a) e (b) Paisagem da orla norte da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS. Fonte: do Autor, 2019.

9. Transporte Público	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: p/ RG – 3x ao dia / p/Vila da Quinta – 3x por semana (S, Q, Q).*

A Ilha dispõe de duas linhas de ônibus (Figura 6.21). A principal faz ligação com o município de Rio Grande diariamente em três horários distintos: 6:00hs, 13:00hs e 20:30hs. A segunda faz ligação à localidade da Vila da Quinta – Rio Grande/RS, distante 28 km e ocorre três vezes por semana (segundas, quartas e quintas), às 9:00hs, sendo que este serviço é considerado satisfatório pela maioria dos moradores.

a. b.

Figura 6.21: (a) e (b) Paradas de ônibus, antigas e atualizadas. Fonte: do Autor, 2019.

10. Saúde Pública – Postos de Saúde	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: 01 posto de saúde – pref. de Rio Grande (municipal).*

A Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS é a responsável pelo posto de saúde existente na Ilha (Unidade Básica de Saúde da Família) (Figura 6.22). Seu funcionamento ocorre de segunda à sexta-feira, iniciando suas atividades as 9:00hs e encerrando ao redor de 15:30hs. Este período é considerado insuficiente pelos moradores, já que, em qualquer eventualidade fora deste horário e aos finais de semana, exige o deslocamento à Rio Grande ou suas localidades mais próximas (Povo Novo ou Vila da Quinta) e muitas vezes sem garantia de atendimento.

a.

b.

Figura 6.22: (a) e (b) Posto de Saúde – Unidade Básica de Saúde da Família. Fonte: do Autor, 2019.

11. Educação – Creches e Escolas	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: 01 escola municipal – ensino fundamental completo.*

A Escola Municipal existente na Ilha (EMEF Cristóvão Pereira de Abreu – fundada em 1942) foi remodelada em 2016 (Figura 6.23). Pequena e atendendo até a 4ª série do Ensino Fundamental, foi ampliada em sua estrutura física e funcional, sendo agora de Ensino Fundamental completo. Atualmente possui 26 funcionários,

entre professores e técnicos administrativos e 140 alunos da pré-escola à 9ª série (16 alunos na pré-escola, 56 alunos em anos iniciais – 1ª a 5ª série, 45 alunos em anos finais – 6ª a 9ª série e 23 alunos em educação especial). Ao atingirem o Ensino Médio, os estudantes da Ilha precisam deslocar-se até a localidade de Povo Novo, quando não à Rio Grande, para prosseguirem em seus estudos.

Figura 6.23: (a) e (b) Escola Municipal de Ensino Fundamental. Fonte: do Autor, 2019.

12. Atividades de Lazer e Culturais	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: 02 clubes de fut. Amador – bingos, carnaval, festas relig.*

Além das festas religiosas promovidas pela Comunidade Católica atuante na Ilha, existem dois tradicionais clubes de futebol amador: Esporte Clube Novo Avante e Fiateci Futebol Clube (Figura 6.24). Estes são responsáveis pelos bingos, bailes e almoços comunitários, bem como pelas tradicionais festividades de carnaval.

Figura 6.24: (a) e (b) Sedes dos Clubes de Futebol Amador – Novo Avante e Fiateci. Fonte: do Autor, 2019.

13. Comércio – Bares e Mercados	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: aprox. 20 bares (40) – sendo 03 mini mercados.*

A rede de comércio varejista da Ilha é formada por aproximadamente 25 bares e mercadinhos (Figura 6.25). Segundo informações obtidas junto aos moradores, três

podem ser considerados como minimercados. Marcados pela informalidade, basicamente funcionam com a obtenção de mercadorias na localidade de Povo Novo ou no centro de Rio Grande e posteriormente revendidas à comunidade da Ilha. Quase que a totalidade surgiu do empreendedorismo individual de pessoas que, descontentes com a escassez da pesca, buscaram novas formas de renda familiar.

a. ***b.***

Figura 6.25: (a) e (b) Tipologia de Bares e Minimercado – exemplares. Fonte: do Autor, 2019.

14. Subprefeitura ou Representante	[ ] sim	**[X] não**	*obs.: mais próximo – subpref. em Povo Novo.*

Não existe subprefeitura ou representante do Município de Rio Grande na Ilha. Todas as solicitações e demandas necessárias por serviços públicos diversos são encaminhados à uma das Subprefeituras do Município de Rio Grande/RS, existente na localidade de Povo Novo.

15. Distância em quilômetros à...	Povo Novo	***17,7** km*
	Centro de Rio Grande	***55,2** km*
	Centro de Pelotas	***42,4** km*

A distância da Ilha da Torotama até a localidade de Povo Novo e aos municípios de Pelotas e Rio Grande foi mensurada pelo autor em três ocasiões distintas, sendo estas as consideradas em deslocamentos diretos, por vias mais próximas.

Cabe destacar outras duas situações verificadas na organização e serviços da Ilha: a existência de um cemitério local (Figura 6.26) e a instalação de uma antena de telefonia celular (Figura 6.27), fato que ocorreu no ano de 2015. Até então a Ilha não dispunha de sistemas de comunicação e não possui telefonia na modalidade fixa.

Figura 6.26: Cemitério Local.
Fonte: do Autor, 2019.

Figura 6.27: Antena de Telefonia móvel.
Fonte: do Autor, 2019.

Considerações ao Capítulo

Através do levantamento de sua infraestrutura, percebe-se que, mesmo com a forte característica de isolamento de sua comunidade que a Ilha da Torotama possui, não existe o abandono ou um descaso por parte do Estado, tanto na esfera municipal como na estadual. Os serviços públicos existem, como pode ser verificado no levantamento acima, e a exemplo de bairros distantes nos centros urbanos, alguns possuem, segundo avaliação dos moradores, qualidade bastante satisfatória. Outros são alvo de crítica pela precariedade em seu funcionamento ou pela inexistência dos mesmos. São dignos de elogios e destaque os fornecimentos de água e energia elétrica, a escola municipal e o transporte público.

Necessitam uma maior eficácia a coleta de lixo, o atendimento do posto de saúde e a manutenção das ruas e vias internas bem como a estrada de acesso, sendo esta última, motivo de reclamação constante, já que, em períodos prolongados de chuvas, provocam a situação de isolamento prejudicando a entrada e saída da Ilha.

Dos serviços verificados como inexistentes (segurança pública, subprefeitura e tratamento de esgoto adequado), a falta de destino adequado aos dejetos residenciais é a que mais recebe críticas, tanto pelas questões de saúde pública como pelo prejuízo ao potencial turístico do lugar, evidenciado por muitos moradores, e que poderia ser explorado em benefício de toda a comunidade.

Capítulo 7

A Realidade dos Beneficiários.

Neste capítulo são apresentados os resultados e a discussão decorrentes dos instrumentos de pesquisa utilizados na busca por respostas aos objetivos específicos: caracterizar as famílias de pescadores artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS, beneficiárias do PNHR e participantes desta pesquisa e, levando em consideração esta caracterização, analisar a possibilidade de flexibilização habitacional das moradias executadas à luz de suas duas variáveis: ampliabilidade e adaptabilidade.

Além do *Levantamento de Dados* apresentado no capítulo anterior, o que objetivou caracterizar a Ilha da Torotama fisicamente, com seus serviços e estrutura funcional ao cotidiano dos moradores da localidade, são apresentados aqui os demais resultados encontrados pelos instrumentos de pesquisa *Perfil Familiar* e *Walkthrough*.

7.1. A Adesão dos Participantes à Pesquisa (Famílias Beneficiadas).

Pertinente destacar que, no ano de 2010, foi encaminhada à equipe técnica da CEF (Representação da Gerência de Desenvolvimento Urbano – REDUR/Pelotas) a primeira demanda da Ilha da Torotama para contratação do PNHR, constando em sua listagem o total de 153 famílias de pescadores artesanais.

O principal empecilho para efetivação das contratações foi a não comprovação da propriedade da terra pelos moradores, uma das exigências do programa, fato contornado pela participação do INCRA na confirmação de tratar-se de terras devolutas, passíveis de incorporação ao Patrimônio da União. Posteriormente o INCRA repassou a permissão de ocupação das famílias, desde que comprovada a sua atividade pesqueira artesanal.

Em decorrência dos trâmites legais necessários para solucionar a pendência da propriedade da terra, aliados à desistência de diversas famílias e também o não cumprimento de enquadramentos necessários (negativação junto à Receita Federal, não participação na atividade pesqueira, nome já incluso no CADMUT – Cadastro

Nacional de Mutuários, entre outras situações), a listagem inicial sofreu diversas alterações, restando um total de 81 famílias a serem beneficiadas.

Por fim, no ano de 2013, ocorreu a contratação das famílias de pescadores artesanais da Ilha da Torotama, onde apenas 47 beneficiários foram considerados aptos ao programa. Em dezembro de 2018, o autor acompanhou uma vistoria realizada pelos técnicos da CEF, onde constatou-se que restam 5 unidades habitacionais com pendências para a efetiva conclusão das obras.

Foram realizadas três visitas exploratórias no decorrer do ano de 2018, todas com o auxílio do responsável administrativo da Crehnor-Sarandi, tendo em vista que o autor se desligou da Cooperativa após a contratação do programa, no ano de 2013. Estas visitas tiveram como objetivo reatar o contato com a comunidade, buscando a colaboração das famílias beneficiadas no desenvolvimento desta pesquisa.

Muito embora 42 famílias tivessem concluído suas residências, apenas 18 aceitaram, num primeiro momento, participar e colaborar com a aplicação dos instrumentos de pesquisa. As justificativas para a não participação foram desde o descontentamento com a demora de mais de três anos para a contratação, passando pela inconveniência de uma nova “vistoria”, até a declaração de ideologias políticas contrárias às do governo que possibilitou seu acesso ao PNHR.

O resultado destas visitas e contatos foi a participação e colaboração de apenas 13 famílias beneficiadas na efetiva aplicação dos instrumentos de pesquisa, e que são apresentadas a seguir.

7.2. Caracterização dos Beneficiários Participantes – *Perfil familiar*.

Juntamente com o *Termo de Consentimento* (Apêndice B), o instrumento de pesquisa intitulado como *Características do Entrevistado e Moradores* (Apêndice C) foi desenvolvido com o objetivo de identificar os diferentes *Perfis Familiares* encontrados nas residências analisadas.

Tal instrumento foi elaborado tendo por base teórica aqueles utilizados em Roméro e Ornstein (2003) bem como em Villa, Saramago e Garcia (2015). Seu resultado foi uma ficha individualizada composta por treze itens que, além da identificação por seus nomes (ora ocultos), são descritos e apresentados a seguir,

estabelecidos de forma sequencial numérica simples: (2) Posição Familiar do Respondente; (3) Gênero; (4) Idade; (5) Escolaridade; (6) Número de Ocupantes da Moradia; (7) Idades dos Ocupantes da Moradia; (8) Composição Familiar; (9) Composição Familiar Anterior; (10) Ocupação dos Membros da Família; (11) Renda Familiar; (12) Tempo de Residência na Moradia; e (13) Consideração da Atual Moradia em Relação à Anterior.

Como forma de orientação aos dados e respostas conjuntas que se seguem, os beneficiários participantes da pesquisa foram numerados sequencialmente de 01 a 13, considerando o posicionamento lógico da ordem de acesso e deslocamento pela rua principal da ilha, conforme apresentado na Figura 7.1.

Figura 7.1: Identificação dos Beneficiários – Fonte: Google Maps e montagem do Autor, 2019.

2. Posição Familiar do Respondente:

Da amostra de 13 beneficiários, 10 (76,92%) declararam-se os chefes da casa, 2 (15,38%) como companheiros e apenas 1 (7,69%) se identificou como filho.

3. Gênero do Respondente:

A amostra foi representada por homens em 7 casos (53,85%), enquanto que as mulheres representaram 6 casos (46,15%), obtendo assim, um bom equilíbrio, conforme aconselha Roméro e Ornstein (2003). A liderança familiar das mulheres foi verificada em 8 moradias (61,54%), considerando que, de forma efetiva, colaboram com o sustento da família, quando não representam a renda principal.

4. Idade do Respondente:

Em relação à faixa etária, os respondentes variaram de 31 a 66 anos de idade, apresentados a seguir (Tabela 7.1) pela ordem de posicionamento geográfico das moradias, conforme a Figura 7.1:

Identificação do Respondente, conforme Figura 7.1.												
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
Idade e Gênero do Respondente – Simbologia de Gênero: ♂ masculino e ♀ feminino.												
49 ♂	44 ♂	31 ♀	60 ♀	62 ♂	55 ♂	44 ♂	48 ♀	33 ♀	54 ♀	66 ♂	44 ♂	41 ♀

Tabela 7.1: Idade dos 13 Beneficiários Respondentes – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

5. Escolaridade do Respondente:

Os membros das famílias entrevistadas com 18 anos de idade ou menos, frequentam a Escola Municipal da Ilha ou o Ensino Médio na escola existente na localidade de Povo Novo – Rio Grande/RS.

1ª série fund. – **2** (15,38%)	**2ª** série fund. – **1** (7,69%)	**3ª** série fund. – **3** (23,08%)
4ª série fund. – **3** (23,08%)	**5ª** série fund. – **2** (15,38%)	fund.completo – **2** (15,38%)

Tabela 7.2: Escolaridade dos 13 Beneficiários Respondentes – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

O grau de escolaridade dos respondentes situa-se, em sua totalidade, apenas no ensino fundamental (Tabela 7.2). A Escola Municipal existente na Ilha oferece esta modalidade completa a partir do ano de 2015 quando foi ampliada pela Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS. Antes deste fato a oferta de ensino se dava até a 4ª série, sendo necessário o deslocamento dos estudantes à localidade de Povo Novo para se dar sequência e conclusão ao fundamental e acessar o ensino médio. Sendo assim, percebe-se que a maior incidência ficou entre 3ª e 4ª séries do fundamental com 6 beneficiários (46,16%).

6. Número de Ocupantes da Moradia:

Os arranjos familiares das moradias analisadas não ultrapassaram o número de 4 ocupantes. Casais jovens, de meia idade, de idosos, famílias nucleares com no máximo dois filhos ou expandidas são as situações mais perceptíveis na comunidade. Sendo assim pode-se apresentar a ocupação por moradia analisada (Tabela 7.3) seguindo a mesma ordem de posicionamento geográfico constante na Figura 7.1:

Identificação do Respondente, conforme Figura 7.1.												
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
Número de Ocupantes da Moradia												
02	03	03	03	02	04	02	03	04	04	02	01	04

Tabela 7.3: Número de Ocupantes das Moradias – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

Ou ainda expressar os valores na seguinte forma percentual (Tabela 7.4):

01 ocupante – **1** moradia (7,69%)	**02** ocupantes – **4** moradias (30,77%)
03 ocupantes – **4** moradias (30,77%)	**04** ocupantes – **4** moradias (30,77%)

Tabela 7.4: Número de Ocupantes das Moradias (%) – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

7. Idade dos Ocupantes da Moradia:

De forma a complementar a relação etária de cada moradia, apresenta-se a seguir as idades de todos os ocupantes das mesmas (Tabela 7.5), também pela ordem de posicionamento geográfico das moradias (Figura 7.1).

Identificação do Respondente, conforme Figura 7.1.												
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
Idade e Gênero do Respondente – Simbologia de Gênero: ♂ masculino e ♀ feminino.												
49 ♂	44 ♂	31 ♀	60 ♀	62 ♂	55 ♂	44 ♂	48 ♀	33 ♀	54 ♀	66 ♂	44 ♂	41 ♀
Idade e Gênero dos Ocupantes da Moradia – Simbologia de Gênero: ♂ masculino e ♀ feminino.												
60 ♀	62 ♀ 66 ♂	27 ♂ 11 ♂	67 ♂ 27 ♂	59 ♀	50 ♀ 19 ♀ 21 ♂	69 ♀	18 ♂ 15 ♀	38 ♂ 12 ♂ 01 ♂	55 ♂ 21 ♂ 78 ♀	61 ♀	-	50 ♂ 22 ♂ 14 ♀

Tabela 7.5: Idade dos Ocupantes da Moradia – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

Destaca-se o fato de não se verificar, nas moradias analisadas, a presença de um maior número de crianças e adolescentes, nem tampouco de jovens adultos. Mas considera-se este fato apenas uma questão pontual, resultado dos arranjos familiares dos beneficiários que aceitaram participar da pesquisa. Na verdade, em todas as visitas realizadas à comunidade, é perceptível a presença de grupos de crianças em atividades de lazer ou no ambiente escolar, bem como grupos de jovens reunidos pela localidade. Quanto aos jovens adultos, percebeu-se que muitos coabitam o lote de suas famílias, muitas vezes em outras moradias, desenvolvendo junto a elas as suas atividades na pesca artesanal, o que é característico na comunidade.

8. Composição Familiar:

A composição familiar da amostra (Tabela 7.6) destaca a predominância da família nuclear, sendo esta a formada por pai, mãe e filhos (30,77%), seguida pela formação de casais de idosos (23,08%). Também possui destaque a família nuclear expandida (15,38%), onde surge a presença de um parente, geralmente avós, que coabitam a moradia. Cabe ressaltar que, muito embora Villa, Saramago e Garcia (2015) apresentem tipos alternativos de famílias, decorrentes das modificações sofridas na sociedade atual, na estrutura social da comunidade da Ilha da Torotama ainda prevalecem as tipologias tradicionalmente conhecidas.

Tipo de Família	*Quantificação*	
família nuclear (pai + mãe + filhos)	04	30,77%
família monoparental (pai ou mãe + filhos)	01	7,69%
casal de idosos	03	23,08%
família nuclear expandida (pai + mãe + filhos + parente)	02	15,38%
família monoparental expandida (pai ou mãe + filhos + parente)	01	7,69%
DINC (casal sem filhos)	01	7,69%
pessoa só	01	7,69%

Tabela 7.6: Composição Familiar dos Beneficiários – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

9. Composição Familiar Anterior à Mudança de Moradia:

Numa parte significativa da amostra (Tabela 7.7) a tipologia familiar não sofreu alteração após a aplicação do PNHR (46,15%). Em 53,85% dos casos, o programa possibilitou uma nova formação familiar ou um novo modo de vida, mas ainda assim, inseridos na comunidade.

Tipo de Família Anterior ao PNHR	*Quantificação*	
mesma formação familiar	06	46,15%
família nuclear (pai + mãe + filhos)	05	38,46%
DINC (casal sem filhos)	01	7,69%
pessoa só	01	7,69%

Tabela 7.7: Composição Familiar Anterior à Moradia – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

10. Ocupação dos Membros da Família:

Sendo uma comunidade tradicionalmente estabelecida, classificada como uma colônia de pescadores artesanais, é evidente que a maioria de seus moradores

estejam envolvidos profissionalmente com o setor pesqueiro. Conforme caracterizado na Tabela 7.8, um número bastante significativo dos membros familiares das 13 moradias analisadas, estão ou estiveram ligados à pesca, sendo ativos ou inativos (78,38% de 37 pessoas, membros das famílias envolvidas na pesquisa). Identificou-se ainda crianças e adolescentes em idade escolar, uma criança menor de 10 anos de idade, e apenas 2 atividades diversas [sendo a atividade de merendeiro(a) escolar desenvolvida na Escola Municipal da Ilha da Torotama].

Atividade Diária	
Pescador(a) em atividade – **24** (64,86%)	Zelador(a) predial (Rio Grande) – **01** (2,7%)
Pescador(a) aposentado – **05** (13,52%)	Merendeiro(a) escolar (Ilha) – **01** (2,7%)
Estudante – **05** (13,52%)	Criança (menos de 10 anos) – **01** (2,7%)

Tabela 7.8: Ocupação dos Membros da Família – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

11. Renda Familiar:

Considerando as dificuldades relatadas em relação a atividade pesqueira, bem como o modo de vida verificado no cotidiano da comunidade, não causa estranheza identificar a baixa remuneração familiar (Tabela 7.9). Esta situação só encontra algum alento nos períodos em que a safra de camarão excede as expectativas, fato ocorrido em 2019, mas não nos quatro anos anteriores.

até **1** salário mínimo	**1** a **3** salários mínimos
09 famílias – 69,23%	**04** famílias – 30,77%

Tabela 7.9: Renda Familiar com base no Salário Mínimo – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

12. Tempo de Residência na Moradia:

As 47 unidades habitacionais contratadas pelo PNHR no ano de 2013 foram divididas em 6 grupos, sendo que as primeiras execuções iniciaram no ano de 2014. Dos 13 beneficiários envolvidos nesta pesquisa, a primeira conclusão e ocupação da moradia ocorreu no ano de 2015 e a última em 2018 (Tabela 7.10). Enfatiza-se que, como visto anteriormente, restam 5 unidades habitacionais, do total de 47, que ainda não foram dadas como concluídas pela equipe técnica da CEF.

4 anos (2015)	**3** anos (2016)	**2** anos (2017)	**1** ano (2018)
01 UH – 7,69%	**06** UH – 46,15%	**05** UH – 38,46%	**01** UH – 7,69%

Tabela 7.10: Tempo de Residência na Moradia – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

13. Consideração: Atual Moradia em Relação à Anterior:

A opinião dos beneficiários respondentes, muitas vezes acompanhadas das opiniões de outros membros da família, com referência às suas considerações a respeito da qualidade da moradia atual em relação à anterior, foi assinalada em escala de valores (Figura 7.2) como sugere Villa, Saramago e Garcia (2015):

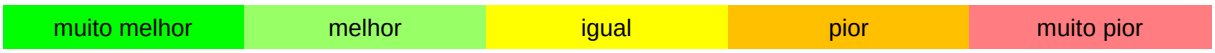


Figura 7.2: Escala de Valores – Fonte: Villa, Saramago e Garcia (2015) adaptado pelo Autor, 2019.

Apresentada com os extremos “muito melhor” e “muito pior”, a questão não recebeu respostas indiferentes ou negativas. A totalidade das considerações revelou que os beneficiários consideram a habitação atual como “muito melhor” e “melhor” (Gráfico 7.1), sugerindo aprovação com a melhoria na forma de morar proporcionada pelo PNHR.

Gráfico 7.1: Consid. do Benefic.: Moradia Atual X Moradia Anterior – Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

A aplicação deste instrumento de pesquisa, com a finalidade de identificação dos perfis familiares, demonstrou-se bastante importante servindo também, para o prosseguimento do estudo com a análise habitacional e aplicação do questionário principal. Representou o primeiro contato com cada família e seus membros, o que foi marcado por um receptividade e acolhimento muito positivos.

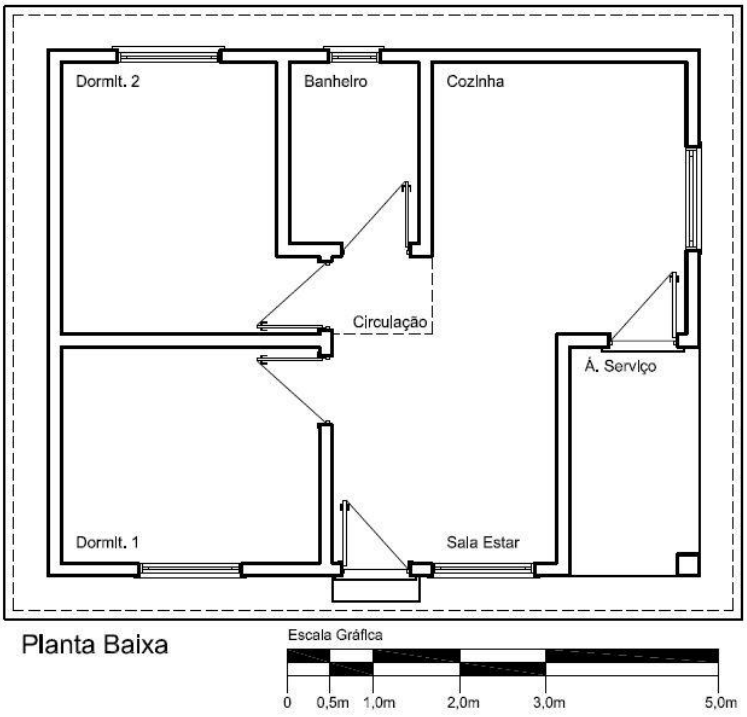
Após esta etapa, procedeu-se a visitação pelo interior e entorno da moradia, configurando um percurso dialogado com o beneficiário entrevistado (Walkthrough), o que, segundo Rheingantz et al. (2009), possibilita a familiarização com a edificação, com a sua construção, com seu estado de conservação, com seus usos, bem como perceber os aspectos positivos e negativos de cada ambiente.

7.3. O Projeto Padrão e a Flexibilidade Habitacional – *Walkthrough*.

O instrumento de pesquisa intitulado *Walkthrough / Flexibilidade Habitacional* (Apêndice D), foi desenvolvido com o objetivo de avaliar a possibilidade de ampliação ou melhor adaptação da moradia às necessidades diversas, identificadas na análise dos diferentes arranjos familiares dos beneficiários participantes da pesquisa.

Este instrumento foi dividido em dois grupos de perguntas, sendo o primeiro constituído por pequeno roteiro com 5 questões específicas, sugeridas por Rheingantz et al. (2009, p.32), com a finalidade de motivar a discussão acerca das considerações e percepções dos beneficiários em relação à sua moradia. A intenção inicial de que estas entrevistas fossem gravadas em áudio, precisou ser abandonada diante, não da recusa veemente, mas da solicitação dos entrevistados de que tal procedimento não ocorresse. Percebeu-se que, diante do aparelho de gravação de áudio, a maioria dos entrevistados pareceu bastante desconfortável, prejudicando a descontração necessária às respostas. Restou ao autor realizar anotações julgadas pertinentes.

Como forma de orientação aos dados e respostas conjuntas que se seguem, apresenta-se aqui o projeto padrão adotado para a Ilha da Torotama na aplicação do PNHR, contemplando as Especificações Mínimas exigidas pela CEF (Anexo D), aprovado no ano de 2013, implantadas de forma variada conforme dimensões dos lotes e orientações das equipes da CEF (Figuras 7.3 e 7.4).



Áreas Internas:

Sala de Estar – 8,58 m²
Dormitório 1 – 7,50 m²
Dormitório 2 – 8,33 m²
Banheiro – 3,15 m²
Circulação – 1,20 m²
Cozinha – 8,64 m²
Área Serviço – 3,92 m²

Figura 7.3: Planta Baixa (s/esc.), projeto de 45,97 m² utilizado no PNHR – Ilha da Torotama. Fonte: Acervo Crehnor-Sarandi, 2013.

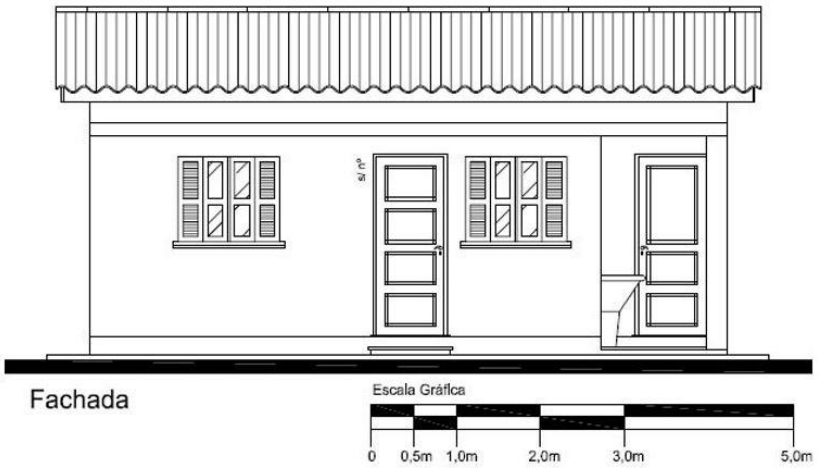


Figura 7.4: Fachada Principal (s/esc.), projeto de 45,97 m² utilizado no PNHR – Ilha da Torotama. Fonte: Acervo Crehnor-Sarandi, 2013.

Os resultados para as primeiras 5 questões, citadas anteriormente, de acordo com o instrumento de pesquisa elaborado, são os que seguem:

1. O que o usuário considera importante em cada ambiente:

Constatou-se que nenhum beneficiário destacou um único ambiente. Suas percepções se expressam reconhecendo a unidade. Assim, 10 beneficiários (76,92%) consideram importante a casa como um todo. Os outros 3 beneficiários (23,08%), destacaram como importante possuírem uma moradia que apresenta ambientes definidos, confidenciando a forma precária em que viviam anteriormente.

2. O que parece estar funcionando na moradia:

Na totalidade da amostra (13 beneficiários – 100%), as expressões recorrentes eram “estou muito feliz com tudo” (Beneficiário 01), “não tenho nada para reclamar” (Beneficiário 12) e “agora tenho minha casinha, tudo funciona direitinho” (Beneficiária 03). Opiniões naturais, considerando que anteriormente, em sua maioria, estas famílias possuíam moradias de madeira, todas em estado de degradação, sendo muitas recobertas com chapas metálicas, expediente utilizado devido a umidade do ambiente, e recurso característico da região de Rio Grande/RS (Apêndice E).

3. O que parece NÃO estar funcionando na moradia:

A partir do momento em que se sentiam mais à vontade com o processo de pesquisa e conversação, durante a visitação ao interior da moradia, sugestões de melhorias nos espaços e ambientes foram surgindo. Estas declarações poderiam ser consideradas como sendo contraditórias, face as respostas à pergunta anterior. Mas

de fato, os beneficiários apressavam-se em esclarecer não se tratar de reclamações, mas pequenas alterações que gostariam ou ainda pretendem realizar.

Duas beneficiárias (15,38%) declararam a necessidade de mais um dormitório, sendo que, em um dos casos, encontra-se em execução (ampliação sobre a área de serviço – Beneficiária 13). Já a Beneficiária 10, suprimiu a área de serviço para transformá-la em dormitório (adaptação) e, assim, acolher um parente próximo (mãe do companheiro) que coabita a moradia (família nuclear expandida). Estas duas situações, detalhadas nas questões 7 e 8 adiante, são as únicas alterações verificadas nas 13 moradias analisadas (ampliação e adaptação – atributos da flexibilidade habitacional, confirmando suas possibilidades conforme estabelecem Blumenschein et al., 2015, mas ainda carecendo analisar suas adequações). As demais moradias permanecem conforme o projeto padrão aprovado para a comunidade.

Destaca-se que outros 3 beneficiários (23,08%) afirmaram que a cozinha poderia ser um pouco maior, e um outro beneficiário planeja a ampliação de um dos dormitórios e da sala de estar. Quatro beneficiários (30,77%) foram enfáticos ao declarar que a moradia é satisfatória para suas necessidades familiares.

4. O que deve ser mantido da forma como foi construído:

De forma geral e na opinião de 9 beneficiários (69,23%), a construção deve ser mantida conforme o projeto padrão. Salientam que, considerando os arranjos familiares verificados na comunidade, a construção, da forma como foi planejada, seria completamente satisfatória. Entendem que o programa deve possuir um padrão único, para não gerar “ciúmes com os vizinhos”, em palavras do Beneficiário 06: “caso seja preciso mexer, tem que ser por conta do dono, não do programa”.

Porém, deve-se levar em consideração a situação de moradia anterior ao PNHR, onde a maioria dos beneficiários habitavam em construções precárias, sem o mínimo conforto e até mesmo em situação de insalubridade. Desta forma, é natural que considerem a moradia plenamente satisfatória. Não percebem, inicialmente, que arranjos familiares distintos, que não são vislumbrados pelo programa, necessitam de abordagens específicas, o que Blumenschein et al. (2015) classificam como sendo a *Flexibilidade Inicial*. Esta estaria ligada a dois fatores fundamentais: a *concepção do projeto* que envolveria a participação do usuário na sua elaboração; e a *escolha da habitação*, onde se vê a oferta de variações tipológicas, conforme a necessidade.

5. O que deve ser modificado para melhor habitabilidade:

Ainda assim e em decorrência das respostas dadas no decorrer do percurso, os beneficiários não se furtaram em dar sugestões de melhorias para futuros projetos. Entre elas destacam-se as seguintes: ampliação da sala de estar, da cozinha e de um dos dormitórios; um projeto com três dormitórios; janelas maiores e liberdade para posicionamento das mesmas; execução de um alpendre lateral, já previsto em planta. Estas sugestões corroboram o mencionado anteriormente, da necessidade de previsão e aplicação pelo PNHR do conceito de *Flexibilidade Inicial*, estabelecido por Blumenschein et al. (2015).

Em relação ao posicionamento das janelas, vários beneficiários relataram que as equipes técnicas da CEF, nos momentos de vistoria, alertaram para que nada fosse alterado em relação ao projeto padrão aprovado. Desta forma, mesmo que o ambiente possuísse uma parede melhor posicionada pela orientação solar, a janela deveria permanecer naquela em que aparece no projeto arquitetônico. Este fato, em algumas moradias, impediu um melhor conforto térmico especialmente no período de verão. Salienta-se que, na proposta inicial de projeto, foi prevista a utilização de subcobertura de polietileno expandido abaixo das telhas de fibrocimento, o que acarretaria numa diminuição da sensação de calor em cerca de 10°C. Porém, por questão de custos, a análise feita pela equipe técnica da CEF, responsável pela aprovação do projeto, determinou a sua eliminação.

O segundo grupo de perguntas, constituído de 13 questionamentos, tem por objetivo apresentar as percepções iniciais do autor em relação à unidade habitacional, considerando sua configuração técnica, bem como sua ocupação e apropriação dos espaços pelos moradores. Baseado nas sugestões dadas por Blumenschein et al. (2015) e avaliadas pelo autor, este bloco de perguntas busca verificar não apenas a possibilidade, mas também a real necessidade de flexibilização da construção (flexibilidade permanente), em atendimento às peculiaridades de cada família, observando as variáveis da adaptabilidade e da ampliabilidade.

Indispensável que, anteriormente a esta etapa, fosse feita uma avaliação do projeto padrão adotado e, consequentemente, da construção efetivada, do sistema estrutural da moradia, de sua cobertura, dos sistemas de esgoto, do abastecimento de água e energia elétrica, das circulações e distribuição dos ambientes. Esta

avaliação de projeto e construção serve para determinar que, qualquer modificação necessária ou desejada, deva e possa ser realizada sem riscos à estabilidade, funcionalidade e estética da residência.

Para esta finalidade, Blumenschein et al. desenvolveram um instrumento morfológico que possibilita especular sobre os limites e possibilidades de alterações das moradias, intitulado “Ficha de Projeto” (BLUMENSCHEIN et al., 2015, p.107). Este instrumento foi adaptado para esta pesquisa (Apêndice F), realizando assim, a análise do projeto padrão adotado e executado, como pode ser observado nas Figuras 7.3 e 7.4, localizadas nas páginas 113 e 114.

Através deste necessário conhecimento do projeto adotado e apresentado no Apêndice F, bem como da construção executada, principalmente no que se refere ao sistema construtivo e seus detalhes, pôde-se avaliar as moradias de forma individualizada, considerando os diversos perfis familiares, suas necessidades e apropriações dos ambientes. Com avaliações diretas do tipo “sim” ou “não”, obteve-se os seguintes esclarecimentos (Tabela 7.11):

Percepção Inicial do Pesquisador em relação à Unidade Habitacional.

1. Existência de cômodos neutros que permitem variações de utilização:	**SIM**
2. Previsão de espaço para trabalho e/ou estudo:	**NÃO**
3. Independência entre vedação (alvenarias) e estrutura:	**NÃO**
4. Configuração da cobertura permitindo ampliações de área:	**SIM**
5. Possibilidade de ampliação sem prejuízo da iluminação, insolação e ventilação naturais e diretas dos ambientes:	**SIM**
6. Possibilidade de ampliação da rede elétrica habitacional (disjuntores), sistema de esgoto (fossa e sumidouro) e abastecimento de água (caixa d’água):	**SIM**

Tabela 7.11: Análise Preliminar do Projeto Padrão Adotado – Fonte: do Autor, 2019.

O projeto padrão não prevê espaços distintos daqueles inicialmente definidos para uma habitação de interesse social unifamiliar, com dois dormitórios, sala de estar, banheiro, cozinha e área de serviço. Espaços para trabalho ou estudo só poderiam ser contemplados com a ampliação da construção ou adaptação de um dos ambientes considerados neutros, ou seja, passíveis de abrigar outras utilidades além daquelas pré-definidas pelo projeto: sala de estar ou dormitórios. Sendo assim, pode-se verificar em primeira análise, a existência da *flexibilidade permanente* no projeto, já que,

conforme Brandão (2006), permite modificações ao longo de sua utilização, conforme a necessidade dos moradores. Deve-se considerar neste momento, que o tamanho dos lotes, maiores do que os verificados em conjuntos habitacionais urbanos, aliado ao posicionamento das moradias em seu interior, sempre permitirá acréscimos construtivos. O que será avaliado no decorrer deste estudo é a correta adequação destas alterações, não apenas ao sistema construtivo da moradia, mas também no que diz respeito a integridade espacial pré-estabelecida e as funções que os diferentes ambientes devem desempenhar no cotidiano das famílias,

Quanto a esta *flexibilidade permanente*, a análise do sistema construtivo, estabelecida por Blumenschein et al. (2015) como condicionante à flexibilidade habitacional, determina neste caso a possibilidade real, já que a cobertura em duas águas permite a ampliação das construções em seus eixos laterais. Porém as ampliações ou adaptações que vierem a ser necessárias, devem ser executadas com critério e cuidado, principalmente ao modificar as alvenarias, já que a construção é do tipo autoportante, sem independência de estruturas e paredes.

Ainda considerando o tamanho dos lotes e posicionamentos habitacionais em seu interior, a maioria das moradias poderá sofrer alterações sem prejuízos ao conforto ambiental, no que diz respeito à iluminação, insolação e ventilação.

O sistema de energia elétrica pode facilmente ser ampliado em, pelo menos, mais dois circuitos elétricos, sendo que a caixa de disjuntores assim foi prevista. De igual forma, o sistema de esgoto (fossa séptica e sumidouro) foram dimensionados para uma residência com população de 6 pessoas. Apenas a ampliação do sistema de abastecimento de água apresentaria dificuldades, já que a caixa d'água prevista possui 500 litros de capacidade e a declividade da cobertura não permitiria a sua substituição por outra maior.

Várias destas possibilidades, corroborando Freire (2013), podem ser realizadas com poucos recursos, de forma variável e evolutiva, conforme a necessidade de seus usuários, quase que de forma imediata ou em curto espaço de tempo. No entanto, não foi previsto de forma projectual, documentos que possam orientar estas flexibilizações.

Destaca-se que estas 6 primeiras questões estão diretamente ligadas a um projeto padrão, replicado 47 vezes e analisado em 13 moradias específicas. Sendo assim, suas respostas são aplicáveis a todas as unidades habitacionais executadas,

porém possibilitam as percepções individualizadas da pesquisa, por parte do autor (questões de 7 a 13 – Gráfico 7.2), da necessidade de ampliação e/ou adaptação, conforme a necessidade de cada arranjo familiar:

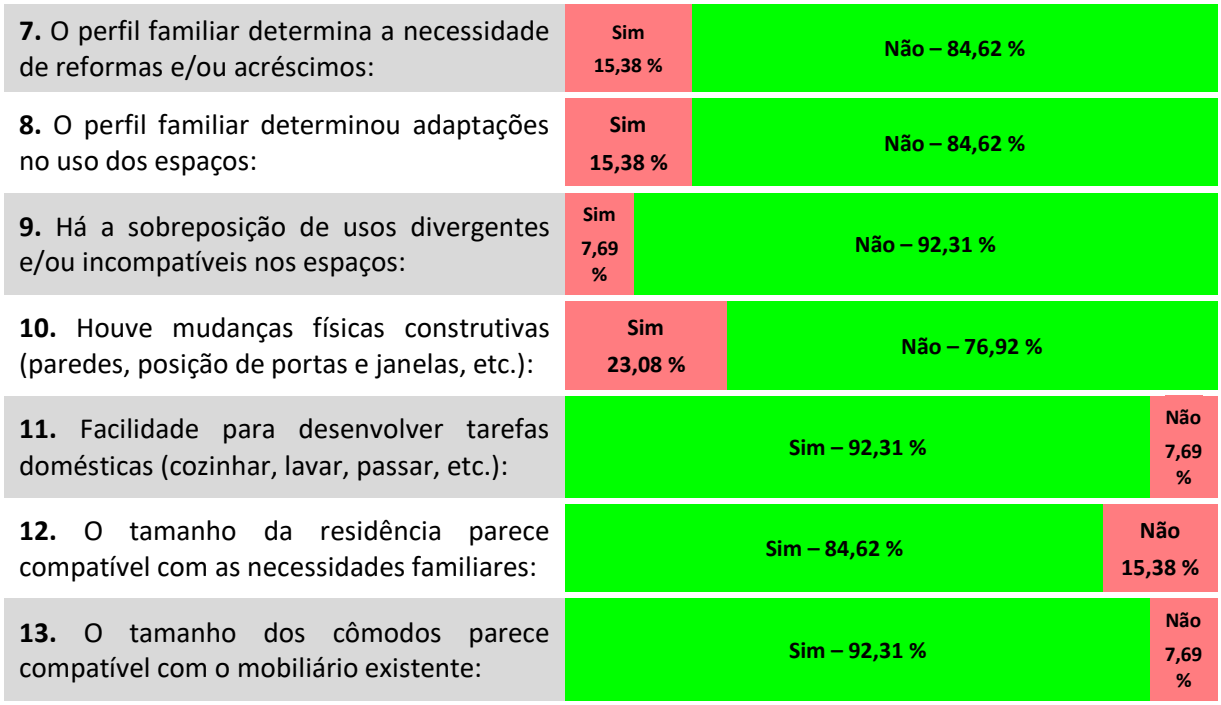


Gráfico 7.2: Percepção Inicial do Pesquisador à Unidade Habitacional – Fonte: do Autor, 2019.

Percebe-se então que, em sua maioria, considerando os arranjos familiares, as moradias analisadas apresentam compatibilidade com as necessidades verificadas e não sofreram alterações. As dimensões internas dos ambientes apresentam compatibilidade com o mobiliário existente. As visualizações internas de todas as moradias da pesquisa, bem como a indicação numérica dos beneficiários (conforme a Figura 7.1 já apresentada), constam no Apêndice G desta pesquisa.

São na realidade 11 das 13 unidades habitacionais (84,62% da amostra) que permanecem de acordo com o projeto padrão. Mas este fato não significa que, futuramente, estas moradias não irão necessitar de ampliações e/ou adequações, principalmente considerando aquelas ocupadas por casais jovens e que possuem filhos pequenos e em idade escolar. Mesmo que sejam verificadas estas compatibilidades de espaços e mobiliários, as alterações espaciais identificadas e aquelas mencionadas como simples desejo ou necessidade para melhorar determinadas atividades cotidianas, reforçam a necessidade de flexibilização habitacional em programas como o PNHR.

Conforme Costa, Logsdon e Fabrício (2017), a garantia de flexibilidade seria o contraponto aos problemas gerados pela produção em escala das habitações promovidas pelo governo que, quase sempre, estabelecem um projeto padrão a ser executado. Descartada a *flexibilidade inicial*, restaria garantir a *flexibilidade permanente* aos projetos, definida por Blumenschein et al. (2015), onde se verifica a possibilidade de personalização na habitação na fase de utilização, de acordo com as necessidades familiares, identificadas no Gráfico 7.2 apresentado anteriormente.

A moradia da Beneficiária 13 está em processo de ampliação para construção de mais um dormitório, já que possui um casal de filhos, sendo uma menina adolescente. Para tal, a área de serviço foi suprimida e estes serviços são realizados na antiga habitação que permanece em utilização (Figura 7.5). Da mesma forma, a Beneficiária 10 transformou a área de serviço em dormitório para abrigar uma pessoa idosa, parente direto e que coabita a moradia junto à família (Figura 7.6). Estas são as duas únicas ampliações e adequações de espaços verificadas nas 13 moradias analisadas, representando 15,38% do total.

Figura 7.5: Área de Serviço transformada em Dormitório com acréscimo de área (ampliação) – Beneficiária 13. Fonte: do Autor, 2019.

Figura 7.6: Área de Serviço transformada em Dormitório sem acréscimo de área (adaptação) – Beneficiária 10. Fonte: do Autor, 2019.

Aponta-se que, nestas duas moradias, verificou-se a divergência de usos nos ambientes inicialmente projetados, já que acarretaram a eliminação da área de serviço pela necessidade de um novo dormitório. De fato, ao analisar a possibilidade de flexibilização estabelecida em Blumenschein et al. (2015), adaptado ao projeto padrão executado na Ilha (Apêndice F) e destacado abaixo (Figura 7.7), percebe-se que

talvez não fosse a melhor solução, ao interferir diretamente nas tubulações de água e esgoto existentes na área de serviço.

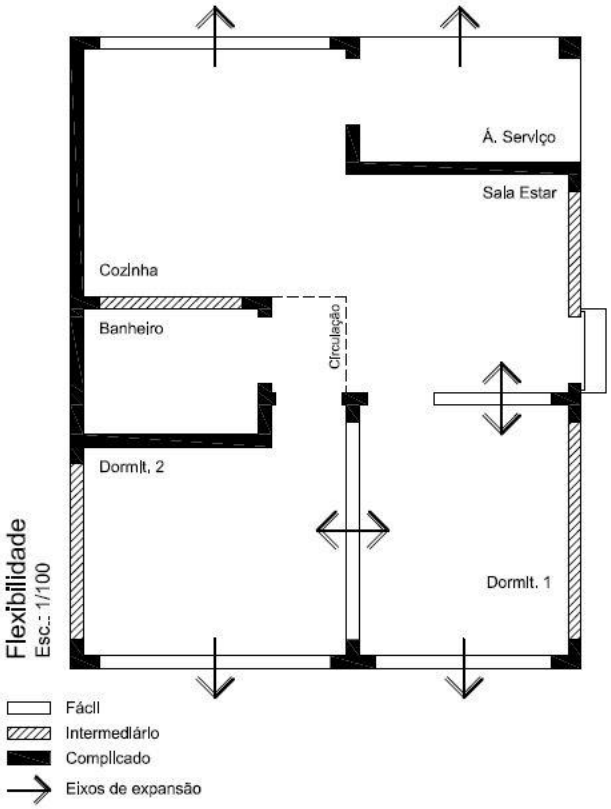


Figura 7.7: Detalhe da Ficha de Análise: Possibilidade de Flexibilidade
Fonte: Blumenschein et al., 2015, p.107 – Apêndice F – Adaptação do Autor, 2019.

Conforme visualizado acima, as alvenarias ora pertencentes ao novo dormitório, ainda mantém a tubulação de água (abastecimento do tanque e máquina de lavar roupas), bem como a de esgoto, ficando assim, sem finalidade. Aplicando o projeto para a Ilha ao instrumento de Blumenschein et al. (2015), percebe-se que esta localização para ampliação se situa em alvenaria classificada como “complicado”.

Quanto a facilidade para desenvolver atividades domésticas, três beneficiários afirmaram que o ambiente da cozinha poderia ser maior. De fato, a Beneficiária 04, como exemplo, visível no Apêndice G, ainda faz uso da cozinha da antiga residência, que agora abriga um pequeno comércio da família. Assim, a cozinha da nova moradia funciona apenas como copa, espaço para receber visitas e área de estudo para as netas que com ela passam o dia.

Considera-se que este instrumento metodológico, um conjunto adaptado das sugestões e modelos apresentados em Rheingantz et al. (2009) e Blumenschein et al.

(2015), se demonstrou bastante eficaz no momento em que possibilitou uma boa análise tanto do projeto como da construção das moradias analisadas, bem como uma forma de obter as primeiras percepções dos beneficiários. Necessário esclarecer que a ficha modelo, apresentada no Apêndice G, foi desenvolvida por semelhança àquelas apresentadas e sugeridas em Rheingantz et al. (2009), sem a necessidade específica de adaptação ao meio rural, considerando a configuração do projeto padrão.

Além disso, o instrumento também foi de extrema importância ao colaborar como uma preparação à aplicação do questionário principal. Deixou os entrevistados mais à vontade e descontraídos com a presença e questionamentos do autor. Estabeleceu, mesmo sendo de forma rápida, uma confiança necessária entre pesquisador e pesquisado. Esta situação se fez necessária no momento em que o autor, pessoa estranha às famílias e ao dia a dia da comunidade, ao ingressar nas moradias, participa da intimidade dos moradores. Desta forma foi possível aprofundar os questionamentos de maneira mais pessoal, estabelecer as suas percepções, e assim chegar ao objetivo principal de pesquisa, conforme o apresentado a seguir.

Considerações ao Capítulo

O capítulo procurou apresentar os resultados do estudo, obtidos através da aplicação de dois dos três instrumentos de pesquisa que envolveram a participação dos beneficiários entrevistados, sendo eles a caracterização dos entrevistados e suas famílias e o Walkthrough para análise habitacional e de sua possibilidade de flexibilização.

A identificação dos perfis familiares forneceu uma imagem não apenas das famílias em si, mas da comunidade de forma geral, suas atividades cotidianas, seus arranjos familiares e, considera-se aqui, constituiu etapa importante no momento em que possibilitou a interação do pesquisador com os entrevistados, preparando de forma tranquila o aprofundamento da entrevista para questões mais pessoais.

Com a visitação interna e do entorno das moradias, realizando o Walkthrough, foi possível analisar a construção e sua utilização. Sobre as possibilidades de ampliação e adaptação da construção, variáveis da flexibilidade habitacional, constatou-se ela é existente como *flexibilidade permanente*, mas de forma limitada,

tanto pelo eixo de expansão, como pela disponibilidade financeira dos beneficiários, caso necessitem de acréscimos de área habitável. Mesmo que na maioria das moradias não fossem verificadas alterações na pós-ocupação, sabe-se que é uma possibilidade real, caso elas sejam necessárias, sem prejuízo à estabilidade, conforto e habitabilidade. Surge então a constatação de que desenvolver e implantar o conceito de flexibilidade inicial seria a determinação mais adequada.

Capítulo 8

A Percepção dos Beneficiários.

No capítulo que se segue, são apresentados os resultados e a discussão decorrentes do instrumento de pesquisa utilizado na busca por respostas ao objetivo principal: avaliar a influência e a colaboração do PNHR como política pública motivadora no desejo das famílias de beneficiários em permanecer na comunidade. Compreender o programa como fator importante na valorização individual e coletiva, e auxiliando na possibilidade de desenvolvimento socioeconômico próprio e das futuras gerações.

Aliado ao *Perfil Familiar* e ao *Walkthrough*, apresentados no capítulo anterior, o que objetivou caracterizar as famílias beneficiadas e entrevistadas da Ilha da Torotama, bem como a avaliação funcional das edificações na observação da flexibilidade habitacional, é apresentado aqui, a análise dos questionamentos apresentados na determinação de suas percepções, seu senso de lugar, pertencimento e identidade, apresentadas nos referenciais teórico e metodológico.

8.1. A Colônia de Pescadores e suas Famílias – *Questionário*.

O *Questionário / Satisfação do Usuário* também foi desenvolvido considerando as experiências e modelos estudados em Roméro e Ornstein (2003) e Villa, Saramago e Garcia (2015). O instrumento de pesquisa resultante configurou uma ficha individualizada composta por nove grupos de perguntas (Apêndice H: Questionário; Apêndice I: Dados Conjuntos; e Apêndice J: Quantificação Percentual), estabelecidos em numeração sequencial romana, totalizando 78 questionamentos: (I) Moradia – Adequação ao Uso; (II) Conforto Ambiental; (III) Privacidade; (IV) Aparência / Estética; (V) Convivência Social; (VI) Características da Ilha – Infraestrutura e Serviços; (VII) Satisfação do Usuário – Unidade Habitacional; (VIII) Satisfação do Usuário – Questões Específicas 1; (IX) Satisfação do Usuário – Questões Específicas 2.

As respostas foram solicitadas buscando averiguar o nível de satisfação dos beneficiários (escala de valores), respostas simples do tipo “sim” e não” e respostas

diretas. Para algumas respostas, foi solicitada uma justificativa para melhor esclarecimento. Os resultados gráficos dos questionamentos são apresentados a seguir, divididos em dois subitens (Unidade Habitacional e Ilha; Percepção e Satisfação do Beneficiário), conforme numeração dos grupos de perguntas:

8.1.1. *A Unidade Habitacional e a Ilha da Torotama*

8.1.1.1. Grupo I – Moradia (Adequação ao Uso)

O primeiro grupo de perguntas, referente à utilização da moradia, respondido em escala de valores, foi dividido em dois subgrupos com a objetivo de avaliar a opinião dos beneficiários a dois questionamentos interligados: o espaço dos ambientes da moradia e sua utilização cotidiana para atividades específicas. O primeiro subgrupo (questões de 1 a 9) respondeu à pergunta "*o que você acha do...?*", conforme o gráfico abaixo (Gráfico 8.1):

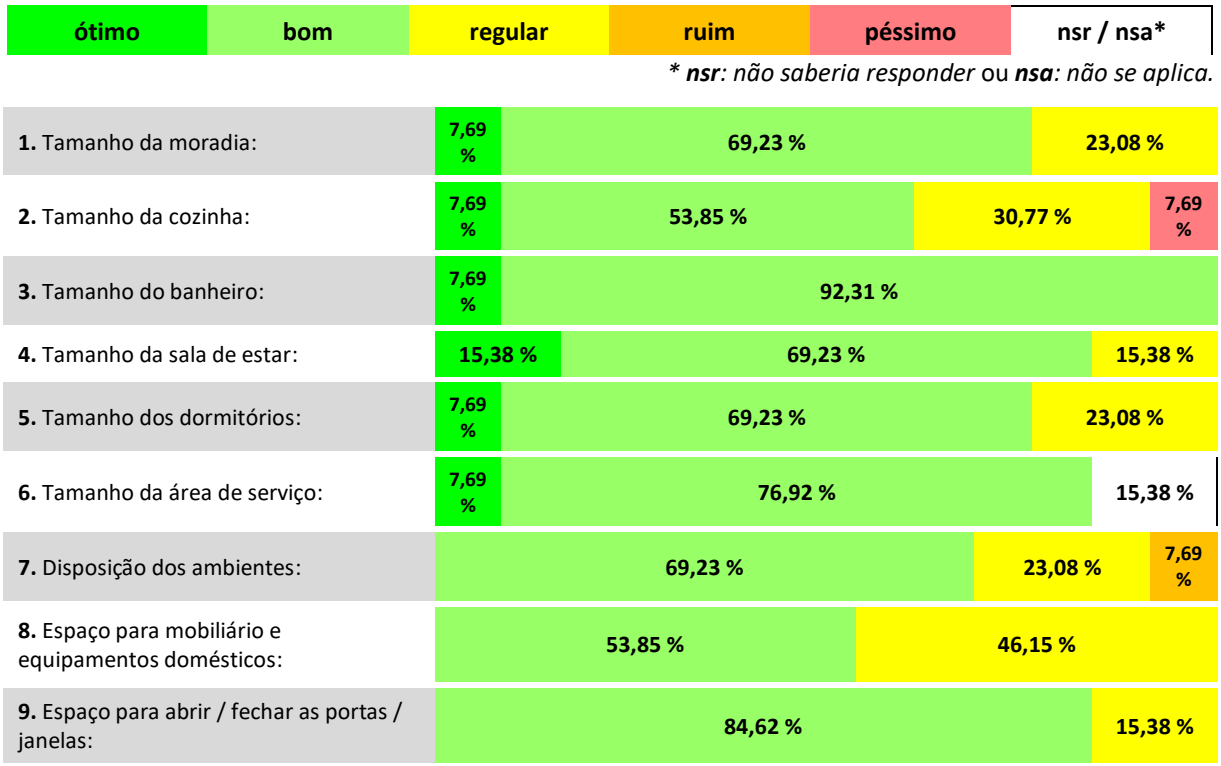


Gráfico 8.1: Satisfação do Beneficiário – Tamanho da Moradia – Fonte: do Autor, 2019.

Percebe-se que, em termos de espaço físico, a maioria dos entrevistados considera satisfatório o dimensionamento dado pelo projeto para cada ambiente. Mesmo assim, surgiram duas ressalvas, uma em relação à cozinha e outra à disposição dos ambientes. A Beneficiária 04 considera sua cozinha pequena em

relação à que possuía na moradia anterior e, sendo assim, a mantem em utilização. Este fato, aliado às respostas que consideraram o tamanho dos ambientes como regulares, corrobora a afirmação de Rodrigues e Ino (2019) de que, em projetos aplicados em assentamentos rurais, nem sempre as necessidades das famílias são atendidas de forma satisfatória. O motivo residiria na padronização do projeto e processos construtivos, baseados em modelos urbanos, como forma de melhor fiscalização e controle dos órgãos responsáveis pela sua vistoria.

Desta forma, evidencia-se a necessidade de que o projeto padrão, já comprovado anteriormente, possua a qualidade de flexibilização habitacional para que, na medida das possibilidades financeiras das famílias, suas moradias possam ser ampliadas ou melhor adaptadas a suas necessidades. Além disso, a moradia para o meio rural, seguindo o conceito de Moradia Camponesa, deve ser concebida em relação à área na qual está inserida, levando em consideração que a habitação e seu entorno imediato, refletem o modo de vida desta população, tão diferente da vida da população urbana (RODRIGUES e INO, 2019).

O que causa surpresa é o fato de que, determinadas equipes de vistoriadores da CEF, são mais sensíveis à estas situações do que outras. As determinações de impossibilidade de alterações durante a execução e até dois anos após concluídas, conforme algumas equipes da REDUR/CEF[11] enfatizaram durante as execuções do PNHR na Ilha da Torotama, não condizem com as orientações da GIDUR/CEF[12], instância superior na estrutura da CEF. Estas orientações são no sentido de, havendo a possibilidade financeira por parte dos beneficiários ou não acarretando em custos abaixo daqueles estabelecidos à cada moradia, as alterações ou adaptações são permitidas, desde que justificadas pela Entidade Organizadora, o que muitas vezes foi realizado pelo autor, quando responsável pela aplicação do PNHR junto à Crehnor.

No segundo subgrupo (questões de 10 a 16), foi investigada a opinião dos beneficiários para atividades cotidianas específicas com a pergunta "*em qual ambiente você desenvolve as seguintes atividades (como classifica esta situação)?*", obtendo-se os seguintes resultados (Gráfico 8.2):

[11] Representação da Gerência de Desenvolvimento Urbano – Caixa Econômica Federal.
[12] Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano – Caixa Econômica Federal.

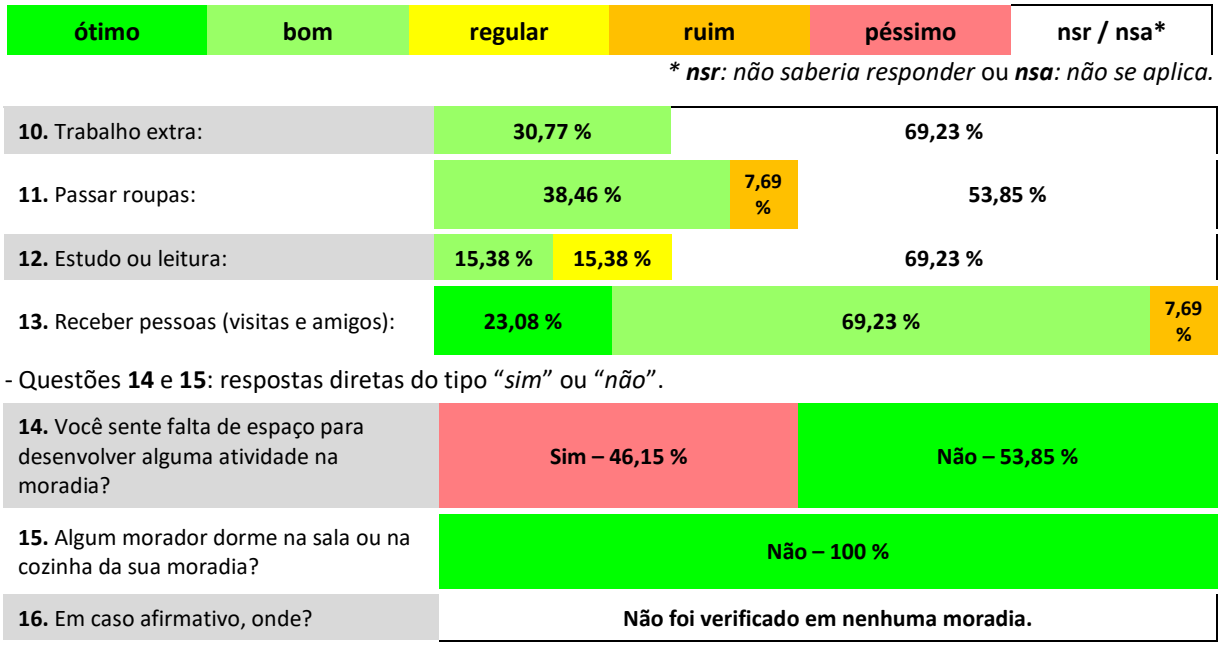


Gráfico 8.2: Satisfação do Beneficiário – Atividades Cotidianas – Fonte: do Autor, 2019.

Destaca-se aqui que, dos 13 entrevistados, apenas 4 declararam dedicação a outras atividades além da pesca artesanal, mas ainda assim, a ela ligadas: o conserto de redes para outros pescadores e o preparo de siris para venda em mercados. Porém, para estas atividades, não foi declarada a necessidade de espaço específico no interior da moradia, sendo de fato, realizadas ao ar livre, nos espaços externos de seus lotes. O ofício de conserto de redes, pelas dimensões das mesmas, necessita ser realizado em espaço amplo e aberto. Já a atividade de preparo dos siris, após a etapa de cozimento dos mesmos, inicia-se o processo de retirada de sua carne. Tradicionalmente, grupos de mulheres se reúnem, sempre nos espaços abertos das moradias, onde a tarefa é realizada de forma comunitária, conforme observado no Anexo H (Reportagem em Caderno Especial do Jornal Zero Hora – Porto Alegre/RS de 10 e 11 de março de 2018).

Em sua maioria, os entrevistados não possuem o costume de passar roupas, sendo que, os que o fazem, realizam a tarefa em algum dos dormitórios, cozinha, área de serviço ou na antiga moradia, nas situações em que estas ainda permanecem.

O hábito de leitura e estudo se restringe aos membros mais jovens de suas famílias, crianças e adolescentes em idade escolar, e para tal normalmente utiliza-se o dormitório, a cozinha ou a sala de estar.

As confraternizações entre vizinhos e amigos normalmente são realizadas na sala de estar, mas é perceptível que ocorrem com maior frequência nos espaços

abertos ao redor das moradias. Para esta situação, a previsão de um alpendre[13] traria melhor conforto ao organizar o espaço aberto das moradias (parte do conceito de Moradia Camponesa), melhorando assim, os momentos de lazer das famílias.

Questionados se sentem falta de algum ambiente específico (questão 14), as respostas acabaram recaindo sobre espaços necessários à família e também para atender alguma atividade em particular, o que foi considerado pelo número de respostas conforme se observa pela nuvem de palavras abaixo (Figura 8.1):

Figura 8.1: Nuvem de Palavras sobre Espaço Necessário – Fonte: do Autor, 2019.

As respostas evidenciaram a necessidade de mais um dormitório, não apenas nas moradias que já apresentam esta ampliação e adaptação (Beneficiárias 10 e 13), mas também naquelas onde verificou-se a existência de crianças e/ou casais jovens. Tratando-se de uma necessidade futura, identifica a importância de garantir, pelo menos, a *flexibilidade permanente* da moradia.

Considera-se que esta não é a mais apropriada e, definitivamente, em comunidades como a Ilha da Torotama, com perfis e arranjos familiares tão diversos, a *flexibilidade inicial* determinada em Blumenschein et al. (2015), seria o ideal. Para este tipo de flexibilidade, cabe relembrar a participação do usuário na elaboração do projeto padrão, além da possibilidade de escolha entre variações tipológicas habitacionais, abarcando diferentes organizações espaciais, conforme a necessidade familiar.

Destaca-se também, a sugestão dos beneficiários para implantação de um alpendre (por este motivo mencionado anteriormente), e plenamente viável. Este

[13] O alpendre, marquise ou marquesa (do francês *marquise*, "toldo"), é um tipo de varanda que estabelece uma graduação bastante marcada entre os espaços interiores e exteriores de uma residência, protegendo-a da incidência direta da radiação solar e da chuva. Normalmente, é entendido como uma faixa pavimentada ou não sobre a qual avança o beiral do telhado que cobre a casa. Fonte: FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

acréscimo seria providencial nas moradias em que se verificou as atividades de conserto de redes de pesca e preparo dos siris para o comércio local e regional. Assim, possibilitaria um maior conforto e continuidade destas atividades nos períodos de frio, chuva ou intenso calor, já que são atividades que, segundo os entrevistados, são melhor desempenhadas ao ar livre.

Estas situações, aliadas ao convívio social realizado nas áreas externas, demonstraram claramente as diferenças entre moradias para o meio urbano e meio rural. Reforçam assim, uma das características da Moradia Camponesa: enquanto que no urbano os locais de trabalho e de moradia quase sempre se constituem em espaços físicos distantes, no mundo rural esses espaços se inserem em uma unidade física e espacial única, onde diversas escalas de trabalho, lazer e de interação comunitária e social acontecem (RODRIGUES e INO, 2019).

8.1.1.2. Grupo II – Conforto Habitacional

No segundo grupo de perguntas (questões 17 a 27), foram investigadas as avaliações dos beneficiários quanto ao conforto ambiental de suas moradias com a pergunta "*como você classifica a sua moradia em relação a...?*". Aqui foram tratadas questões de ordem ambiental e construtiva, como iluminação, ventilação, temperatura interna da moradia, obtendo as seguintes respostas (Gráfico 8.3):

	ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa*
17. Iluminação natural:	23,08 %	53,85 %			15,38 %	7,69 %
18. Iluminação artificial – lâmpadas:		100 %				
19. Ventilação na cozinha:	7,69 %	61,54 %			23,08 %	7,69 %
20. Ventilação no banheiro:		92,31 %				7,69 %
21. Ventilação na sala de estar:	7,69 %	92,31 %				
22. Ventilação nos dormitórios		92,31 %				7,69 %
23. Temperatura interna da moradia no verão:	7,69 %		23,08 %	46,15 %	23,08 %	
24. Temperatura interna da moradia no inverno:	7,69 %	84,62 %				7,69 %

** **nsr**: não saberia responder* ou ***nsa**: não se aplica.*

- Questões **25** e **26**: respostas diretas do tipo "*sim*" ou "*não*".

25. Você já observou a presença de focos de umidade na moradia? Onde?	**Sim – 61,54 %**	**Não – 38,46 %**
26. Você já observou a presença de focos de bolor (mofo) na moradia? Onde?	**Sim – 61,54 %**	**Não – 38,46 %**

Gráfico 8.3: Satisfação do Beneficiário – Conforto Ambiental da Moradia – Fonte: do Autor, 2019.

Quanto à iluminação e ventilação dos ambientes das moradias, verificou-se um nível de satisfação bastante elevado, considerando suas dimensões e localizações dentro dos lotes. A espacialidade dos lotes e distâncias das construções vizinhas são fatores que, em alguns casos, colaboram significativamente com estas situações.

Em contrapartida, a temperatura interna durante os meses de verão é bem elevada, causando desconforto aos moradores. Esta situação se dá pela utilização de telhas em fibrocimento associadas a um pé-direito baixo, o que é compreensível após a determinação da equipe de aprovação de projetos da CEF não terem aceito a inclusão do uso de subcobertura de polietileno expandido, conforme exposto na questão 05 do instrumento *Walkthrough*. O que causou surpresa nesse sentido, foram as constatações de que a temperatura durante o inverno é agradável. Surpreende pelo fato das construções possuírem pisos frios, em cerâmica, aliados a uma região à beira da Lagoa dos Patos, o que eleva a umidade consideravelmente. A justificativa pode estar no detalhe construtivo das fundações: devido às possibilidades de enchente da região, umas das exigências da equipe de avaliação dos projetos da CEF foi a elevação destas e a confecção com pedras amarroadas (pedras de mão ou seixo rolado), o que contribui para a diminuição da umidade ascendente do solo.

Porém, não surpreende o fato de que há incidências de umidade e focos de mofo e bolor nas moradias, e suas localizações, em complemento às questões 25 e 26, destacadas em nuvens de palavras. A Figuras 8.2 destaca os locais em que se verificam focos de umidade.

Figura 8.2: Nuvem de Palavras sobre Focos de Umidade (Locais) – Fonte: do Autor, 2019.

Os dormitórios são os mais afetados pela umidade, incluindo suas alvenarias e pisos que acabam transferindo a umidade aos outros ambientes. Percebe-se que esta situação poderia ser minimizada, em quase todas as moradias, pelo simples reposicionamento das janelas, aumentando a ventilação cruzada destes ambientes consideravelmente. A Figura 8.3 se refere aos locais das moradias onde se verificam focos de mofo e bolor.

Figura 8.3: Nuvem de Palavras sobre Focos de Mofo e Bolor (Locais) – Fonte: do Autor, 2019.

Como consequência direta, os focos de mofo são verificados principalmente no interior de armários e roupeiros encostados nas paredes, em ambientes que não possuem uma ventilação e/ou insolação adequadas. Essa situação poderia ser melhorada no momento da execução da moradia (outra característica da *flexibilidade inicial*: participação do usuário no decorrer da construção) em que os beneficiários solicitaram às equipes da CEF (não sendo atendidas) por alterações simples, como o melhor posicionamento das aberturas externas, principalmente dos dormitórios.

Complementando as questões sobre o conforto ambiental, a questão 27 buscou sugestões de melhorias em relação ao que poderia ser construído de forma diferente ou modificado do original. Novamente algumas respostas recaíram sobre espaços desejados pela família, o que também foi considerado pelo número de citações, conforme se verifica pela nuvem de palavras abaixo (Figura 8.4):

Figura 8.4: Nuvem de Palavras sobre Modificações e/ou Alterações – Fonte: do Autor, 2019.

O que essa nuvem de palavras revela, talvez seja o mais significativo no que diz respeito à construção, à flexibilidade habitacional e à conceituação de Moradia

Camponesa. Não se pode negar a compreensão da obrigatoriedade de se partir de um projeto padrão que, inicialmente, seja adequada às necessidades básicas da maioria dos beneficiários. Mas reforça ainda mais a importância de que este projeto possibilite, ao menos, a *flexibilidade permanente* da moradia. Frente a tantas respostas que se equivalem numericamente, percebe-se que são ajustes necessários e/ou desejados pelos beneficiários entrevistados, de forma a melhor se adequarem aos seus anseios, costumes, cotidiano e modo de vida.

A Moradia Camponesa então, deve estar atrelada à flexibilidade. Ao contrário do que se pensa comumente, é uma entidade complexa, que se materializa no contexto dos seus moradores, capazes de se moldar eles mesmos e seu próprio espaço, cujas características correspondem a uma expressão cultural específica, em que cada formação social assume formas particulares em termos de ocupação, apropriação e representação do espaço e território (RODRIGUES e INO, 2019).

8.1.1.3. Grupo III – Privacidade (interna / externa)

As questões envolvendo a privacidade interna e externa das moradias, assim como os ruídos dentro da construção e externos a ela, foram abordados no terceiro grupo de perguntas (questões 28 a 31). A avaliação das respostas (Gráfico 8.4) expressa as opiniões dos beneficiários a este respeito ao responder à questão "*como você classifica a sua moradia em relação a...?*".

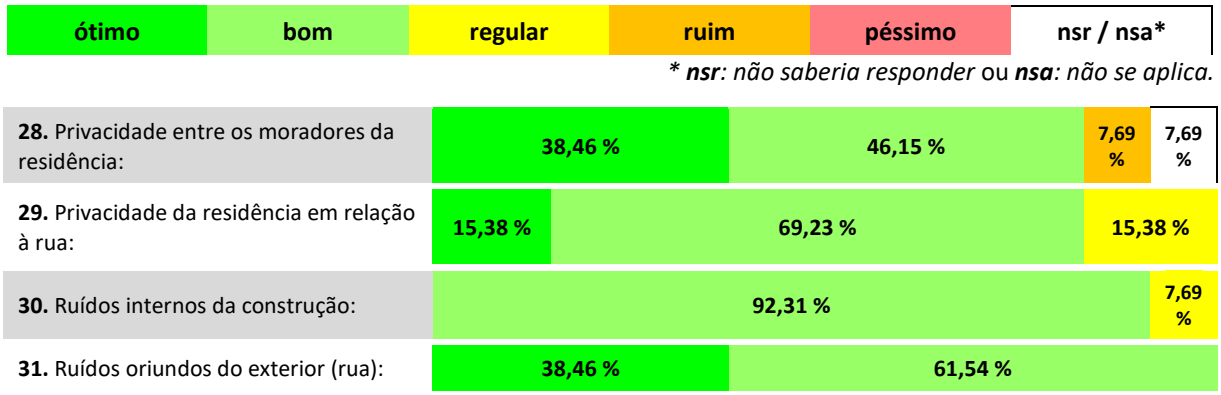


Gráfico 8.4: Satisfação do Beneficiário – Privacidade da Moradia – Fonte: do Autor, 2019.

Observou-se que o alto nível de privacidade entre os moradores, na verdade deve-se ao fato das moradias serem ocupadas por arranjos familiares com poucos membros (no máximo 4 pessoas), sendo casais de idosos e casais jovens com filhos pequenos os mais verificados. Salienta-se que as Beneficiárias 10 (com a coabitação

de familiar idosa) e 13 (com um casal de filhos, sendo uma menina adolescente), como mencionado anteriormente, necessitaram construir um novo dormitório para melhorar a privacidade familiar.

Ressalta-se que boa parte destes beneficiários, mesmo mantendo os mesmos arranjos familiares na moradia anterior, muitas vezes residiam em construções precárias, sem nenhuma compartimentação interna. A privacidade nestes casos, está associada aos ambientes definidos, principalmente em se tratando de dormitórios.

Em relação aos ruídos que poderiam ser verificados na própria construção, nada que mereça destaque específico foi mencionado, sendo que a maioria dos moradores a classificaram como dentro da normalidade desejada.

Cabe pontuar que estas duas questões, privacidade e incidência de ruídos, quando atribuídos ao exterior da construção (oriundos da rua), encontram um nível elevado de satisfação considerando ser a Ilha um lugar tranquilo, de pouco movimento pelas suas ruas, e ainda as construções possuírem, em sua maioria, uma distância razoável entre elas.

8.1.1.4. Grupo IV – Aparência / Estética

Como forma de investigar a opinião dos beneficiários em relação a aparência e estética de suas moradias, assim como do ambiente natural e construído da Ilha, foram aplicados três questionamentos básicos em relação ao assunto (questões 32 a 34), configurando o quarto grupo. As respostas à pergunta "*como você considera a aparência...?*", resultaram na quantificação abaixo (Gráfico 8.5):

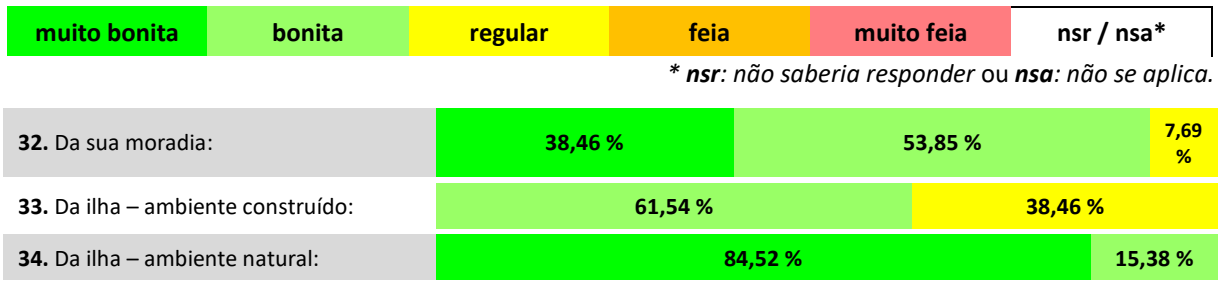


Gráfico 8.5: Satisfação do Beneficiário – Aparência e Estética – Fonte: do Autor, 2019.

Nota-se que há uma satisfação significativa quanto ao aspecto e aparência da nova moradia, em contraste com as habitações que ocupavam anteriormente

(Apêndice E), bem como em relação às ainda existentes, muitas em estado precário, com baixíssima habitabilidade e salubridade.

Quanto ao ambiente natural, percebe-se que, em sua maioria, não apenas as pessoas envolvidas na pesquisa, mas os habitantes de forma geral, são orgulhosos de sua localidade com uma natureza bastante intocada. Este fator destaca outra característica da Moradia Camponesa, quando ressalta que sua concepção é materializada num meio ambiente com predomínio da paisagem natural sobre a paisagem construída (ALVES e COSTA, 2012).

Muitos beneficiários enaltecem o potencial e as possibilidades turísticas que a Ilha poderia explorar em prol de sua comunidade e do município de Rio Grande. O empecilho para tal, segundo eles, situa-se na falta de consciência ambiental e de preservação por parte de alguns moradores e a falta do devido investimento público da Prefeitura Municipal.

Considerando estas opiniões, não seria difícil, com iniciativa e investimento público, em trabalhos de orientação social, despertar essa consciência ambiental que alguns beneficiários e moradores já demonstram. O turismo relacionado a Educação Ambiental seria, então, uma possibilidade bastante palpável a curto prazo.

Acredita-se que, considerando a característica da Ilha como Colônia de Pescadores Artesanais, aliada à beleza inegável do lugar, ações públicas para desenvolver o turismo de pesca amadora e esportiva, por exemplo, representariam nova forma de renda a seus moradores. Investimentos para criação de um camping municipal, dotado de uma pequena infraestrutura de apoio, não representariam um custo elevado. Além disso, pode-se imaginar a possibilidade de gerência própria, por parte dos moradores que, ao empreender com seus conhecimentos da região e da atividade pesqueira, atuariam diretamente na sustentabilidade ambiental e econômica da sua comunidade, com desenvolvimento e maior perspectiva de futuro ao lugar.

8.1.1.5. Grupo V – Convivência Social

O quinto grupo de perguntas (questões 35 a 40) procurou averiguar o nível de harmonia no relacionamento dentro das diferentes gerações, conforme suas faixas etárias. Não apenas entre crianças, jovens, adultos e idosos, mas também das pessoas envolvidas na pesquisa em relação à comunidade e esta de uma forma geral.

As respostas à pergunta “*como você classifica a convivência diária entre...?*”, obteve a quantificação verificada abaixo (Gráfico 8.6):

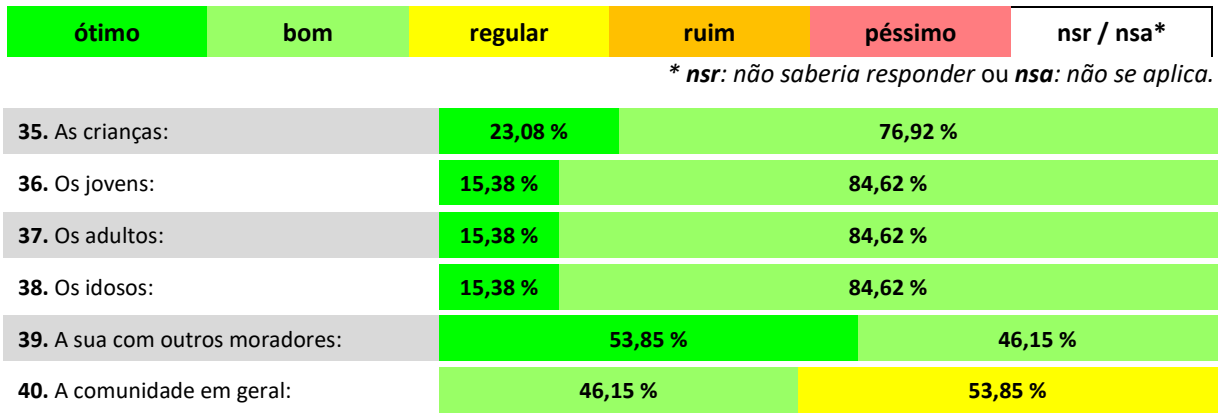


Gráfico 8.6: Satisfação do Beneficiário – Convivência Social – Fonte: do Autor, 2019.

Não apenas pelas respostas obtidas, mas é sensível que a comunidade como um todo demonstra ser bastante unida e coesa. Em todas as visitas realizadas para o estudo, verificou-se a reunião de pequenos grupos de moradores, seja em conversas informais, preparação dos barcos para a pesca, conserto de redes, mulheres reunidas na preparação dos siris (Anexo H), grupos de crianças e jovens em atividades recreativas. Estas situações dão uma identidade única à comunidade, já que seus membros, em sua maioria, desenvolvem a mesma atividade profissional como pescadores artesanais, compartilhando os mesmos anseios, realidades, dificuldades e etc. Como se fosse uma pequena cidade ou um bairro característico, essa realidade é reforçada pelo caráter de isolamento que a Ilha apresenta em relação a outras localidades (a mais próxima é Povo Novo – 3º Distrito de Rio Grande, distante 18 km).

Evidente constatar que, apesar dessas opiniões iniciais, a convivência diária da comunidade (questão 40), seja marcada também por discordâncias e pequenos atritos, algo considerado natural numa comunidade fechada, isolada geograficamente, e que desenvolve seu dia a dia dentro de seus limites territoriais. Contudo, prevalecem a ótima convivência, a união e a harmonia de seus moradores.

8.1.1.6. Grupo VI – Características da Ilha – Infraestrutura e Serviços

No sexto grupo de perguntas (questões 41 a 53) encontram-se os níveis de satisfação dos beneficiários em relação a infraestrutura da Ilha e aos serviços públicos disponibilizados pelo Estado, tanto municipal como estadual. Este grupo possui

correlação com o instrumento de pesquisa *Levantamento de Dados* da Ilha da Torotama, apresentado no Capítulo 6 desta pesquisa. As respostas à pergunta "*como você classifica os serviços existentes na Ilha?*", obteve a quantificação verificada abaixo (Gráfico 8.7), sendo que as observações apontadas pelos beneficiários, estão situadas junto aos resultados apresentados no Capítulo 6, como mencionado acima.

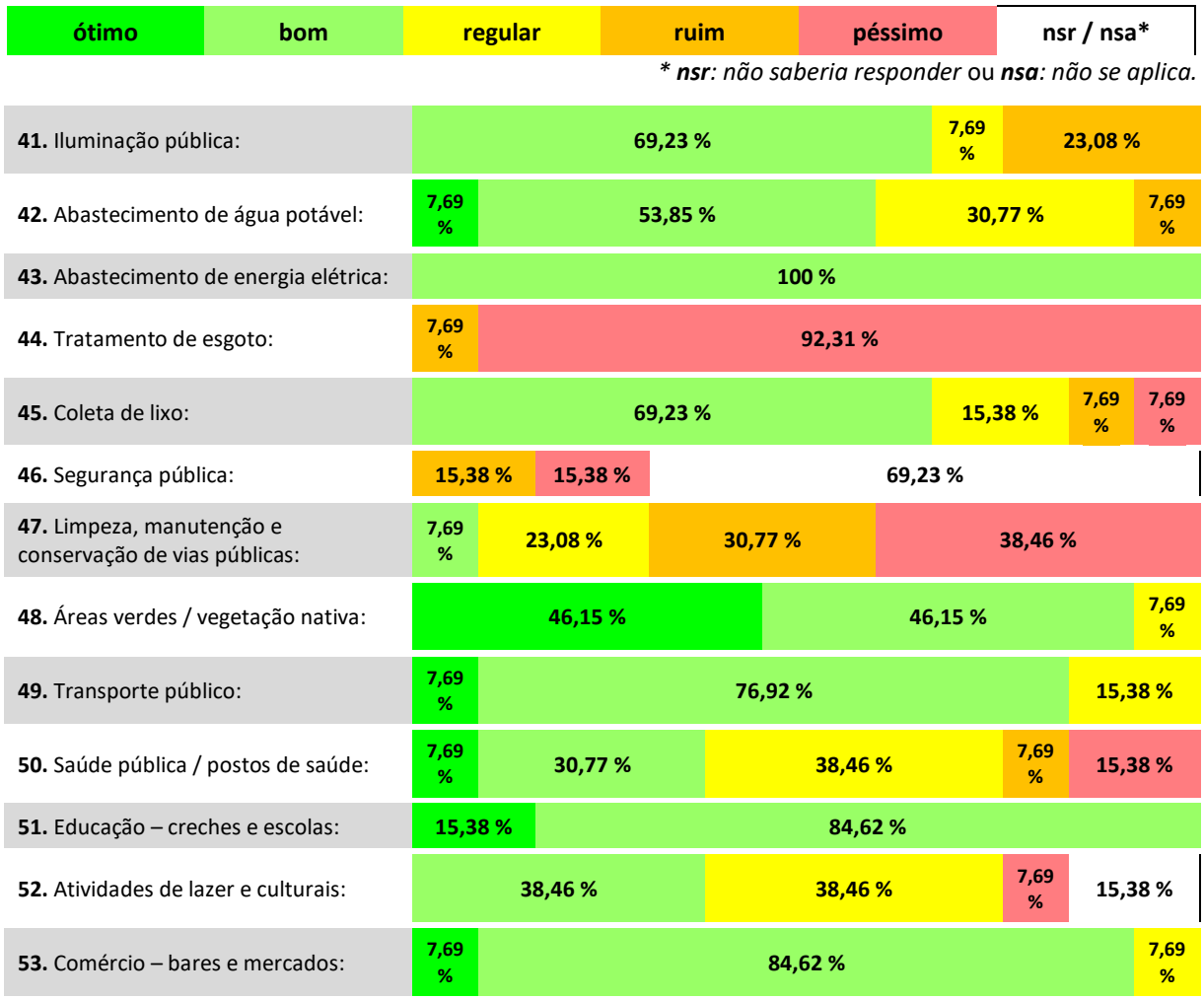


Gráfico 8.7: Satisfação do Beneficiário – Infraestrutura e Serviços Públicos – Fonte: do Autor, 2019.

Após realizar o *Levantamento de Dados* com o objetivo de caracterizar a infraestrutura consolidada na Ilha, apesar do caráter de isolamento que ela possui, percebe-se a presença das esferas Estaduais, seja no fornecimento de energia elétrica e iluminação pública (CEEE), como no abastecimento de água potável (CORSAN). No âmbito Municipal, verifica-se a disponibilização de serviços públicos essenciais (posto de saúde, escola pública, transporte coletivo, coleta de lixo, manutenção de ruas e vias).

Dois são os serviços inexistentes e consequentemente alvos de críticas: o tratamento de esgotos e a segurança pública. Quanto ao último, gerou enorme descontentamento o fechamento do posto da Brigada Militar Estadual que existia na localidade do Povo Novo – Rio Grande/RS, distante 18 km do povoado. Qualquer ocorrência que necessite a presença da Brigada ou da Polícia Civil, ambos de responsabilidade do Governo Estadual, deve ser solicitada às guarnições da Vila da Quinta – Rio Grande/RS, localizada a 28 km da Ilha, ou diretamente na sede do município, o que acarreta em grande demora.

A responsabilidade pelo tratamento de esgoto recai sob o Governo Municipal que poderia, mediante projeto elaborado por suas Secretarias responsáveis, solicitar a aplicação de verbas federais para sua efetivação, conforme a Lei de Saneamento Básico do antigo Ministério das Cidades (Ministério de Desenvolvimento Regional). Pode-se perceber a possibilidade de implantação de uma lagoa de estabilização que, devidamente estruturada, preservaria a Ilha do acúmulo de dejetos residenciais em locais impróprios, promovendo assim, o saneamento público necessário.

Coleta de lixo, limpeza e manutenção de ruas e vias, transporte público e posto de saúde, todos de responsabilidade do município, segundo os beneficiários, carecem de melhorias no seu funcionamento e regularidade de atendimento.

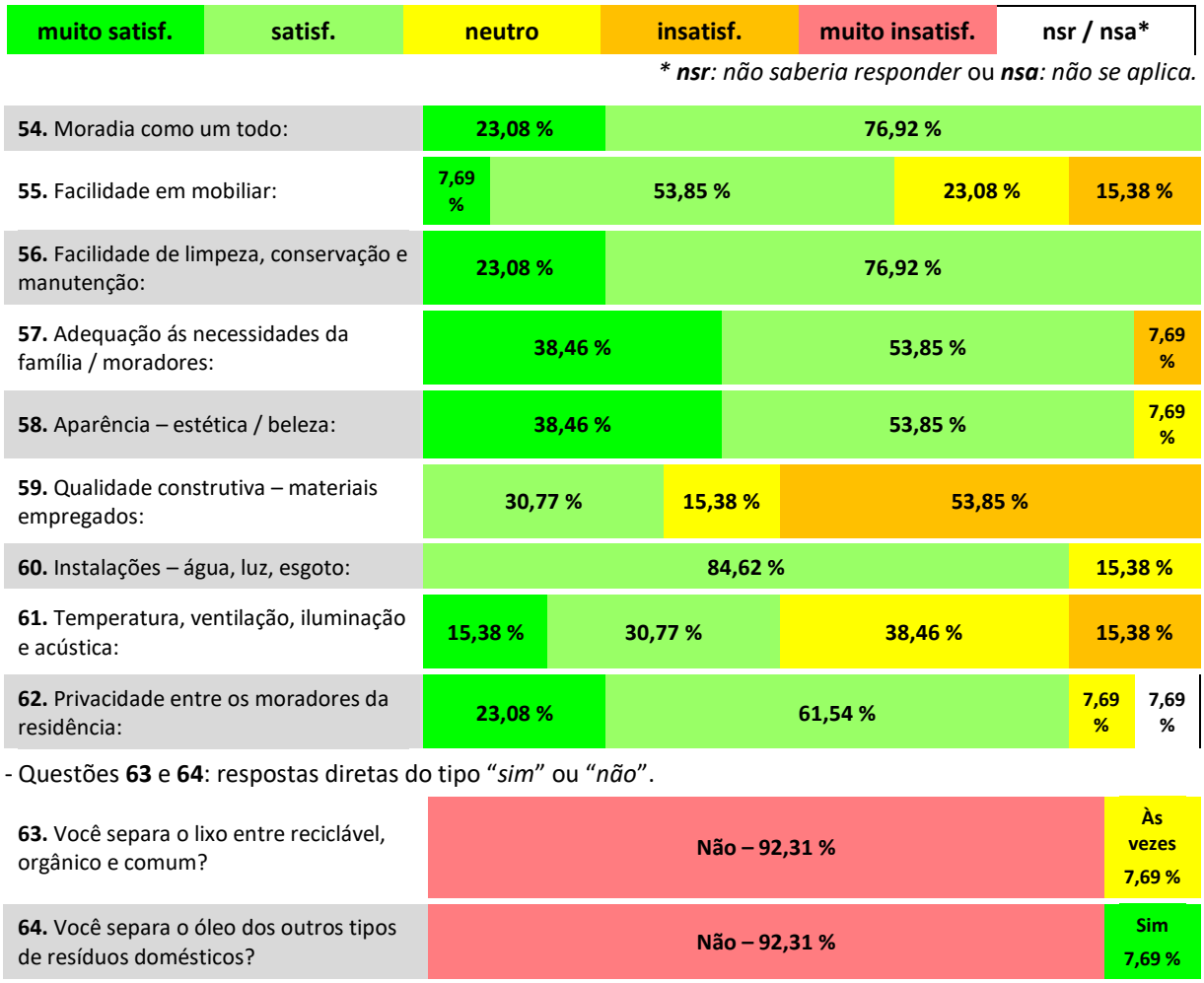
Mesmo que determinados serviços sejam insatisfatórios ou inexistentes (segurança pública, tratamento de esgoto, contato mais efetivo com a Administração Municipal), não se verificou o sentimento de “abandono”, o que poderia estar associado ao caráter de isolamento da Ilha. O que realmente ficou evidente durante as entrevistas é uma sensação por parte dos beneficiários entrevistados e da comunidade em geral, de irrelevância socioeconômica para o Município em relação à Comunidade e suas atividades.

8.1.2. *A Satisfação e Percepção dos Beneficiários Entrevistados*

8.1.2.1. Grupo VII – Satisfação do Usuário – Unidade Habitacional

Como forma de complementar o primeiro grupo, o sétimo grupo de perguntas (questões 54 a 64) objetivou aprofundar a análise da satisfação dos beneficiários em relação à sua nova moradia. As respostas à pergunta “*como você classifica seu nível*

de satisfação em relação a...?", quantificadas no Gráfico 8.8, buscou as avaliações dos entrevistados à construção, da qualidade construtiva a sua utilização cotidiana, com seus costumes familiares e, ao final, duas questões básicas de sustentabilidade.



- Questões **63** e **64**: respostas diretas do tipo "*sim*" ou "*não*".

Gráfico 8.8: Satisfação do Beneficiário – Unidade Habitacional – Fonte: do Autor, 2019.

Conforme mencionado anteriormente, os beneficiários participantes do estudo consideram a moradia bastante satisfatória às necessidades familiares e sempre enfatizam suas situações habitacionais anteriores. Apesar disso surgiram críticas quanto a qualidade dos materiais utilizados, principalmente nas construções que já apresentam algumas patologias, sejam elas decorrentes da própria utilização ou da falta de manutenção, especialmente nas que foram executadas há mais tempo. Cabe destacar que tais patologias não representam riscos às moradias à salubridade dos ambientes ou prejuízo à habitabilidade.

O mais importante, porém, está na comparação de suas situações de moradias anteriores com as atuais. O nível de satisfação elevado em questões como "a moradia

como um todo", "facilidade de limpeza e manutenção", "adequação às necessidades familiares" por exemplo, se sobrepõem a outras não tão satisfatórias, como "facilidade de mobiliar" e "temperatura, ventilação e iluminação".

Considera-se também que, mantendo seus lotes originais e recebendo uma nova moradia, cria-se um conjunto que se identifica com o conceito de Moradia Camponesa, onde a construção em si, isoladamente, não passa de um simples objeto físico. Sendo mais que uma ordenação espacial, moradia e entorno constituem uma entidade complexa, teórica, conceitual e prática (RODRIGUES e INO, 2019). Neste sentido, Villa e Ornstein (2013) já consideravam o conceito muito além do objeto edificado, expandindo-se ao entorno imediato da moradia, revestindo-se de características subjetivas inerentes à relação estabelecida entre o morador e o ambiente ao qual está inserido. Conceito plenamente aplicável à Ilha e as questões levantadas, são considerações de caráter anímico bastante perceptíveis.

Quanto às questões 63 e 64, excetuando a Beneficiária 03, não há o costume de separação do lixo orgânico do comum, tampouco a separação do óleo dos demais resíduos domésticos. A principal justificativa para estas situações não reside na falta de consciência ambiental, já que os entrevistados compreendem a importância da preservação do meio ambiente, e sim de que se trata de atitudes inócuas, tendo em vista que no ato de recolhimento semanal do lixo, todos os resíduos são misturados no momento da coleta.

8.1.2.2. Grupo VIII – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 1

Os questionamentos do oitavo grupo de perguntas (questões 65 a 70) objetivou avaliar o nível de comprometimento dos beneficiários em relação ao meio ambiente em que estão inseridos (família, pesca, comunidade). Ao responder à pergunta "*qual o nível de importância que você atribui a...?*" (Gráfico 8.9), possibilitaram o princípio da avaliação para o senso de lugar e suas variáveis: pertencimento e identidade.

muito import.	import.	neutro	insignif.	muito insignif.	nsr / nsa*

** **nsr**: não saberia responder* ou ***nsa**: não se aplica.*

65. Preservação do meio-ambiente e da paisagem natural:	**46,15 %**	**53,85 %**
66. Comprometimento com a Ilha:	**46,15 %**	**53,85 %**

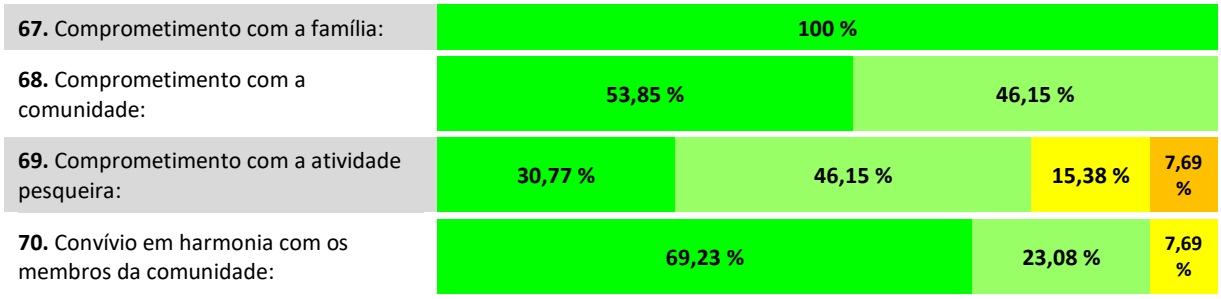


Gráfico 8.9: Comprometimento Pessoal dos Beneficiários – Fonte: do Autor, 2019.

A partir deste momento, verificou-se, mesmo com a participação de apenas 13 famílias, uma comunidade bastante comprometida com o lugar. A importância da família, da colônia de pescadores como unidade de identificação e pertencimento, a preservação do meio ambiente, a luta diária pela subsistência própria e dos demais membros, o convívio harmonioso necessário ao seu dia a dia, são elementos muito significativos e perceptíveis, não apenas nas declarações obtidas, mas também pela observação de seus relacionamentos e de suas atividades cotidianas.

Situações como as atividades das “Sirizeiras da Ilha”, destacada no Anexo H, o conserto de redes e barcos que além de característico, é passado de pai para filho, são marcas culturais de identificação como legítimos “trutameiros[14]”. Desta forma, destaca-se a afirmação de Callai (2004) que é através da cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma ou outra forma, que se pode perceber os laços que os indivíduos tramam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente, à natureza. Reconhecer a cultura local significa perceber a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas (CALLAI, 2004).

O que surpreende na questão 69, é o fato de que o desalento e desânimo em relação à atividade pesqueira e consequentemente do futuro da comunidade, são sentimentos revelados pelos entrevistados com mais idade. Em contrapartida, os mais jovens acreditam na recuperação do estuário da Lagoa dos Patos e em safras melhores para os próximos anos. E esta constatação faz com que se acredite não apenas no futuro da comunidade, mas também, com os incentivos necessários por parte dos governos, incluindo a manutenção de programas como o PNHR, em um desenvolvimento socioeconômico que estimule a permanência na comunidade, e seja então, uma realidade.

[14] Trutameiro – termo utilizado para identificação e referência às pessoas que nasceram ou residem na Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Este desejo de permanência apresentado pelos membros mais jovens da comunidade lhes conferem uma identidade *com* o lugar, como sugere Relph (1976) em seu conceito de pertencimento, fruto de uma intensidade da experiência humana no lugar com o decorrer do tempo. É a sensação de estar “dentro” (pertencimento) e não “fora” (estranhamento), conforme corroboram Seamon e Sowers (2008).

8.1.2.3. Grupo IX – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 2

Na etapa final do questionário, o nono grupo de perguntas (questões 71 a 78) procurou, de forma mais particular, perceber e identificar os sentimentos das pessoas envolvidas na pesquisa em relação ao lugar em que vivem.

Percebe-se que os grupos de perguntas anteriores, por tratarem de questões mais relacionadas à moradia (I a IV e VII), e de certa forma assuntos mais amenos (V, VI e VIII), colaboraram na aproximação do pesquisador com os entrevistados, estabelecendo um bom grau de confiabilidade e conforto para questionamentos mais pessoais e opiniões mais espontâneas. Não raro emergiram testemunhos de vida muito significativos e fortes, que serviram para embasar as respostas dadas.

Inicialmente com questões simples e respostas diretas, o nono grupo abarcou as questões ora apresentadas.

71. Quais os aspectos positivos de se viver na Ilha da Torotama?

Diante dos vários aspectos apresentados, as respostas mais recorrentes são evidenciadas em nuvem de palavras (Figura 8.5):

Figura 8.5: Nuvem de Palavras sobre Aspectos Positivos da Ilha – Fonte: do Autor, 2019.

Segurança e tranquilidade são decorrência direta do isolamento característico da Ilha, favorecendo os sentimentos de liberdade e sossego. Consequentemente, e

ainda mencionando o ar puro em relação à outras localidades próximas, é natural que os beneficiários considerem a Ilha um bom lugar para criar os filhos. Os apegos ao lugar, aos amigos e à comunidade, também são recorrentemente citados. São situações que reforçam os laços, sejam de amizade ou profissionais, com as pessoas e com o lugar, individuais e comunitários, agindo diretamente nos sentimentos de pertencimento e identidade.

Em contraponto, a questão 72 se fez mais que necessária.

72. Quais os aspectos negativos de se viver na Ilha da Torotama?

Como na questão 71, as respostas mais recorrentes também são destacadas na nuvem de palavras (Figura 8.6) abaixo:

Figura 8.6: Nuvem de Palavras sobre Aspectos Negativos da Ilha – Fonte: do Autor, 2019.

Muito embora a escassez de peixes no estuário da Lagoa dos Patos seja apontada com maior frequência, a maioria dos beneficiários acredita na recuperação da atividade pesqueira. Consideram como uma situação passageira, resultado das dragagens efetuadas nas regiões próximas, em função das recentes atividades no Porto de Rio Grande/RS. Outros acreditam que, em decorrência das sucessivas safras ruins, aliadas a falta de outras oportunidades de trabalho principalmente para os moradores mais novos, futuramente poderá prejudicar a permanência destes na Ilha.

A poluição verificada em pontos específicos da orla, foi evidenciada como um empecilho ao potencial turístico da Ilha, como já mencionado anteriormente. Já a ocorrência de enchentes na localidade também foi apontada como um fator negativo, apesar de que os moradores já estão acostumados e sabem como lidar com esta situação. O que causa apreensão aos moradores são as evidentes atividades de tráfico de drogas, assim como a presença de pessoas estranhas à comunidade. Seus receios são de que os aspectos positivos como segurança, tranquilidade, liberdade e

sossego, sejam prejudicados a ponto de prejudicarem a Ilha no que ela apresenta de melhor e único.

Contudo, e em face a todos os aspectos citados, sejam positivos ou negativos, prevaleceram as opiniões registradas na questão 73, conforme o Gráfico 8.10 abaixo:

73. Você considera que a Ilha oferece uma melhor qualidade de vida em relação às cidades próximas? Por que?	**Sim – 92,31 %**	**Não 7,69 %**

Gráfico 8.10: Satisfação do Beneficiário – Qualidade de Vida: Ilha X Cidades – Fonte: do Autor, 2019.

Solicitados a justificar essa resposta, obteve-se a seguinte nuvem de palavras (Figura 8.7), onde se destacam:

Figura 8.7: Nuvem de Palavras sobre Qualidade de Vida: Ilha X Cidades – Fonte: do Autor, 2019.

Evidencia-se que a maioria dos beneficiários entrevistados considera a Ilha com melhor qualidade de vida em relação às cidades, enfatizando todos os aspectos positivos citados anteriormente. Apenas uma beneficiária demonstrou preocupação com o futuro profissional dos filhos adolescentes, acreditando que as cidades podem oferecer melhores oportunidades.

Destacam-se ainda aqueles que afirmaram não gostar da vida na cidade e que dificilmente se adaptariam, preferindo a vida simples, sem correrias e em contato com a natureza. Salienta-se que, neste momento, surgiram as primeiras afirmações de um verdadeiro sentimento de amor pela Ilha, apontando a presença de um elevado senso de lugar e pertencimento. Sabendo-se que a Ilha, com sua simplicidade de recursos, não pode suprir todas as necessidades de seus moradores, fez-se importante a questão 74 (Gráfico 8.11) para esclarecer a qual localidade sua comunidade recorre.

74. Em caso de necessidade, a que localidade você geralmente recorre? Por que?	**Povo Novo 23,08 %**	**Rio Grande 76,92 %**

Gráfico 8.11: Recorrência para Necessidades Externas à Ilha – Fonte: do Autor, 2019.

Como justificativa às respostas, Rio Grande/RS[15] é a localidade mais procurada em função de ser um centro maior, e determinadas necessidades só podem ser supridas por lá. Outros beneficiários alegaram que possuem familiares que lá residem, tendo assim referências na cidade. Povo Novo, igualmente localidade pertencente à Rio Grande é citada para casos mais simples e pela maior proximidade com a Ilha.

Questionados do por que não recorrer ao município de Pelotas, em virtude de ser mais próximo que Rio Grande, o autor percebeu que não havia considerado a obviedade da resposta, dada pelo Beneficiário 07: “mas acontece que os ônibus que vem para cá, são todos da Prefeitura de Rio Grande. Não tem linha para Pelotas. Tem gente aqui que nunca foi lá, nunca visitou Pelotas, nem na Fenadoce[16]”.

Fica evidente que passou despercebido pelo autor esse fato óbvio, simples e direto: os serviços prestados e verificados na Ilha da Torotama estão vinculados ao Município de Rio Grande e suas concessionárias municipais e da esfera estadual, sendo natural e lógico que a ela recorram em suas necessidades e reivindicações, independentemente da distância a ser percorrida. Os moradores da Ilha da Torotama são “trutameiros”, mas não se pode negar que também são Rio-Grandinos.

Em decorrência das respostas obtidas e conversas em curso, não foi surpresa o resultado para a questão 75 (Gráfico 8.12) que buscou investigar a intencionalidade dos beneficiários em continuar desenvolvendo suas vidas na Ilha da Torotama.

75. Você tem a intenção e/ou o desejo de continuar vivendo na Ilha da Torotama? Por que?	**Sim – 100 %**

Gráfico 8.12: Satisfação do Beneficiário – Intencionalidade de Permanência – Fonte: do Autor, 2019.

Ao justificarem a resposta, as citações mais recorrentes originaram a seguinte nuvem de palavras (Figura 8.8), onde se destacam:

[15] Rio Grande é um município brasileiro localizado no litoral sul do Estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de 207 036 habitantes (dados de 2014), segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a mais meridional dentre todas as cidades brasileiras de médio e grande porte.

[16] A Feira Nacional do Doce – FENADOCE é um evento gastronômico que evidencia o valor turístico da cidade de Pelotas - RS, e promove a cultura doceira dessa localidade para todo o Brasil e exterior.

Figura 8.8: Nuvem de Palavras sobre Motivos à Permanência na Ilha – Fonte: do Autor, 2019.

Para os beneficiários entrevistados que ainda apresentavam certa timidez, a justificativa quase sempre recaía no costume já adquirido em viver na Ilha. Cabe salientar que nenhum declarou este sentimento de forma negativa, nem ao menos conformada. Percebe-se um sentimento de conexão, de harmonia com o lugar.

Outros, mais descontraídos e à vontade com a conversa, expressaram um sentimento de orgulho por fazerem parte da comunidade. Sentimento de estar em casa, plenamente identificados com a Ilha, sentindo-se felizes de fazer parte, de pertencer àquele lugar. A expressão "amor à Ilha" surge com muita intensidade e em maior número, destacando ainda a qualidade de vida e tranquilidade como motivos para ali permanecerem, certos de que em outro lugar não as encontrariam.

Em continuidade à conversa, naturalmente foi possível abordar as questões 76 e 77 ao responder a pergunta "*como você classifica...?*" (Gráfico 8.13), onde evidenciou-se suas identificações com o lugar, seus níveis de pertencimento à comunidade, com a Ilha e a atividade pesqueira. Destaca-se que, por se tratar de uma Colônia de Pescadores Artesanais, a atividade profissional é traço marcante e de identificação do lugar e de seus moradores.

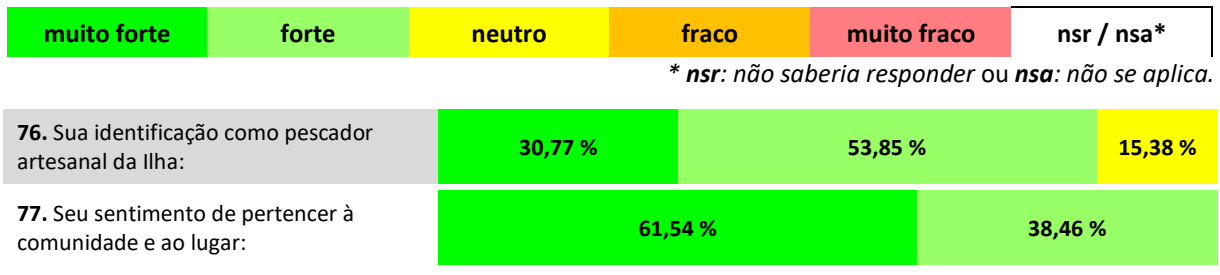


Gráfico 8.13: Identidade e Pertencimento – Fonte: do Autor, 2019.

Considerando esta identificação da Ilha como uma Colônia de Pescadores e as respostas obtidas até este momento, evidenciou-se que os beneficiários entrevistados estão, em sua maioria, muito identificados com esta característica única do lugar.

Seus sentimentos de pertencimento igualmente são fortes, até mesmo àqueles que apresentaram um desânimo em relação à atividade pesqueira. Na verdade, justificam este desânimo como uma preocupação com o futuro dos mais jovens, pela falta de uma diversificação das possibilidades profissionais. Mas ainda assim, acreditam que vale a pena continuar a desenvolver suas vidas dentro da comunidade.

Desta forma, a questão 78 (Tabela 8.1) encerrou o questionário avaliando o nível de senso de lugar que os beneficiários entrevistados possuem, classificando-os segundo a escala estabelecida por Shamai (1991) e plenamente aplicável a esta pesquisa. Constituída de sete níveis, ela cria um continum que vai de zero (0), onde o indivíduo não sente como se fosse seu lugar, até o nível seis (6), o mais alto, onde o indivíduo deixa seus interesses de lado se for pelo bem coletivo e do lugar.

78. Como você definiria o seu sentimento em relação à Ilha da Torotama (comunidade, localidade, família, atividade pesqueira, etc.)?

Nível	Qde.	Fases do Sentimento de Lugar (SHAMAI, 1991)
0	-	Não sente como se fosse seu lugar.
1	-	Está inserido na comunidade, mas sem vínculos emocionais.
2	-	Possui uma conexão emocional com as pessoas e o lugar.
3	**02**	Desenvolve bem sua vida, e sua conexão é forte.
4	**04**	Sente-se fiel e leal ao lugar, inserido e satisfeito em viver na Ilha.
5	**05**	Tem papel ativo na comunidade e investe tempo e recursos para estar na Ilha.
6	**02**	Deixa seus interesses em segundo plano se for pelo bem comum coletivo.

Tabela 8.1: Níveis de Senso de Lugar – Fonte: Shamai (1991) adaptado pelo Autor, 2019.

Como forma de ressaltar esta avaliação, ela também pode ser expressa de forma percentual (Gráfico 8.14), enfatizando que não se identificou os níveis mais baixos da escala estabelecida por Shamai (1991).

Gráfico 8.14: Níveis de Senso de Lugar (%) – Fonte: do Autor, 2019.

De fato, os sentimentos evidenciados partem de uma conexão bastante forte indo até aqueles que implicam sacrifícios pessoais para permanecerem no lugar, conforme citações verificadas e expressas em nuvem de palavras (Figura 8.9).

Figura 8.9: Nuvem de Palavras sobre Senso de Lugar – Fonte: do Autor, 2019.

Percebe-se então, que os beneficiários entrevistados possuem uma forte identificação com a Ilha da Torotama e suas características, com a comunidade e as atividades cotidianas, sendo estas marcantes e compartilhadas.

Por se tratar de uma comunidade com característica marcante na pesca artesanal, a interação entre seus moradores é constante, fazendo com que, mesmo verificando-se pequenas divergências de opiniões, suas conexões são efetivas, tanto no desempenho de suas atividades profissionais, como nas relações particulares.

Uma quantidade expressiva dos 13 beneficiários entrevistados (38,46%) possui posição de liderança dentro da comunidade. São pessoas com opiniões fortes, que encontram ressonância nos demais moradores. Positivas na forma como encaram as dificuldades coletivas e em relação ao futuro da Ilha. Demonstram profundo interesse e preocupação em questões que dizem respeito ao bem comum.

Verificou-se ainda, sentimentos de fidelidade e lealdade ao lugar (30,77% dos entrevistados), demonstrando satisfação elevada em estar inserido na comunidade e acreditando em uma vida feliz como membros ativos da Ilha da Torotama.

Percebe-se também, a identificação de beneficiários no ponto mais alto da escala de Shamai (1991), ou seja, pessoas que abrem mão de sonhos e questões de caráter pessoal, caso represente benefícios à coletividade. A estes atribuem-se o que Shamai classifica como “sacrifício pelo lugar”. São na verdade, pessoas com senso coletivo bastante desenvolvido, acreditando que o bem comum sobrepõe-se às necessidades pessoais. O desenvolvimento da comunidade, da coletividade, faz-se sempre mais importante do que os anseios pessoais.

Seus sentimentos de pertencer ao lugar são perceptíveis não apenas em palavras, mas em atitudes, ideias, desejos e esperanças. Assim, diante de todas estas respostas e resultados, é possível desenvolver a necessária discussão, baseada nos referenciais teóricos que determinaram as variáveis desta pesquisa, buscando atingir os objetivos propostos, principal e específicos.

8.2. Os Instrumentos de Pesquisa e os Referenciais Teóricos.

Imprescindível uma avaliação dos resultados obtidos pelos três instrumentos utilizados (perfis familiares, walkthrough e questionário), desenvolvidos e aplicados diretamente aos beneficiários que colaboraram com a pesquisa. Esta avaliação tem o objetivo de destacar a importância de cada um e estabelecer a necessária discussão, ora embasada nos referenciais teóricos que nortearam o estudo, e assim dar resposta aos objetivos propostos.

Para tal, os instrumentos de pesquisa são apresentados na mesma ordem em que foram aplicados, iniciando pelos perfis familiares, o walkthrough de análise da moradia e, por fim, o questionário avaliativo da satisfação dos usuários.

8.2.1. *A Caracterização das Famílias – Perfis Familiares.*

O instrumento de pesquisa *Características do Entrevistado e Moradores* demonstrou-se bastante eficiente no que se esperava inicialmente: além de fornecer um perfil da família do entrevistado, atuou como ponto de partida estabelecendo uma relação de cordialidade e confiança entre os beneficiários e o pesquisador.

Desta forma, pode-se identificar cinco fatores característicos da comunidade, representativos nas 13 famílias de beneficiários que participaram do estudo:

- ✓ A identificação como pescadores artesanais, mesmo com todas as dificuldades e buscas por diversificação em outras atividades, permanece muito significativa. Diferentemente de outras colônias de pescadores, quase que a totalidade de seus moradores se dedicam à atividade pesqueira ou a ela relacionada de alguma forma;
- ✓ Em decorrência de todas as dificuldades do setor pesqueiro, a renda familiar não ultrapassa a casa de 2 salários mínimos, encontrando algum alento nos períodos de safra de camarão, verificado nos meses de janeiro a março. O seguro defeso[17] é vital para a subsistência de diversas famílias;

[17] Trata-se de uma assistência financeira concedida aos pescadores artesanais que, durante o período de defeso, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie. Período defeso é aquele em que a pesca para fins comerciais é proibida devido à reprodução dos peixes.

✓ O grau de escolaridade é baixo com maior representatividade nas 3ª e 4ª séries do ensino fundamental. Ainda jovens, por vezes pré-adolescentes e até mesmo na infância, se veem impelidos a abandonar os estudos para atuar na pesca junto à familiares e assim, colaborar com o sustento da casa. Soma-se a isto, o fato de a Escola Municipal existente na Ilha, até o ano de 2015, oferecer o ensino fundamental até a 4ª série. Esta situação vem sendo revertida com o incentivo aos mais jovens para dar continuidade aos estudos, e a Escola agora oferecer o ensino fundamental completo, não havendo a necessidade de se deslocar às localidades próximas, como Povo Novo ou Vila da Quinta.

✓ Como a Ilha apresenta o já citado caráter de isolamento, sua vida social se desenvolve dentro de seus limites. Assim, é natural que os relacionamentos afetivos e formação de novos arranjos familiares aconteçam entre seus moradores. Estes novos arranjos geralmente acontecem cedo, ao redor dos 17 ou 18 anos de idade, normalmente coabitando as moradias com os pais ou em construções dentro dos mesmos lotes;

✓ As ocupações destas moradias não ultrapassam o total de quatro pessoas. Em ocorrendo um número maior, surgem as construções típicas da Ilha, com casebres em madeira, sem infraestrutura adequada e instaladas em lotes de familiares diretos ou próximos. Surgem aqui as construções revestidas com chapas metálicas, típicas da região, na tentativa de conter a degradação natural da madeira.

Constata-se então, tratar-se de uma comunidade pobre, de baixa renda e nível educacional formal básico, que enfrenta enormes dificuldades no seu dia a dia, não diferente de outras colônias de pescadores artesanais da região sul do Rio Grande do Sul. Ainda assim, diversa das demais pelo alto nível de identificação com a atividade pesqueira e com o lugar em que desenvolve sua vida cotidiana.

8.2.2. *A Possibilidade de Flexibilização Habitacional – Walkthrough.*

O instrumento intitulado *Walkthrough* / *Flexibilidade Habitacional* possibilitou a análise da moradia de três formas distintas e complementares: avaliação do projeto adotado no que se refere às possibilidades de ampliação e/ou adaptação (*flexibilidade*

permanente); considerações iniciais dos entrevistados a respeito de suas moradias; e análise da ocupação e apropriação dos ambientes internos.

Ao avaliar o projeto padrão adotado na Ilha da Torotama, aliado ao sistema construtivo executado (alvenarias em tijolos furados e cobertura em fibrocimento com duas águas), percebe-se a evidência de possibilidade de flexibilização habitacional. Aponta-se aqui a afirmação de Blumenschein et al. (2015), de que essa flexibilidade se dá na qualidade que a moradia apresenta ao responder às diferentes necessidades familiares dentro de um mesmo grupo social, sendo então, perfeitamente aplicável ao que foi verificado na Ilha da Torotama.

Outro fator que possibilita a flexibilização das moradias reside na conformação dos lotes demarcados na Ilha, normalmente bem mais amplos que os verificados em conjuntos habitacionais de interesse social. Esta peculiaridade permite ampliações sem prejuízo à própria construção ou a residências vizinhas.

Ressalta-se que, dentro da classificação dada por Blumenschein et al. (2015), a *flexibilidade inicial* foi descartada porque está relacionada à participação do usuário na concepção do projeto, na autoconstrução assistida e na escolha entre outras opções tipológicas. Como nenhuma destas situações ocorreu, aplicou-se o conceito de *flexibilidade permanente*, também definido pelas autoras, onde a moradia possui capacidade de permitir ajustes, ampliações e adaptações necessárias a cada família.

Nas novas diretrizes do PNHR está previsto que os projetos padrão aprovados pela equipe técnica da CEF, devem prever a flexibilização das construções. Entende-se como projeto flexível, segundo Brandão (2006) e salientado por Logsdon, Afonso e Oliveira (2011), aquele que permite modificações, podendo estas serem no momento da construção (*flexibilidade inicial*) ou durante sua utilização (*flexibilidade permanente*).

Porém, segundo alguns beneficiários, isto não foi possível. Como exemplo, a Beneficiária 11 declarou que não foi permitido pelos vistoriadores da CEF, a simples troca de posição das aberturas para melhor ventilação dos dormitórios. Já a Beneficiária 04 foi impedida de reposicionar a construção dentro do seu lote para aproveitamento da orientação solar.

Mesmo com as possibilidades de *flexibilidade permanente* (ampliabilidade e adaptabilidade) asseguradas no projeto e nas construções, e apesar da atuação das

equipes da CEF ao insistirem na impossibilidade programática de alterações no projeto padrão aprovado, duas beneficiárias promoveram modificações em suas moradias. Corroborando Brandão (2006), que se refere à ampliabilidade pelo termo “elasticidade”, verificou-se que a Beneficiária 13 modificou a superfície habitável através da adição de mais um cômodo, conforme visto no item 7.3 deste estudo. Esta modificação ocorreu pelo fato de possuir um casal de filhos, sendo uma menina adolescente, e lógico, com necessidades distintas, garantindo assim a privacidade de ambos. Já a adaptação que se fez necessária, enfatizando Freire (2013) ao definir adaptabilidade como sendo a facilidade de, com poucos recursos, organizar o espaço para suprir uma necessidade variável e específica, ocorreu na moradia da Beneficiária 10, igualmente visto no item 7.3 (p. 112). Neste caso a modificação se materializou na transformação da área de serviço em um pequeno dormitório para abrigar um familiar que passou a residir com a família.

Aparentemente não haveria prejuízos nestas situações, tendo em vista que as moradias antigas, em madeira, permanecem nas propriedades, abrigando agora a área de serviço. Mas o que decorre destas soluções, é o fato de que as moradias perderam um ambiente importante para as atividades domésticas e, sendo assim, considera-se não ser a solução mais adequada, já que a unidade habitacional deixa de atender por completo o cotidiano familiar, tendo serviços deslocados a outra construção, mesmo que próxima, mesmo que no mesmo lote. O conceito de Moradia Camponesa não se cumpre plenamente, já que a unidade habitacional necessita satisfazer todas as atividades domésticas. O seu entorno imediato deve ser destinado a atividades de apoio ao cotidiano familiar. Este entorno não pode, portanto, suprir carências verificadas na estruturação residencial.

Enfatiza-se que, mesmo ainda não sendo necessária na maioria das moradias, a *flexibilidade permanente* é garantida tanto pelo projeto adotado como pelo sistema construtivo. Ela pode ser obtida pela ampliação, considerando os eixos de expansão orientados pelo trabalho de Blumenschein et al. (2015), com a adição de novos ambientes, ou pela adaptação e reorganização espacial. Também se enfatiza a aproximação destas construções, mesmo com aspecto urbano, com o conceito de Moradia Camponesa, já que ela abarca a totalidade da unidade rural, pois além da casa em si, seu entorno pode fornecer apoio direto ao trabalho familiar. Adapta-se ao meio geográfico em que vivem, imprimindo-lhe o próprio padrão econômico e, por

vezes, com o material que a natureza lhe fornece e de acordo com as técnicas que dominam (ALVES e COSTA, 2012; RODRIGUES e INO, 2019).

Em contraponto a estas constatações, percebe-se que esta *flexibilidade permanente*, garantida no projeto padrão, nem sempre será a solução mais adequada, considerando, como exemplo, o poder aquisitivo das famílias beneficiadas. Alterações significativas como adição de novos ambientes são dispendiosos e muitas vezes fora do alcance destas famílias, além do risco estrutural às moradias, caso não exista a possibilidade de acompanhamento técnico.

Respeitando-se os orçamentos estabelecidos pelo PNHR a cada benefício concedido, dois fatores se fazem necessários para que se melhore a experiência do programa e um impacto mais positivo na vida dos beneficiários, no que diz respeito à unidade habitacional:

- ✓ Maior sensibilidade por parte das equipes de aprovação de projetos e fiscalização de obras da CEF. Perceberem a importância da possibilidade de pequenos ajustes construtivos no momento da execução, de forma a evitar problemas futuros ou improvisações desnecessárias que prejudiquem a plena habitabilidade da moradia;
- ✓ Necessário desenvolvimento do conceito de *flexibilidade inicial*, possibilitando a participação dos futuros beneficiários na concepção do projeto padrão a ser implantado na sua comunidade, de forma a minimizar as necessidades de profundas alterações na utilização da moradia. Considerando os diferentes arranjos familiares, permitir a escolha entre outras variações tipológicas de habitação, atendendo assim, necessidades diversas, sem necessidade de reformas a curto prazo.

Estes fatores, aliados ao conceito de Moradia Camponesa, vislumbrados nas opiniões e sugestões dos beneficiários entrevistados à moradia recebida, permitiriam uma melhor experiência do PNHR na vida destas famílias. Como resultado, a unidade habitacional não estaria restrita ao ato de morar, mas também no desenvolvimento das atividades cotidianas, sejam elas domésticas, profissionais e lazer, todas de extrema importância. Acredita-se que, desta forma, seriam reforçados os laços comunitários, o senso de lugar, seus sentimentos de pertencimento e identidade, tão necessários para garantir a existência *do* lugar, com crenças no futuro mais promissor.

8.2.3. *O Senso de Lugar dos Beneficiários – Questionário.*

Com a finalidade de se obter respostas ao objetivo principal deste trabalho, o instrumento de pesquisa *Questionário / Satisfação do Usuário*, conforme apresentado anteriormente, e na falta de estudos avaliativos pós-ocupacionais para o meio rural, procurou embasamento na adaptação de metodologias de autores consagrados, com trabalhos expressivos para o meio urbano. Destacam-se novamente aqui, diretamente ligados ao instrumento, Roméro e Ornstein (2003), Rheingantz et al. (2009) e Villa, Saramago e Garcia (2015), que ao final, resultaram uma fácil adaptação e aplicação ao objeto de pesquisa.

Especificamente o nono grupo de questões abordou situações ligadas aos referenciais teóricos de senso de lugar, pertencimento e identidade, gerando as constatações que irão responder ao objetivo da pesquisa, qual seja, a determinação da influência do PNHR no desejo de permanência dos beneficiários entrevistados na comunidade de pescadores artesanais da Ilha da Torotama.

Percebe-se nas respostas registradas, mas também nas conversas mantidas e comportamentos, que, conforme Palma (2005), a percepção dos beneficiários em relação ao seu ambiente, de fato, baseia-se no reconhecimento da importância de proteger a natureza ímpar do lugar onde estão inseridos. Conscientemente sabem que defender o meio ambiente é, na verdade, zelar pela sua verdadeira “casa”.

Evidenciando as afirmações de Palma (2005) quando declara a importância da ética e da postura de cada um no processo de percepção ambiental, o Beneficiário 07 esclarece ser exatamente o que falta em uma pequena parcela da comunidade que ainda não desenvolveu esta consciência. Segundo ele, este é um dos motivos pelo qual a Ilha não consegue explorar seu potencial turístico em benefício da comunidade. Sua justificativa é amparada na verificação de vários focos de despejo de resíduos residenciais na orla norte da Ilha, poluindo não apenas a Lagoa dos Patos, mas também a paisagem natural.

Essa constatação, compartilhada por outros beneficiários, reforça o exposto em Moore e Golledge (1976, *apud* Reis e Lay, 2006) onde se vê que a percepção está ligada ao que é imediato, ao que desperta os estímulos sensoriais. Porteous (1996)

enfatiza a naturalidade desta situação, já que, segundo este autor, 80% dos estímulos sensoriais são na verdade, estímulos visuais.

Esta percepção inicial e básica, limitada inicialmente à visualização da paisagem da Ilha, passa pelo processo de cognição, onde estas imagens são retidas, e posteriormente provoca uma avaliação por parte dos beneficiários, um julgamento acerca de tudo o que é vivido diariamente. É o que, para Golledge e Stimson (1997), relaciona a percepção aos vários fatores registrados na memória e na personalidade, decorrente da interação dos beneficiários com o ambiente natural da Ilha.

Portanto, a percepção ambiental verificada nos moradores da Ilha da Torotama, no que se refere ao ambiente natural, de forma geral, corroboram o estudo de Loder (2013), ao afirmar que a percepção é caracterizada pela captação de informações realizada na vivência com o ambiente, da associação de atributos e significados pessoais, sejam vivências, culturas, valores e crenças. Ressalta-se que estas verificações se apresentaram de forma individual e comunitária, na análise da Ilha.

Em resumo, a consciência ambiental dos moradores da Ilha da Torotama, vai além da simples educação ambiental formal. É resultado de uma imersão ao lugar onde estão inseridos, impregnados pelos atributos e valores desenvolvidos na sua atividade profissional na pesca artesanal. Na verdade, corroboram na prática o processo estabelecido por Arnheim (1969) e confirmado em Rapoport (1990), onde a percepção ambiental passa necessariamente pelos atos de perceber o seu ambiente, compreender o significado e a importância dele e, por fim, avaliar a relação com ele, gerando posicionamentos e crenças ao futuro do lugar. É a tríade base do processo de percepção ambiental: percepção, cognição e avaliação.

Mas para que se possa avaliar o futuro da Ilha da Torotama e da sua Colônia de Pescadores Artesanais, faz-se necessário determinar a significância do lugar na vida de seus moradores, tomando como referência as declarações dos beneficiários entrevistados. Sabe-se que esta significância poderia variar do desapego ao sacrifício, do desleixo ao zelo, determinando entre um futuro promissor ou decadente do lugar. O que se constatou na comunidade foi o descrito em May (1970), um Lugar, uma unidade perceptiva formada por ambientes humanos e físicos combinados de forma bastante harmoniosa.

Considerando que Relph (1976) atribui ao ser humano a intensa necessidade de conexão a lugares significativos, a Ilha da Torotama responde a essa necessidade. A Ilha é para seus indivíduos e, conforme Relph, destacado em Seamon e Sowers (2008), reflexo da variedade de percepções e experiências de seus moradores. Mas cabe ressaltar que a força da "ausência de lugar", mencionada por Relph, onde o senso de lugar não assume importância alguma, não foi verificado em nenhum dos envolvidos na pesquisa. Este fato não chega a causar surpresa, considerando que os beneficiários residem na Ilha há vários anos, muitos dos quais representando a 4ª ou 5ª geração de pescadores artesanais "trutameiros".

De fato, o mais próximo a isso foi exposto pela Beneficiária 09, ao relatar sua relação com a Ilha e a comunidade. Levada a residir com parentes, pescadores da Ilha, inicialmente não gostava do lugar, até por não possuir uma identificação com as atividades desenvolvidas. Com o passar do tempo, constituindo família e filhos, foi se adaptando a ponto de afirmar estar totalmente inserida e identificada com o lugar e as pessoas. Enfatiza que hoje desenvolve sua vida com um sentimento de conexão muito forte ao ambiente e aos familiares, não se imaginando vivendo em outro local. A situação da Beneficiária 09 enfatiza o que Shamai (1991) destacou na determinação de sua escala de senso de lugar: a possibilidade do indivíduo, em processo evolutivo, desenvolver-se de "nenhum senso de lugar" até "apego ao lugar".

O caráter de isolamento que a Ilha possui, tantas vezes mencionado neste estudo, facilmente perceptível ao percorrer o lugar, reforça o que diz Sell (1984) citado por Shamai (1991), sendo um lugar não apenas um objeto, mas parte de um todo que é sentido através da experiência real de eventos significativos. E já que o cotidiano da Ilha se desenrola dentro de seus limites, evidencia-se o que afirma Shamai que, para criar um sentido e um apego ao lugar, existe a necessidade de uma longa e profunda experiência do lugar, e principalmente envolvimento com ele (SHAMAI, 1991).

Ainda segundo este autor, essa experiência com o lugar, podendo se dar através de todos os sentidos físicos (visão, audição, olfato, toque e paladar), sendo, portanto, uma total experiência sensorial, é reforçada pela declaração da Beneficiária 03: "quando tenho que ir à Rio Grande, só fico feliz na volta... eu abro a janela do ônibus para sentir o cheiro da **minha Ilha** quando estou chegando" (grifo nosso).

Esta conexão emocional entre o indivíduo e o ambiente, de forma consciente, para Relph (1976) é a estrutura central do senso de lugar, determinando o conceito de pertencimento, uma das variáveis de senso de lugar. Para Relph, quanto mais inserido no lugar o indivíduo se sente, maior será sua identificação com esse lugar.

Esta imersão profunda identificada nos beneficiários entrevistados, reflexo da comunidade como um todo, é o sentido mais forte de experiência de lugar e a isto, conforme Relph (1976), denomina-se “pertencimento existencial”. Ressalta-se que o oposto a esse sentimento, a que Relph denomina de “estranhamento” ao lugar, não foi constatado em nenhuma situação, da mesma forma como a “ausência de lugar”, citado anteriormente.

Cabe destacar que os principais pontos positivos de se viver na Ilha, segundo os beneficiários, recaíram sobre os atributos “segurança” e “tranquilidade”. Surge então, um dos extremos de pertencimento estabelecidos por Relph (1976) e reforçado por Seamon e Sowers (2008), onde afirmam que o indivíduo com alto sentimento de pertencimento, sente-se seguro, protegido e à vontade quando no lugar.

Ainda corroborando com Relph (1976), a comunidade de forma geral e os beneficiários entrevistados em particular, refletem um alto grau de apego e dedicação, forte envolvimento e interesse com a Ilha e, assim, criam uma identidade com o lugar.

Aqui, é como se Relph (1976), evidenciado por Seamon e Sowers (2008), estivessem se referindo a Ilha da Torotama quando definem identidade *do* lugar: uma persistente unidade que permite que o lugar seja diferenciado dos outros (identidade persistente). Constata-se que identificação do lugar como Colônia de Pescadores se estende na identificação de seus moradores como tais.

Esta constatação de identidade permanente demonstrou-se correta ao identificar os três componentes vitais a ela, conforme Relph (1976): (1) a configuração física e única do lugar; (2) as atividades, situações, eventos e cotidiano compartilhado pelos seus moradores e; (3) os significados pessoais resultantes das experiências, intenções e interações dos indivíduos no lugar. Esta intensidade das experiências individuais e coletivas desenvolvidas na Ilha, fazem com que se perceba uma identidade com o lugar, a sensação de pertencer apontada pelos beneficiários, a sensação de estar “dentro” e não “fora” (SEAMON e SOWERS, 2008).

Observando os resultados obtidos pela questão 78, expressos na Tabela 8.1, adaptada de Shamai (1991) para investigar os níveis de senso de lugar, destaca-se a ausência dos níveis mais baixas da escala. Os beneficiários partem do nível de conexão forte com o lugar até o nível de sacrifício pelo lugar. Como exemplo marcante, volta-se à Beneficiária 03 quando relata: “Tu não faz ideia das coisas que abri mão pra continuar aqui... emprego em Rio Grande, uma casa maior”... “**eu amo a minha Ilha** (grifo nosso), eu e muita gente que conheço aqui”... “tenho o maior orgulho de ser ‘trutameira”.

Ao buscar, conforme Shamai e Kellerman (1985), os diferentes níveis de intensidade de sentimentos em relação ao lugar, evidenciou-se serem as mulheres da Ilha os indivíduos com o mais alto grau de comprometimento com o lugar.

Ilustrando este apontamento, revela-se a experiência do autor ao presenciar uma atividade conhecida da Ilha: o preparo de siris como forma de subsistência das famílias de pescadores, atividade desempenhada pelas mulheres e quase sempre em grupos. De fato, esta atividade recebeu atenção especial do Jornal Zero Hora, da cidade de Porto Alegre, em reportagem especial publicada em 10 e 11 de março de 2018, intitulada “As leoas da ilha dos siris”, em caderno especial (Anexo H). A reportagem destaca a luta diária dessas mulheres, suas dedicações às famílias, à atividade pesqueira e à Ilha da Torotama.

Resta ainda como exemplificação de toda essa identificação com o lugar, os depoimentos de vida, geralmente fortes, que revelam um amor verdadeiro ao lugar e às pessoas. Uma leve preocupação revelada pela Beneficiária 08: “se a pesca não melhorar nos próximos anos, tenho medo que esse lugar maravilhoso se transforme num lugar de idosos”. A Beneficiária 13 complementa: “queria outras oportunidades para os meus filhos, mas a gente nem pensa em sair daqui”.

Desta forma, pertencimento e identidade como variáveis de senso de lugar, de acordo com Seamon e Sowers (2008), andam lado a lado de forma interativa. Sendo assim, ao avaliar como estabelecem o grau de apego, envolvimento e preocupação dos beneficiários do PNHR com a Ilha da Torotama, percebe-se que assumem um nível de importância muito maior que o simples desejo de morar bem.

Considerações ao Capítulo

O capítulo procurou apresentar os resultados do estudo, obtidos através da aplicação do terceiro instrumento de pesquisa que envolveram a participação dos beneficiários entrevistados (*Questionário*), bem como as pertinentes discussões que envolvem os três instrumentos, sendo eles a caracterização dos entrevistados e suas famílias, o Walkthrough para análise habitacional e sua possibilidade de flexibilização e, por fim, os questionários de avaliação da satisfação dos usuários.

Parte mais sensível da pesquisa, o *Questionário* demonstrou-se bastante eficiente da forma como foi estabelecido. Iniciando com focadas na satisfação em relação à moradia, possibilitou o aprofundamento das questões na sequência das conversas. Desta forma, foi possível a investigação dos sentimentos de senso de lugar, pertencimento e identidade, e assim gerar a necessária discussão para se atingir os objetivos de pesquisa propostos, tendo suas considerações finais no último capítulo que se segue.

Capítulo 9

Considerações Finais.

A contribuição desta pesquisa consiste em disponibilizar uma avaliação da importância do PNHR na vida cotidiana dos beneficiários, pequenos produtores da agricultura familiar ou, conforme diretrizes do programa, pertencentes a comunidades tradicionais (assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e etc.).

Muitos são os trabalhos acadêmicos que avaliam o PNHR apenas como política pública, elaborados por pesquisadores atuantes na área de desenvolvimento rural. Outros avaliam a forma como são operacionalizados pelas Entidades Organizadoras, destacando os acertos e as dificuldades encontradas e de que maneira o processo pode ser melhorado, numa bem-sucedida busca por retroalimentação do programa.

Diante desta realidade, percebeu-se a necessidade de uma avaliação que considerasse a ótica e perspectiva dos beneficiários, seus níveis de satisfação em relação à nova moradia. Uma avaliação que estabelecesse a contribuição do PNHR no desenvolvimento socioeconômico das famílias que por ele são atendidas e, mais importante, no desejo de permanência em suas comunidades de origem. Cabe relembrar ser este um dos objetivos do programa: atuar na contenção do êxodo rural, colaborando com o desenvolvimento individual e coletivo.

Com este propósito, o estudo da história da habitação social no Brasil se fez fundamental no momento em que tentou identificar a preocupação dos diversos e sucessivos governos, na tentativa de solucionar a questão do déficit habitacional. A busca foi por programas e especificações que pudessem atender o meio rural. No entanto, em várias destas determinações e programas, verifica-se menções ou simples citações como “habitação à população rural”, sem maiores detalhamentos e, principalmente, sem que ocorresse a implementação de programas dirigidos à população do campo ou mesmo de pescadores.

Este era o grande problema dos programas habitacionais até então criados no Brasil: não levar em consideração que o homem do campo, o pequeno produtor da

agricultura familiar, possui características e necessidades totalmente diferentes dos indivíduos que residem e desenvolvem suas vidas nas regiões urbanizadas.

Compreende-se que a elaboração e o desenvolvimento de um programa desta natureza, especificamente criado para atender o homem do campo, só foi possível em governos com maior sensibilidade à participação popular e às reivindicações dos diferentes atores e organizações sociais rurais. Sendo estas organizações os legítimos representantes das demandas sociais do país e reconhecidas como tal, tiveram participação importante desde os primórdios do PNHR.

Cabe destacar a experiência do PHRRS, desenvolvido no final dos anos 1990, no Estado do Rio Grande do Sul, sob governo de Olívio Dutra, como sendo o princípio, o programa piloto que norteou a implantação dos programas habitacionais rurais, até a sua formatação final como Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Foi o resultado da forte participação das organizações sociais ligadas ao meio rural.

Observou-se que a operacionalização do PNHR só se fez possível através da responsabilidade técnica de Entidades Organizadoras. Estas EO, sendo quase que na sua totalidade também organizações ligadas ao meio rural, foram responsáveis diretas pela execução de milhares de moradias em todo o território nacional.

Ao analisar a atuação destas EO, tendo como referência a atuação do Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural, e apenas na metade sul do Rio Grande do Sul, percebe-se o alcance significativo do PNHR. Foram efetivadas 1.636 unidades habitacionais, sem considerar a metade norte do Estado, que na verdade possui uma quantificação ainda maior, e sem considerar a atuação de outras EO importantes, como COOPERHAF, COOHAF, CRESOL, FETRAF-Sul, MPA e ARPA, entre outras.

A atuação das EO também se mostrou fundamental no desenvolvimento e atualização do programa ao longo do tempo. Ao reivindicar modificações qualitativas nos projetos e construções, juntamente com a demonstração da elevação dos custos operacionais e construtivos, colaboraram de forma efetiva na evolução do programa, junto ao Ministério das Cidades e à CEF. Fato evidenciado no aumento da área construída das moradias, na melhoria da qualidade construtiva e no maior aporte financeiro destinado a cada unidade habitacional.

A escolha da Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS como sendo o objeto de pesquisa, configurando assim o Estudo de Caso,

revelou-se bastante acertada, considerando suas características únicas. Localização geográfica marcante e diversa das áreas tipicamente ocupadas pela agricultura familiar, comunidade plenamente estabelecida, forte identificação com a pesca artesanal, peculiaridades na contratação do PNHR com a colaboração do INCRA, e por ser a última atividade do autor como responsável técnico pela Crehnor.

Observou-se que a Ilha da Torotama, diferentemente de outras localidades tipicamente rurais, possui uma infraestrutura consolidada e com serviços públicos que garantem o desenrolar da vida cotidiana de seus moradores, sem a necessidade de recorrer a centros maiores. Alguns serviços foram classificados como satisfatórios pelos beneficiários: abastecimento de água, energia elétrica, escola municipal e transporte público. Outros necessitam de melhorias urgentes: coleta de lixo, atendimento do posto de saúde e manutenção de ruas e vias. Outros ainda necessitam ser implementados: segurança pública, tratamento de esgoto e presença de um representante municipal para atendimento de demandas.

Destaca-se que, ao conduzir a Avaliação Pós-ocupação, inicialmente procurou-se analisar as moradias construídas pelo atributo da flexibilidade habitacional e suas variáveis: ampliabilidade e adaptabilidade. Compreende-se que este atributo deveria ser observado em qualquer projeto de habitação de interesse social, já que, de forma geral, partem de um projeto padrão que atenderá os mais variados arranjos familiares.

Ao realizar a análise do projeto padrão adotado na operacionalização do PNHR às famílias da Ilha da Torotama, observou-se que ele possui este atributo, na forma da *flexibilidade permanente*, decorrente de sua conformação projectual, sistema construtivo, cobertura e posicionamentos dentro dos lotes estabelecidos.

De fato, duas moradias apresentam uma ampliação e uma adaptação, o que confirma a possibilidade de que estas possam ocorrer em caso de necessidade, sem prejuízos maiores à estabilidade construtiva, à habitabilidade e ao conforto ambiental e residencial. Porém observou-se não ser a solução mais adequada por descaracterizar a funcionalidade plena da moradia. Na verdade, identificaram a necessidade de desenvolver a questão da *flexibilidade inicial* como forma de atender, ainda na fase de projetos e/ou durante a execução das moradias, aos anseios, desejos e solicitações familiares, evitando aportes financeiros por parte dos beneficiários, quase sempre indisponíveis.

No que se refere à avaliação da satisfação dos beneficiários, acredita-se que os referenciais teóricos inevitavelmente remetem a investigação dos sentimentos de apego e senso de lugar, de pertencimento e identidade. Considera-se que a Ilha da Torotama configura uma unidade espacial específica, e assim, percebida de forma especial e única pelos seus moradores. E é através destas considerações que foi possível responder ao problema principal de pesquisa: avaliar a importância do PNHR como política pública colaboradora e/ou motivadora no desejo das famílias de beneficiários em permanecer na comunidade.

Pode-se concluir, através dos resultados obtidos, que existe por parte dos beneficiários um apego, um senso de lugar bastante significativo. Em sua maioria, possuem uma consciência e uma percepção ambiental muito fortes, demonstrada na apropriação dos espaços e da ilha de forma geral, como sendo suas casas e, portanto, valendo a pena a dedicação de suas vidas para estar ali. Mesmo verificando-se todas as dificuldades enfrentadas pela atividade pesqueira, são poucos os que demonstram desânimo, sendo que os contemplados não buscaram novos lugares para desenvolverem suas vidas.

Percebe-se que se trata de uma comunidade plenamente identificada com o lugar, com as características que esse lugar imprime. São pessoas que enfrentam toda a sorte de dificuldades financeiras e, mesmo assim, demonstram orgulho de serem pescadores, de serem “trutameiros”.

Pertencem ao lugar porque estão identificados com ele. Identificam-se com o lugar porque se sentem parte dele. Aponta-se que estas duas afirmações reforçam os referenciais que os colocam lado a lado, pertencimento e identidade, de forma indivisível e que, ao final, estabelecem a intensidade de apego, de senso de lugar.

Em relação à moradia recebida na experiência de implantação do PNHR, verificou-se um grande impacto na qualidade de vida dos beneficiários. Atuou de forma significativa no sentimento de valorização pessoal. Porém, esta valorização não ocorreu de forma comunitária. Na verdade, percebe-se um sentimento de decepção com o fato de que apenas 47 famílias receberam o benefício de uma demanda inicial de 153 inscritos. A não liberação de novos recursos até então, colabora com este sentimento. No entanto, é este o sentimento que evidencia a preocupação que os

moradores demonstram em relação uns aos outros, e o desejo de desenvolvimento da Ilha não apenas de forma individual, mas também coletiva.

Conclui-se que a nova moradia resultante do PNHR, relacionada ao desejo de permanência dos beneficiários na comunidade, colabora sem ser determinante, motiva sem ser essencial. Antes de “morar bem”, estão os valores às dimensões anímicas que o ambiente natural lhes oferece e onde despertam os seus sentimentos de viver bem. Identificação e pertencimento. E é exatamente estes atributos que estão presentes no conceito de Moradia Camponesa, qual seja, no mundo rural esses espaços se constituem em uma unidade física e espacial única, onde diversas escalas de trabalho, lazer e de interação comunitária e social acontecem.

Em relação aos instrumentos de pesquisa, os referenciais teóricos utilizados colaboraram de forma bastante satisfatória, tanto no que diz respeito à obtenção de dados e informações, como na posterior discussão. Alia-se a este fato, a característica física que a Ilha da Torotama apresenta, semelhante a um aglomerado urbano, como um bairro distante do centro administrativo do município, identificado por moradias próximas e interação diária de seus moradores, diferentemente do que se verifica em localidades tipicamente rurais, ligadas à agricultura familiar.

Considerando a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários do PNHR e a necessidade de alcance a um maior número de pessoas, acredita-se que algumas determinações programáticas deveriam ser reformuladas.

Quanto à atuação das equipes técnicas da CEF, no momento das vistorias, conclui-se que os aspectos sociais devam ser levados em consideração, bem como as particularidades de comunidades diversas daquelas verificadas no meio urbano. As questões técnicas não podem sobrepor as de qualidade de vida e as orientações da GIDUR/CEF, ao possibilitar alterações no momento da construção, deveriam ser respeitadas para melhor satisfação dos beneficiários. Em resumo, as questões sociais devem estar atreladas às questões meramente técnicas.

Destaca-se aqui, a sugestão dada por alguns beneficiários e outras pessoas envolvidas na pesquisa, de que seria fundamental que as equipes técnicas da CEF realizassem vistorias antes das assinaturas dos contratos. Assim, poderiam verificar a real necessidade de muitos inscritos que não foram beneficiados por questões meramente cadastrais e contornáveis, e ainda vivem em condições precárias.

Além disso, considera-se a continuidade do programa essencial, tanto para que se proporcione uma melhor qualidade de vida ao homem do campo, como para buscar combater o crescente déficit habitacional. Após o impeachment de Dilma Rousseff, ocorreu apenas uma liberação de verbas para o PNHR, ainda no governo de Michel Temer, mas que não geraram contratações efetivas. Esta responsabilidade de contratação foi repassada ao atual governo que, após novo adiamento, cancelou a contratação de 27 mil unidades habitacionais agendadas para o mês de agosto de 2019. Este cancelamento ocorreu em setembro de 2019 e, dentro do cenário político atual, é de se esperar que nada aconteça, colocando o programa em situação de suspensão ou até de extinção total.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas possam ser realizadas no âmbito da Avaliação Pós-ocupação, considerando a operacionalização do PNHR em regiões agrícolas, com produtores beneficiados na agricultura familiar, com assentados da reforma agrária, com quilombolas ou ainda com populações ribeirinhas.

Sugere-se ainda que, sendo esta pesquisa um trabalho desenvolvido apenas pelo autor, diante das dificuldades que este fato apresentou, futuros estudos poderiam ser desenvolvidos por grupos multidisciplinares. Seria de grande colaboração e eficácia a participação de outros pesquisadores, de áreas afins e complementares às questões trabalhadas. Geógrafos, sociólogos, antropólogos, psicólogos e engenheiros, por exemplo, certamente aprofundariam os resultados obtidos.

Acredita-se que desta maneira, pode-se demonstrar ainda mais a importância do PNHR como política pública que pretende, entre outras coisas, devolver a dignidade humana às pessoas que vivem fora dos limites urbanos de nossas cidades e suas comunidades, geralmente relegadas ao esquecimento governamental.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, R. ***Visual Thinking.*** Berkeley, CA: University of California Press, 1969.

ALVES, Sandra A.; COSTA, Carmem L. ***Resistir na Terra:*** *A Luta pela Moradia Camponesa no Movimento Camponês Popular – MCP*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em Disputa: Os Desafios da Geografia Agrária nas Contradições do Desenvolvimento Brasileiro. 15 a 19 de outubro de 2012. UFU – Uberlândia/MG, 2012.

ATIYEL, Carima. ***Análise da Atuação dos Atores no Desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural no Município de Cachoeira do Sul/RS.*** Dissertação de Mestrado. PPGER/UFSM – Santa Maria/RS, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Definição do que é cooperativa de crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>. Acesso em: 27 de abril de 2018.

BLUMENSCHEIN, Raquel N.; PEIXOTO, Elane R.; GUINANCIO, Cristiane. ***Avaliação da Qualidade da Habitação de Interesse Social:*** *Projetos Urbanístico e Arquitetônico e Qualidade Construtiva*. FAU/UnB – Brasília/DF, 2015.

BOLFE, Sandra A.; RUBIN, Graziela R. ***O Desenvolvimento da Habitação Social no Brasil***. Ciência e Natura – Rev. Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, v. 36, n. 02, p. 201-2013 – Santa Maria/RS, 2014.

BOLTER, Jairo A. G. ***Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar:*** *uma Análise do Programa Nacional de Habitação Rural*. Tese de Doutorado. PPG/UFRGS – Porto Alegre/RS, 2013.

BOLTER, Jairo A. G.; SCHNEIDER, Sérgio; HAAS, Jaqueline M. ***O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural***. Políticas Públicas de Desenvolvimento – Rev. Edit. Indb. p. 465-482 PGDR/UFRGS – Porto Alegre/RS, 2015.

BONDUKI, Nabil. ***Origens da Habitação Social no Brasil.*** 4ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade. São Paulo/SP, 2004.

BOTEGA, Leonardo R. ***A Política Habitacional no Brasil.*** Revela – Periódico de Divulgação Cientifica da FALS – Ano I, nº 2. Praia Grande/SP, 2008.

BRANDÃO, D. Q. ***Habitação Social Evolutiva:*** *Aspectos Construtivos, Diretrizes para Projetos e Proposição de Arranjos Espaciais Flexíveis*. Cuiabá: CEFETMT, 2006.

BRASIL, ***Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).*** Ministério das Cidades. Brasília/DF, 2013.

BRASIL, ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.*** Senado Federal. Brasília/DF, 2013.

BRASIL, ***Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.*** Diário Oficial União (DOU). Brasília/DF, 1964.

BRASIL, ***Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.*** Diário Oficial União (DOU). Brasília/DF, 1991.

BRASIL, ***Resolução CC/FGTS nº 460 de 14 de dezembro de 2004.*** Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 20/12/2004. Brasília/DF, 2004.

BRASIL, ***Resolução CC/FGTS nº 518 de 07 de novembro de 2006.*** Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 20/11/2006. Brasília/DF, 2006.

BRASIL, ***Decreto Federal nº 6.819 de 13 de abril de 2009.*** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Edição Extra, ano CXLVI nº 69-A, seção 1, Brasília/DF, 2009.

BRASIL, Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro. ***Déficit Habitacional no Brasil 2007.*** Belo Horizonte/MG, 2007.

BUENO, Osmar de C.; SARTOR, Maria B. ***Habitação Social Rural Brasileira:*** *O Programa Nacional de Habitação Rural e a atuação da Fetaesp.* Tekne e Logos – IX SINTAGRO – v. 8, n. 03 – Edição especial – Botucatu/SP, 2017.

CALLAI, Helena C. ***O Estudo do Lugar como Possibilidade da Construção da Identidade e Pertencimento***. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A Questão Social do Novo Milênio. 16 a 18 de setembro de 2004. Coimbra/Portugal, 2004.

CARLOTO, Andréa; ATIYEL, Carima. ***Políticas Sociais no Meio Rural:*** *a Conquista do Programa Nacional de Habitação Rural*. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais / 2º Seminário de Direitos Humanos. Unioeste – Campus Toledo/PR, 2014.

CHIARELLI, Lígia M. A. ***Habitação Social em Pelotas (1987-2010):*** *Influências das Políticas Públicas na Promoção de Conjuntos Habitacionais*. Tese de Doutorado. PPGH/PUCRS – Porto Alegre/RS, 2014.

COSTA, Heliara A.; LOGSDON, Louise; FABRÍCIO, Márcio M. ***Flexibilidade em Projetos de Arquitetura:*** *Contribuições a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura*. Periódicos UniCamp. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção – v. 8, n. 03 – Campinas/SP, 2017.

DATEL, R.; DINGEMANS, D. ***Environmental Perception, Historic Preservation and a Sense of Place.*** 1984. In: SHAMAI, S. ***Sense of Place:*** *An Empirical Measurement*. Golan Research Institute, P.O.B. 97, Qazrin 12900, Israel, 1991.

ELALI, Gleice A. ***Psicologia e Arquitetura:*** *em Busca do* Locus *Interdisciplinar*. Dossiê Psicologia Ambiental – Estudos de Psicologia 1997, 2(2), 349-362. UFRGS – Porto Alegre/RS, 1997.

FREIRE, Antônio J. N. ***Flexibilidade na Habitação:*** *Conceito / Estratégia / Projeto*. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior – Covilhã/Portugal, 2013.

GIBSON, James. ***The Senses Considered as Perceptual Systems***. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

GOLLEDGE, R.; STIMSON, R. ***Spatial Behavior:*** *A Geographic Perspective*. New York: The Guilford Press, 1997.

JORGENSEN, B.; STEDMAN, R. ***A Comparative Analysis of Predictors of Sense of Place Dimensions:*** *Attachment to, Dependence on, and Identification With Lakeshore Properties*. Pennsylvania State University, University Park, PA, USA, 2005.

KRAEMER, Luciane. ***A Assistência Social e a População Rural na Região da Produção do RS:*** *a (In)visibilidade como Condicionante da Garantia de Acesso*. Dissertação de Mestrado. PPG/PUCRS – Porto Alegre/RS, 2006.

LANG, Jon. ***Urban Design:*** *The American Experience*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1994.

LAY, Maria; REIS, Antônio. ***Análise Quantitativa na Área de Estudos Ambiente-Comportamento****.* Ambiente Construído, v.5, n. 2, p. 21-36 (abr./jun. 2005), Porto Alegre/RS, 2005.

LEITE, Adriana F. ***O Lugar:*** *Duas Acepções Geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, 1998.

LEWIS, P. ***Defining Sense of Place****, In:* ***Sense of Place:*** *Mississippi*, pp. 24-46, W. P. Prenshaw and J. 0. McKee (Eds). University of Mississippi, Jackson, MI, 1979.

LODER, Marina M. ***Cor e Habitação:*** *Um Estudo dos Aspectos Cromáticos das Fachadas de Conjuntos Habitacionais da Cidade de Pelotas/RS*. Dissertação de Mestrado. PROGRAU/UFPel – Pelotas/RS, 2013.

LOGSDON, Louise; AFONSO, Sônia; OLIVEIRA, Roberto. ***A Funcionalidade e a Flexibilidade como Garantia da Qualidade do Projeto de Habitação de Interesse Social.*** 2º Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído. 03 e 04 de novembro de 2011 – Rio de Janeiro/RJ, 2011.

MAY, J. ***Kant's Concept of Geography.*** Department of Geography, University of Toronto, 1970.

MOORE, G.; GOLLEDGE, R. ***Environmental Knowing:*** *Theories, Research, and Methods.* Stroudsburg, Pennsylvania: Dowden, Hutchinson & Ross, Inc., 1976.

MOURA, Rosa M. G. R. ***Habitação Popular em Pelotas (1880-1950):*** *Entre Políticas Públicas e Investimentos Privados*. Tese de Doutorado. PPGH/PUCRS – Porto Alegre/RS, 2006.

MPA. ***Plano Camponês:*** *da Agricultura Camponesa para toda a Sociedade*. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Vitória/ES, 2012.

MPA. ***A Conquista da Moradia Camponesa***. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Vitória/ES, 2013.

NORBERG-SCHULZ, Christian. ***Genius Loci:*** *Towards a Phenomenology of Architecture*. New York. Ed. Rizzoli, 1980.

OKAMOTO, Jun. ***Percepção Ambiental e Comportamento:*** *Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e Comunicação*. Ed. Mackenzie – São Paulo/SP, 1996.

OLIVEIRA, Gabriel A. S.; KARNOPP, Érica. ***A Política Habitacional Brasileira e a Habitação Rural:*** *Um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul/RS - Brasil*. Ágora – Rev. de História e Geografia, v. 17, n. 01, p. 109-122, UNISC – Santa Cruz do Sul/RS, 2015.

ORNSTEIN, S.; ROMÉRO, M. ***Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído.*** Studio Nobel, Editora da USP. São Paulo/SP, 1992.

PAIVA, Alexandra L. ***Habitação Flexível:*** *Análise de Conceito e Soluções*. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa/Portugal, 2002.

PALMA, Ivone R. ***Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental.*** Dissertação de Mestrado. PPGEM/UFRGS – Porto Alegre/RS, 2005.

PIMPÃO, Tatiana S.; LOURENÇO, Juliana D. ***Ilha da Torotama:*** *Um Mapeamento Preliminar*. CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v. 7, n. 1, p. 162-174, 2014.

PORTEOUS, J. ***Environmental Aesthetics:*** *Ideas, Polits and Planning*. London and New York: Routledge, 1996.

RAPOPORT, A. ***The Meaning of the Built Environment:*** *A Nonverbal Communication Approach*. USA: The University of Arizona Press, 1990.

REIS, Antônio; LAY, Maria. ***Avaliação da Qualidade de Projetos:*** *uma Abordagem Perceptiva e Cognitiva.* Ambiente construído, v. 6, n. 3, p. 21-34 (jul./set. 2006), Porto Alegre/RS, 2006.

REIS-ALVES, Luiz A. dos. ***O Conceito de Lugar***. UFRJ – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro/RJ, 2004.

REIS-ALVES, Luiz A. dos. ***O Pátio Interno Escolar como Lugar Simbólico****: Um Estudo sobre a Inter-relação de Variáveis Subjetivas e Objetivas do Conforto Ambiental*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo –UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2006.

RELPH, Edward C. ***Place and Placelessness.*** London: Pion, 1976.

RELPH, Edward C. ***As Bases Fenomenológicas da Geografia***. In: Geografia. Rio Claro, v. 4, nº 7, pp. 1-25, abril 1979.

RHEINGANTZ, Paulo A. et al. ***Observando a Qualidade do Lugar:*** *Procedimentos para a Avaliação Pós-ocupação*. PROARQ/UFRJ – Rio de Janeiro/RJ, 2009.

RODRIGUES, Angel C.; INO, Akemi. ***A Casa Camponesa:*** *Adequação do PNHR nos Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de São Paulo*. XVIII ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 27 a 31 de maio de 2019. Natal/RN, 2019.

ROMÉRO, Marcelo; ORNSTEIN, Sheila. ***Avaliação Pós-ocupação:*** *Métodos e Técnicas aplicados à Habitação Social*. Coleção Habitare. Porto Alegre/RS, 2003.

ROVER, Oscar; MUNARINI, Paulo. ***A política de Habitação Rural e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar***. Rev. Katál. Florianópolis v.13 n.2 p.260-269, 2010.

SEAMON, D.; SOWERS, J. ***Place and Placelessness (1976):*** *Edward Relph*. In: HUBBARD, P.; KITCHIN, R.; VALENTINE, G. (Ed.) *Key texts in human geography*. London: Sage, 2008.

SELL, J.; TAYLOR, J.; ZUBE, E. ***Toward a Theoretical Framework for Landscape Perception.*** Department of Geography, University of Chicago, Chicago, IL, 1984.

SCHMIDT, Ângela F. ***Aproximação Experimental entre dois Saberes – científico e senso comum – na Ilha da Torotama/RS.*** Anais da XIII Semana Nacional de Oceanografia, Itajaí/SC, v. único, 2000.

SHAMAI, S. ***Sense of Place:*** *An Empirical Measurement*. Golan Research Institute, P.O.B. 97, Qazrin 12900, Israel, 1991.

SHAMAI, S.; KELLERMAN, A. ***Conceptual and Experimental Aspects of Regional Awareness:*** *Na Israeli Case Study.* Tijdschr. econ. sot. Geogr., 76, 1985.

SILVA, Cecília M. G. ***Habitação Rural:*** *uma luta por cidadania*. Dissertação de Mestrado. PPAU/USP – São Paulo/SP, 2014.

TUAN, Yi-Fu. ***Place:*** *An Experiential Perspective*. *Geographical Review*, 65 (2): 151-165, American Geographical Society, 1975.

TUAN, Yi-Fu. ***Espaço e Lugar:*** *A Perspectiva da Experiência*. (Tradução: Lívia de Oliveira) São Paulo/SP. Ed. Difel, 1983.

VILLA, Simone; ORNSTEIN, Sheila. ***Qualidade Ambiental na Habitação.*** Oficina de Textos. São Paulo/SP, 2013.

VILLA, Simone; SARAMAGO, Rita; GARCIA, Lucianne. ***Avaliação Pós-ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida:*** *Uma Experiência Metodológica*. UFU/PROEX. Uberlândia/MG, 2015.

WEBER, R. ***On the Aesthetics of Architecture****: A Psychological Approach to the Structure and the Order of Perceived Architectural Space.* Aldershot, England: Avebury, 1995.

YIN, Robert K. ***Estudo de Caso:*** *Planejamento e Métodos*. Editora Bookman. Porto Alegre/RS, 2015.

Apêndices

Apêndice A

Ficha de Levantamento de Dados – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Levantamento de Dados – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS

Infraestrutura Básica / Serviços Públicos

1. Iluminação Pública	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: forn. CEEE – direto sem subestação.*
2. Abastecimento Água Potável	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: forn. CORSAN – reservatório uma linha – rua principal.*
3. Abastecimento Energia Elétrica	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: forn. CEEE – medição individualizada.*
4. Tratamento de Esgoto	[ ] sim	**[X] não**	*obs.: valetas à céu aberto: banhados e lagoa.*
5. Coleta de Lixo	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: pref. Rio Grande – 1x p/sem. Quartas-feiras.*
6. Segurança Pública	[ ] sim	**[X] não**	*obs.: posto mais próximo – Vila da Quinta.*
7. Limpeza / Manutenção / Conservação de Vias e Ruas	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: pref. Rio Grande – mediante solicitação (demora).*
8. Áreas Verdes / Vegetação Nativa	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: Ambiente Nat. Preservado / Praça da Igreja.*
9. Transporte Público	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: p/ RG – 3x ao dia / p/Vila da Quinta – 3x por semana (S, Q, Q).*
10. Saúde Pública – Postos de Saúde	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: 01 posto de saúde – pref. de Rio Grande (municipal).*
11. Educação – Creches e Escolas	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: 01 escola municipal – ensino fundamental completo.*
12. Atividades de Lazer e Culturais	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: 02 clubes de fut. Amador – bingos, carnaval, festas relig.*
13. Comércio – Bares e Mercados	**[X] sim**	[ ] não	*obs.: aprox. 20 bares (40) – sendo 03 mini mercados.*
14. Subprefeitura ou Representante	[ ] sim	**[X] não**	*obs.: mais próximo – subpref. em Povo Novo.*

15. Distância em quilômetros à...	Povo Novo	***17,7** km*
	Rio Grande	***55,2** km*
	Pelotas	***42,4** km*

Observações Pertinentes

*. Distâncias – medição: Pelotas → Povo Novo_____24,7 km
Povo Novo → Ilha Tor._____17,7 km
Povo Novo → Rio Grande_____37,5 km

*. Esgoto em valetas → vai para banhados e lagoa.

*. Coleta de lixo: todas as quartas-feiras.

*. Segurança Pública: posto da BM na Vila da Quinta (no Povo Novo fechou).

*. Transporte Público: p/ Rio Grande (diário): 6:00 / 13:00 / 20:30 hs;
p/ Vila da Quinta (seg., qua., qui.): 9:00 hs.

*. Ensino: Fundamental completo (ótima escola);
Ens. Médio (municipal): Povo Novo.

*. Lazer: 02 clubes de futebol amador – Bingos e bailes;
Carnaval;
Festas religiosas.

Espaço para Opiniões e Pareceres

*. **Segurança pública** – muito descontentamento com o fechamento do porto da Brigada Militar que funcionava no Povo Novo. Batidas constantes do IBAMA e PATRAM.

*. **Posto de saúde** – descontentamento pelo horário de atendimento: de seg. a sex., das 9:00 as 16:00 apenas. Após, só em Povo Novo (quando tem).

Apêndice B

Termo de Consentimento – Via do Entrevistado.

Termo de Consentimento

Termo de Consentimento – via entrevistado

Prezado Morador,

Convido o(a) senhor(a) a participar como voluntário na pesquisa *"O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem: A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS"*, que pretende verificar suas percepções sobre a unidade habitacional em que mora, bem como sobre a localidade da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.

Acredito que a pesquisa seja importante para realizar um levantamento sobre as unidades habitacionais produzidas pelo PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, de maneira a colaborar com o projeto de novas contratações e avaliar a importância do programa tendo por parâmetros o nível de satisfação de seus beneficiários.

Sua participação ocorrerá por meio de visita de sua moradia (onde a mesma será fotografada), e um questionário contendo perguntas sobre a mesma e sobre a localidade da Ilha da Torotama.

Durante o período da pesquisa, o(a) senhor(a) tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer esclarecimento que julgar necessário. O(A) senhor(a) tem garantido o seu direito de não participar ou de retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhum tipo de justificativa, prejuízo ou retaliação pela sua decisão.

As informações obtidas por esta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas somente em eventos ou publicações científicas, resguardando o sigilo dos voluntários. Caso autorizado pelo(a) senhor(a), serão também utilizadas fotografias de sua moradia, porém sem a identificação das mesmas.

Ilha da Torotama – Rio Grande/RS, _____ de fevereiro de 2019.

*De acordo com o termo de consentimento: Sr(a)*_____

Muito obrigado pela sua participação,

Fabrício Gallo Corrêa
Arquiteto e Urbanista – Professor Curso Técnico em Edificações – IFSul – Campus Pelotas
Mestrando PROGRAU/UFPel – fabriciogallo@pelotas.ifsul.edu.br

Profª Drª Lígia Maria Ávila Chiarelli
Orientadora da Pesquisa

Apêndice C

Perfil Familiar – Características do Entrevistado e Moradores.

Características do Entrevistado e Moradores

1. Nome:_____. **2.** Posição fam.*:_____.

3. Gênero:_____. **4.** Idade:_____. **5.** Escolaridade:_____.

6. Nº de ocupantes da moradia:_____. **7.** Idades:_____.

8. Composição familiar:

[04] família nuclear (pai + mãe + filhos). **[01]** família monoparental (pai ou mãe + filhos).

[ ] coabitação (sem vínculo familiar). **[03]** casal de idosos.

[02] família nuclear expandida (pai + mãe + filhos + parente).

[01] família monoparental expandida (pai ou mãe + filhos + parente).

[01] DINC (casal sem filhos). **[01]** pessoa só.

[ ] Outra composição:_____.

9. Composição familiar anterior à mudança de moradia:_____.

10. Ocupação dos membros da família:_____

_____.

11. Renda familiar (em relação ao salário mínimo):

até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 7	7 ou +	pnd
[09]	**[04]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**

12. Tempo de residência na moradia:_____.

13. Consideração: atual moradia em relação à anterior:

muito melhor	melhor	igual	pior	muito pior
[09]	**[04]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**

Observações pertinentes

	**** Posição Familiar:*** *- Amigo* *- Outro parente* *- Irmão* *- Avô(ó)* *- Sogro(a)* *- Pai / Mãe* *- Neto(a)* *- Genro / Nora* *- Filho(a)* *- Companheiro(a)* *- Chefe de família*

Observações pertinentes

02._____Chefe de fam. – **10** Companheiro(a) – **02** Filho(a) – **01**

03._____Masc. – **07** Fem. – **06**

04._____49 / 44 / 31 / 60 / 62 / 55 / 44 / 48 / 33 / 54 / 66 / 44 / 41

05._____1ª s. fund. – **02** 2ª s. fund. – **01** 3ª s. fund. – **03**
4ª s. fund. – **03** 5ª s. fund. – **02** Fund. comp. – **02**

06._____02 / 02 / 03 / 03 / 02 / 04 / 02 / 03 / 04 / 04 / 02 / 01 / 04
01 – **01** 02 – **05** 03 – **03** 04 – **04**

07._____60 / 62, 66 / 27, 11 / 67, 27 / 59 / 50, 19, 21 / 69 / 18, 15
38, 12, 01 / 55, 21, 78 / 61 / * / 50, 22, 14

09._____Mesma form. – **06** Fam. Nucl. – **05** Casal – **01** Pessoa só – **01**

10._____Pescador – **24** Aposentado – **04** Estudante – **05**
Zelador(a) – **01** Merendeiro(a) – **01**

12._____1 ano – **01** 2 anos – **05** 3 anos – **06** 4 anos – **01**

Apêndice D

Ficha para *Walkthrough* / Flexibilidade Habitacional.

Walkthrough / Flexibilidade Habitacional – Dados conjuntos

Roteiro Inicial para conversação com o Usuário – Entrevista gravada em áudio.

1. O que o usuário considera importante em cada ambiente: obs.:_____observações__.

2. O que parece estar funcionando na moradia: obs.:_____observações__.

3. O que parece NÃO estar funcionando na moradia: obs.:_____observações__.

4. O que deve ser mantido da forma como foi construído: obs.:_____observações__.

5. O que deve ser modificado para melhor habitabilidade: obs.:_____observações__.

Percepção Inicial do Pesquisador em relação à Unidade Habitacional.

1. Existência de cômodos neutros que permitem variações de utilização:

[13] sim **[ ]** não **[ ]** nsa obs.:__projeto padrão_____.

2. Previsão de espaço para trabalho e/ou estudo:

[ ] sim **[13] não** **[ ]** nsa obs.:__projeto padrão_____.

3. Independência entre vedação (alvenarias) e estrutura:

[ ] sim **[13] não** **[ ]** nsa obs.:__projeto padrão_____.

4. Configuração da cobertura permitindo ampliações de área:

[13] sim **[ ]** não **[ ]** nsa obs.:__projeto padrão_____.

5. Possibilidade de ampliação sem prejuízo da iluminação, insolação e ventilação naturais e diretas dos ambientes:

[13] sim **[ ]** não **[ ]** nsa obs.:__projeto padrão_____.

6. Possibilidade de ampliação da rede elétrica habitacional (disjuntores), sistema de esgoto (fossa e sumidouro) e abastecimento de água (caixa d'água):

[13] sim **[ ]** não **[ ]** nsa obs.:__projeto padrão_____.

7. O perfil familiar determina a necessidade de reformas e/ou acréscimos:

[02] sim **[11] não** **[ ]** nsa obs.:__dorm. extra / a.s. → dorm.__.

8. O perfil familiar determinou adaptações no uso dos espaços:

[02] sim **[11] não** **[ ]** nsa obs.:__dorm. extra / a.s. → dorm.__.

9. Há a sobreposição de usos divergentes e/ou incompatíveis nos espaços:

[ ] sim **[13] não** [ ] nsa obs.:_____.

10. Houve mudanças físicas construtivas (paredes, posição de portas e janelas, etc.):

[03] sim **[10] não** [ ] nsa obs.:__idem 7 e 8 / alp. + garagem__.

11. Facilidade para desenvolver tarefas domésticas (cozinhar, lavar, passar, etc.):

[12] sim **[01] não** [ ] nsa obs.:__cozinha pequena_____.

12. O tamanho da residência parece compatível com as necessidades familiares:

[11] sim **[02] não** [ ] nsa obs.:__idem 7 e 8_____.

13. O tamanho dos cômodos parece compatível com o mobiliário existente:

[12] sim **[01] não** [ ] nsa obs.:__dormitório_____.

Observações pertinentes

01._____A Casa como um todo – **10** Cômodos definidos – **03**

02._____Tudo / Praticamente tudo – **13**

03._____Sala e 1 dorm. P – **01** Jan. Cozinha – **01** Cozinha P. – **03**
Falta de 1 dorm. – **02** Calçada contorno – **01** Nada a reclamar – **04**
Portas ext. (ferr.) – **01**

04._____Tudo ótimo – **09** C / B / AS / 1D – **01** S / B / D / AS – **03**

03._____Ampl. Sala e 1 dorm. – **01** Jan. Cozinha M. – **01** Ampl. Cozinha – **03**
Dormitório extra – **02** Rec. Pintura e Esq. – **01** Nada a reclamar – **02**
Pos. jan. dormit. – **01** Exec. Alpendre – **02**

Apêndice E

Moradia Anterior (ou situação) X Moradia Atual (PNHR).

Análise Fotográfica Externa – *Situação Anterior X Situação Atual (PNHR)*

Beneficiário 01

situação anterior	situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 02

situação anterior	situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 03

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 04

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 05

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiário 06

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiário 07

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 08

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 09

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 10

situação anterior

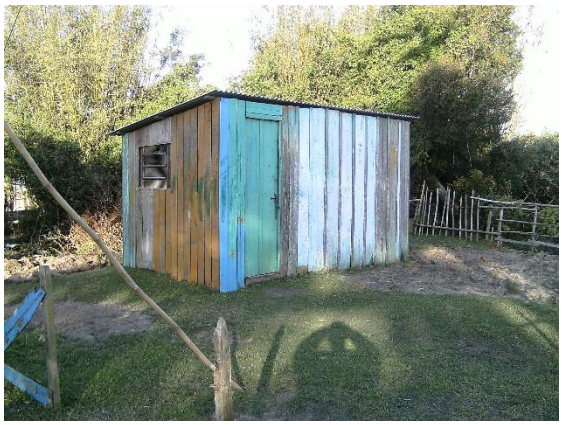
situação atual (pós PNHR)

Beneficiária 11

situação anterior

situação atual (pós PNHR)

Beneficiário 12

situação anterior	situação atual (pós PNHR)
	

Beneficiária 13

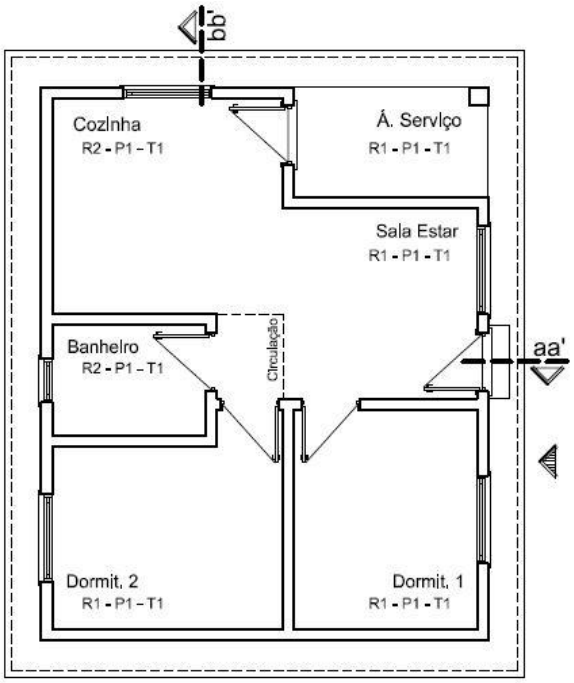
situação anterior	situação atual (pós PNHR)

Apêndice F

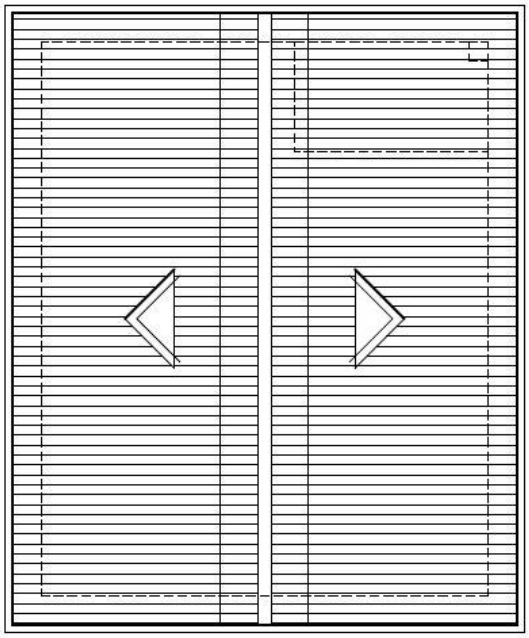
Ficha de Projeto – Análise da Flexibilidade Habitacional.

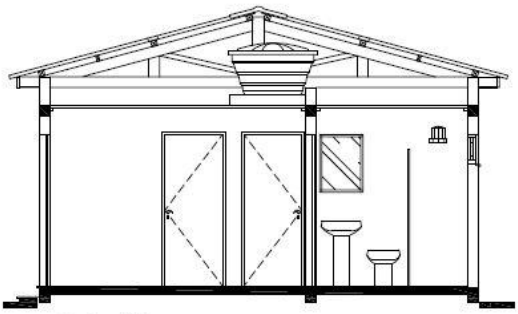
Adaptação de Blumenschein et al. (2015).

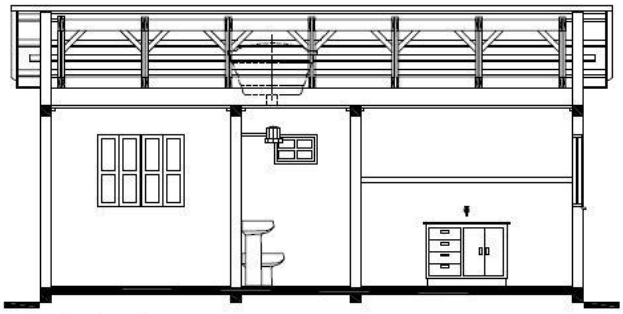
FICHA do PROJETO – PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
Local – Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS
Tipologia Arquitetônica Única



Planta Baixa

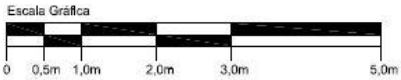

Cobertura

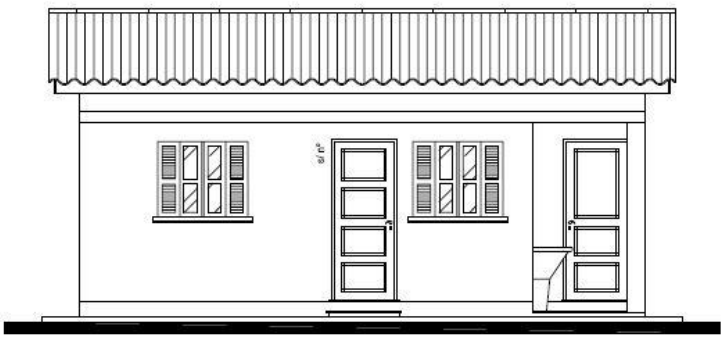

Corte bb'

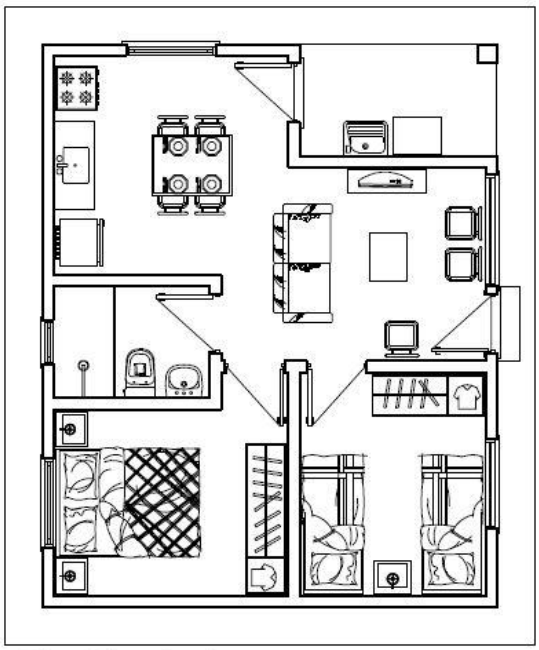

Corte aa'

LEGENDA

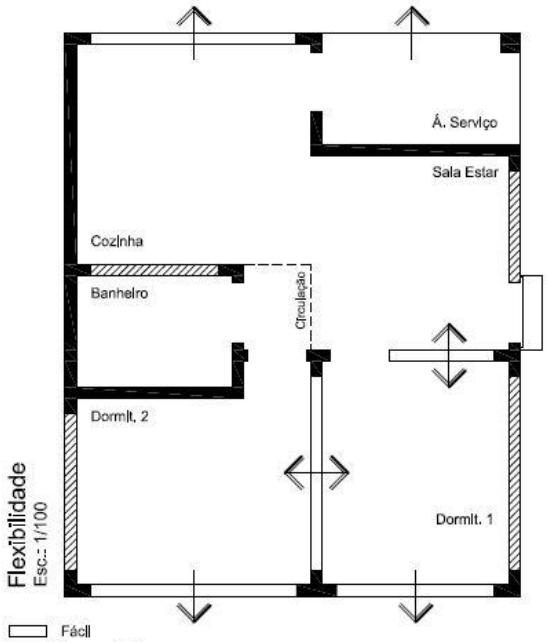
Cortes	
Fachada	
Paredes	R1 - Rebocada / Pintada R2 - Revest. Cerâmico
Piso	P1 - Revest. Cerâmico
Teto	T1 – Forro PVC Branco

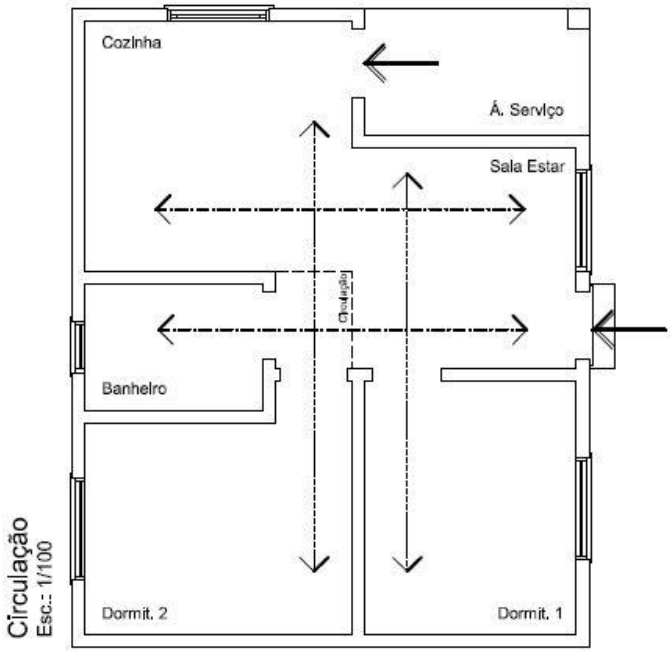


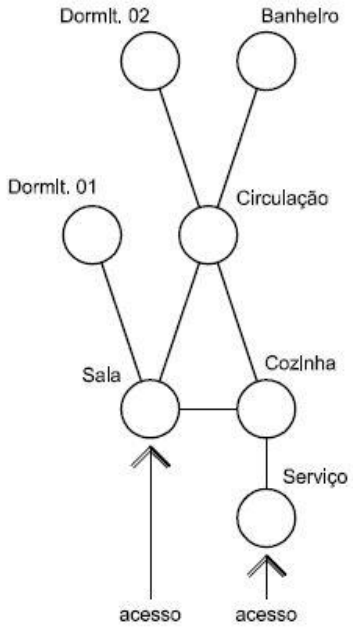

Fachada
Esc.: 1/100



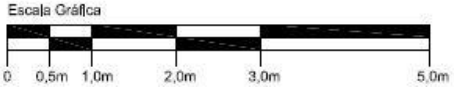
Rigor Dimensional
Esc.: 1/100

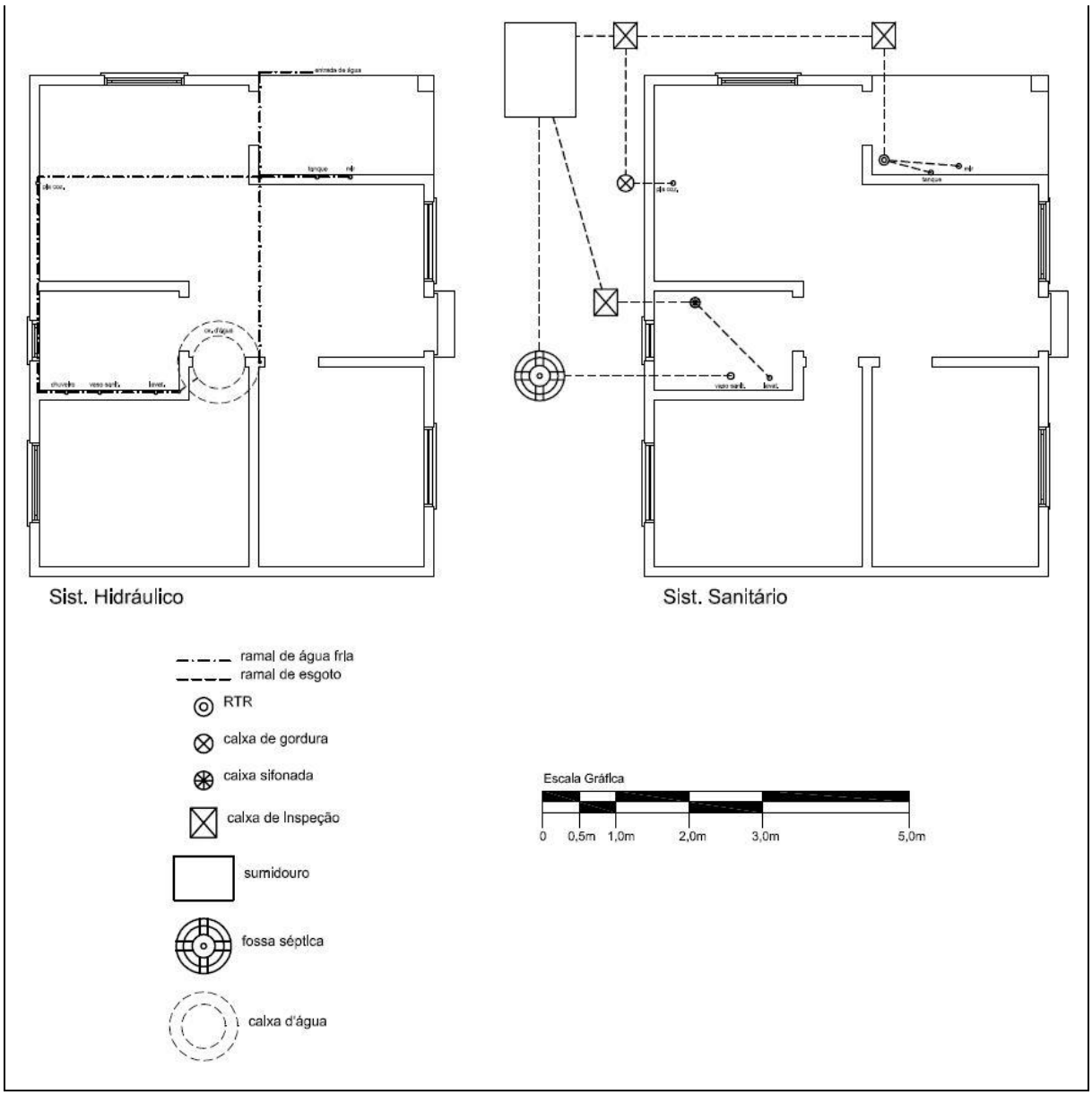






Grafo Justificado





Ficha de Análise: Adaptabilidade e Ampliabilidade – Fonte: Blumenschein et al., 2015, p.107 Adaptação do Autor, 2019.

Apêndice G

Anexos *Walkthrough* – Análise Fotográfica dos Ambientes – 13 Beneficiários.

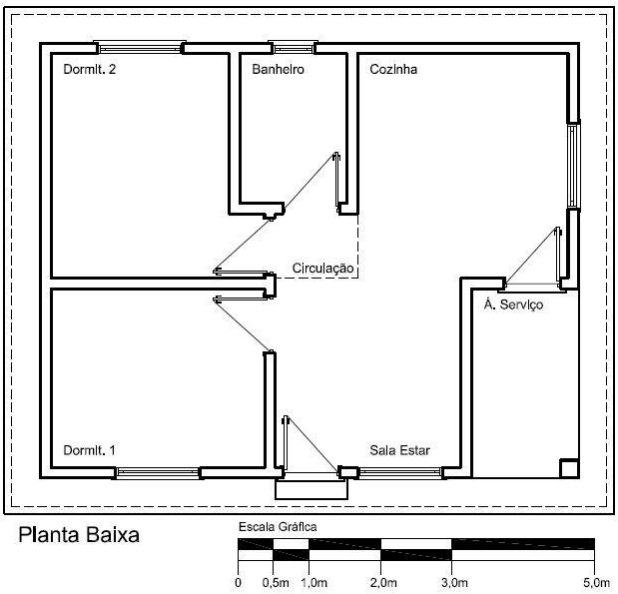
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiário 01

dormit. 2

banheiro

cozinha



dormit. 1

sala estar

área serviço

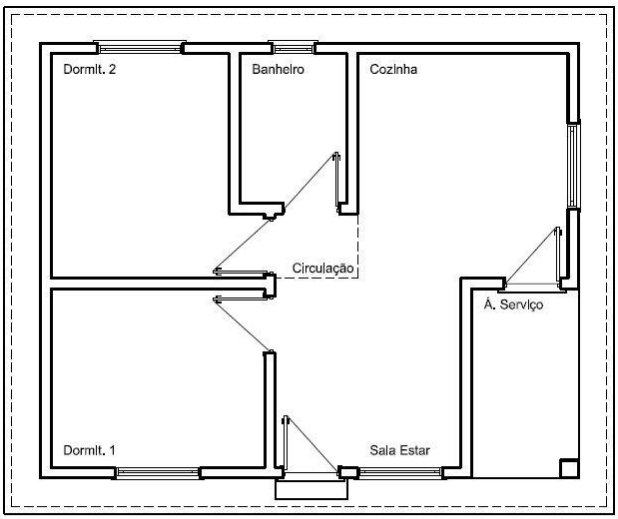
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 02

dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar

área serviço

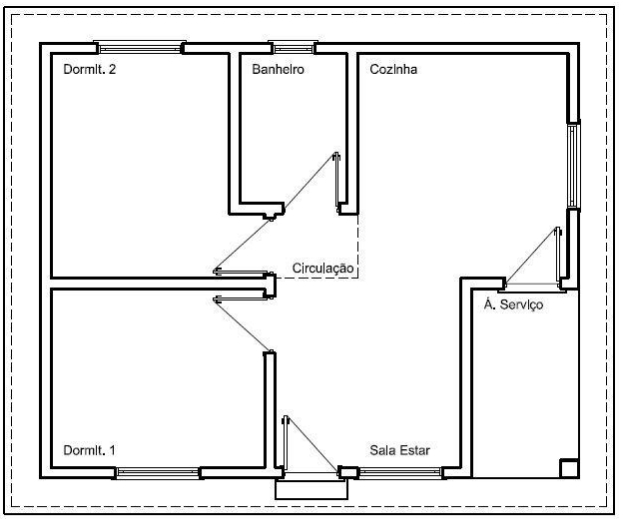
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 03

dormit. 2

banheiro

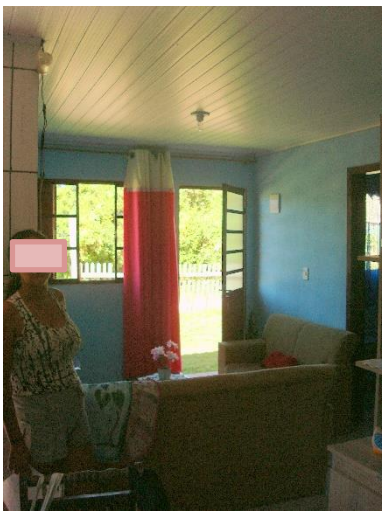
cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar



área serviço

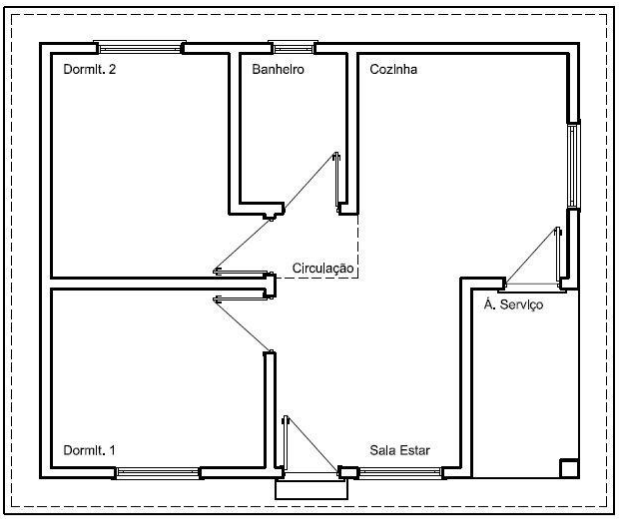
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 04

dormit. 2

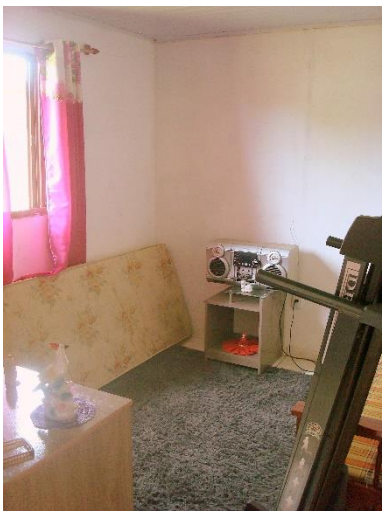
banheiro

cozinha

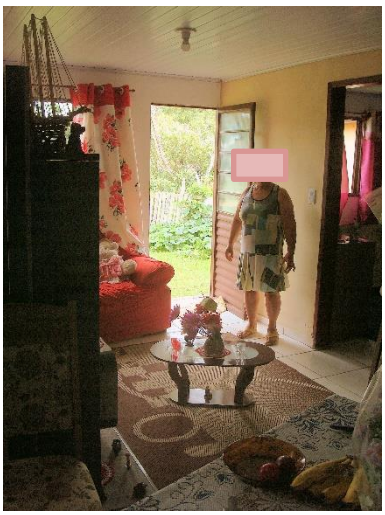


Planta Baixa

dormit. 1



sala estar



área serviço

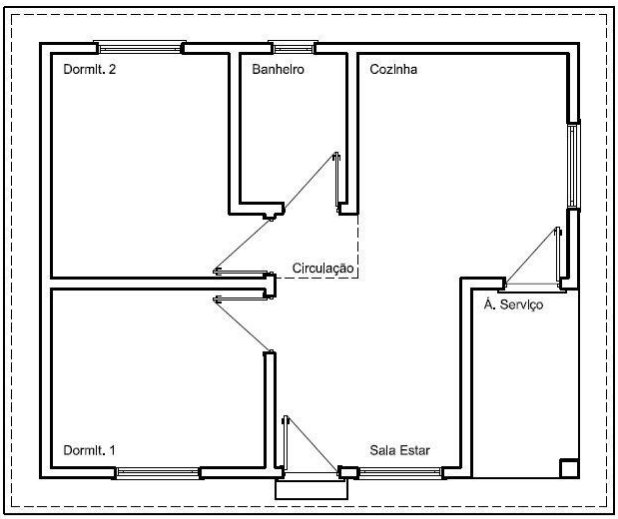
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 05

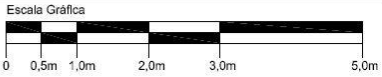
dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa



dormit. 1

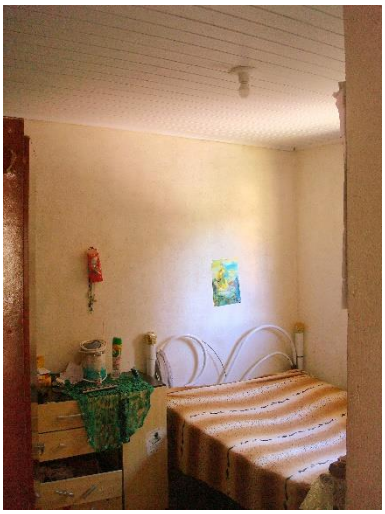
sala estar

área serviço

Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

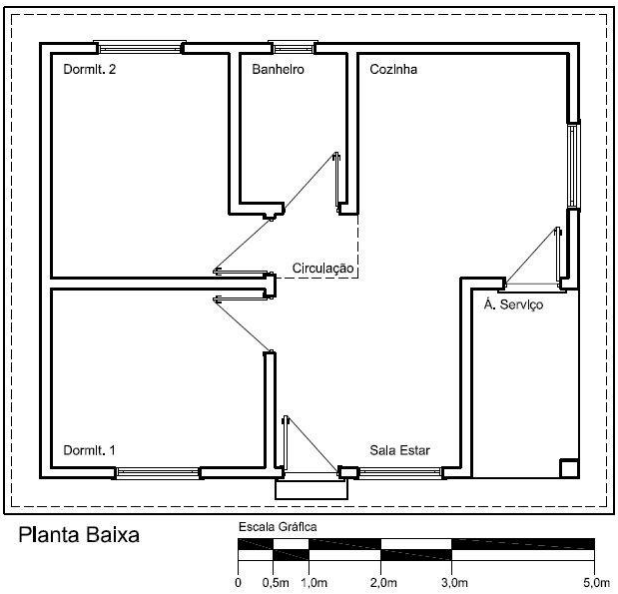
Beneficiário 06

dormit. 2



banheiro

cozinha



dormit. 1

sala estar

área serviço

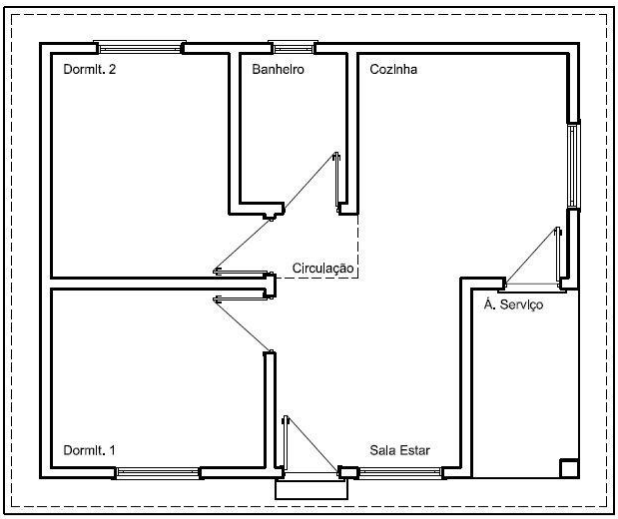
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiário 07

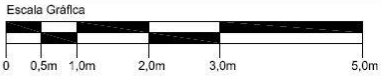
dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa



dormit. 1

sala estar

área serviço

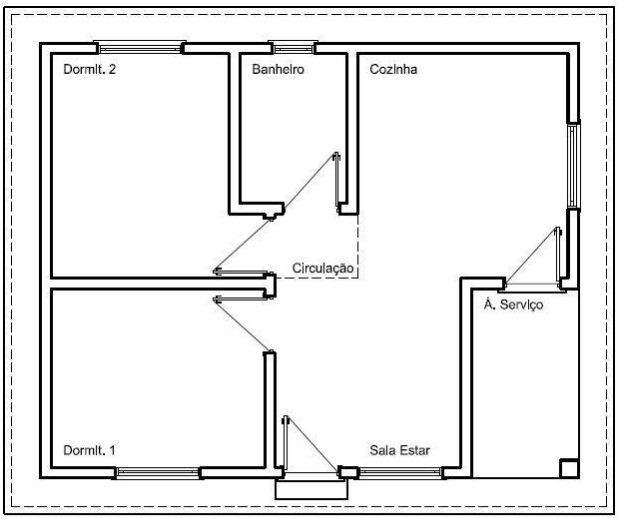
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 08

dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar

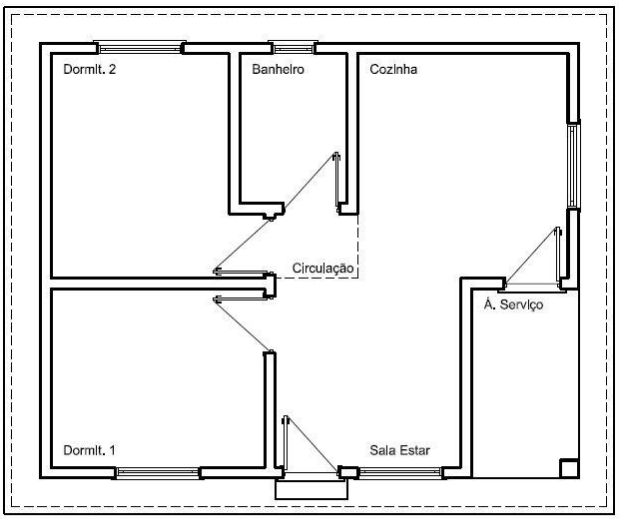
área serviço

Beneficiária 09

dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar

área serviço

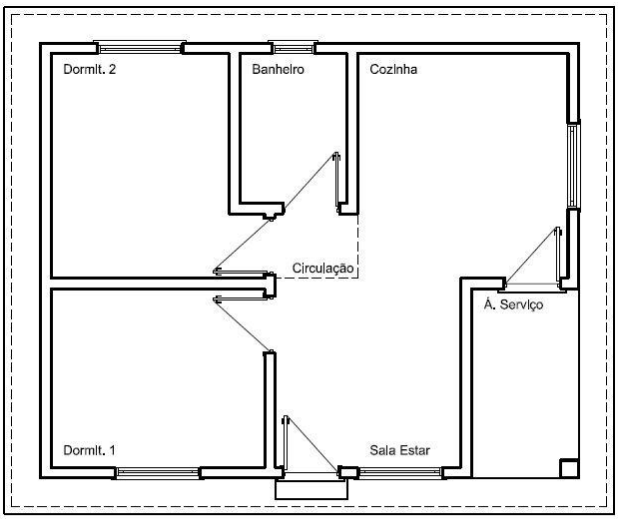
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 10

dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar

área serviço

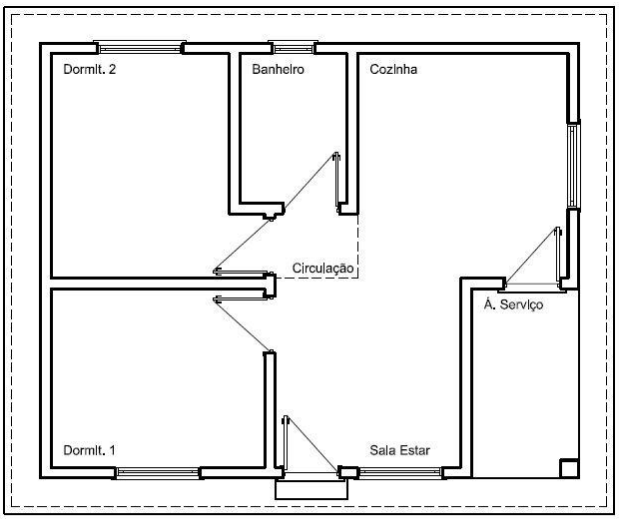
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 11

dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar

área serviço

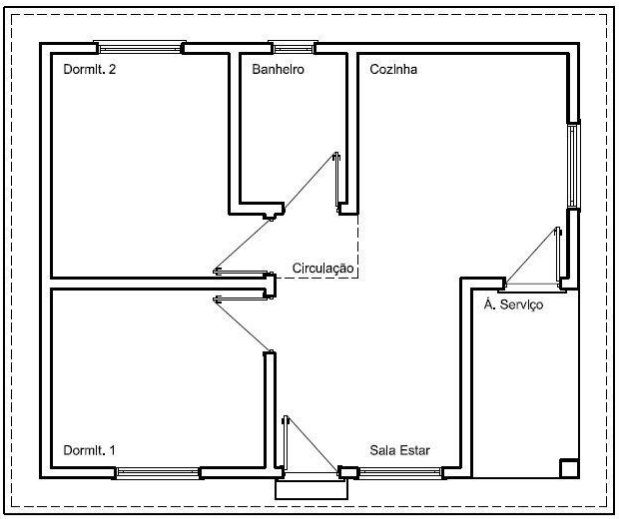
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiário 12

dormit. 2

banheiro

cozinha



Planta Baixa

dormit. 1

sala estar

área serviço

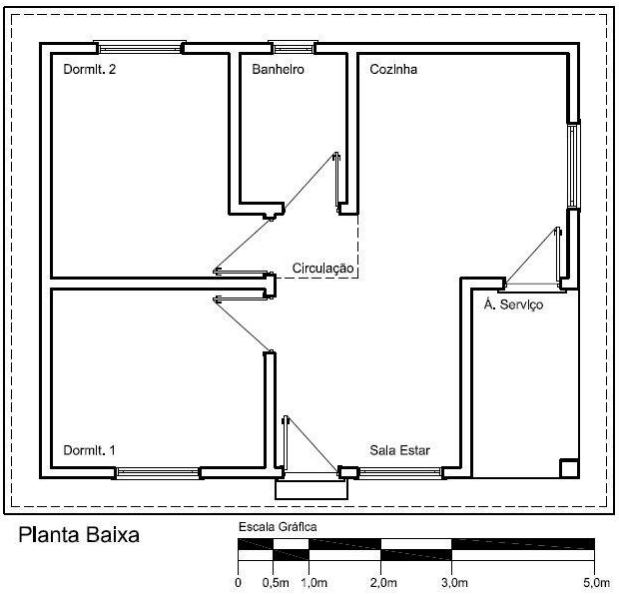
Walkthrough – Análise Fotográfica dos Ambientes

Beneficiária 13

dormit. 2

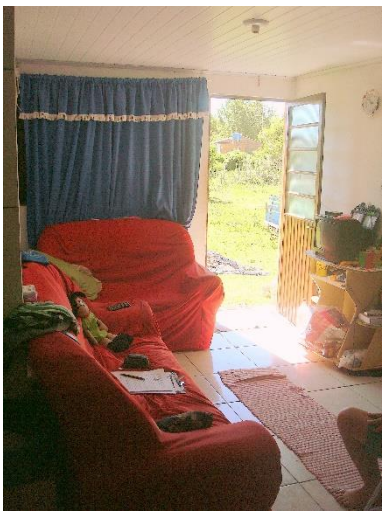
banheiro

cozinha



dormit. 1

sala estar



área serviço

Apêndice H

Questionário – Satisfação do Usuário – Ficha de Campo.

Questionário / Satisfação do Usuário – Nome:

I – Moradia – Adequação ao Uso

O que você acha do:	ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr nsa **
1. Tamanho da moradia	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
2. Tamanho da cozinha	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
3. Tamanho do banheiro	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
4. Tamanho da sala de estar	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
5. Tamanho dos dormitórios	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
6. Tamanho da área de serviço	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
7. Disposição dos ambientes	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
8. Espaço para mobiliário e equipamentos domésticos	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
9. Espaço para abrir / fechar as portas / janelas	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

Em qual ambiente você desenvolve as seguintes atividades:	Como classifica esta situação? ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
10. Trabalho extra:_____	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
11. Passar roupas:_____	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
12. Estudo ou leitura:_____	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
13. Receber pessoas (visitas e amigos):_____	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

14. Você sente falta de espaço para desenvolver alguma atividade na moradia?

[ ] sim [ ] não [ ] nsr/a qual?_____.

15. Algum morador dorme na sala ou na cozinha da sua moradia?

[ ] sim [ ] não [ ] nsr/a

16. Em caso afirmativo, onde?

[ ] sala [ ] cozinha [ ] ambos [ ] nsr/a

***** nsr: não saberia responder*** ou ***nsa: não se aplica.***

II – Conforto Habitacional

Como você classifica a sua moradia em relação a:	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
17. Iluminação natural	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
18. Iluminação artificial – lâmpadas	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
19. Ventilação na cozinha	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
20. Ventilação no banheiro	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
21. Ventilação na sala de estar	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
22. Ventilação nos dormitórios	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
23. Temperatura interna da moradia no verão	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
24. Temperatura interna da moradia no inverno	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

25. Você já observou a presença de focos de umidade na moradia?

[ ] sim [ ] não [ ] nsr/a onde?_____.

26. Você já observou a presença de focos de bolor (mofo) na moradia?

[ ] sim [ ] não [ ] nsr/a onde?_____.

27. O que poderia ser construído de forma diferente e/ou modificado?

_____.

III – Privacidade

Como você classifica a sua moradia em relação a:	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
28. Privacidade entre os moradores da residência	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
29. Privacidade da residência em relação à rua	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
30. Ruídos internos da construção	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
31. Ruídos oriundos do exterior (rua)	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

IV – Aparência / Estética

Como você considera a aparência:	muito bonita	bonita	regular	feia	muito feia	nsr nsa
32. Da sua moradia	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
33. Da ilha – ambiente construído	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
34. Da ilha – ambiente natural	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

V – Convivência Social

Como você classifica a convivência diária entre:	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
35. As crianças	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
36. Os jovens	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
37. Os adultos	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
38. Os idosos	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
39. A sua com outros moradores	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
40. A comunidade em geral	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

VI – Características da Ilha da Torotama – Infraestrutura e Serviços

Como você classifica os serviços existentes na Ilha:	ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr nsa
41. Iluminação pública	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
42. Abastecimento de água potável	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
43. Abastecimento de energia elétrica	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
44. Tratamento de esgoto	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
45. Coleta de lixo	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
46. Segurança pública	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
47. Limpeza, manutenção e conservação de vias públicas	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
48. Áreas verdes / vegetação nativa	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
49. Transporte público	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
50. Saúde pública / postos de saúde	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
51. Educação – creches e escolas	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
52. Atividades de lazer e culturais	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
53. Comércio – bares e mercados	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

VII – Satisfação do Usuário – Unidade Habitacional

Como você classifica seu nível de satisfação em relação a:	muito satisf.	satisf.	neutro	insatisf.	muito insatisf.	nsr nsa
54. Moradia como um todo	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
55. Facilidade em mobiliar	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
56. Facilidade de limpeza, conservação e manutenção	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
57. Adequação ás necessidades da família / moradores	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
58. Aparência – estética / beleza	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
59. Qualidade construtiva – materiais empregados	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
60. Instalações – água, luz, esgoto	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
61. Temperatura, ventilação, iluminação e acústica	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
62. Privacidade entre os moradores da residência	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

63. Você separa o lixo entre reciclável, orgânico e comum?

[ ] sim [ ] não [ ] às vezes

64. Você separa o óleo dos outros tipos de resíduos domésticos?

[ ] sim [ ] não [ ] às vezes

VIII – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 1

Qual o nível de importância que você atribui a:	muito import.	import.	neutro	insignif.	muito insignif.	nsr nsa
65. Preservação do meio-ambiente e da paisagem natural	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
66. Comprometimento com a Ilha	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
67. Comprometimento com a família	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
68. Comprometimento com a comunidade	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
69. Comprometimento com a atividade pesqueira	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
70. Convívio em harmonia com os membros da comunidade	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]

IX – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 2

71. Quais os aspectos positivos de se viver na Ilha da Torotama?

_____.

72. Quais os aspectos negativos de se viver na Ilha da Torotama?

_____.

73. Você considera que a Ilha oferece uma melhor qualidade de vida em relação às cidades próximas?

[ ] sim **[ ]** não **[ ]** nsr/a por que?_____.

74. Em caso de necessidade, a que localidade você geralmente recorre?

[ ] Povo Novo **[ ]** Rio grande **[ ]** Pelotas por que?_____.

75. Você tem a intenção e/ou o desejo de continuar vivendo na Ilha da Torotama?

[ ] sim **[ ]** não **[ ]** nsr/a por que?_____.

Como você classifica:	**muito forte**	**forte**	**neutro**	**fraco**	**muito fraco**	**nsr nsa**
76. Sua identificação como pescador artesanal da Ilha	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**
77. Seu sentimento de pertencer à comunidade e ao lugar	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**	**[ ]**

78. Como você definiria o seu sentimento em relação à Ilha da Torotama (comunidade, localidade, família, atividade pesqueira, etc.)?

[ ] Não sente como se fosse seu lugar;

[ ] Está inserido na comunidade, mas sem vínculos emocionais;

[ ] Possui uma conexão emocional com as pessoas e o lugar;

[ ] Desenvolve bem sua vida, e sua conexão é forte;

[ ] Sente-se fiel e leal ao lugar, inserido e satisfeito em viver na Ilha;

[ ] Tem papel ativo na comunidade e investe tempo e recursos para estar na Ilha;

[ ] Deixa seus interesses em segundo plano se for pelo bem comum coletivo.

Hora de Início do questionário:_____.

Hora de Término do questionário:_____.

Observações pertinentes

Apêndice I

Questionário – Satisfação do Usuário – Dados Conjuntos.

Questionário / Satisfação do Usuário – Dados Conjuntos

I – Moradia – Adequação ao Uso

O que você acha do:	ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr nsa **
1. Tamanho da moradia	01	09	03	--	--	--
2. Tamanho da cozinha	01	07	04	--	01	--
3. Tamanho do banheiro	01	12	--	--	--	--
4. Tamanho da sala de estar	02	09	02	--	--	--
5. Tamanho dos dormitórios	01	09	03	--	--	--
6. Tamanho da área de serviço	01	10	--	--	--	02
7. Disposição dos ambientes	--	09	03	01	--	--
8. Espaço para mobiliário e equipamentos domésticos	--	07	06	--	--	--
9. Espaço para abrir / fechar as portas / janelas	--	11	02	--	--	--

Em qual ambiente você desenvolve as seguintes atividades:	Como classifica esta situação?					
	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
10. Trabalho extra: **observações**	--	04	--	--	--	09
11. Passar roupas: **observações**	--	05	--	01	--	07
12. Estudo ou leitura: **observações**	--	02	02	--	--	09
13. Receber pessoas (visitas e amigos): **observações**	03	09	--	01	--	--

14. Você sente falta de espaço para desenvolver alguma atividade na moradia?

[06] sim **[07] não** [ ] nsr/a qual?__**observações**.

15. Algum morador dorme na sala ou na cozinha da sua moradia?

[ ] sim **[13] não** [ ] nsr/a

16. Em caso afirmativo, onde?

[ ] sala [ ] cozinha [ ] ambos **[13] nsr/a**

***** nsr: não saberia responder*** ou ***nsa: não se aplica.***

II – Conforto Habitacional

Como você classifica a sua moradia em relação a:	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
17. Iluminação natural	03	07	02	01	--	--
18. Iluminação artificial – lâmpadas	--	13	--	--	--	--
19. Ventilação na cozinha	01	08	03	01	--	--
20. Ventilação no banheiro	--	12	01	--	--	--
21. Ventilação na sala de estar	01	12	--	--	--	--
22. Ventilação nos dormitórios	--	12	01	--	--	--
23. Temperatura interna da moradia no verão	--	01	03	06	03	--
24. Temperatura interna da moradia no inverno	01	11	--	01	--	--

25. Você já observou a presença de focos de umidade na moradia?

[08] sim **[05] não** **[ ]** nsr/a onde?_**observações**.

26. Você já observou a presença de focos de bolor (mofo) na moradia?

[08] sim **[05] não** **[ ]** nsr/a onde?_**observações**.

27. O que poderia ser construído de forma diferente e/ou modificado?

observações_____.

III – Privacidade

Como você classifica a sua moradia em relação a:	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
28. Privacidade entre os moradores da residência	05	06	--	01	--	01
29. Privacidade da residência em relação à rua	02	09	02	--	--	--
30. Ruídos internos da construção	--	12	01	--	--	--
31. Ruídos oriundos do exterior (rua)	05	08	--	--	--	--

IV – Aparência / Estética

Como você considera a aparência:	muito bonita	bonita	regular	feia	muito feia	nsr nsa
32. Da sua moradia	05	07	01	--	--	--
33. Da ilha – ambiente construído	--	08	05	--	--	--
34. Da ilha – ambiente natural	11	02	--	--	--	--

V – Convivência Social

Como você classifica a convivência diária entre:	ótima	boa	regular	ruim	péssima	nsr nsa
35. As crianças	03	10	--	--	--	--
36. Os jovens	02	11	--	--	--	--
37. Os adultos	02	11	--	--	--	--
38. Os idosos	02	11	--	--	--	--
39. A sua com outros moradores	07	06	--	--	--	--
40. A comunidade em geral	--	06	07	--	--	--

VI – Características da Ilha da Torotama – Infraestrutura e Serviços

Como você classifica os serviços existentes na Ilha:	ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr nsa
41. Iluminação pública	--	09	01	03	--	--
42. Abastecimento de água potável	01	07	04	01	--	--
43. Abastecimento de energia elétrica	--	13	--	--	--	--
44. Tratamento de esgoto	--	--	--	01	12	--
45. Coleta de lixo	--	09	02	01	01	--
46. Segurança pública	--	--	--	02	02	09
47. Limpeza, manutenção e conservação de vias públicas	--	01	03	04	05	--
48. Áreas verdes / vegetação nativa	06	06	01	--	--	--
49. Transporte público	01	10	02	--	--	--
50. Saúde pública / postos de saúde	01	04	05	01	02	--
51. Educação – creches e escolas	02	11	--	--	--	--
52. Atividades de lazer e culturais	--	05	05	--	01	02
53. Comércio – bares e mercados	01	11	01	--	--	--

VII – Satisfação do Usuário – Unidade Habitacional

Como você classifica seu nível de satisfação em relação a:	muito satisf.	satisf.	neutro	insatisf.	muito insatisf.	nsr nsa
54. Moradia como um todo	03	10	--	--	--	--
55. Facilidade em mobiliar	01	07	03	02	--	--
56. Facilidade de limpeza, conservação e manutenção	03	10	--	--	--	--
57. Adequação ás necessidades da família / moradores	05	07	--	01	--	--
58. Aparência – estética / beleza	05	07	01	--	--	--
59. Qualidade construtiva – materiais empregados	--	04	02	07	--	--
60. Instalações – água, luz, esgoto	--	11	02	--	--	--
61. Temperatura, ventilação, iluminação e acústica	02	04	05	02	--	--
62. Privacidade entre os moradores da residência	03	08	01	--	--	01

63. Você separa o lixo entre reciclável, orgânico e comum?

[ ] sim **[12] não** **[01] às vezes**

64. Você separa o óleo dos outros tipos de resíduos domésticos?

[01] sim **[12] não** [ ] às vezes

VIII – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 1

Qual o nível de importância que você atribui a:	muito import.	import.	neutro	insignif.	muito insignif.	nsr nsa
65. Preservação do meio-ambiente e da paisagem natural	06	07	--	--	--	--
66. Comprometimento com a Ilha	06	07	--	--	--	--
67. Comprometimento com a família	13	--	--	--	--	--
68. Comprometimento com a comunidade	07	06	--	--	--	--
69. Comprometimento com a atividade pesqueira	04	06	02	01	--	--
70. Convívio em harmonia com os membros da comunidade	09	03	01	--	--	--

IX – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 2

71. Quais os aspectos positivos de se viver na Ilha da Torotama?

observações_____.

72. Quais os aspectos negativos de se viver na Ilha da Torotama?

observações_____.

73. Você considera que a Ilha oferece uma melhor qualidade de vida em relação às cidades próximas?

[12] sim **[01] não** **[ ]** nsr/a por que?_____**observações**_____.

74. Em caso de necessidade, a que localidade você geralmente recorre?

[03] Povo Novo **[10] Rio grande** **[ ]** Pelotas por que?**observações**.

75. Você tem a intenção e/ou o desejo de continuar vivendo na Ilha da Torotama?

[13] sim **[ ]** não **[ ]** nsr/a por que?_____**observações**_____.

Como você classifica:	**muito forte**	**forte**	**neutro**	**fraco**	**muito fraco**	**nsr nsa**
76. Sua identificação como pescador artesanal da Ilha	**04**	**07**	**02**	**--**	**--**	**--**
77. Seu sentimento de pertencer à comunidade e ao lugar	**08**	**05**	**--**	**--**	**--**	**--**

78. Como você definiria o seu sentimento em relação à Ilha da Torotama (comunidade, localidade, família, atividade pesqueira, etc.)?

[ ] Não sente como se fosse seu lugar;

[ ] Está inserido na comunidade, mas sem vínculos emocionais;

[ ] Possui uma conexão emocional com as pessoas e o lugar;

[02] Desenvolve bem sua vida, e sua conexão é forte;

[04] Sente-se fiel e leal ao lugar, inserido e satisfeito em viver na Ilha;

[05] Tem papel ativo na comunidade e investe tempo e recursos para estar na Ilha;

[02] Deixa seus interesses em segundo plano se for pelo bem comum coletivo.

Hora de Início do questionário:_____.

Hora de Término do questionário:_____.

Observações pertinentes

10.(4)_____	Con. Redes – **03**	Preparo siris – **01**		
11.(6)_____	Dormit. – **03**	Outra casa – **01**	Ár. Serviço – **01**	Cozinha – **01**
12.(4)_____	Dormit. Ou Sala – **02**	Dormit. – **02**		
13.(13)_____	Sala – **10**	Alpendre – **01**	Ár. Ext. (bar) – **01**	Galpão – **01**
14.(6)_____	Dormit. Extra – **02**	Alpendre – **01**	Cozinha M – **01**	
	Esp. p/estudo – **01**	Gar./Galpão – **01**		

25.(8)_____	Dormit. – **02**	Cozinha – **01**	Piso – **02**	
	Paredes – **02**	Banheiro – **01**		
26.(8)_____	Dormit. – **02**	Cozinha – **01**	Armários – **04**	Paredes – **01**
27.(*)_____	+ 1 dorm. – **02**	Alpendre – **02**	Portas ext. – **01**	Piso AS – **01**
	Dormit. M – **01**	Pos. janelas – **01**	Cozinha M – **02**	Sala M – **02**
	Pos. Casa – **01**	Gar./Galpão – **01**		

71._____	Segurança – **08**	Liberdade – **03**	Tranquilidade – **08**
	Comunidade – **01**	Ar puro – **03**	Sossego – **03**
	Criar filhos – **04**	Amigos – **01**	O Lugar – **01**
72._____	F. Op. + novos – **02**	Tráfico – **01**	Safra ruim – **05**
	Enchentes – **01**	Pessoas estr. – **01**	Praia poluída – **02**
73._____	Tranquilidade – **03**	Segurança – **03**	Ár. Verdes – **01**
	Tem tudo – **01**	F. Op. + novos – **01**	Não gosta RG – **01**
	Liberdade – **03**	Sem poluição ar – **02**	Ama a Ilha – **01**
74._____	Parentes – **03**	Costume – **10**	Proximidade – **01**
75._____	Costume – **04**	Gosta da Ilha – **02**	Sente-se feliz – **02**
	Tranquilidade – **01**	Qual. Vida – **01**	Sente-se em casa – **02**
	Ama a Ilha – **02**	Sente-se parte do lugar – **01**	

Apêndice J

Questionário – Satisfação do Usuário – Quantificação Percentual.

Questionário / Satisfação do Usuário – Dados Conjuntos – Percentuais

I – Moradia – Adequação ao Uso

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**

*** nsr: não saberia responder* ou *nsa: não se aplica.*

O que você acha do:

1. Tamanho da moradia

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
7,69	69,23	23,08			

2. Tamanho da cozinha

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
7,69	53,85	30,77		7,69	

3. Tamanho do banheiro

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
7,69	92,31				

4. Tamanho da sala de estar

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
15,38	96,23	15,38			

5. Tamanho dos dormitórios

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
7,69	69,23	23,08			

6. Tamanho da área de serviço

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
7,69	76,92	15,38			

7. Disposição dos ambientes

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
	69,23	23,08	7,69		

8. Espaço para mobiliário e equipamentos domésticos

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
	53,85	46,15			

9. Espaço para abrir / fechar as portas / janelas

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
	84,62	15,38			

Em qual ambiente você desenvolve as seguintes atividades (Como classifica esta situação)?

10. Trabalho extra:

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
30,77		69,23			
*Con. Redes (rua) – **03***		*Preparo siris (rua) – **01***			

11. Passar roupas:

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
38,46			7,69		53,85
*Dormit. – **03***		*Outra casa – **01***		*Ár. Serviço – **01***	*Cozinha – **01***

12. Estudo ou leitura:

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
15,38	15,38	69,23			
*Dormit. ou Sala – **02***		*Dormit. – **02***			

13. Receber pessoas (visitas e amigos):

ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	nsr / nsa**
23,08	69,23			7,69	

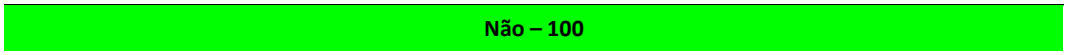
*Sala – **10*** *Alpendre – **01*** *Ár. Ext. (bar) – **01*** *Galpão – **01***

14. Você sente falta de espaço para desenvolver alguma atividade na moradia?

*Dormit. Extra – **02*** *Alpendre – **01*** *Cozinha M – **01***

*Esp. p/estudo – **01*** *Gar./Galpão – **01***

15. Algum morador dorme na sala ou na cozinha da sua moradia?



16. Em caso afirmativo, onde? **– Não se aplica.**

II – Conforto Habitacional

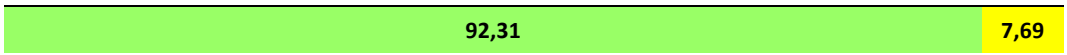
Como você classifica a sua moradia em relação a:

17. Iluminação natural

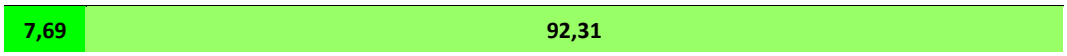
18. Iluminação artificial – lâmpadas**.**

19. Ventilação na cozinha

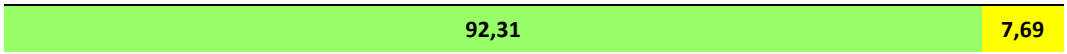
20. Ventilação no banheiro



21. Ventilação na sala de estar



22. Ventilação nos dormitórios



23. Temperatura interna da moradia no verão

24. Temperatura interna da moradia no inverno

25. Você já observou a presença de focos de umidade na moradia? Onde?

*Dormit. – **02*** *Cozinha – **01*** *Piso – **02*** *Paredes – **02*** *Banheiro – **01***

26. Você já observou a presença de focos de bolor (mofo) na moradia? Onde?

*Dormit. – **02*** *Cozinha – **01*** *Armários – **04*** *Paredes – **01***

27. O que poderia ser construído de forma diferente e/ou modificado?

*+ 1 dorm. – **02*** *Alpendre – **02*** *Portas ext. – **01*** *Piso AS – **01*** *Dormit. M – **01***

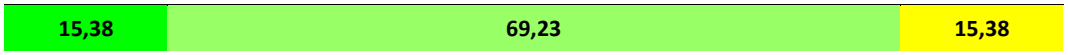
*Pos. janelas – **01*** *Cozinha M – **02*** *Sala M – **02*** *Pos. Casa – **01*** *Gar./Galpão – **01***

III – Privacidade

Como você classifica a sua moradia em relação a:

28. Privacidade entre os moradores da residência:

29. Privacidade da residência em relação à rua:



30. Ruídos internos da construção:

31. Ruídos oriundos do exterior (rua):

IV – Aparência / Estética

Como você considera a aparência:

32. Da sua moradia:

33. Da ilha – ambiente construído:

34. Da ilha – ambiente natural:

V – Convivência Social

Como você classifica a convivência diária entre:

35. As crianças:

36. Os jovens:

37. Os adultos:

38. Os idosos:

39. A sua com outros moradores:

40. A comunidade em geral:

VI – Características da Ilha da Torotama – Infraestrutura e Serviços

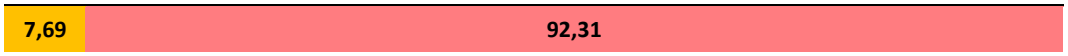
Como você classifica os serviços existentes na Ilha:

41. Iluminação pública:

42. Abastecimento de água potável:

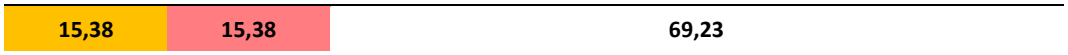
43. Abastecimento de energia elétrica:

44. Tratamento de esgoto:



45. Coleta de lixo:

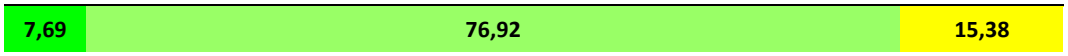
46. Segurança pública:



47. Limpeza, manutenção e conservação de vias públicas:

48. Áreas verdes / vegetação nativa:

49. Transporte público:

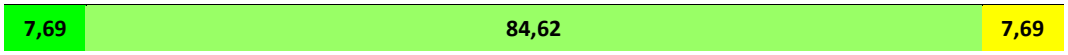


50. Saúde pública / postos de saúde:

51. Educação – creches e escolas:

52. Atividades de lazer e culturais:

53. Comércio – bares e mercados:



VII – Satisfação do Usuário – Unidade Habitacional

Como você classifica seu nível de satisfação em relação a:

54. Moradia como um todo:

55. Facilidade em mobiliar:

56. Facilidade de limpeza, conservação e manutenção:

57. Adequação ás necessidades da família / moradores:

58. Aparência – estética / beleza:

38,46	53,85	7,69

59. Qualidade construtiva – materiais empregados:

30,77	15,38	53,85

60. Instalações – água, luz, esgoto:

84,62	15,38

61. Temperatura, ventilação, iluminação e acústica:

15,38	30,77	38,46	15,38

62. Privacidade entre os moradores da residência:

23,08	61,54	7,69	7,69

63. Você separa o lixo entre reciclável, orgânico e comum?

Não	Às vezes
92,31	7,69

64. Você separa o óleo dos outros tipos de resíduos domésticos?

Não	Sim
92,31	7,69

VIII – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 1

muito import.	import.	neutro	insignif.	muito insignif.	nsr / nsa**

Qual o nível de importância que você atribui a:

65. Preservação do meio-ambiente e da paisagem natural:

46,15	53,85

66. Comprometimento com a Ilha:

46,15	53,85

67. Comprometimento com a família:

100

68. Comprometimento com a comunidade:

53,85	46,15

69. Comprometimento com a atividade pesqueira:

30,77	46,15	15,38	7,69

70. Convívio em harmonia com os membros da comunidade:

69,23	23,08	7,69

IX – Satisfação do Usuário – Questões Específicas 2

71. Quais os aspectos positivos de se viver na Ilha da Torotama?

*Segurança – **08***	*Liberdade – **03***	*Tranquilidade – **08***
*Comunidade – **01***	*Ar puro – **03***	*Sossego – **03***
*Criar filhos – **04***	*Amigos – **01***	*O Lugar – **01***

72. Quais os aspectos negativos de se viver na Ilha da Torotama?

*F. Op. + novos – **02***	*Tráfico – **01***	*Safra ruim – **05***
*Enchentes – **01***	*Pessoas estr. – **01***	*Praia poluída – **02***

73. Você considera que a Ilha oferece uma melhor qualidade de vida em relação às cidades próximas? Por que?

Sim	Não
92,31	7,69

*Tranquilidade – **03***	*Segurança – **03***	*Ár. Verdes – **01***
*Tem tudo – **01***	*F. Op. + novos – **01***	*Não gosta RG – **01***
*Liberdade – **03***	*Sem poluição ar – **02***	*Ama a Ilha – **01***

74. Em caso de necessidade, a que localidade você geralmente recorre? Por que?

Povo Novo – 23,08	Rio Grande – 76,92

*Parentes – **03***	*Costume – **10***	*Proximidade – **01***

75. Você tem a intenção e/ou o desejo de continuar vivendo na Ilha da Torotama? Por que?

100

*Costume – **04***	*Gosta da Ilha – **02***	*Sente-se feliz – **02***
*Tranquilidade – **01***	*Qual. Vida – **01***	*Sente-se em casa – **02***
*Ama a Ilha – **02***	*Sente-se parte do lugar – **01***	

Como você classifica:

muito forte	forte	neutro	fraco	muito fraco	nsr / nsa**

76. Sua identificação como pescador artesanal da Ilha:

30,77	53,85	15,38

77. Seu sentimento de pertencer à comunidade e ao lugar:

61,54	38,46

78. Como você definiria o seu sentimento em relação à Ilha da Torotama (comunidade, localidade, família, atividade pesqueira, etc.)?

-	Não sente como se fosse seu lugar.
-	Está inserido na comunidade, mas sem vínculos emocionais.
-	Possui uma conexão emocional com as pessoas e o lugar.
2	Desenvolve bem sua vida, e sua conexão é forte.
4	Sente-se fiel e leal ao lugar, inserido e satisfeito em viver na Ilha.
5	Tem papel ativo na comunidade e investe tempo e recursos para estar na Ilha.
2	Deixa seus interesses em segundo plano se for pelo bem comum coletivo.

15,38	38,46	30,77	15,38

Anexos

Anexo A

Relatório – Litoral Sul do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO – Litoral Sul do Rio Grande do Sul

O Presente relatório tem como objetivo apresentar o trabalho realizado dentro do Projeto "Pescando Moradia" – Convênio 04/2009 processo 00350.001536/2009-19, convênio este firmado pelo Ministério da Pesca e Aqüicultura – MPA e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi – Entidade Organizadora – Crehnor-Sarandi, referente às comunidades de pescadores artesanais do Litoral Sul do Rio Grande do Sul.

Nesta região do estado, o trabalho foi iniciado com o levantamento das demandas provenientes das comunidades de pescadores nos seguintes municípios: Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Tapes e São Lourenço do Sul, formando assim o que se designa como Litoral Sul do Rio Grande do Sul.

A demanda habitacional foi quantificada na elaboração cadastral em cada localidade, dentro das comunidades de pescadores formal e historicamente estabelecidas. Junto a este trabalho foram realizadas as medições de coordenadas geográficas (pontuação por GPS) bem como o levantamento fotográfico das áreas já ocupadas pelas famílias de pescadores e aonde localizar-se-ão as novas construções. O quadro abaixo demonstra essa quantificação:

CADASTROS e LEVANTAMENTOS

LOCALIDADE	Unidades	Urbano	Rural
PELOTAS	156	01	155
RIO GRANDE*	344	12	332
SÃO JOSÉ DO NORTE	27	-	27
ARROIO GRANDE	11	-	11
JAGUARÃO	36	36	-
SANTA VITÓRIA PALMAR	54	27	27
TAPES	12	12	-
SÃO LOURENÇO DO SUL	45	45	-
TOTAL	685	133	552

** : O município de Rio Grande possui várias comunidades de pescadores, posteriormente demonstradas e identificadas nesse relatório.*

A expectativa de contratações para construção de unidades habitacionais baseia-se em experiências anteriores como as Resoluções nºs 460 e 518, quando esta Cooperativa foi responsável pela execução de 816 unidades habitacionais. Estas unidades foram executadas exatamente dentro das mesmas comunidades e municípios listados acima, e que ainda apresentam alto déficit habitacional. Somente na Resolução nº 518, que ainda merece atenção por parte desta Cooperativa, como demonstram os anexos à este relatório, foram executadas 271 unidades habitacionais, distribuídas como mostra o quadro abaixo:

OPERAÇÕES COLETIVAS – Resolução nº 518

MUNICÍPIO	Unidades
PELOTAS	82
RIO GRANDE	69
SÃO JOSÉ DO NORTE	15
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	69
TAPES	17
SÃO LOURENÇO DO SUL	19
TOTAL	**271**

As dificuldades para contratação de novas unidades habitacionais residem no fato da inexistência de um Programa Habitacional específico para as comunidades de pescadores que, por residirem nas proximidades de mares e lagoas, situação histórica em todas as regiões, não apresentam documento de propriedade da terra. Esta situação, outrora solucionada nas resoluções anteriores, encontrou resistência por parte dos órgãos responsáveis pela aplicação dos programas habitacionais atuais, especificamente o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, que teoricamente contempla as comunidades de pesca artesanal.

Salienta-se que cada localidade e/ou comunidade apresenta realidades diversas na questão da propriedade da terra, muitas delas em processo de solução junto aos órgãos responsáveis que, juntos à esta Cooperativa, procuram contornar estes problemas e assim efetivar as contratações que visam solucionar as questões habitacionais destas comunidades. Em outras situações em que existe a propriedade da terra, a demora na contratação deve-se ao fato das inúmeras modificações sofridas pelo PNHR, tanto à nível Ministerial como pelas Normativas Específicas da aplicadora dos recursos (Caixa Econômica Federal).

Sendo assim, busca-se agora demonstrar as realidades específicas quanto à propriedade da terra verificada na atualidade em cada comunidade de pescadores, em cada município do Litoral Sul do Rio Grande do Sul:

PELOTAS – Colônia Z3

A Colônia Z3 do município de Pelotas está entrando em fase de contratação, faltando apenas a aprovação do projeto habitacional pela GIDUR/Passo Fundo/CEF. Esta é a situação mais favorável tendo em vista que o Sindicato dos Pescadores da Colônia Z3 possui Carta de Afôro concedida pela Marinha do Brasil, permitindo o uso da terra para utilização habitacional de seus associados, pescadores artesanais.

Reunião – Colônia Z3 – Pelotas/RS

RIO GRANDE – Ilha da Torotama e Ilha dos Marinheiros

Ilha da Torotama

A Ilha da Torotama – Rio Grande está localizada em uma região de terras devolutas e a comunidade ali residente assim está por várias gerações. A situação atual envolve o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que já procedeu a requisição da área para procedimento de regularização e posterior cedência à Associação de Pescadores, permitindo assim, de forma oficial e documental, sua utilização para fins de moradia dos membros desta comunidade.

Reunião – Ilha da Torotama – Rio Grande/RS

Ilha dos Marinheiros

Na Ilha dos Marinheiros existem várias situações como, por exemplo, terrenos em área de marinha, beneficiários apenas com ITR, beneficiários em formal de partilha em processo inconcluso entre outros. Espera-se que, com as mudanças promovidas no Programa PNHR, bem como com a participação de outros órgãos administrativos como a Prefeitura Municipal, as contratações sejam finalmente viabilizadas.

Reunião – Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS

SÃO JOSÉ do NORTE

A situação de São José do Norte é idêntica à de Rio Grande e suas comunidades: são várias as realidades quanto à propriedade da terra e espera-se que, a exemplo da Ilha dos Marinheiros, as contratações aconteçam na medida em que as mudanças realizadas no PNHR e o envolvimento de outros órgãos administrativos sejam consolidados.

ARROIO GRANDE – Vila de Santa Izabel

A comunidade da Vila de Santa Izabel, localizada no município de Arroio Grande, não possui propriedade da terra, dependendo de uma autorização específica da Prefeitura Municipal para construções. Este fato decorre de processo de tombamento por parte do governo do estado, já que a Vila é considerada ambiente de preservação patrimonial e cultural. As tratativas nesse sentido já foram iniciadas tendo em vista que também a atividade pesqueira da comunidade é fato histórico e consolidado.

JAGUARÃO - TAPES - SÃO LOURENÇO do SUL

A comunidade de pescadores do município de Jaguarão enfrenta uma situação inusitada, verificada também nos municípios de Tapes e São Lourenço do Sul: por se tratarem de municípios pequenos, o que antigamente era considerado como região rural, próximas às águas, diferente das colônias de agricultores, agora fazem parte da zona urbana do município pela sua expansão. Assim são classificados como rurais pela sua atividade, mas não enquadrados como tal por sua localização. Portanto, não havendo programa específico para essa situação, espera-se por solução que venha, primeiramente, de caráter ministerial.

Reunião – Jaguarão/RS

SANTA VITÓRIA do PALMAR

Santa Vitória do Palmar apresenta duas situações distintas: pescadores localizados na zona do porto, que é zona urbana, e pescadores localizados nas Vilas Kariri e Anselmi, que são regiões tipicamente rurais. As contratações na zona rural não apresentam problemas, já as da zona urbana necessitam de CRDU – Concessão Real de Direito de Uso, documento fornecido pela Prefeitura Municipal que permite a construção de moradias nessa zona, já que os pescadores também não possuem propriedade dos lotes. As tratativas já foram iniciadas e aguardam aprovação do projeto residencial, encaminhado à GIDUR/Passo Fundo/CEF.

Reunião – Vila Kariri – Santa Vitória do Palmar/RS

Reunião – Vila Anselmi – Santa Vitória do Palmar/RS

CONCLUSÃO

Verifica-se que no Litoral Sul do Rio Grande do Sul é bastante expressiva a quantidade de famílias de pescadores artesanais nas situações descritas acima, que aguardam o auxílio do Estado na solução, não apenas de suas necessidades habitacionais, como de outras tantas situações que possam lhes trazer maior dignidade e reconhecimento social, já que são parcela importante da cadeia econômica de nossa sociedade.

Sanadas todas as dificuldades e entraves para o pleno funcionamento dos Programas Habitacionais, no que se refere às comunidades de pescadores de todas as regiões, não apenas do Litoral Sul, esta Cooperativa, como Entidade Organizadora, acredita que os objetivos do Convênio firmado com o Ministério da Pesca e Aqüicultura serão plenamente atingidos, qual seja, de proporcionar a melhora na qualidade de vida destas famílias através da obtenção de suas unidades habitacionais.

Pelotas / RS, 21 de novembro de 2011

Fabricio Gallo Corrêa.
Arquitetto & Urbanista - CREA/RS 83.933 d.
CREANOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontal Novos de Novo Sarandi Ltda.

Anexo B

Especificações Mínimas – Projeto Padrão/CEF

PNHR – Ilha da Torotama / 2012

CAIXA

ESPECIFICAÇÕES PARA EMPREENDIMENTOS 3SM
CASAS - PNHR

Projeto	**Projeto paradigma** - Casa com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas / cozinha / área de serviço(externa) / circulação / banheiro.
DIMENSÕES DOS CÔMODOS - Observar as dimensões da NBR 15.575	
Mobiliário mínimo dormitório casal	1 cama (1,40x1,95); 1 criado-mudo (0,50x0,50); 1 guarda-roupa (1,50x0,55) e circulação de 0,50m.
Mobiliário mínimo dormitório duas pessoas	2 camas (0,80x1,95); 1 criado (0,50x0,50); 1 guarda-roupa (1,50x0,55) e circulação de 0,80 m entre as camas e restante com 0,50 m.
Mobiliário mínimo cozinha	Largura mínima da cozinha: 1,60m. Quantidade mínima: pia, fogão (0,60x0,60) e geladeira (0,70x0,70). Previsão para armário sob a pia e gabinete.
Sala de estar/refeições	Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos, mesa para 4 pessoas e Estante/Armário TV.
Área de Serviço	Quantidade mínima: 1 tanque (0,60x0,55) e 1 máquina (0,60x0,65).
CARACTERÍSTICAS GERAIS	
Área útil (área interna, sem contar áreas de paredes)	32 m² (não computada área de serviço).
Pé direito mínimo	Observar a orientação municipal vigente ou adotar as dimensões mínimas previstas na Norma de Desempenho quando o município não regulamentar o assunto.
Forro	Forro de madeira ou PVC.
Cobertura	Cobertura em telha cerâmica sobre estrutura de madeira ou metálica ou outra solução com desempenho equivalente.
Revestimento Interno	Massa única, gesso (exceto banheiros, cozinhas ou áreas de serviço) ou concreto regularizado para pintura.
Revestimento Externo	Massa única ou concreto regularizado para pintura.
Revestimento Áreas Molhadas	Azulejo no box com altura mínima de 1,50m. Barrado impermeável sobre a pia e o tanque.
Revestimento áreas comuns	Massa única, gesso ou concreto regularizado para pintura.
Esquadrias e Ferragens	Portas internas, completas, em madeira. Aceitável porta metálica adequada à agressividade do meio no acesso à casa.
Portas banheiro	largura de 0,80 para o caso de unidades adaptadas para portadores de necessidades especiais
Portas quartos	largura de 0,80 para o caso de unidades adaptadas para portadores de necessidades especiais
Portas externas	0,80 x 2,10m
Janelas	De alumínio para regiões litorâneas(ou meios agressivos) e de aço para demais regiões.
Pisos	Cerâmica esmaltada em banheiro e cozinha, com rodapé. Cimentado preparado para aplicação de cerâmica nas demais áreas.
Ampliação da UH	Os projetos deverão prever a ampliação das casas.
PINTURAS	
Paredes internas	Tinta PVA
Paredes áreas molhadas	Tinta acrílica
Paredes externas	Tinta acrílica ou textura impermeável
Tetos	Tinta PVA
Esquadrias	Em esquadrias de aço, esmalte (2 demãos) sobre fundo preparador (1 demão).
LOUÇAS E METAIS	
Lavatório	Louça sem coluna e torneira metálica cromada.
Vaso Sanitário	Louça com caixa de descarga acoplada.
Tanque	Capacidade mínima de 18 litros, de concreto pré-moldado, granilite ou mármore sintético com torneira metálica cromada.
Pia cozinha	Bancada de 1,20x0,55m com cuba de granilite ou mármore sintético, torneira metálica cromada.
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / TELEFÔNICAS	
Número de pontos de tomadas elétricas	2 na sala, 4 na cozinha, 1 na área de serviço, 2 em cada dormitório, 1 tomada no banheiro e mais 1 tomada para chuveiro elétrico (mesmo em caso de aquecimento solar).
Número de pontos diversos	1 ponto de telefone, 1 ponto de antena e 1 ponto de interfone (em condomínios).
Número de circuitos	Prever circuitos independentes para chuveiro (dimensionado para a potência usual do mercado local), tomadas e iluminação.
Interfone	Instalar sistema de interfone (em condomínios)

DIVERSOS	
Reservatório	Caixa d´água de 500 litros ou de maior capacidade quando exigido pela concessionária local. Para reservatório elevado de água potável, em condomínio, prever instalação de no mínimo 2 bombas de recalque com manobra simultânea.
Vagas	Vagas de garagem conforme definido na legislação municipal
Cercamento do condomínio	Alambrado com baldrame e altura mínima de 1,80m no entorno do condomínio.
Proteção da alvenaria externa	Piso em concreto de 0,50 m de largura ao redor da edificação.
Calçadas	Quando previstas, as calçadas deverão apresentar largura mínima de 0,80m.
Máquina Lavar	Prever solução para máquina de lavar roupas (ponto elétrico, hidráulica e de esgoto).
Equipamento de lazer / uso comunitário	Para empreendimentos com 60UH ou mais, prever 1% da soma dos custos de Infraestrutura e Edificações para construção de equipamentos de lazer/uso comum. Priorização: centro comunitário, quadra de esportes, praça / playground.
TECNOLOGIAS INOVADORAS	
	Aceitáveis as tecnologias inovadoras testadas e aprovadas conforme a Norma de Desempenho - NBR-15.575 e homologadas pela CAIXA.
SUSTENTABILIDADE	
	Aquecimento solar nas unidades (item financiável nas regiões S, SE, CO e regiões frias do NE). Sistema aprovado pelo INMETRO e Qualisol
	Medição individualizada de água e gás (ou sistema de botijão individualizado).
INFRAESTRUTURA	
	Pavimentação com guias, sarjetas e sistema de drenagem
	Sistema de abastecimento de água
	Solução para esgotamento sanitário
	Energia elétrica e iluminação pública
ACESSIBILIDADE	
	Seguir a legislação municipal e estadual sobre o tema.
	Os espaços públicos devem ser acessíveis

Anexo C

Especificações Mínimas – Projeto Padrão/CEF

Resoluções nos 460/2004 e 518/2006.

Programa Operações Coletivas – FGTS - Resolução 460/518

1.Informações Gerais
2.O Papel de cada um dos Agentes
3.O Programa
4.O que fazer para viabilizar o empreendimento?
5.Análise de Engenharia da Caixa
6.Análise Jurídica da Caixa
7.Análise dos Beneficiário da Caixa
8.Trabalho Social

5. Análise de Engenharia da Caixa

ELEMENTOS DO PROJETO

-Memorial descritivo (arquitetura, geológico, hidráulico, elétrico, infra-estrutura, estrutura, etc..);
-Quadro de Composição de Investimentos – QCI (Modelo CAIXA);
-Orçamento discriminado (Modelo CAIXA);
-Cronograma físico-financeiro (Modelo CAIXA);
-Plantas habitação (arquitetônico/hidrossanitário/elétrico);
-Plantas das obras de infra-estrutura;
-Fotos do local ou da moradia (reforma);
-Mapa da cidade/município localizando as unidades;
-ART de projeto e execução;
-Projeto devidamente aprovado pela PM;
-Diretrizes dos concessionários. (Concessionárias de Serviços Públicos, Corpo de Bombeiros e/ou Prefeitura)
- Projeto geotécnico – terraplanagem, contenções, drenagem, etc...

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

HABITAÇÃO

-Viga de baldrame em concreto e impermeabilizada
-Paredes externas em alvenaria de tijolos
-Viga de cinta das alvenarias em concreto
-Cobertura em fibrocimento (e= 5 mm)
-Colocação de forro e porta interna no banheiro
-Pavimentação interna com cimento alisado
-Reboco com pintura impermeável nas paredes molhadas
-Revestimento externo das alvenarias com reboco
-Esquadrias com vidros
-Instalações hidrossanitárias completas
-Instalações elétricas completas
-Colocação de vaso sanitário, lavatório e tanque

INFRA-ESTRUTURA

-Encaminhar todos os projetos (água, energia elétrica, esgoto sanitário, topografia, movimento de terra, urbanístico, pavimentação, loteamento, etc)
-Os projetos de infra-estrutura deverão estar devidamente aprovados

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

-Encaminhar os projetos completos, com as devidas aprovações

Fonte:

http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=190:programa-operacoes-coletivas-fgts-resolucao-460518&catid=67:carta-de-credito-fgts-operacoes-coletivas&Itemid=98

Anexo D

Especificações Mínimas – Projeto Padrão/CEF – PNHR / 2009.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA UNIDADES HABITACIONAIS PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - PNHR	
Projeto	**Projeto paradigma** - Casa com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas / cozinha / área de serviço (externa) / banheiro.
Mobiliário mínimo dormitório casal	1 cama (1,40x1,95); 1 criado-mudo (0,50x0,50); 1 guarda-roupa (1,50x0,55) e circulação de 0,50m.
Mobiliário mínimo dormitório duas pessoas	2 camas (0,80x1,95); 1 criado (0,50x0,50); 1 guarda-roupa (1,50x0,55) e circulação de 0,80 m entre as camas e restante com 0,50 m.
Mobiliário mínimo cozinha	Largura mínima da cozinha: 1,60m. Quantidade mínima: pia, fogão (0,60x0,60) e geladeira (0,70x0,70). Previsão para armário sob a pia e gabinete.
Sala de estar/refeições	Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos, mesa para mín. 4 pessoas e Estante/Armário TV.
Área de Serviço	No mínimo 1 tanque (0,60x0,55)
CARACTERÍSTICAS GERAIS	
Área Útil (área interna, sem contar áreas de paredes) Mínima	32 m^2 (não computada a área de serviço).
Pé Direito Mínimo	Observar a orientação Municipal vigente.
Fundações	Conforme característica do solo local e respectivo projeto.
Estrutura	Conforme projeto específico a ser elaborado pelo RT, contendo minimamente amarração no respaldo, painéis de paredes solidarizados (amarrações de canto), soluções para vergas e contravergas.
Cobertura	Estrutura de madeira imunizada, devidamente dimensionada; preferenciamente coberta com telha cerâmica com caimento adequado e forro no mínimo no banheiro; como alternativa a utilização de cobertura em telha de fibrocimento (mínimo 6mm) desde que a UH tenha forro na sua totalidade. Beiral mínimo de 40cm.
Revestimento Interno	Chapisco de cimento/areia e reboco massa única de cimento/areia/cal, espessura resultante mínima de 2cm, em todas as paredes internas, até a cobertura/forro.
Revestimento Externo	Chapisco de cimento/areia e reboco massa única impermeável de cimento/areia/cal, espessura resultante mínima de 2cm, em todas as paredes externas.
Revestimento Áreas Molhadas	Azulejo no box, com altura mínima de 1,50m. Barra impermeável de 50cm sobre a pia da cozinha, tanque e lavatório.
Pintura	Solução adequada a cultura local, admitindo no mínimo a caiação em todas as paredes internas e externas. Pintura a óleo nas esquadrias de madeira com abertura externa.
Esquadrias - Janelas	Completa, em aço ou madeira, atendendo minimamente as normas vigentes e posturas locais. No caso de esquadria em aço, devidamente protegida contra a corrosão. Atenção especial para ambientes marítmos e/ou com alta agressividade atmosférica. Dimensões de acordo com a Norma de Desempenho NBR 15.575.
Esquadrias - Portas	Completa, em aço ou madeira, atendendo minimamente as normas vigentes e posturas locais. No caso de portas em aço, devidamente protegida contra a corrosão. Atenção especial para ambientes marítmos e/ou com alta agressividade atmosférica. Portas externas devem ter no mínimo 0,80x2,10m (preferencialmente metálica) e as internas devem ter largura de 0,80x2,10m para unidades adaptadas para portadores de necessidade especial.
Piso	Superfície acabada desempenada na casa toda e alisada no banheiro. Observar os caimentos adequados para ambientes externos e ralos de captação.
Instalações Elétricas	Mínimo três circuitos sendo um exclusivo para o chuveiro (mínimo de 4.400w), um para as tomadas e o outro para a iluminação. Prever um ponto de luz e uma tomada por cômodo, exceto cozinha que deverá ter duas tomadas para carga mínima de 1.800w cada. Não é permitido fio em paralelo, somente rígidos. O chuveiro é dispensável no Norte e Nordeste.
Instalações Hidráulicas	Em tubos de PVC, embutidos na alvenaria/solo, com registros e demais conexões, prever pontos de água para a pia da cozinha, para o tanque, para o chuveiro, para o vaso sanitário e para o lavatório. Deverá ser interligado à caixa d´água (capacidade mínima de 500 litros ou de maior capacidade quando exigido pela concessionária local).
Instalações Sanitárias	Em tubos de PVC, embutidos na alvenaria/solo, com conexões, caixa de gordura para a cozinha, prever pontos de coleta na pia da cozinha, no tanque, no chuveiro, no vaso sanitário e no lavatório. Todos os ralos deverão ser sifonados. Deverá ser interligada à fossa séptica/sistema de tratamento de efluentes.
Calçada Externa	Em todo o perímetro da edificação com avanço de 10 cm sobre a projeção do beiral, em concreto desempenado espessura de 5cm sobre solo devidamente compactado e caimento de 1% para fora da edificação.
Vidros	Espessura mínima de 3mm
Louças e Torneiras	Vaso sanitário em louça com caixa externa, lavatório em louça sem coluna para fixação na parede, e tanque (de concreto pré-moldado, granilite ou mármore sintético), e torneira em todos os pontos.
Tratamento Efluentes	No caso de ausência de sistema de coleta e tratamento adotar fossa séptica com sumidouro/vala de infiltração, conforme normas e técnicas regionais. Observar a locação do sumidouro/vala de modo a evitar a contaminação de pontos de captação de água.
Interligação a Sistemas	A UH deverá ao seu final estar interligada a sistemas de água e energia elétrica ou existir solução prevista p/ o atendimento.
Orientação das Aberturas e Cotas	As unidades habitacionais deverão buscar a melhor orientação solar para iluminação natural e maior conforto témico e ventilação. A cota do piso interno deverá estar no mínimo 15cm acima da cota mais alta do terreno lindeiro à UH.

Anexo E

Ofício INCRA – nº 937/SR-11/RS

Arrecadação da área da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL – SR11

OF. Nº 937/SR-11/RS

Porto Alegre, 23 de dezembro de 2010

Senhor Supervisor,

Comunicamos, a Vossa Senhoria, que o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇAO E REFORMA AGRÁRIA/RS iniciou procedimento para Arrecadação da área na Ilha da Torotama, 3º Distrito de Rio Grande/RS, com aproximadamente 600 hectares, visando à regularização das ocupações de aproximadamente 500 famílias que vivem da pesca no estuário da Lagoa dos Patos e agricultura familiar de subsistência.

O procedimento desencadeado pelo INCRA/RS se baseia no indicativo de terras devolutas, localizada em área indispensável à segurança nacional (Faixa de Fronteira), em conformidade com o Art. 28 da Lei 6.383, de 07 de dezembro de 1976, cabendo a Autarquia o procedimento legal de incorporação ao Patrimônio da União e posterior destinação.

O levantamento parcial das ocupações, foi apresentado ao INCRA através do Ofício nº 1347/2010 – SFPA/RS, de 07/12/2010, pelo qual a Superintendência Federal do RS do Ministério da Pesca e Aqüicultura afirma que os listados possuem cadastro no Registro Geral de Pesca (RGP); que encaminhamos em anexos, e mapa e memorial descritivo, da área objeto de regularização, elaborados pelo arquiteto Fabrício Gallo Corrêa, CREA/RS 83.933 d.

Quanto à contestação ou reclamação administrativa referente a domínio e posse da área mencionada será tratada dentro dos ditames legais.

Atenciosamente,

Roberto Ramos
Superintendente Regional Interino
INCRA/RS

Ilmo. Sr. Gustavo Meinhardt Neto
Coordenador de Sustentação ao Negócio
Supervisão de Habitação de Interesse Social – RSGOV/PO
Rua dos Andradas, 1000 – Centro
Porto Alegre - RS
CEP 90.020-007

Anexo F

Mapeamento da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS – Crehnor-Sarandi.

Determinação da Poligonal Aberta *(perímetro)* de Abrangência – Ilha da Torotama – Rio Grande /RS

ponto de medição	coordenada geográfica	
01	S 31,90875°	W 52,17483°
02	S 31,91096°	W 52,17591°
03	S 31,92058°	W 52,18062°
04	S 31,92324°	W 52,17660°
05	S 31,92343°	W 52,17579°
06	S 31,92322°	W 52,16311°
07	S 31,92300°	W 52,15019°
08	S 31,92275°	W 52,14105°
09	S 31,92066°	W 52,14018°
10	S 31,91922°	W 52,13913°

Descrição da Poligonal Aberta: O ponto inicial (nº 01) se deu na posição noroeste da área habitada, à orla da Lagoa dos Patos. Os pontos nºs 02 e 03 foram localizados em uma linha perpendicular à orla, sentido sudoeste, sendo o ponto nº 02 posicionado na Via Principal e o nº 03 na Via Secundária, paralela à Principal. Daí posicionou-se, no sentido sudeste, os pontos nºs 04 e 05, onde a estrada Via Secundária faz uma inflexão no sentido leste, sendo neste trecho posicionados os pontos nºs 06, 07 e 08, este último onde termina a estrada Via Secundária. Fechando a poligonal aberta, posicionou-se os pontos nºs 09 e 10, de forma eqüidistante, no sentido nordeste, até terminar novamente à orla da Lagoa dos Patos.

Visualização Aérea – *ver mapa em anexo (prancha)*

fonte: google earth – ver prancha em anexo

Pelotas/RS, Dezembro de 2010.

Fabrício Gallo Corrêa.

*Arquiteto & Urbanista - **CREA/RS 83.933 d.***

CREHNOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda.

Anexo G

Diário Oficial da União – 26 de setembro de 2012.

Arrecadação da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS ao Patrimônio da União.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 577, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do Art. 21 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com os incisos X e XIV do art. 122 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20, de 8 de abril de 2009, e nos termos do art. 11 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e

CONSIDERANDO a faculdade prevista no art. 28, da Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976;

CONSIDERANDO a inexistência de domínio sobre o Imóvel à ser arrecadado, denominado Ilha Turutama, situado no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, conforme memorial descritivo de folhas 162 a 165 e na representação gráfica da folha 161 do processo administrativo INCRA nº 54220.002456/2010-29;

CONSIDERANDO que sobre o referido imóvel não há contestações ou reclamações administrativas promovidas por terceiros e que os domínios inseridos na área foram devidamente excluídos, consoante informação emitida pela Superintendência do Patrimônio da União no estado Rio Grande do Sul e pelo Departamento de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo-SDRC do Rio Grande do Sul, bem como os entendimentos técnicos e jurídicos instruídos no processo;

CONSIDERANDO finalmente a proposição apresentada pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária no Rio Grande do Sul, resolve:

I - ARRECADAR, como terra devoluta, incorporando-se ao patrimônio da União, a área de 782,4948 há, com a denominação de Ilha Turutama, situada no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e administrativamente jurisdicionada à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul, com as seguintes características e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P0001, de coordenadas N 6.469.114,038m e E 388.918,034m; ; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 99°57'30" e 244,96 m até o vértice P0002, de coordenadas N 6.469.071,677m e E 389.159,301m; 112°46'13" e 290,53 m até o vértice P0003, de coordenadas N 6.468.959,229m e E 389.427,192m; 109°19'23" e 269,86 m até o vértice P0004, de coordenadas N 6.468.869,932m e E 389.681,854m; 107°03'25" e 304,43 m até o vértice P0005, de coordenadas N 6.468.780,635m e E 389.972,897m; 112°04'04" e 264,09 m até o vértice P0006, de coordenadas N 6.468.681,416m e E 390.217,637m; 114°13'40" e 72,53 m até o vértice P0007, de coordenadas N 6.468.651,650m e E 390.283,783m; 84°48'20" e 73,06 m até o vértice P0008, de coordenadas N 6.468.658,265m e E 390.356,543m; 110°55'28" e 120,39 m até o vértice P0009, de coordenadas N 6.468.615,270m e E 390.468,991m; 109°44'49" e 137,04 m até o vértice P0010, de coordenadas N 6.468.568,968m e E 390.597,976m; 102°52'30" e 118,74 m até o vértice P0011, de coordenadas N 6.468.542,510m e E 390.713,731m; 101°18'36" e 101,18 m até o vértice P0012, de coordenadas N 6.468.522,666m e E 390.812,950m; 112°50'01" e 68,18 m até o vértice P0013, de coordenadas N 6.468.496,207m e E 390.875,789m; 90°00'00" e 92,60 m até o vértice P0014, de coordenadas N 6.468.496,207m e E 390.968,393m; 90°00'00" e 82,68 m até o vértice P0015, de coordenadas N 6.468.496,207m e E 391.051,076m; 11°5'12'04" e 62,14 m até o vértice P0016, de coordenadas N 6.468.469,749m e E 391.107,300m; 79°22'49" e 53,84 m até o vértice P0017, de coordenadas N 6.468.479,671m e E 391.160,217m; 109°58'59" e 232,27 m até o vértice P0018, de coordenadas N 6.468.400,296m e E 391.378,498m; 110°09'02" e 251,54 m até o vértice P0019, de coordenadas N 6.468.313,644m e E 391.614,639m; 133°15'51" e 61,77 m até o vértice P0020, de coordenadas N 6.468.271,311m e E 391.659,619m; 98°52'50" e 85,69 m até o vértice P0021, de coordenadas N 6.468.258,082m e E 391.744,286m; 128°55'39" e 88,43 m até o vértice P0022, de coordenadas N 6.468.202,519m e E 391.813,077m; 63°26'06" e 17,75 m até o vértice P0023, de coordenadas N 6.468.210,457m e E 391.828,952m; 119°58'54" e 79,42 m até o vértice P0024, de coordenadas N 6.468.170,769m e E 391.897,744m; 106°15'37" e 132,29 m até o vértice P0025, de coordenadas N 6.468.133,727m e E 392.024,744m; 116°33'54" e 100,58 m até o vértice P0026, de coordenadas N 6.468.088,748m e E 392.114,703m; 112°59'19" e 94,85 m até o vértice P0027, de coordenadas N 6.468.051,706m e E 392.202,016m; 86°49'03" e 75,84 m até o vértice P0028, de coordenadas N 6.468.055,917m e E 392.277,736m; 126°09'29" e 85,20 m até o vértice P0029, de coordenadas N 6.468.005,646m e E 392.346,528m; 136°07'24" e 95,43 m até o vértice P0030, de coordenadas N 6.467.936,854m e E 392.412,674m; 117°12'58" e 104,13 m até o vértice P0031, de coordenadas N 6.467.889,229m e E 392.505,278m; 151°36'25" e 111,28 m até o vértice P0032, de coordenadas N 6.467.791,333m e E 392.558,195m; 126°01'39" e 71,97 m até o vértice P0033, de coordenadas N 6.467.749,000m e E 392.616,403m; 117°53'50" e 101,79 m até o vértice P0034, de coordenadas N 6.467.701,374m e E 392.706,362m; 139°36'00" e 163,29 m até o vértice P0035, de coordenadas N 6.467.577,020m e E 392.812,195m; 135°00'00" e 44,90 m até o vértice P0036, de coordenadas N 6.467.545,270m e E 392.843,946m; 157°09'59" e 54,55 m até o vértice P0037, de coordenadas N 6.467.494,999m e E 392.865,112m; 169°59'31" e 45,67 m até o vértice P0038, de coordenadas N 6.467.450,020m e E 392.873,050m; 198°26'06" e 41,83 m até o vértice P0039, de coordenadas N 6.467.410,332m e E 392.859,821m; 171°52'12" e 37,42 m até o vértice P0040, de coordenadas N 6.467.373,290m e E 392.865,112m; 126°28'09" e 75,67 m até o vértice P0041, de coordenadas N 6.467.328,311m e E 392.925,967m; 125°45'14" e 81,51 m até o vértice P0042, de coordenadas N 6.467.280,686m e E 392.992,113m; 126°15'14" e 49,22 m até o vértice P0043, de coordenadas N 6.467.251,582m e E 393.031,800m; 239°02'10" e 46,28 m até o vértice P0044, de coordenadas N 6.467.227,769m e E 392.992,113m; 239°02'10" e 61,71 m até o vértice P0045, de coordenadas N 6.467.196,019m e E 392.939,196m; 259°59'31" e 45,67 m até o vértice P0046, de coordenadas N 6.467.188,082m e E 392.894,216m; 264°48'20" e 58,45 m até o vértice P0047, de coordenadas N 6.467.182,790m e E 392.836,008m; 260°32'16" e 64,38 m até o vértice P0048, de coordenadas N 6.467.172,207m e E 392.772,508m; 240°15'18" e 85,33 m até o vértice P0049, de coordenadas N 6.467.129,873m e E 392.698,424m; 262°52'30" e 85,33 m até o vértice P0050, de coordenadas N 6.467.119,290m e E 392.613,758m; 270°00'00" e 113,77 m até o vértice P0051, de coordenadas N 6.467.119,290m e E 392.499,987m; 255°57'50" e 109,09 m até o vértice P0052, de coordenadas N 6.467.092,832m e E 392.394,153m; 270°00'00" e 127,00 m até o vértice P0053, de coordenadas N 6.467.092,832m e E 392.267,153m; 284°18'01" e 139,25 m até o vértice P0054, de coordenadas N 6.467.127,227m e E 392.132,215m; 306°34'23" e 102,13 m até o vértice P0055, de coordenadas N 6.467.188,082m e E 392.050,194m; 297°12'58" e 104,13 m até o vértice P0056, de coordenadas N 6.467.235,707m e E 391.957,590m; 304°30'31" e 102,75 m até o vértice P0057, de coordenadas N 6.467.293,915m e E 391.872,923m; 289°10'44" e 64,43 m até o vértice P0058, de coordenadas N 6.467.315,082m e E 391.812,068m; 328°05'03" e 54,75 m até o vértice P0059, de coordenadas N 6.467.361,553m e E 391.783,125m; 252°07'06" e 61,45 m até o vértice P0060, de coordenadas N 6.467.342,684m e E 391.724,640m; 235°57'06" e 767,82 m até o vértice M3001, de coordenadas N 6.468.044,387m e E 392.036,347m; 297°39'18" e 60,33 m até o vértice M3004, de coordenadas N 6.468.072,388m e E 391.982,911m; 296°46'16" e 115,44 m até o vértice M3005, de coordenadas N 6.468.124,384m e E 391.879,847m; 206°34'41" e 448,14 m até o vértice M3006, de coordenadas N 6.467.723,605m e E 391.679,343m; 214°23'54" e 236,89 m até o vértice M3007, de coordenadas N 6.467.528,138m e E 391.545,512m; 267°54'38" e 98,96 m até o vértice M3008, de coordenadas N 6.467.524,530m e E 391.446,620m; 206°26'49" e 528,86 m até o vértice P0061, de coordenadas N 6.467.051,015m e E 391.211,082m; 214°03'11" e 27,46 m até o vértice P0062, de coordenadas N 6.467.028,262m e E 391.195,705m; 251°33'54" e 31,38 m até o vértice P0063, de coordenadas N 6.467.018,341m e E 391.165,939m; 231°20'25" e 42,35 m até o vértice P0064, de coordenadas N 6.466.991,882m e E 391.132,866m; 270°00'00" e 36,38 m até o vértice P0065, de coordenadas N 6.466.991,882m e E 391.096,486m; 236°46'06" e 114,66 m até o vértice P0066, de coordenadas N 6.466.929,044m e E 391.000,574m; 223°01'30" e 67,86 m até o vértice P0067, de coordenadas N 6.466.879,434m e E 390.954,272m; 206°33'54" e 44,37 m até o vértice P0068, de coordenadas N 6.466.839,746m e E 390.934,428m; 254°03'17" e 48,15 m até o vértice P0069, de coordenadas N 6.466.826,517m e E 390.888,126m; 216°01'39" e 44,98 m até o vértice P0070, de coordenadas N 6.466.790,137m e E 390.861,667m; 206°33'54" e 36,98 m até o vértice P0071, de coordenadas N 6.466.757,064m e E 390.845,131m; 201°59'28" e 185,47 m até o vértice P0072, de coordenadas N 6.466.585,085m e E 390.775,678m; 246°12'33" e 672,29 m até o vértice P0073, de coordenadas N 6.466.313,886m e E 390.160,520m; 230°42'38" e 94,01 m até o vértice P0074, de coordenadas N 6.466.254,355m e E 390.087,760m; 265°36'05" e 86,24 m até o vértice P0075, de coordenadas N 6.466.247,740m e E 390.001,770m; 306°12'32" e 236,26 m até o vértice P0076, de coordenadas N 6.466.387,308m e E 389.811,137m; 309°33'08" e 172,43 m até o vértice P0077, de coordenadas N 6.466.497,110m e E 389.678,184m; 322°07'30" e 75,42 m até o vértice P0078, de coordenadas N 6.466.556,642m e E 389.631,882m; 324°27'44" e 113,80 m até o vértice P0079, de coordenadas N 6.466.649,246m e E 389.565,736m; 296°33'54" e 66,56 m até o vértice P0080, de coordenadas N 6.466.679,012m e E 389.506,204m; 245°51'16" e 105,11 m até o vértice P0081, de coordenadas N 6.466.636,017m e E 389.410,293m; 229°23'55" e 60,98 m até o vértice P0082, de coordenadas N 6.466.596,329m e E 389.363,990m; 203°44'58" e 90,33 m até o vértice P0083, de coordenadas N 6.466.513,647m e E 389.327,610m; 208°18'03" e 97,66 m até o vértice P0084, de coordenadas N 6.466.427,657m e E 389.281,308m; 232°07'30" e 37,71 m até o vértice P0085, de coordenadas N 6.466.404,506m e E 389.251,542m; 267°47'51" e 86,05 m até o vértice P0086, de coordenadas N 6.466.401,199m e E 389.165,553m; 263°09'26" e 83,28 m até o vértice P0087, de coordenadas N 6.466.391,277m e E 389.082,870m; 250°49'16" e 80,54 m até o vértice P0088, de coordenadas N 6.466.364,818m e E 389.006,802m; 255°27'56" e 92,25 m até o vértice P0089, de coordenadas N 6.466.341,667m e E 388.917,505m; 289°26'24" e 59,62 m até o vértice P0090, de coordenadas N 6.466.361,511m e E 388.861,281m; 335°33'22" e 39,96 m até o vértice P0091, de coordenadas N 6.466.397,891m e E 388.844,745m; 325°18'17" e 52,29 m até o vértice P0092, de coordenadas N 6.466.440,886m e E 388.814,979m; 282°31'44" e 30,49 m até o vértice P0093, de coordenadas N 6.466.447,501m e E 388.785,213m; 288°26'06" e 52,29 m até o vértice P094, de coordenadas N 6.466.464,037m e E 388.735,604m; 315°00'00" e 126,29 m até o vértice P0095, de coordenadas N 6.466.553,334m e E 388.646,307m; 272°36'09" e 72,84 m até o vértice P0096, de coordenadas N 6.466.556,642m e E 388.573,546m; 244°58'59" e 54,75 m até o vértice P0097, de coordenadas N 6.466.533,491m e E 388.523,937m; 349°22'49" e 53,84 m até o vértice P0098, de coordenadas N 6.466.586,407m e E 388.514,015m; 20°33'22" e 84,77 m até o vértice P0099, de coordenadas N 6.466.665,783m e E 388.543,780m; 45°00'00" e 70,16 m até o vértice P0100, de coordenadas N 6.466.715,392m e E 388.593,390m; 52°35'41" e 141,56 m até o vértice P0101, de coordenadas N 6.466.801,382m e E 388.705,838m; 46°58'30" e 67,86 m até o vértice P0102, de coordenadas N 6.466.847,684m e E 388.755,448m; 36°15'14" e 61,52 m até o vértice P0103, de coordenadas N 6.466.897,293m e E 388.791,828m; 12°43'28" e 105,11 m até o vértice P0104, de coordenadas N 6.466.999,820m e E 388.814,979m; 3°48'51" e 49,72 m até o vértice P0105, de coordenadas N 6.467.049,429m e E 388.818,286m; 330°45'04" e 94,76 m até o vértice P0106, de coordenadas N 6.467.132,112m e E 388.771,984m; 313°01'30" e 135,72 m até o vértice P0107, de coordenadas N 6.467.224,716m e E 388.672,765m; 307°41'39" e 183,90 m até o vértice P0108, de coordenadas N 6.467.337,164m e E 388.527,244m; 294°51'49" e 149,45 m até o vértice P0109, de coordenadas N 6.467.400,003m e E 388.391,645m; 278°07'48" e 140,32 m até o vértice P0110, de coordenadas N 6.467.419,847m e E 388.252,738m; 273°41'29" e 102,74 m até o vértice P0111, de coordenadas N 6.467.426,461m e E 388.150,212m; 295°42'36" e 99,11 m até o vértice P0112, de coordenadas N 6.467.469,456m e E 388.060,915m; 302°09'08" e 136,72 m até o vértice P0113, de coordenadas N 6.467.542,217m e E 387.945,159m; 331°41'57" e 97,66 m até o vértice P0114, de coordenadas N 6.467.628,206m e E 387.898,857m; 350°57'38" e 147,35 m até o vértice P0115, de coordenadas N 6.467.773,728m e E 387.875,706m; 15°38'32" e 171,72 m até o vértice P0116, de coordenadas N 6.467.939,092m e E 387.922,008m; 22°31'29" e 133,47 m até o vértice P0117, de coordenadas N 6.468.062,383m e E 387.973,139m; 306°53'01" e 54,99 m até o vértice P0118, de coordenadas N 6.468.095,390m e E 387.929,152m; 44°09'02" e 1.419,69 m até o vértice P0001, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro em um ponto transportado para o interior do imóvel codificado como BASE, de coordenadas N 6.467.856,767m e E 391.579,063m, realizado a partir das Estação Ativas IBGE/INCRA de Porto Alegre-RS (POAL) e Santa Maria (SMAR) e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°, fuso 22, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

II - Determinar à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul a adoção das medidas subseqüentes, com vistas à realização da matrícula da aludida área em nome da União perante o Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 49 , DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Institui Comitê Consultivo, para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 22 do Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Instituir Comitê Consultivo, vinculado ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA.

Art. 2º O Comitê Consultivo será composto por representantes governamentais e da sociedade civil.

§ 1º A representação governamental no Comitê Consultivo será exercida por integrantes dos seguintes órgãos e entidades da administração pública federal:

I - dois representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, sendo um da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e outro da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN;

II - um representante do Ministério do Meio Ambiente;

III - um representante do Ministério da Pesca e Aquicultura;

IV - um representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

V - um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

VI - um representante da Fundação Nacional do Índio;

VII - demais membros do GGPAA, sendo um de cada órgão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012092600070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo H

Reportagem do Jornal Zero Hora – Edição de 10 e 11 de março de 2018.

“As Leoas da Ilha dos Siris”.

---

https://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/zh-singular/rio-grande-sirizeiras/

As leoas da ilha dos siris

Singular
{CAPA DO ESPECIAL}

{MARCADA PELA PESCA DOS CRUSTÁCEOS, A ILHA DA TOROTAMA, PERTO DE RIO GRANDE, É UM LUGAR ONDE VIVEM MULHERES FORTES, MAS CUJO TRABALHO NEM SEMPRE RECEBE O DEVIDO VALOR

Os calos nos indicadores, as impressões digitais gastas dos dedões e os cortes nas mãos ajudam a identificar as sirizeiras da Ilha da Torotama, em Rio Grande. As marcas surgem com a força manual feita por elas – a maioria, esposas de pescadores – enquanto vão desmembrando o siri, cuja carne é responsável por garantir uma renda extra às famílias na localidade de 1,2 mil habitantes, distante 50 quilômetros do centro do município no sul do Rio Grande do Sul. A atividade sempre foi considerada a mais desvalorizada entre os moradores – é comum na região a frase “pescador é profissão, sirizeira é o destino”.

Retirado da laguna dos Patos, o crustáceo tem preço até cinco vezes menor do que o camarão. E é mais difícil de ser selecionado. Um trabalho penoso, como costumam dizer as mulheres da Torotama. Para se obter um quilo de carne, é preciso descascar 50 siris. Mas a função que atravessa gerações começou a ser vista de outra forma a partir de 2016, quando uma professora da escola municipal Cristóvão Pereira de Abreu, única instituição de Ensino Fundamental da região, propôs aos estudantes contarem as histórias das sirizeiras. Deu tão certo, que o projeto acabou envolvendo toda a escola. No final de 2017, a ação foi premiada nacionalmente.

– Quando cheguei à Torotama, percebi uma baixa autoestima entre os alunos e os próprios moradores. Eles demonstravam vergonha de dizer que tinham uma mãe sirizeira porque consideravam uma atividade sem valor. Então, descartavam o termo. Minha intenção era fazer com que se compreendessem como sujeitos daquele lugar. Dessa forma, eles começariam a valorizá-lo – conta a idealizadora do projeto, a professora de português Rosa Maria Martins.

SOBRE O TRABALHO
ARLETE (ACIMA) ESCREVE POESIAS QUE ABORDAM A ROTINA NA ILHA. ELA E AS DEMAIS MULHERES DO LOCAL CARREGAM NAS MÃOS AS MARCAS DO TRABALHO DE LIMPEZA E PREPARO DOS SIRIS PARA A VENDA E O CONSUMO

SOBRE O TRABALHO

Arlete (acima) escreve poesias que abordam a rotina na ilha. Ela e as demais mulheres do local carregam nas mãos as marcas do trabalho de limpeza e preparo dos siris para a venda e o consumo

As cinco estudantes do nono ano foram desafiadas a uma saída a campo para olharem como turistas o cenário diário. Segundo a professora, os moradores quase não saem da ilha porque a passagem até Rio Grande é considerada cara (R$ 8,85). Ela estava certa de que a turma voltaria à sala de aula com outra visão sobre a própria vida na ilha.

– Sempre acharam tudo feio e sem graça. Mas, naquele dia, disseram que a praia estava bonita e repleta de gaivotas. Ali, encontraram um grupo de sirizeiras trabalhando, elas riam muito enquanto tiravam a carne do siri, e ficamos contemplando de longe. Todas as mulheres eram conhecidas das meninas. Convidei-as para uma roda de conversa, outro dia, na escola – lembra Rosa Maria, que tem 60 anos.

O projeto interdisciplinar Valorizando Saberes Torotameiros recebeu a adesão de outros professores do sétimo e do oitavo anos: o aspecto ambiental foi enfocado em ciências; o espaço e as belezas, na geografia; os textos em crônicas e a pesquisa sobre o vocabulário local, em português. O foco principal do projeto foram as mulheres torotameiras – ou trotameiras, como se diz na ilha.

– Elas são fortes, não têm medo de enfrentar qualquer obstáculo. Lutam junto com as companheiras e se empoderam. São leoas porque fazem tudo pelos filhos, pois querem que eles tenham uma vida melhor do que aquela que elas tiveram. Mas não descuidam do companheiro. Trabalham em equipe com ele, indo para o mar, descascando siri, camarão e cortando os pescados em filés – resume Rosa Maria, a partir dos textos entregues pelos alunos.

AS SIRIZEIRAS
ARLETE, MARIA ARLENE, JANETE E CLÁUDIA PREFEREM TRABALHAR EM GRUPO

LUGAR DE POESIA

Sirizeira desde os 10 anos de idade, Arlete Borges, 47, orgulha-se em dizer que o dinheiro conquistado com o siri ajudou o filho Jean Borges Rocha, 25 anos, a concluir a faculdade de Matemática. Desde adolescente, ele auxiliava a mãe a retirar as carnes das garras maiores do crustáceo. O dinheiro arrecadado em moedas foi guardado num cofrinho. Assim, ela conseguiu reunir mais de R$ 1 mil.

– Foi com esse dinheiro que ele pagou a caução do aluguel de um apartamento na cidade (R$ 1,2 mil), quando passou no vestibular e precisou se mudar para o centro. Sem o siri, não teríamos conseguido pagar – conta, orgulhosa.

Viúva três vezes, Arlete é merendeira na escola e, nas horas vagas, divide-se entre o descasque e um hobby só revelado na roda de conversa com as estudantes: ela é poeta. Há sete anos, a sirizeira que havia cursado apenas a terceira série retornou à sala de aula, concluiu o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Médio a distância. Descobriu nas letras uma paixão que já era latente desde a infância. Um caderno escolar repleto de composições segue junto com ela o tempo inteiro, inclusive na hora de descascar o siri.

– Voltar aos estudos me fez perceber que tudo pode se tornar inspiração na hora de escrever. A laguna, as pessoas, o dia bonito e até as sirizeiras – conta.

TOROTAMEIRAS
LAGUNA É INSPIRAÇÃO PARA ARLETE . NAS HORAS VAGAS, NEILOIR TAMBÉM COSTURA REDES.

A exposição na roda de conversa dos estudantes ajudou Arlete a perder a vergonha de falar sobre as próprias poesias. No dia em que a reportagem esteve na Torotoma, ela fez questão de folhear o seu caderno. Nele, pequenos versos e poemas longos descrevem a realidade de quem mora na ilha. Arlete acabou surpreendendo, também, Rosa Maria e as colegas de trabalho ao propor produzir em alguns minutos um poema homenageando as mulheres da Torotama.

– Sabia que eu faço poesia? E posso fazer uma agora, só um minutinho – disse Arlete.

A entrevista com a professora nem tinha sido concluída quando ela retornou com uma folha de caderno nas mãos. Durante 20 minutos, sob a pia da cozinha da escola, Arlete escreveu As Sirizeiras:

Aqui na Torotama
não temos grande opção
trabalhamos com siri
sirizeiras de plantão.

Sirizeiras somos com alegria
é um meio de ganhar dinheiro
para sustentar a família.

Trabalhamos de sol a sol
incansáveis guerreiras
esta é a marca
das mulheres trotameiras.

Mulheres que trabalham
nesta luta divertida
mulheres sem mistério
sirizeiras atrevidas.

Profissão que me orgulho
que me orgulho bastante
de um anão
nos transformamos em um gigante.

Ao ler o poema diante da equipe de ZH e das colegas sirizeiras, Arlete se emocionou – e emocionou a todos ao seu redor. Ela diz que seu maior desejo é, um dia, publicar um livro com a própria obra. Mas não almeja ganhar fama. O que ela quer divulgar, por meio de seus versos, é a própria Ilha da Torotama.

COMER SIRI? NÃO!

Entre as sirizeiras mais experientes da ilha, Arlete costuma ser chamada de “faca na bota”. É uma das únicas que se acostumaram a agarrar siri vivo sem ser atacada pelo animal. Todas carregam cicatrizes de cortes feitos pelas garras afiadas do crustáceo. É um mecanismo de defesa do siri, antes de ser jogado na água fervendo.

A árdua desconstrução do pequeno animal invertebrado, que muitas vezes cabe na palma de uma mão, criou uma situação comum entre as mulheres: nenhuma come siri. A justificativa está na dificuldade da função e na forma como precisam tirar a vida dele, atirando-o na panela quente.

– Passava tanto trabalho para limpar o siri, que não valia a pena comer. Nunca quis colocá-lo na minha boca – confessa a merendeira Maria Arlene Gonçalves da Costa, sirizeira desde os 12.

– Vocês não têm noção do trabalho que é – completa a faxineira Janete da Rocha, 58 anos, que também começou com a mesma idade de Maria Arlene.

Aproximando-se de um ritual único envolvendo as mulheres, a retirada da carne passa por pelo menos cinco etapas. A primeira é colocar os siris ainda vivos na água fervida sobre a brasa improvisada na rua – geralmente, o trabalho é desenvolvido no pátio para evitar o cheiro dentro de casa.

Depois, elas retiram o casco, um por um. Colocados num recipiente limpo, os siris recebem um jato de mangueira para lavá-los mais uma vez. Em seguida, as duas garras maiores são separadas, pois também têm carne própria, e cortadas a faca nas duas juntas. Só então as carnes começam a ser separadas. A do corpo é clara, enquanto a das garras é mais escura e tem menor valor. Para cada quatro quilos da carne branca, são 1,5 quilo de carne retirada das garras.

– Tenho uma raiva de garra, de tanto que me machuquei. Por isso, aprendi a pegá-lo num bote só, pela barriga, para separá-lo dos outros – orgulha-se Arlete.

– O nosso é o melhor siri, mais claro e mais gordinho – defende faxineira Cláudia Rejane Lopes Miranda, 43 anos, há 33 sendo sirizeira nas horas vagas.

Na roda de trabalho, as mulheres fazem o processo manualmente e nem percebem a hora passar. A poeta confessa que chega a cochilar descascando, tamanha naturalização da tarefa que compartilha com as vizinhas de ilha.

– Trabalhar ao lado das outras ajuda a passar o tempo mais rápido e a não dormir sobre a bacia – justifica Arlete.

Apesar da aparente facilidade, foram necessários 60 minutos para 50 siris virarem 1 quilo de carne branca. Por dia, cada uma descasca até 300 siris.

SIRIZEIRA E PESCADORA

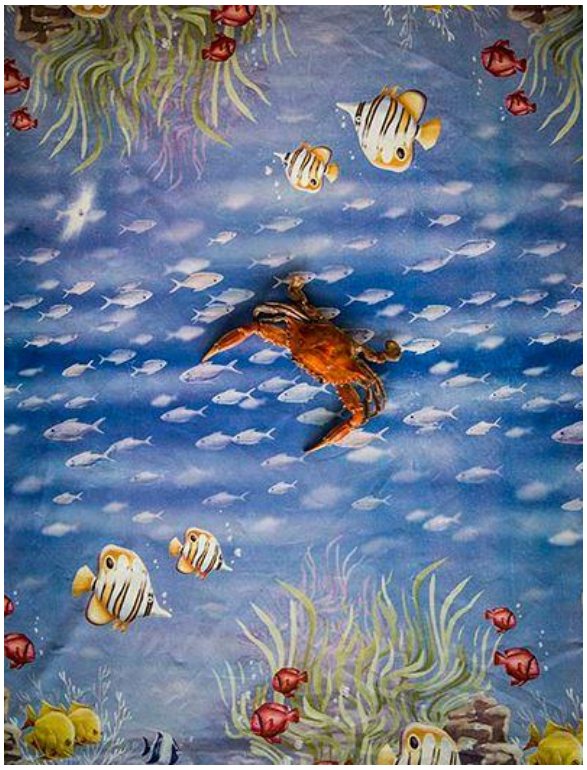
Ao contrário dos homens, que vão e voltam da laguna e do mar com os peixes e os crustáceos, restringindo seu trabalho à pesca, as trotameiras têm múltiplas funções na rotina de retirada dos animais da água. Além de descascarem e prepararem os siris, elas também aprendem a pescar e a costurar as redes usadas pelos maridos. Neiloir da Rocha, 55 anos, é pescadora aposentada. E trabalha como sirizeira há 37. Foi a difícil lida que a ajudou e ao marido, também pescador, a formar em Administração de Empresas a filha Gleici, hoje com 32 anos, que era a parceira de Neiloir no descasque de siri.

O filho Miguel, 19 anos, é vendedor no centro de Rio Grande e pretende cursar Engenharia. A filha mais nova, Melissa, 15, esteve entre o grupo de estudantes que fizeram parte do projeto da escola local. A adolescente ainda mora com os pais, mas Neiloir avisa que não quer que a caçula seja pescadora nem sirizeira. Entre os motivos, estão as marcas deixadas nas mãos pelas garras afiadas. Certa vez, a pescadora precisou tomar uma injeção antitetânica por causa de um corte em um dos dedos.

– É um serviço difícil e muito paciencioso. Quero meus filhos longe dessa vida, apesar de eu não conseguir me separar dela – diz a aposentada, que ainda pretende comprar uma casa no centro de Rio Grande, mas apenas para passeios: deseja continuar morando na Torotama.

Assim como as outras companheiras de função, Neiloir não come siri. Apesar disso, ela reconhece a importância do ofício nos últimos cinco anos, quando os peixe escassearam na região.

– O siri nos defendeu quando faltou peixe. Sou muito agradecida por este trabalho. Mas percebo que ele está ficando mais raro porque recebemos cada vez menos quando os maridos voltam da pescaria. Um dia, um senhor nos afirmou: “Vai chegar um tempo em que todos vão querer pescar siri e não vai ter”. Acho que esse dia está chegando – profetiza.



PROJETO PREMIADO

– Contar a nossa história a vocês nos ajudou ainda mais a perceber a importância do que fazemos – revelou, orgulhosa, Neiloir à equipe de reportagem.

O mesmo sentimento da aposentada foi vivenciado pelos estudantes da escola da ilha. A professora destaca que, a partir do momento em que as alunas se viram numa roda de conversa com essas mães, familiares e vizinhas, elas se reconheceram.

– Professora, meu texto me fez mais humana – uma delas confidenciou a Rosa Maria.

A tentativa deu certo e o projeto cresceu ainda mais, sendo reconhecido como uma das 10 práticas inovadoras no ensino de leitura e escrita durante o Seminário Com a Palavra, o Professor-Autor, em 2017, realizado pela Fundação Itaú Social.

Mais do que o prêmio, Rosa Maria celebrou as mudanças na Torotama. Demonstrou às alunas que o trabalho de sirizeira evidencia a força das mulheres e mostra aos homens que elas têm o que dizer e como ajudar para além dos serviços domésticos:

– Onde elas (estudantes) se reconheceram, elas entenderam que aquilo não era uma atividade menor. Era uma atividade de amor. E esse amor resgatou o sentimento de pertencimento que os estudantes têm agora pela Ilha da Torotama.

BELEZA NATURAL
O LOCAL DE TRABALHO DAS SIRIZEIRAS

O QUE QUER DIZER?

Algumas palavras bem particulares usadas pelos moradores da Ilha da Torotama (e seus respectivos significados)

Arreganado – brabo, enjoado

Atacha – pessoa irritada

Barco a pano – barco à vela

Cana de leme – pau comprido

Croa – monte de areia no meio da laguna

Disamão – longe do caminho

Jacuba – café com farinha

Javira – morena clara

Miroqueira – fofoqueira (relativo à Miroca, uma moradora da ilha)

Panero – tábua colocada dentro do bote para evitar que se pise diretamente no fundo do bote, fazendo furos

Parelha – conjunto de utensílios de pesca, redes e botes pertencentes a um pescador

Pé de galinha – usado para remar

Poveira – mãe solteira

Proeiro – pescadores que trabalham para um determinado patrão

Rolo – tronco pequeno para colocar os barcos em cima para pintar ou fazer reparos e também para raspar a caraca

Trutameiro – pessoa que mora na Ilha da Torotama

Vassourinha – namoradeira

Virola – bolo doce amassado, cortado com a mão e dividido em bolinhas

Voga – remo maior

{TOPO}

TEXTO
Aline Custódio
aline.custodio@diariogaucho.com.br

IMAGENS
Mateus Bruxel
mateus.bruxel@zerohora.com.br

EDIÇÃO
Daniel Feix
daniel.feix@zerohora.com.br

DESIGN
Anna Fernandes e Nádia Toscan
anna.fernandes@zerohora.com.br
nadia.toscan@zerohora.com.br